

Resenha

de Política Exterior do Brasil

número 127, 2º semestre de 2020

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Arquivo Central – DCA
Divisão de Comunicações e Arquivo - DCA

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Arquivo Central - DCA

Número 127, 2º semestre de 2020 – Ano 46, ISSN 01012428

© 2021 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Arquivo Central da Divisão de Comunicações e Arquivo (DCA).

- Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Ernesto Henrique Fraga Araújo

- Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Otávio Brandelli

- Secretária de Gestão Administrativa

Embaixadora Cláudia Fonseca Buzzi

- Diretor do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação

Ministro Maurício Medeiros de Assis

- Chefe da Divisão de Comunicações e Arquivo

Primeiro Secretário Augusto César Teixeira Leite

- Chefe do Arquivo Central – Divisão de Comunicações e Arquivo

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

247p.

ISSN 01012428

Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 327(81)(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS

ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

INDICE REMISSIVO

SUMÁRIO

DISCURSOS

Conferência Ministerial “Eliminar o Fosso Digital: a Resposta Digital à Covid 19” – 1º de julho de 2020	13
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Virtual da Iniciativa Política Externa e Saúde Global (FPGH) – 03 de setembro de 2020	14
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores do G20: fortalecendo a cooperação internacional através das fronteiras – 03 de setembro de 2020	16
Intervenções do Ministro Ernesto Araújo na Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos BRICS – 4 de setembro de 2020	18
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na X Reunião do Grupo de Coordenação Ministerial sobre COVID-19 – MCGC (por videoconferência organizada pelo Canadá) - 10 de setembro de 2020	25
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião de Ministros de Comércio e Investimentos do G20 – 22 de setembro de 2020	28
Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, na Reunião Informal Ministerial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas – 28 de setembro de 2020	29
Discurso do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, por ocasião da 50ª Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA – 20 de outubro de 2020	33
Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, na formatura da Turma João Cabral de Melo Neto (2019-2020) do Instituto Rio Branco - Brasília, 22 de outubro de 2020	37
Intervenções do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, na cerimônia de lançamento dos estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) “A Caminho da Era Digital no Brasil” e “Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil” – 26 de outubro de 2020	47
Intervenções do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, na cerimônia de lançamento dos estudos da OCDE “A Caminho da Era Digital no Brasil” e “Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil” (2ª parte) – 26 de outubro de 2020	49
Intervenção do Ministro de Estado Ernesto Araújo no seminário Focus on Africa 2020 – 28 de outubro de 2020	49
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Ministerial do Conselho da OCDE – 28 de outubro de 2020	59

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na abertura do Diálogo Trilateral Brasil-EUA-Japão Brasília – 10 de novembro de 2020	60
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Ministerial sobre Liberdade de Religião e Crença – 16 de novembro de 2020	62
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no Fórum de Ministros da Aliança Internacional para a Liberdade de Religião e Crença– 17 de novembro de 2020	64
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Extraordinária de Chanceleres da Conferência Ibero-Americana – 30 de novembro de 2020	65
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP – 09 de dezembro de 2020	68
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Conferência Internacional de Apoio ao Líbano – 2 de dezembro de 2020	72
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Cúpula Presidencial do PROSUL – 12 de dezembro de 2020	73
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Ministerial América Latina e Caribe – União Europeia Painel temático III: Aliança Digital/ Cooperação Digital - 14 de dezembro de 2020	75
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no Conselho do Mercado Comum – MERCOSUL – 15 de dezembro de 2020	79
Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no Conselho do Mercado Comum – MERCOSUL (2ª parte) – 15 de dezembro de 2020	83

ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

Sétimo Protocolo Adicional ao Apêndice II “Sobre o Comércio no Setor Automotivo entre o Brasil e o México” ao Acordo de Complementação Econômica N° 55 entre o MERCOSUL e os Estados Unidos Mexicanos – 06 de julho de 2020	87
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação na Área de Telecomunicações e Economia Digital - 24 de julho de 2020	89
Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento dos Comitês de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru e seu Regulamento Geral_Celebrado em 16/09/2020	93
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos referente aos Privilégios e Imunidades	

dos Observadores das Eleições Municipais a celebrarem-se em 15 de novembro de 2020, em primeiro turno, e 29 de novembro de 2020, em segundo turno – 9 de outubro de 2020 94

Resolução 2551 (de 2020) do Conselho de Segurança das Nações Unidas – 12 de novembro de 2020 100

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL – Assunção - 2 de julho de 2020 112

Comunicado Conjunto de Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados – Assunção - 2 de julho de 2020 117

Proposta brasileira em facilitação de investimentos na OMC – 8 de julho de 2020 123

Diálogo Bilateral Brasil-França – 10 de julho de 2020 123

Falecimento do Embaixador Paulo Cesar de Oliveira Campos – 11 de julho de 2020 124

Eleição do Novo Presidente do Suriname – 13 de julho de 2020 124

Declaração Conjunta Brasil-Uruguai sobre Cooperação para estabelecimento de plataformas comuns de proteção ao consumidor – 15 de julho de 2020 124

Eleições na Guiana – 15 de julho de 2020 125

Adesão do Brasil ao Fórum Internacional de Transportes (ITF) da OCDE como membro-observador – 20 de julho de 2020 126

Comunicado sobre a Guiana – 23 de julho de 2020 126

Assinatura do Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Chile sobre Cooperação na área de Telecomunicações e Economia Digital – 24 de julho de 2020 126

Resultados das eleições gerais na Guiana – 3 de agosto de 2020 127

Explosões no porto de Beirute, Líbano – 4 de agosto de 2020 127

Comunicado do PROSUL sobre a República Cooperativa da Guiana – 6 de agosto de 2020 128

Missão humanitária brasileira ao Líbano – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa e do Ministério da Saúde – 12 de agosto de 2020 128

Lançamento dos Cinco Princípios para a Recuperação e a Aceleração da Bioeconomia Pós-COVID, da Plataforma para o Biofuturo -12 de agosto de 2020	129
Normalização das relações entre Israel e Emirados Árabes Unidos – 13 de agosto de 2020	130
Declaração Conjunta de Apoio à Mudança Democrática na Venezuela – 14 de agosto de 2020	131
Declaração do Grupo de Lima – 14 de agosto de 2020	132
Eleições para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia - 18 de agosto de 2020	133
Situação no Mali – 19 de agosto de 2020	133
Situação em Belarus – 20 de agosto de 2020	134
Dia internacional em memória e tributo às vítimas do terrorismo – 21 de agosto de 2020	134
Declaração Presidencial do PROSUL – 27 de agosto de 2020	134
Exportações de aço semi-acabado do Brasil para os Estados Unidos – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia – 29 de agosto de 2020	136
Comunicado à Imprensa – Reunião de Ministros das Relações Exteriores / Relações Internacionais do BRICS – 4 de setembro de 2020 – 4 de setembro de 2020	137
Embargo indevido do Governo das Filipinas à carne de frango brasileira – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 4 de setembro de 2020	143
Representantes do regime ilegítimo da Venezuela no Brasil – 4 de setembro de 2020	144
Declaração Conjunta sobre o Comércio de Etanol entre o Brasil e os Estados Unidos – 11 de setembro de 2020	144
Acordo entre o Reino do Bahrein e o Estado de Israel com vistas ao estabelecimento de relações diplomáticas – 12 de setembro de 2020	145

Eleição do novo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Mauricio Claver-Carone – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia – 13 de setembro de 2020	145
Assinatura de ata bilateral entre o Brasil e o Paraguai sobre comércio fronteiriço – 16 de setembro de 2020	146
Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS) - Comunicado Ministerial Conjunto sobre a Reforma do Conselho de Segurança da ONU – 16 de setembro de 2020	146
Relatório da Missão Internacional de Verificação de Fatos sobre a Venezuela, a cargo do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas – 17 de setembro de 2020	148
Eleição do novo Secretário-Geral da ALADI, Senador uruguaio Sergio Abreu – 17 de setembro de 2020	149
Visita do Secretário de Estado dos EUA Mike Pompeo e do Ministro Ernesto Araújo à Operação Acolhida em Boa Vista-RR: comentários do Ministro Ernesto Araújo – 19 de setembro de 2020	149
Novo aumento da quota destinada ao Brasil nas importações dos EUA de açúcar no ano fiscal 2019-2020 – 22 de setembro de 2020	151
Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o relatório do governo francês a respeito do Acordo Mercosul-EU – 22 de setembro de 2020	151
Reunião de Ministros de Comércio e Investimentos do G20 – Comunicado Ministerial – 22 de setembro de 2020	155
Comunicado Conjunto de Imprensa do G4 – 23 de setembro de 2020	161
Acidente com avião da Universidade da Força Aérea da Ucrânia – 26 de setembro de 2020	163
Enfrentamento militar entre a Armênia e o Azerbaijão – 28 de setembro de 2020	163
Condolências pelo falecimento de Sua Alteza o Emir do Kuwait – 29 de setembro de 2020	163
Diálogo com Embaixadores da UE no Brasil: crescimento, sustentabilidade e políticas públicas – 7 de outubro de 2020	163
47ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica – 9 de outubro de 2020	164

V Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido – Comunicado Conjunto – 9 de outubro de 2020	165
Eleição do Brasil para a Presidência do Conselho do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – 9 de outubro de 2020	167
Declaração do Grupo de Lima – 13 de outubro de 2020	168
Abertura de postos fronteiriços entre Brasil e Paraguai – Comunicado Conjunto – 15 de outubro de 2020	169
Visita do Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Embaixador Robert O’Brien, ao Brasil - São Paulo e Brasília, 19 e 20 de outubro de 2020 – 16 de outubro de 2020	170
Oitavo Diálogo Político de Alto Nível União Europeia-Brasil sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável, em 16 de outubro de 2020 (reunião virtual) – Comunicado conjunto à Imprensa – 16 de outubro de 2020	170
Assinatura de Pacote Comercial com os EUA – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia – 19 de outubro de 2020	171
Brasil e Estados Unidos assinam novo Protocolo sobre Regras Comerciais e Transparência – Comunicado conjunto à imprensa – 19 de outubro de 2020	173
Texto do Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência – 20 de outubro de 2020	174
50º Período Ordinário de Sessões da Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) – 21 de outubro de 2020	176
Cerimônia virtual de assinatura da Declaração sobre Consenso de Genebra - 22 de outubro de 2020	177
Eleição presidencial na Bolívia – 23 de outubro de 2020	177
Denúncia envolvendo a Embaixadora das Filipinas – 26 de outubro de 2020	178
Normalização das relações Sudão-Israel – 26 de outubro de 2020	178
Ataque terrorista na França - Vítima brasileira – 29 de outubro de 2020	178
Terremoto no Mar Egeu – 30 de outubro de 2020	179
Atentado em Viena – 2 de novembro de 2020	179
Divulgação do relatório final do Painel de Implementação no caso “Indonésia - Frango” (DS484) – 10 de novembro de 2020	179

Visita do Subsecretário para Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente do Departamento de Estado dos EUA, Keith Krach, ao Brasil, de 9 a 11 de novembro de 2020 – 10 de novembro de 2020	180
Lançamento do Diálogo Trilateral Brasil-Estados Unidos-Japão (JUSBE) – 10 de novembro de 2020	181
Situação no Peru – 11 de novembro de 2020	183
Falecimento do Xeiuke Khalifa bin Salman Al Khalifa – 11 de novembro de 2020	183
Reuniões Ministeriais sobre Liberdade de Religião – 16 e 17/11/2020 – 16 de novembro de 2020	183
Terrorismo no norte de Moçambique – 16 de novembro de 2020	184
Declaração de Moscou da XII Cúpula do BRICS – 17 de novembro de 2020	184
Hungria adquire aeronaves Embraer C-390 – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa – 17 de novembro de 2020	205
XII Cúpula do BRICS – 17 de novembro de 2020	205
Situação no Saara Ocidental – 18 de novembro de 2020	206
Posse no Peru – 18 de novembro de 2020	206
Declaração dos vice-ministros de Austrália, Brasil, Canadá, Coreia, Estados Unidos, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça, Turquia e União Europeia sobre a suspensão temporária das negociações técnicas no Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação – 19 de novembro de 2020	206
Medidas adotadas no comércio com a Costa Rica – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 19 de novembro de 2020	207
Declaração de Líderes do G20 da Cúpula de Riade – 22 de novembro de 2020	208
Visita do Ministro das Relações Exteriores ao Suriname e à Guiana – 23 de novembro de 2020	220
Cooperação Financeira Brasil-Alemanha: Projeto “Inovação nas Cadeias Produtivas da Agropecuária para a Conservação Florestal na Amazônia Legal” – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 24 de novembro de 2020	220

Exportações brasileiras ao México de ovos de aves, subprodutos e partes, e de arroz com casca - Nota conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 25 de novembro de 2020	221
Visita oficial à República Cooperativa da Guiana de Sua Excelência Embaixador Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil – Comunicado conjunto à imprensa – 26 de novembro de 2020	221
Videoconferência entre os Presidentes Jair Bolsonaro e Alberto Fernández – 30 de novembro de 2020	223
IX Diálogo de Alto Nível sobre Direitos Humanos entre Brasil e União Europeia – 1/12/2020 – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – 2 de dezembro de 2020	223
Falecimento de Tabaré Vázquez – 6 de dezembro de 2020	224
Declaração conjunta sobre Venezuela – 7 de dezembro de 2020	224
Apresentação da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil perante o Acordo de Paris – 9 de dezembro de 2020	224
Normalização das relações entre Israel e Marrocos – 10 de dezembro de 2020	225
Carta da Secretária-Executiva da Convenção do Clima (UNFCCC) – 12 de dezembro de 2020	225
Declaração da Cúpula Presidencial do Prosul – 13 de dezembro de 2020	226
LVII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e LVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum - 15 e 16/12/2020 – 14 de dezembro de 2020	228
Esclarecimentos sobre a nova NDC brasileira submetida sob o Acordo de Paris – 15 de dezembro de 2020	228
Comissão de Consolidação da Paz. Eleição do Brasil (14/12/2020) – 15 de dezembro de 2020	229
Cumprimentos do Presidente Jair Bolsonaro ao Presidente-Eleito dos EUA Joe Biden – 15 de dezembro de 2020	229
Comunicado Conjunto de Presidentes dos Estados Partes e Estados Associados do Mercosul – 16 de dezembro de 2020	230
Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Bolívia – 16 de dezembro de 2020	231

VII Diálogo Político de Alto Nível Brasil-UE – 18/12/2020 – Declaração Conjunta – 18 de dezembro de 2020	242
Defesa da restauração da democracia na Nicarágua – 22 de dezembro de 2020	242
Ataque na cidade de Pemi, Nigéria – 26 de dezembro de 2020	243
Suspensão temporária de voos do Reino Unido para o Brasil - Providências e recomendações do Ministério das Relações Exteriores – 28 de dezembro de 2020	243
Não imposição, pelo governo dos EUA, de direito antidumping às exportações brasileiras de molduras de madeira - Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Economia – 31 de dezembro de 2020	244

DISCURSOS

Conferência Ministerial “Eliminar o Fosso Digital: a Resposta Digital à Covid 19” – 1º de julho de 2020

Muito obrigado, Sr. Viik. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a Estônia e Singapura, em especial o ministro Reinsalu e o ministro Balakrishnan, por terem convocado esta conferência sobre a resposta digital à Covid-19.

O Brasil está moldando uma economia próspera, mas hoje a tecnologia digital também é essencial para nossa vibrante democracia. Nesse sentido, acreditamos firmemente que a liberdade da Internet e a liberdade de expressão são absolutamente fundamentais em uma sociedade democrática, e que a proteção e o aprimoramento da liberdade da Internet são a resposta digital mais fundamental para a Covid-19. A população do Brasil é uma das mais conectadas no mundo: 99,2% das famílias têm acesso à Internet por telefone celular e 57% das empresas vendem bens ou serviços online. O Brasil está transformando sua governança com tecnologias digitais, com o ambicioso objetivo de disponibilizar digitalmente todos os serviços públicos - mais de 3 mil serviços - até 2022.

A atual crise da Covid-19 aumentou ainda mais o papel de uma infraestrutura digital robusta e da digitalização generalizada dos serviços. Implementamos diversas medidas para manter o Brasil conectado durante a pandemia de coronavírus, principalmente para garantir a disponibilidade de serviços

de telecomunicações e de acesso à Internet para todos. Por exemplo: um serviço de validação digital de documentos, que permite a médicos, pacientes e farmacêuticos trabalharem 100% online e trocarem documentos com segurança. [Outro exemplo é] o fornecimento de conectividade aprimorada a mais de 14 mil unidades de saúde pública, hospitais, centros de saúde e demais serviços essenciais, além da otimização do gerenciamento coordenado de rede entre os provedores de serviços para garantir o máximo de tráfego na Internet, inclusive para “home offices” e ensino à distância. Destaco, também, um importante sistema de pagamentos eletrônicos, que permitiu que 50 milhões de brasileiros, especialmente os mais vulneráveis, recebessem um benefício de emergência por 3 meses, o qual acaba de ser estendido por igual período.

De fato, as tecnologias digitais são fundamentais para o processo de recuperação econômica, o que nos permitirá salvar empregos e meios de subsistência e, em última instância, também salvar vidas e os nossos serviços de saúde. As transações eletrônicas aumentaram impressionantes 20% nos últimos dois meses em relação ao ano passado. Isso indica que, no mundo pós-Covid-19, é evidente que a economia digital será substancialmente mais importante do que antes da pandemia, e isso deve ser levado em consideração em todas as políticas, não apenas nas políticas econômicas. Deve também ser levado em consideração em nossa abordagem da própria estrutura de nossas sociedades, do tipo de sociedade em que queremos viver.

A liberdade da Internet será ainda mais crucial do que antes. O poder da

informação para criar riqueza, mas também para criar significado para a vida das pessoas, só pode ser conquistado através da Internet livre. A Internet deve manter e aprimorar seu papel como ferramenta não apenas para criar prosperidade, mas, também, para promover a democracia. O processo de globalização dos últimos 30 anos estava cego para a questão da democracia. Esse foi um erro trágico. E a crise causada pela Covid-19 pode ser uma oportunidade para lidar com ele e corrigi-lo. Isso se aplica especialmente ao mundo digital, uma vez que as tecnologias digitais podem ser o principal instrumento de liberdade, por um lado, mas também o principal instrumento de controle social totalitário, por outro. Temos que usar essa oportunidade para criar valor, para criar liberdade e enfrentar a ameaça do totalitarismo. Podemos emergir dessa pandemia não apenas melhores, mais fortes e mais iguais, como foi mencionado aqui, mas também mais livres.

Vamos trabalhar para esse objetivo. O fosso digital não é apenas uma questão de acesso a infraestrutura, serviços e dispositivos digitais, mas, também, ao conteúdo e às liberdades básicas, especialmente a liberdade de expressão. Esse debate é urgente.

Muito obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Virtual da Iniciativa Política Externa e Saúde Global (FPGH) – 03 de setembro de 2020

Senhora Primeira-Ministra,

Prezado Diretor-Geral da OMS, Doutor Tedros Ghebreyesus,

Prezados Ministros,

É um prazer estar hoje com os senhores.

De início, gostaria de agradecer à Indonésia por organizar a primeira reunião ministerial virtual de Política Externa e Saúde Global.

Nas desafiadoras circunstâncias atuais, agradecemos os esforços empreendidos pela Indonésia durante sua presidência e louvamos sua inabalável liderança nessa tarefa.

Embora tenhamos heranças culturais diversas e enfrentemos diferentes desafios de desenvolvimento, estamos unidos, como grupo, pelo objetivo comum de promover, como um direito humano fundamental, o mais alto padrão de saúde possível.

De fato, eu diria que nossa diversidade é nossa força. Respeitando nossas diferenças, nossas soberanias, promovendo o entendimento mútuo e focando nas prioridades cruciais, podemos alcançar resultados significativos e influenciar a agenda internacional.

O Brasil tem um sistema de saúde universal robusto e esse sistema tem tido até agora bom desempenho durante a pandemia. Estamos prontos para compartilhar nossas experiências nacionais com todos vocês, bem como outras políticas nacionais que adotamos com êxito.

A pandemia demonstrou que eventos originados em um país podem rapidamente afetar todos nós da forma mais imprevisível. Devemos, portanto, trabalhar em todas as

formatos – bilateral, regional, multilateral, formais e informais – para fazer frente à pandemia e este grupo é uma prova disso.

Embora reconheçamos plenamente a necessidade de diálogo e cooperação internacionais para enfrentar a pandemia, cabe aos Estados, em última instância, tomar as medidas necessárias para proteger a saúde e o bem-estar de seus cidadãos. As recomendações e diretrizes dos organismos internacionais de saúde e devem ser devidamente adaptadas às circunstâncias nacionais.

O Brasil defende o acesso universal e equitativo a vacinas, diagnósticos e tratamento para a COVID-19, a preços acessíveis. Temos procurado tomar parte de iniciativas internacionais, como o *ACT-Accelerator*, *COVAX Facility* etc. Temos também buscado arranjos bilaterais com consórcios internacionais de vacinas, tanto no nível federal quanto no estadual.

Acreditamos que seria importante que os membros da FPGH trocassem opiniões regularmente e se envolvessem em ações conjuntas para promover maior transparência e participação nos processos de tomada de decisão de tais acordos, incluindo transferência de tecnologia e produção local, quando possível.

Com base em nossa experiência conjunta, estou confiante de que a FPGH pode mobilizar as capacidades necessárias para alcançar resultados significativos nessa iniciativa.

Estamos prontos para cooperar com os membros da FPGH para garantir o fornecimento necessário de vacinas e de outros suprimentos médicos essenciais.

Nos próximos meses, se os testes clínicos que hoje estão sendo realizados em todo o mundo forem bem-sucedidos, acreditamos que poderemos estar em condições de atender à demanda interna de vacinas, no Brasil, e ajudar a complementar o fornecimento a terceiros países.

Estamos trabalhando arduamente para promover o acesso universal às vacinas tanto no Brasil como no exterior.

O Brasil reconhece o importante papel da OMS e da Organização Pan-Americana da Saúde na pandemia, mas, infelizmente, e com todo o respeito, continuamos críticos em relação à resposta geral à crise.

Acreditamos ser da maior importância realizar uma avaliação abrangente, objetiva e oportuna da resposta internacional à pandemia, a fim de identificar lacunas, falhas e fragilidades, bem como propor as medidas necessárias para uma reforma.

Acreditamos que parte da resposta à pandemia são instituições internacionais melhores. Creio que todos devemos nos unir nesse empreendimento.

É certo que o desafio da pandemia expôs fragilidades que já existiam e que não são culpa deste ou daquele ator no sistema internacional ou no sistema multilateral. Devemos enfrentar essas fragilidades.

O Brasil co-patrocinou a resolução COVID-19 na última Assembleia Mundial da Saúde, que estabeleceu um painel independente para avaliar a resposta internacional à pandemia.

Temos certeza que este é um importante primeiro passo, mas os Estados membros devem estar preparados para assumir o controle e ter um papel de liderança no processo.

Ao trocar pontos de vista e promover o diálogo, os membros da FPGH podem desempenhar um papel relevante nesta iniciativa crucial.

Então, a resposta é: melhores instituições multilaterais, melhor cooperação e coordenação bilateral e plurilateral, e melhores políticas nacionais.

Para finalizar, gostaria de acrescentar que alimentação acessível também é parte de uma saúde acessível. É muito preocupante para nós, para o Brasil, como um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo, e que não reduziu sua produção e exportação de alimentos, mas, ao contrário, aumentou sua produção, é muito preocupante para nós ouvir, de acordo com diversas fontes, que mais de 100 milhões de pessoas, no mundo, correm risco de morrer de fome como consequência de medidas tomadas em resposta à COVID-19.

Temos de levar em consideração a questão do preço e do acesso a alimentos em toda discussão sobre saúde.

Agora, para finalizar, acrescento apenas que a pandemia não deve ser um pretexto para a restrição de direitos fundamentais. Todos aqui compartilhamos princípios democráticos e esses princípios deveriam formar a base de nossas sociedades na resposta a qualquer desafio.

Muito obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores do G20: fortalecendo a cooperação internacional através das fronteiras – 03 de setembro de 2020

Muito obrigado, senhor presidente, caro amigo, príncipe Faisal, caros ministros, agradeço à Arábia Saudita por organizar esta conferência e pela oportunidade de informar os membros do G20 sobre o que o Brasil tem feito para promover a cooperação nestas circunstâncias tão desafiadoras.

Esta gravíssima crise despertou, em um grau sem precedentes, a consciência sobre a importância das questões de saúde pública, é claro, mas também sua relação, e consequências, com questões sociais e econômicas.

Infelizmente, organizações multilaterais, a mídia, formadores de opinião ao redor do mundo, propagaram, por meses, uma atmosfera de "apenas saúde"; uma abordagem que ignorou todos os outros aspectos do mundo e demonizou líderes que ousaram falar das dimensões econômica e social.

Se uma abordagem mais racional tivesse sido aplicada desde o início, a crise econômica, agora, poderia ser menos severa, e a saúde, em geral, poderia estar em uma situação melhor em todo o mundo.

É muito encorajador ouvir o diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, dizer que a escolha entre vidas e meios de subsistência não é uma escolha que temos de fazer.

Essa é a posição que o presidente Jair Bolsonaro assumiu desde o início da pandemia. Teria ajudado muito se as instituições multilaterais tivessem correspondido a esses padrões desde o início.

As instituições multilaterais falharam amplamente, até agora, no segundo aspecto: os meios de subsistência. E elas são chamadas, agora, a desempenhar um papel ajudando nações individuais, países, a voltar a vidas normais, produtivas, e a recuperar-se da maior crise econômica da história, que está criando pobreza e miséria, especialmente em países em desenvolvimento.

Devemos trabalhar em todas as geometrias: sistema da ONU, G20, arranjos regionais, todos os demais arranjos, formais e informais, todos são valiosos.

Mas respostas nacionais são e sempre serão centrais.

No nosso caso, o Brasil criou um apoio fiscal de cerca de 15% do PIB, com medidas para apoiar, não apenas o sistema de saúde universal que temos, mas também para garantir a sobrevivência mesma de até 60 milhões de pessoas, que estariam, hoje, em pobreza extrema, correndo o risco de morrer de fome, não fosse por aquele apoio.

Permitam-me dizer que esse apoio não veio do multilateralismo; ele veio dos contribuintes brasileiros.

No que diz respeito à solidariedade, olhamos para o mundo e vemos, com grande preocupação, que, hoje, mais de 100 milhões de pessoas, segundo diversas fontes, estão vivendo em insegurança alimentar. E esse não é o

número completo: 130 milhões de pessoas a mais estão vivendo em insegurança alimentar, comparado a antes da pandemia, como consequência de medidas tomadas para neutralizar a pandemia.

E isso nos aflige porque o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. A produção alimentar do Brasil pode alimentar até 1,2 bilhão de pessoas em todo o mundo, e nós mantivemos nossa produção agrícola durante a pandemia, não apenas mantendo-a, mas efetivamente aumentando a produção sobre os níveis do ano passado. E estamos exportando.

Conservamos também nossos sistemas logísticos para exportar para todos os nossos parceiros.

Isso não veio do multilateralismo. Isso veio de medidas nacionais que permitiram a continuidade do trabalho na agricultura e na logística.

Sobre restrições de viagens, o Brasil sempre manteve seus aeroportos abertos durante a pandemia, permitindo que muitas pessoas de outros países, cidadãos de outros países, voltassem para casa em voos de conexão. E, no fim de julho, liberamos viagens aéreas a todos, sem distinção.

Além disso, estamos trabalhando com nossos vizinhos para abrir as fronteiras o que fará uma grande diferença, especialmente para as populações fronteiriças. Estamos trabalhando bilateralmente e, semana passada, no Prosul, um fórum sul-americano de integração, seus presidentes decidiram criar um grupo para tratar coletivamente da abertura das fronteiras.

Estamos prontos para trabalhar através de encontros diplomáticos de alto nível, do G20 ou em qualquer outro formato, para abordar a questão das restrições de viagem e sua remoção.

Sobre vacinas, estamos confiantes de que o Brasil desenvolverá a capacidade produtiva para si mesmo e, também, para compartilhar com outros países, especialmente em nossa região.

Sobre tratamento, o Brasil desenvolveu protocolos com bons resultados, empregando medicamentos não utilizados em outros lugares, especialmente a hidroxicloroquina, que, infelizmente, foi politizada, mas que está salvando vidas. E também estamos prontos para cooperar nessa área com qualquer país.

Também trabalhamos para fomentar o livre fluxo de informações mundo afora, o que é absolutamente essencial para desenvolver respostas científicas ao vírus.

O Brasil está traduzindo solidariedade em passos concretos através de esforços dos brasileiros mesmos e estamos prontos para cooperar especialmente aqui, já que estamos aqui no G20, com cada país, aqui e coletivamente, para avançar as verdadeiras questões diante de nós: salvar vidas e meios de subsistência.

Muito obrigado

Intervenções do Ministro Ernesto Araújo na Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos BRICS – 4 de setembro de 2020

Sessão I: Visão Geral da Situação Global - novas ameaças e desafios, “hotspots” regionais, cooperação dos BRICS em foros internacionais, assuntos centrais na agenda da 75 AGNU

Muito obrigado, Ministro Sergey Lavrov,

Caros amigos e colegas,

Ministro Sergey Lavrov,

Ministro Subrahmanyam Jaishankar,

Ministro Wang Yi,

Ministro Naledi Pandor,

Agradeço à presidência russa e especialmente ao Ministro Sergey Lavrov por organizar esta reunião. Por mais que lamentemos não poder desfrutar da hospitalidade russa em Moscou, as atuais circunstâncias exigem o máximo de cautela.

Mais uma vez, nos reunimos no contexto da trágica perda de vidas, do sofrimento e dos efeitos econômicos da COVID-19. Todos os nossos países foram profundamente afetados em diferentes momentos e intensidades. Minhas mais profundas condolências, e do meu governo, às famílias das vítimas. Desde o nosso último encontro virtual em abril, os enormes desafios que a COVID-19 representa para as economias e sociedades só se tornaram mais evidentes.

No que diz respeito a medidas nacionais, é essencial reconhecer a complementaridade entre iniciativas sanitárias e econômicas para proteger vidas e os meios de subsistência de nossos povos.

Assim como as realidades domésticas, o cenário internacional que emergirá da pandemia mundial está destinado a ser diferente. O presidente pediu que refletíssemos sobre os maiores desafios e ameaças que o sistema enfrenta. Para o Brasil, nenhum desafio é mais urgente que o de garantir que o sistema internacional vindouro seja baseado na liberdade, na transparência e na dignidade humana. Cabe a nações, como as nossas, moldar esse novo cenário.

Os estados-nação devem ser a força motriz das transformações internacionais. Os estados nacionais, onde as pessoas são realmente empoderadas, são os motores da verdadeira mudança. O sistema internacional que surgirá terá como base os ideais e aspirações dos povos e comunidades que constituem os estados, ou correrá o risco de perder sua legitimidade por não colocar em primeiro plano as vontades e os interesses dos povos.

Também observei, em nossa última reunião, que o mundo está passando por uma crise de confiança e que os governos são obrigados a dar respostas a suas populações. A natureza de nossas escolhas e das respostas a essas perguntas afetará o mundo por décadas.

Para o Brasil, essas respostas residem em trabalhar para tirar o melhor da diversidade de nossas identidades, de modo a não nos tornarmos vítima da padronização de uma sociedade internacional sem personalidade. Elas residem na cooperação pragmática e no diálogo soberano, não na promoção de soluções de “tamanho único” concebidas em organizações internacionais.

Caros colegas,

Há 75 anos, nossos cinco países lutaram contra a intolerância, a opressão e o mal. Ao reconhecer a contribuição de cada soldado de todas as nacionalidades que uniram forças para derrotar o nazifascismo, incluindo 25 mil soldados brasileiros enviados à Europa, eu gostaria de homenagear o heroísmo, a resiliência e o sofrimento do povo russo durante a guerra.

O 75º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial e da criação das Nações Unidas representa ocasião adequada para fazer um balanço e refletir se o sistema atual está, de fato, proporcionando os benefícios que se poderia esperar e pelos quais nossos antepassados lutaram.

Por coincidência, aqui no Brasil, estamos comemorando os 75 anos da criação da academia diplomática do Brasil, como vocês podem ver no *banner* atrás de mim, e isso inspira o Brasil a apresentar novas ideias e perspectivas para a renovação do sistema internacional.

Acreditamos que o Brasil pode ajudar a transformar o cenário internacional a partir da experiência de nosso próprio processo de transformação. Estamos substituindo um sistema de corrupção e atraso por um sistema de empoderamento das pessoas, uma verdadeira democracia e abertura econômica, com a reafirmação da liberdade, da soberania e da independência. Estamos convencidos de que somente a liberdade pode ser o caminho para o progresso material em uma sociedade saudável e queremos levar essa perspectiva para o mundo.

Uma governança mais democrática precisa de um Conselho de Segurança

da ONU reformado, com uma contribuição aprimorada e permanente de países como o Brasil. Se nós, como grupo, insistimos na importância da ONU, devemos reconhecer que sua eficácia e seu papel central no sistema multilateral dependem da eficácia, da representatividade e da legitimidade do Conselho de Segurança.

O Brasil defende a democracia no sistema internacional e, também, domesticamente. Essas duas dimensões não devem ser separadas. A democracia internacional requer não apenas mais participação de todos os países, grandes e pequenos, na governança internacional, mas também o empoderamento das nações em relação à burocracia das organizações internacionais. A reforma do sistema multilateral é urgente para trazê-lo de volta ao caminho da verdadeira cooperação internacional e não do supranacionalismo às escondidas.

Outro aspecto a ser levado em consideração é que as novas tecnologias proporcionam hoje ao mundo inteiro a oportunidade de se tornar mais democrático e, também, às sociedades individuais de exercerem o direito de realizar o sonho de mais conectividade, para se tornarem mais produtivas, mais criativas e mais felizes. E esta imensa oportunidade não deve ser perdida.

Caros colegas, a linguagem do BRICS sobre essa questão da reforma do Conselho de Segurança, que estamos discutindo, deve evoluir. Como grupo, o BRICS não pode continuar a contornar essa questão. Deve abordar claramente esse tópico para manter sua consistência e relevância política.

A eliminação, também, de todas as armas de destruição em massa é uma aspiração legítima dos povos ao redor do mundo e o progresso concreto e mensurável no desarmamento deve ser alcançado com base em compromissos que sejam levados a sério.

Eu também gostaria de abordar a questão do Oriente Médio. Sentimo-nos encorajados pelos desenvolvimentos naquela região. Especialmente pelo recente acordo entre Israel e os Emirados Árabes Unidos. Esses são passos em direção a um ambiente melhor, que pode levar a soluções realistas, pragmáticas e duradouras.

Quero também destacar e expressar a solidariedade do Brasil com o Líbano. O Brasil se sente um país-irmão do Líbano, pois abrigamos mais de 10 milhões de libaneses e seus descendentes. E acreditamos que todos os nossos países podem contribuir, não apenas para a reconstrução de Beirute neste momento, como já está acontecendo, mas também para um futuro de paz, independência e prosperidade para o Líbano.

Uma questão fundamental, que afeta o Oriente Médio, mas não só, é a questão da liberdade religiosa. O Brasil considera que é essencial que a comunidade internacional trabalhe mais na promoção e na proteção da liberdade religiosa e da liberdade de crença em todo o mundo.

A liberdade e a dignidade humana não podem ficar em segundo plano na resolução de crises e conflitos. Os meios políticos e diplomáticos também devem estar a serviço da libertação de sociedades do ofrimento resultante de governos tirânicos.

Aqui, é preciso lembrar o sofrimento e as aspirações reprimidas do povo venezuelano. O Brasil está comprometido com uma América do Sul próspera, democrática e aberta. Atualmente, a Venezuela não preenche nenhum desses requisitos, infelizmente. Pior, exemplifica a crescente ameaça representada pela conjunção entre certas correntes políticas e o crime organizado em nossa região.

O Brasil é vizinho da Venezuela, como os senhores sabem, e nós sabemos o que está acontecendo lá. Nós sentimos isso na carne. A Venezuela se tornou um foco de crime organizado e terrorismo. Vive do tráfico de drogas e do tráfico de ouro. Eu exorto os senhores, colegas, e a seus países, a ajudarem a encontrar uma saída para a Venezuela. Todos nós aqui podemos desempenhar um papel fundamental. Os senhores podem desempenhar um papel fundamental. Não é do interesse de nenhum de nós manter a situação atual. O regime atual não é capaz nem está disposto a fornecer as condições para eleições livres e justas naquele país.

A solução, em nossa opinião, é que aqueles que detêm o poder atualmente renunciem e concordem com a formação de um governo de união nacional. Nosso compromisso com o combate ao terrorismo, ou o compromisso conjunto dos países do BRICS com o combate ao terrorismo, deve se traduzir em ajudar o povo venezuelano a sair de um regime que apoia o terrorismo, vive dele e o usa como instrumento de poder estatal. Devemos ser fiéis aos princípios que moldam, por exemplo, a Estratégia de Contraterrorismo do BRICS e nosso compromisso com o combate ao crime organizado.

Voltando à questão do dia, a pandemia de COVID, gostaria de frisar que a pandemia de COVID trouxe à tona a questão do papel dos organismos internacionais nesta crise mundial. O Brasil considera que a Organização Mundial da Saúde não tem cumprido, infelizmente, sua tarefa de ser responsiva e transparente e de promover o livre fluxo de informações para o bem comum. Ao encorajarmos a OMS a tomar todas as medidas necessárias para corrigir as deficiências já identificadas, esperamos que esse caso seja um exemplo de que as organizações internacionais não devem ser vistas como detentoras do monopólio do conhecimento, da ciência e da retidão.

Infelizmente, mais uma vez, a OMS ajudou a promover uma abordagem de “somente saúde” para a pandemia. No Brasil, desde o início, o presidente Jair Bolsonaro destacou que tínhamos que proteger vidas e meios de subsistência, empregos e saúde das pessoas ao mesmo tempo, e essa abordagem agora é considerada a correta pela própria Organização Mundial da Saúde, mas ainda achamos que isso é muito pouco e chega tarde.

Nesse sentido, gostaria também de frisar que o multilateralismo não deve ser uma resposta automática à crise atual. Multilateralismo não é uma palavra mágica que, ao ser apenas pronunciada, resolverá nossos problemas. As instituições multilaterais devem servir como um espaço de coordenação entre os países, mas não são a resposta aos profundos desafios que emergem da pandemia, certamente não a única. Fazem parte da resposta, mas não são a única.

Como tive a oportunidade de dizer ontem, na reunião do G20 – acho que todos os colegas estavam lá, mas permitam-me repetir – o Brasil está pronto, é claro, para cooperar com todas as nações, em todas as geometrias, no combate às consequências da pandemia e agradecemos a cooperação recebida de seus países, aqui representados, de muitas maneiras diferentes. Agradecemos à Índia, à China, à Rússia e à África do Sul e estamos prontos para aprimorar essa cooperação.

Mas também estamos convencidos de que a maior parte da resposta às consequências da pandemia vem dos esforços dos próprios brasileiros. Para dar um exemplo: manter a produção de bens agrícolas no Brasil, que pode alimentar mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo, e que estamos exportando para todos os nossos parceiros comerciais, apesar da pandemia. Esta é talvez a nossa maior contribuição – combater as consequências da pandemia relacionadas à pobreza.

Ministro Lavrov, caros colegas,

Para finalizar, o Brasil está confiante de que o BRICS responderá ao cenário pós-pandemia com sua usual abordagem orientada para resultados, pautada pelo respeito mútuo e soberania. Mais do que nunca, devemos nos concentrar no potencial de nossa cooperação no BRICS em áreas que resultem em soluções tangíveis para os desafios que nossas sociedades e economias estão enfrentando e continuarão a enfrentar como consequência da pandemia. Nesse sentido, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) é uma ferramenta valiosa.

O Brasil também confia em que os BRICS continuarão a trocar opiniões sobre diferentes situações ao redor do mundo, mesmo onde nossas opiniões possam diferir. E acho que é exatamente aí que nosso diálogo é mais importante. Devemos continuar fazendo isso com plena compreensão das possibilidades de contribuir, de diferentes ângulos e perspectivas, para chegar a acordos entre nós e para ajudar outros países a chegarem a acordos e soluções.

À medida que a agenda internacional se torna cada vez mais complexa e as posições nacionais evoluem, o BRICS precisa enfatizar o quadro mais amplo sobre diferenças pontuais, concentrando-se nas convergências.

A cooperação do BRICS pode resultar em um progresso significativo quando convergimos em torno de objetivos comuns. De modo geral, todas as nações precisam trabalhar hoje, em todas as geometrias, para enfrentar os novos desafios e oportunidades, e o BRICS é um excelente exemplo, para o mundo inteiro, dessa possibilidade de trabalhar em diferentes formatos.

Muito obrigado.

Sessão II: Presidência Russa do BRICS 2020 - avaliação do progresso em três pilares e resultados esperados

Ministro Lavrov,

Amigos e colegas,

Obrigado, Ministro Lavrov, por seu relatório tão abrangente. O Brasil está muito encorajado com o engajamento do presidente. A presidência russa merece todo o nosso apreço por,

apesar da pandemia, ter sido capaz de manter o ímpeto e promover discussões construtivas. Apesar das condições desfavoráveis, videoconferências tornaram reuniões ministeriais possíveis, como hoje, assim como o trabalho técnico e, mais importante, mantiveram nosso diálogo vivo.

Tendo exercido a presidência no ano passado, o Brasil e eu, compreendemos os encargos da presidência e apreciamos seu esforço para fazer frente a tantas demandas e cumprir tantas expectativas, tarefa de que a presidência russa se mostrou totalmente capaz.

Colegas, no ano passado, com o apoio de todos os senhores, o Brasil privilegiou atividades de cooperação intra-BRICS que pudessem ter um impacto positivo na vida de nossas populações. Acreditamos firmemente que a cooperação mutuamente benéfica, pragmática e soberana foi um importante legado do trabalho do ano passado e vemos que o mesmo espírito guia a presidência russa.

Sentimo-nos encorajados ao notar que a presidência está promovendo a continuidade e enfatizando iniciativas que beneficiam concretamente nossas sociedades. O Brasil espera o sucesso da cúpula de novembro, conforme acaba de ser anunciado pelo ministro Lavrov, com a obtenção de resultados relevantes, que ajudem nossos cidadãos a superar os desafios sociais e econômicos causados pela COVID-19.

Temos o compromisso de trabalhar com a presidência para chegar à cúpula com um importante conjunto de resultados. Apoiamos a presidência russa, portanto, em seu objetivo de buscar resultados

significativos, de simplificar o calendário e de concentrar-se nas reuniões que são essenciais para o diálogo de nossos líderes em novembro próximo.

Permitam-me, por favor, abordar brevemente dois resultados e desenvolvimentos relacionados às principais áreas de diálogo e cooperação.

Primeiro, a Estratégia de Contraterrorismo do BRICS: infelizmente, e como tive a oportunidade de mencionar no painel anterior, o terrorismo agora está muito presente em nossa região, na América do Sul, não só por causa da Venezuela, mas principalmente porque o regime venezuelano abriga e promove o terrorismo, entre outros desafios. Portanto, o Brasil vê a cooperação para combater o terrorismo não como um esforço abstrato, mas como algo essencial para nosso próprio bem-estar e segurança. Além disso, devemos ter em mente que o narcotráfico é hoje uma das principais fontes de financiamento das organizações terroristas. Cada vez mais, o terrorismo e o narcotráfico tornam-se não dois fenômenos diferentes, mas o mesmo fenômeno. Assim, ao lutar arduamente contra o narcotráfico em nossa região, como nosso governo está fazendo, o Brasil está contribuindo significativamente para o combate ao terrorismo em escala mundial. Dada a natureza multicontinental do fenômeno do narcotráfico terrorista, precisamos de estratégias conjuntas e de coordenação entre todas as nações envolvidas, e o BRICS é, mais uma vez, um bom exemplo de progresso nessa direção.

Em segundo lugar, a Aliança Empresarial de Mulheres do BRICS: o Brasil parabeniza a Rússia pela realização da primeira reunião da Aliança Empresarial de Mulheres do BRICS (WBA, em inglês). Valorizamos essa iniciativa, na medida em que se refere ao crescimento econômico inclusivo, uma vez que visa a fortalecer o papel das mulheres nos negócios e no empreendedorismo, e ao aperfeiçoamento das interações sociais entre nossas sociedades. Apesar de constituírem a maioria da população brasileira e de serem muito atuantes em diversos ramos da economia, as mulheres ainda estão sub-representadas em cargos de comando em empresas e no comércio internacional, como sabemos. Promover suas perspectivas em questões empresariais é um complemento importante e necessário para as discussões de negócios no BRICS. Incentivamos a Aliança a decidir sobre sua agenda e prioridades. Nesse contexto, contatos descentralizados são mais importantes do que contribuições governamentais. Ao mesmo tempo, a WBA e o Conselho Empresarial do BRICS não devem duplicar seus esforços, mas sim trabalhar de forma complementar.

O Brasil entende que devemos aumentar as atividades de promoção comercial e de negócios no BRICS. O memorando de entendimento entre nossas agências de promoção comercial e de investimentos, assinado durante a presidência brasileira, poderia ser explorado para esse fim. Nossa decisão, no ano passado, de sediar o último Conselho Empresarial do BRICS imediatamente antes da cúpula mostrou-se útil para estimular contatos entre nossas comunidades

empresariais e permitir que nossos líderes ouvissem suas aspirações e ideias. Maior intercâmbio empresarial e um relacionamento mais estreito entre o Conselho Empresarial e o NBD também são úteis neste contexto. Em particular, tenho o prazer de informar que o escritório regional do NBD no Brasil está, agora, inteiramente operacional, uma vez que nosso Congresso aprovou seu acordo de sede com o Brasil.

Permitam-me, ademais, dizer algo a respeito das relações entre povos. O Brasil vê esse aspecto como essencial para uma cooperação bem-sucedida, pois nossos povos devem ser os beneficiários finais da cooperação e também atores-chave da cooperação. Acreditamos plenamente nas abordagens formuladas “de baixo para cima” a fim de lidar com todos os grandes desafios que nossas sociedades enfrentam. A interação das pessoas, com seu dinamismo e ideias, pode ser a forma mais eficiente, hoje em dia, de gerar o estímulo necessário para colocar nossas economias de volta ao trabalho. Nossas sociedades civis são resilientes o suficiente para superar as dificuldades momentâneas colocadas pela pandemia – dificuldades imensas, mas que podemos superar – e para estarmos prontos para uma cooperação ainda mais forte no futuro. Para que isso seja verdade, as iniciativas nessa área devem ser resultado genuíno de esforços conjuntos por parte dos representantes de nossos cinco países.

Precisamos estar abertos aos povos de nossos países. Permitam-me a redundância, mas os povos, e não os governos, devem ser a essência das relações entre povos.

Renovo, Ministro Lavrov, o compromisso do Brasil com o sucesso da presidência russa e saúdo, mais uma vez, o espírito construtivo de continuidade que tem presidido nossas iniciativas este ano. Vamos nos concentrar em nossas prioridades mais fundamentais para 2020, para que possamos ter uma cúpula frutífera e bem-sucedida.

Muito obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na X Reunião do Grupo de Coordenação Ministerial sobre COVID-19 – MCGC (por videoconferência organizada pelo Canadá) - 10 de setembro de 2020

É um prazer vê-los todos, bom dia, boa tarde, boa noite.

Em primeiro lugar, eu gostaria de enfatizar nossa opinião de que esse grupo é extremamente útil. Eu acredito que nós desenvolvemos uma atmosfera de livre troca de ideias e de informação. Isso mostra que cada geometria pode, hoje, contribuir para a luta contra a COVID e suas consequências porque o que precisamos é entender o que está ocorrendo. Nós ainda estamos longe de entender como voltar ao normal. Países diferentes têm abordagens diferentes e está claro que o que precisamos é esse fluxo de iniciativas de troca de informações e que não podemos utilizar soluções universais globais para o desafio que estamos enfrentando. Portanto, muito obrigado por reunir este grupo novamente.

Tenho alguns comentários gerais e então eu vou falar sobre o que estamos fazendo no Brasil. Como

alguns de vocês sabem, temos uma abordagem crítica acerca da resposta multilateral à COVID até o momento. Nós temos grande respeito e admiração pelo trabalho da OMS e outras agências — especialmente a OMS — mas nós pensamos que elas têm ficado aquém das expectativas, especialmente no que diz respeito à mensagem que elas passam: as diferentes abordagens, os diferentes tipos de recomendações que elas deram, em momentos diversos, geraram confusão, as vezes, desinformação — ao menos esse foi o caso no Brasil. Nós estamos no meio de uma crise, mas precisamos começar o processo de avaliar porque isso está ocorrendo. Nós sabemos que elas estão fazendo o seu melhor, mas há um problema ali. Há um problema quando algumas vezes é dito “bem, todo país deve adotar o *lockdown*” e outras vezes, dizem “bem, nós temos de pensar na economia ao mesmo tempo”. E, ao menos aqui, as pessoas ouvem com a maior atenção tudo o que vem da OMS. Então, isso se insere na nossa discussão política interna e tem impacto enorme. Portanto, isso é uma coisa que nós pensamos que deveríamos abordar. É também a razão pela qual esse tipo de grupo é tão valioso: porque podemos trocar percepções sobre esse tipo de questão.

Em segundo lugar, está claro que respostas nacionais e respostas internacionais multilaterais têm de se complementar. Não podemos esperar tudo de soluções multilaterais. De forma alguma. No Brasil, no nosso caso, nós pensamos—e tenho tentado enfatizar isso—que nós estamos tentando contribuir de formas diferentes. E acho que contribuímos de diferentes maneiras para enfrentar os desafios da pandemia. Uma delas foi manter e até aumentar nossa

produção agrícola e permanecer exportando nossos produtos agrícolas e alimentícios, que ajudaram a manter um nível razoável de segurança alimentar em todo o mundo. Se o Brasil tivesse aplicado a abordagem do *lockdown* para o setor agropecuário, a situação da segurança alimentar atual em todo o mundo seria muito pior. O Brasil exporta comida suficiente para alimentar quase 1 bilhão de pessoas em todo o mundo. Isso é um fator a ser considerado. Não é só por ser o Brasil. É porque isso não vem de qualquer tipo de resposta multilateral, é uma coisa que estamos fazendo aqui. Mas, claro, todos os países estão fazendo coisas semelhantes.

Nos últimos dias, estamos seguindo, com grande atenção, notícias e estudos que começam a sugerir que as medidas de *lockdown* não foram tão efetivas quanto esperado. Claro, se isso for uma conclusão agora, a maior parte do mal já foi causado. A destruição econômica que os *lockdowns* causaram já está aí, nós temos de lidar com isso, mas acho que é muito importante aprofundar muito mais os estudos científicos sobre como os *lockdowns* funcionam ou não, porque em muitos países temos a ameaça de novas ondas, e talvez também para novas situações como esta no futuro, esta resposta automática que, “ok, vamos fechar o país e vamos lidar com a economia mais tarde”, está claramente criando um pesadelo e não está aparentemente resolvendo os problemas de saúde, de acordo com alguns estudos. Então, meu ponto é: temos que evitar a politização dessas questões fundamentais, e isso, infelizmente, vem acontecendo em muitos casos, com certeza no Brasil.

Nós já temos o problema da ideologia do politicamente correto que tantos danos causou ao redor do mundo. E agora, em alguns lugares, um tipo de ideologia “sanitariamente correta” está emergindo, em que você não pode discutir o valor dos *lockdowns*, você não pode discutir como retomar a normalidade econômica, caso contrário você é chamado de genocida ou algo assim. Com respeito ao tratamento: esse foi o caso no Brasil com a hidroxicloroquina. Parece que ela funciona, quero dizer, médicos estão usando, estão curando as pessoas sempre que ela é usada como tratamento precoce; contudo, eu não sei em seus países, mas, no Brasil, isso foi capturado desde o início por uma agenda política. E então, se você é a favor do governo, você é a favor da hidroxicloroquina, e se você não gosta do governo, por razões políticas, você é contra a hidroxicloroquina, não importa se ela funciona ou não. Esse não é o caminho certo, obviamente. Esse é, portanto, um apelo para que todos compartilhem, para que todas as discussões relacionadas à pandemia sejam conduzidas de forma racional, com base em dados científicos e de forma transparente, seja de forma bilateral, multilateral ou de qualquer outra maneira.

Eu gostaria de passar alguns dados sobre o Brasil e sobre nossa resposta. Temos tido uma repercussão ruim na imprensa em todo o mundo, no que concerne à nossa resposta à dimensão de saúde da pandemia. Quero apenas mencionar que o esforço foi enorme: o governo federal transferiu mais de 15 bilhões de dólares para governos estaduais e municipais combaterem a pandemia. Nós estamos realizando 45.000 testes ao dia. O governo federal distribuiu mais de 250 milhões de equipamentos de proteção

individual, mais de um por pessoa, distribuiu mais de 13 milhões de testes diagnósticos, certificou mais de 12.000 unidades de terapia intensiva, e 10.000 ventiladores em todo o país.

O Brasil participa, como todos sabem, em várias iniciativas internacionais para promover o desenvolvimento de insumos e ferramentas para combater a COVID, incluindo vacinas, como o *Acelerador ACT* e a *Chamada para Ação Solidária*. Temos um acordo com a Universidade de Oxford para a aquisição de vacinas, mas estamos trabalhando em várias frentes, tentando cooperar no desenvolvimento de vacinas. Acreditamos que poderemos ter 13 milhões de doses em janeiro e que poderemos ter capacidade produtiva instalada para produzir 40 milhões de doses por mês em meados de 2021. Estamos certos de que poderemos dividir parte disso com países com os quais cooperamos. Destarte, esperamos poder atender as necessidades nacionais e também repartir e cooperar com outros países. Alguns projetos nacionais de vacina também estão em andamento.

Com relação ao apoio doméstico para pessoas vulneráveis, hoje temos aproximadamente 67 milhões de brasileiros que estão recebendo benefícios emergenciais. Isso está permitindo que as pessoas basicamente se mantenham vivas, porque muitas pessoas trabalham no setor informal ou que perderam seus empregos não teriam outra fonte de renda. Um aspecto importante é que as mulheres são tratadas com o dobro do valor. Quero dizer, mulheres que são chefes de família recebem o dobro do valor do auxílio emergencial. Portanto, todo o conjunto de políticas para lidar com

as consequências econômicas e para a saúde da pandemia chega a 15% do nosso PIB. Isso é muito mais do que a média dos países do G20 e um esforço enorme como esse requer muito trabalho legislativo. Estamos trabalhando nisso todos os dias porque isso tem que ser feito dentro de todos os requisitos constitucionais que disciplinam o gasto público.

E um último ponto, relacionado às populações indígenas, tema que é algumas vezes tratado incorretamente na mídia. É claro que olhamos com a maior atenção para as comunidades indígenas e todas as medidas necessárias para protegê-las têm sido adotadas. As populações indígenas no Brasil são diferentes, algumas são muito mais isoladas, outras mais integradas à população em geral. Por isso, é muito difícil trabalhar, especialmente com essas últimas: como isolar essas populações, o que algumas vezes é mais difícil. Em todo caso, desde março todo tipo de esforço tem sido feito para monitorar e limitar o acesso a comunidades indígenas, visando a não disseminar o vírus. Pensamos que isso tem sido bem-sucedido. Isso é para dar uma ideia geral do que está ocorrendo.

Um ponto último, final: viagens aéreas já estão autorizadas para qualquer país no Brasil e estamos começando a permitir travessias terrestres com todos nossos vizinhos. Estamos prontos para trabalhar com todos eles. Já tivemos discussões com o Peru, que está presente aqui, mas não com todos nossos vizinhos. Com Uruguai e Bolívia, já abrimos as fronteiras, com certos requisitos, e pensamos que esse é o caminho. Temos também de normalizar a vida para as pessoas que vivem em áreas fronteiriças.

Muito obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião de Ministros de Comércio e Investimentos do G20 – 22 de setembro de 2020

Muito obrigado, senhor presidente,

Ilustres ministros e chefes de delegação,

Agradeço à presidência saudita por organizar esta reunião virtual após nossas discussões prévias, muito frutíferas, em março e maio.

A COVID deve ser a ocasião para repensar e examinar seriamente o sistema mundial de comércio e para abordar os problemas que se tornaram tão evidentes durante a pandemia.

Primeiramente, por favor, deixem-me falar sobre como o Brasil está se saindo nesse aspecto. O Brasil enfrentou a crise sem nenhuma restrição às importações e sem nenhuma restrição ao mais fundamental e essencial dos bens, que são os alimentos. O Brasil manteve em plena produção o seu setor agrícola. O agronegócio brasileiro é sustentável e utiliza apenas 27% do território total do país, tem produtividade crescente devido à tecnologia mundial de ponta e é capaz de alimentar 1,2 bilhão de pessoas.

O Brasil também tem a matriz energética mais limpa entre os nossos 20 países aqui representados. Na verdade, no que diz respeito à agricultura e à segurança alimentar, o Brasil manteve tanto a produção quanto a logística necessária para escoá-la para o exterior. Essa é talvez

a maior contribuição que o Brasil deu, não apenas para manter o comércio em funcionamento durante a pandemia, mas também para alimentar o mundo.

Desejo relembrar esse fato para aqueles que difamam o agronegócio brasileiro ou que vilipendiam a abordagem de nosso governo à pandemia com base em notícias falsas e distorções ideológicas. Acreditamos que os compromissos com o comércio aqui expressos não devem ser apenas retóricos, mas traduzidos em atitudes negociadoras concretas. Em alguns aspectos, o mundo pós-COVID parece muito semelhante ao mundo pré-COVID, com elementos como o uso indevido de preocupações ambientais legítimas para objetivos protecionistas.

O Brasil está fazendo sua parte. O Brasil não abandonou o caminho que havíamos adotado antes da pandemia – abertura comercial ambiciosa e políticas orientadas para o mercado em alinhamento com os melhores padrões internacionais. Por exemplo, estamos trabalhando muito para finalizar e concluir o Acordo de Livre Comércio União Europeia-Mercosul e queremos que ele seja assinado o mais rápido possível. Também estamos acelerando as negociações com outros parceiros aqui representados, como Canadá e Singapura.

O Brasil também continua seu esforço para adotar os padrões da OCDE em todos os campos, e estamos pronto para iniciar o processo de acesso à OCDE. Estamos certos de que a incorporação do Brasil à OCDE pode ser uma importante contribuição para a consecução dos objetivos aqui expressos, de recuperação econômica

baseada em políticas de mercado sólidas.

O Brasil também está contribuindo para a reforma e o fortalecimento necessário da Organização Mundial do Comércio com ideias e perspectivas novas. Não podemos mudar a OMC mantendo-a como está ou varrendo para baixo do tapete os verdadeiros desafios que o comércio mundial enfrenta. Queremos também revisitar e dar nova vida aos princípios originais da OMC, especialmente o compromisso de promover um sistema mundial de comércio baseado em políticas orientadas para o mercado. A maioria dos problemas do sistema multilateral de comércio decorre do abandono desse princípio fundamental ao longo dos anos.

O G20 deve apoiar o necessário processo de renovação da OMC de acordo com seu projeto original. Para encontrar aliados, temos de abordar de forma significativa, na OMC e aqui no G20, os problemas da resiliência e da abertura das cadeias de abastecimento, excesso de capacidade, estabilidade do comércio agrícola e da segurança alimentar, luta contra a corrupção, o papel das empresas estatais ou com orientação estatal. Essas são questões-chave com as quais temos de lidar se levamos a sério o objetivo de sair da pandemia com um sistema comercial melhor em um mundo melhor.

Obrigado

Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, na Reunião Informal Ministerial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, à margem da

Assembleia Geral das Nações Unidas – 28 de setembro de 2020

Bom dia a todos, boa tarde,

Excelentíssimo ministro Luís Filipe Tavares, querido amigo,

Senhores ministros e ministras,

Senhora secretária de Cooperação e Negócios Estrangeiros de Portugal,

Senhor secretário executivo da CPLP, Embaixador Francisco Ribeiro Telles,

Todos os outros que nos assistem,

É um prazer estar com os senhores, aqui, neste dia.

Esta reunião informal de ministros e ministras do Exterior da CPLP, à margem da Assembleia Geral, já se tornou uma tradição e é muito importante mantê-la, ainda que por meio virtual.

É uma grande satisfação revê-los e poder intercambiar ideias que nos permitam fortalecer a nossa comunidade.

Mais do que nunca, o contexto nos pede isso, nos pede diálogo, reflexão e cooperação entre os nossos países. A CPLP é formada por países tão diferentes, ainda que irmanados, com perspectivas tão diferentes, e pode enriquecer muito o debate internacional sobre os caminhos em relação à pandemia e o pós-pandemia.

Queria compartilhar inicialmente com os senhores e as senhoras os esforços empreendidos pelo Brasil no combate à COVID e seus efeitos. O governo

federal brasileiro tem coordenado as iniciativas dos estados e municípios de enfrentamento à COVID e apoiado financeiramente ações de combate à pandemia.

O Ministério da Saúde já investiu, nas atuais circunstâncias, o equivalente a mais de 15 bilhões de dólares no fortalecimento do sistema de saúde dos estados e municípios brasileiros. Essa é a grande contribuição do governo federal ao enfrentamento da pandemia nos estados e municípios, já que, por decisão do Supremo Tribunal Federal, coube aos governos estaduais a definição das medidas de isolamento e medidas afins em relação à pandemia.

O governo federal distribui mais de 255 milhões de equipamentos de proteção individual e mais de 13 milhões de testes de diagnóstico. Habilitou mais de 12 mil leitos em unidade de terapia intensiva, exclusivos para tratamento de pacientes com COVID e alocou mais de 10.000 ventiladores pulmonares, entre outras ações. Hoje, o Brasil tem capacidade para processar 45.000 testes diários em parceria entre governo e iniciativa privada.

O Brasil está participando de iniciativas internacionais que buscam acelerar o desenvolvimento e o acesso de todos os países a ferramentas essenciais para o enfrentamento da pandemia, a exemplo do *ACT Accelerator* e o *Solidarity Call to Action*. O Brasil fará parte da governança do *Accelerator* na condição de importante formador de mercado. Além disso, assinamos, em julho passado, memorando de entendimento com a Universidade de Oxford e o laboratório AstraZeneca, que prevê a aquisição de insumos farmacêuticos ativos e transferência

de tecnologia para a produção da vacina no laboratório brasileiro Fiocruz. Com o avanço das pesquisas, é intenção do Brasil colaborar com todos os países irmãos na questão da vacina. Caso a vacina se mostre eficaz, o Brasil receberá cerca de 30 milhões de doses entre dezembro e janeiro próximos, além de 70 milhões de doses adicionais no primeiro semestre de 2021. Quando a capacidade fabril do país estiver instalada, possivelmente já no primeiro semestre de 2021, poderemos produzir até 40 milhões de doses por mês.

Adicionalmente, estão em desenvolvimento seis projetos nacionais de vacinas: dois em Manguinhos/Fiocruz, um em parceria com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Vacinas, dois na Universidade de São Paulo e um no Instituto Butantan.

O Brasil também manifestou interesse em participar da *Covax Facility*, com o objetivo de acelerar o acesso equitativo a futuras vacinas seguras e eficazes contra a COVID-19, ao mesmo tempo em que apoia países de menor renda relativa. Atualmente, a *Covax Facility* trabalha com nove projetos de vacinas, o que permite, também, reduzir o risco de associação com empresas específicas.

Todos esses elementos mostram que tivemos uma preocupação muito grande e uma atuação muito intensa na dimensão da saúde.

Ao mesmo tempo, como nosso presidente Jair Bolsonaro mencionou e enfatizou desde o começo, não esquecemos, não podíamos esquecer a dimensão econômica. O governo federal brasileiro não tem poupado esforços para auxiliar sobretudo a população mais vulnerável durante a crise gerada pela pandemia.

O auxílio emergencial, concedido em cinco parcelas de 600 reais e que será atendido até o final do ano com diferente valor – somando, ao todo, para se ter uma ideia, um valor de mil dólares aproximadamente para cada recipiente – se destina a ajudar os trabalhadores que nós chamamos “sem carteira assinada”, ou seja, informais, autônomos, microempreendedores individuais e desempregados. Importante mencionar que as mulheres que sustentam o lar sozinhas tiveram direito a cinco parcelas de 1200 reais – o dobro. Durante os nove meses de pagamento, portanto, o governo federal terá dispendido o equivalente a 60 bilhões de dólares no auxílio aos segmentos mais carentes da população. No total, o esforço brasileiro de enfrentamento da pandemia já atingiu 8,4% do produto interno bruto, mais do que a média dos países avançados, que foi de 7,1%, e quase o dobro da média dos países emergentes, que foi de 4,3%.

Mencionando agora, especificamente, as ações de cooperação internacional efetuadas pelo Brasil: embora constrangido pela crise financeira em meio a um quadro de fortes restrições orçamentárias, nós logramos atender as solicitações de auxílio de 18 países em desenvolvimento, dos quais nove africanos; dois organismos regionais, entre os quais a Comissão da União Africana; e quatro organizações internacionais, entre as quais a ACNUR e a UNICEF, bem como o Programa Mundial de Alimentos e a Agência de Refugiados.

Os recursos brasileiros, na forma de doações de caráter humanitário, estão permitindo a governos e organismos que aumentem aquisição de equipamentos de proteção individual, *kits* de teste,

medicamentos, insumos médico-hospitalares e ambulâncias. Além disso, deverão ser atendidas solicitações de ajuda recebidas de outros 26 países em desenvolvimento na América Latina, no Caribe e na África, regiões em que a pandemia continua, como sabemos, a afetar gravemente os sistemas de saúde.

Gostaria de destacar, também, que o governo brasileiro está à disposição para considerar, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), aqui do Ministério das Relações Exteriores, novos pedidos de cooperação com os países irmãos da CPLP, tal como já fez em atenção a Moçambique e São Tomé e Príncipe, para reforçar suas respectivas iniciativas nacionais de enfrentamento da pandemia e por meio de contribuição financeira ao Centro Africano de Prevenção e Controle das Doenças da União Africana (CDC África).

No que diz respeito à futura vacina, estimo que poderão ser criados mecanismos de transferência de tecnologia que facilitem o acesso a vacinas para os nossos parceiros internacionais. A Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Butantan, instituições de pesquisa brasileiras, que estão tomando parte em pesquisa internacional para o desenvolvimento da vacina, já manifestaram disponibilidade para

No que concerne à criação de um mecanismo de apoio entre os estados membros da CPLP em situação de emergência, sabemos que o tema vem sendo objeto de discussões em pelo menos três reuniões ministeriais da CPLP – saúde, administração interna e defesa –, o que é revelador da importância que nossos países já estão conferindo ao tema. O Brasil está disposto a avançar nessa

discussão. Para isso, devemos considerar as iniciativas já aventadas nessas referidas reuniões e buscar estabelecer um diálogo entre essas três instâncias, de forma a gerar uma proposta única que represente um avanço real na nossa capacidade de cooperação na CPLP, mas que também seja fundamentalmente realista, seja exequível.

Como já fizemos por ocasião das tragédias pelas passagens dos ciclones Idai e Kenneth pelo território de Moçambique, estamos prontos a compartilhar com os nossos parceiros da CPLP o conhecimento sobre estratégias de intervenção em situações de crise sanitária e calamidade, como a que hoje enfrentamos.

Para finalizar, se posso agregar o que nos parecem ser, não algumas lições, mas alguns pontos de reflexão necessários a partir do que estamos vivendo diante da pandemia, que não estão diretamente relacionadas, talvez, ao dia a dia do enfrentamento, seja na saúde seja na economia, mas que são importantes reflexões de fundo, a nosso ver.

Uma delas é de que é fundamental, em situações como essa, a liberdade de expressão e a liberdade de circulação de informações. Talvez, parte dos problemas pudesse ter sido ao menos minorada se tivesse havido, desde o começo, maior circulação de informações sobre a COVID, sobre o vírus, sobre formas de propagação etc.

É fundamental que, diante de uma emergência como essa, não sujam pretensões de estabelecer órgãos de controle da verdade. Não pode ser a mídia nem nenhum organismo internacional que decidam o que é

verdade. A verdade pode surgir apenas da livre circulação de informações, da interação entre todos os tipos de agência de pesquisa, sejam públicas, sejam privadas, e cidadãos individuais. No Brasil, vivemos isso, esse problema da emergência de certas correntes que pretendiam controlar a verdade. Perdeu-se, aqui, a oportunidade de aplicar mais cedo e mais extensamente, por exemplo, a hidroxicloroquina no tratamento precoce da COVID. Poderíamos, certamente, ter salvo mais vidas. Essa rejeição, nesse caso, à hidroxicloroquina se deu por uma politização do tema pela mídia e por determinadas correntes políticas.

Da mesma maneira, a discussão sobre os méritos do isolamento social e diferentes mecanismos de isolamento social foi abafada e foi, digamos assim, demonizada pela mídia e por alguns círculos de políticos igualmente. Criou-se, aqui no Brasil, talvez em outros lugares, aquilo que a gente talvez pudesse denominar o “sanitariamente correto”. Assim como existe o “politicamente correto”, que é um grupo de dogmas que aponta aquilo que pode ser dito e aquilo que não pode ser dito, aquilo que pode ser discutido e aquilo que não pode ser discutido, agora, na COVID, surgiu uma tentativa de se controlar a partir de finalidades políticas, e não científicas, a verdade do tratamento, a verdade do isolamento social e outros aspectos da pandemia.

Outro aspecto é que a devastação econômica que todos os países sofreram em função da reação à COVID não pode se repetir. Se tivermos novas pandemias, teremos que, como comunidade internacional e como países individuais, repensar seriamente as consequências econômicas de qualquer resposta.

Isso nos leva, também, à necessidade de repensar as instituições multilaterais que estiveram envolvidas no enfrentamento da pandemia, começando pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A OMS, com toda a importância que se lhe reconhece, que o Brasil reconhece, pecou por incoerência e por falta de transparência em momentos decisivos. Temos que rever a OMS, temos que rever a sua resposta à pandemia sem nenhum ânimo de contestação, mas com o ânimo de, justamente, chegar à verdade dos fatos e nos preparamos melhor para futuras situações como essa. Essa revisão da OMS tem que ser parte de um repensar, a nosso ver, do sistema multilateral. Vemos que, em muitos casos, o sistema multilateral, não só a OMS, carece de transparência e carece de que os estados membros, em cada caso, retomem o papel de liderança nesses organismos.

Bem, dito isso, gostaria de agradecer a atenção dos senhores e reiterar que a CPLP, no nosso entendimento, pode e deve ser um elemento e um espaço fundamental de discussão e de contribuição para as ideias que a comunidade internacional precisa desenvolver e sobre as quais precisa refletir a partir da experiência com a pandemia.

Muito obrigado

Discurso do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, por ocasião da 50ª Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA – 20 de outubro de 2020

Excelentíssimo senhor Darren Henfield, chanceler de Bahamas, a quem cumprimento pela eleição para presidir esta Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos,

Senhoras e senhores Ministros,

Senhor Secretário-Geral da OEA, meu caro amigo Luis Almagro,

Senhor Secretário-Geral Adjunto, Néstor Méndez,

Senhoras e senhores,

Neste ano, a Assembleia-Geral Ordinária da OEA ocorre em momento desafiador para o nosso hemisfério. Com redobrado empenho, a Secretaria-Geral e as missões de nossos países têm sabido superar as limitações impostas pela crise sanitária para manter a Organização em funcionamento.

Antes de tudo, quero lamentar cada uma das perdas de vidas humanas sofridas durante a pandemia e reiterar o compromisso do Brasil de cooperar no enfrentamento dessa pandemia e de suas consequências com todas as nações do hemisfério.

A COVID não pode ser, entretanto, ocasião para retrocedermos nos objetivos centrais da nossa Organização: democracia, segurança e desenvolvimento. Ao contrário, precisamos perseguir esses objetivos com ainda mais determinação.

Portanto, os desafios da pandemia não podem servir de pretexto para que mandatos já acordados no âmbito da Organização sejam postos de lado. Não podemos deixar que arrefeçam os esforços realizados para o fortalecimento da democracia e seu

pleno restabelecimento em todos os lugares do hemisfério onde se faça necessário. O Brasil vem atuando com afinco para evitar que, no contexto da pandemia, regimes antidemocráticos tentem extrair benefícios de um redirecionamento das prioridades internacionais.

A crise sanitária tampouco pode servir de escusa para violações de direitos humanos por parte de tais regimes. Ao adotar a Carta da Organização e outros instrumentos, como a Carta Democrática Interamericana, nós aqui, todos, assumimos o compromisso de promover e defender a democracia e os direitos humanos no continente. Temos o dever moral e a obrigação política, diante de nossos povos, de respeitar e fazer respeitar os compromissos assumidos por cada um de nós.

A OEA é, antes de mais nada, a casa da democracia nas Américas. Assim é como o Brasil concebe essa Organização. Quero, aqui, enaltecer os esforços dos países-membros que têm trabalhado vigorosamente por esse ideal, entre os quais me orgulho de contar o Brasil. E enalteço, também, particularmente, o trabalho, a dedicação e a visão do Secretário-Geral Luis Almagro em favor da democracia no continente.

Estamos diante de novas ameaças à democracia e aos direitos humanos nas Américas, ameaças oriundas da ligação de projetos políticos com o crime organizado. Temos que reconhecer essas ameaças pelo que elas são e não pelo que gostaríamos que fossem. A OEA não pode ser um espaço para o politicamente correto. Precisa ser um espaço para o corajosamente democrático, para a formulação de ideias e ações

concretas em defesa da liberdade e da justiça. Cada vez mais, assistimos, no hemisfério, à imbricação entre projetos de poder totalitários, que se chamem “Socialismo do Século 21”, “Foro de São Paulo”, como quer que seja o nome, com o crime, em suas várias formas. O crime, tal como o narcotráfico, o terrorismo, o tráfico de pessoas e de metais preciosos, a corrupção. Esse grande pacto político-criminoso constitui, hoje, o grande desafio que precisamos enfrentar. É necessário estudá-lo, entendê-lo e combatê-lo. Podemos, se o vencermos, construir uma região verdadeiramente livre, como sonharam os nossos fundadores: próspera e segura. Do contrário, poderemos assistir à formação de um gigantesco império do crime, da miséria e da opressão.

Senhor Presidente,

A situação na Venezuela nos mostra hoje tudo o que não queremos e aquilo que podemos nos tornar se não agirmos. A Venezuela é a linha onde hoje se enfrentam o ideal democrático e o complexo político-criminoso, um laboratório sombrio de novos totalitarismos.

Não se trata, apenas, de um sistema que retira a todo um povo as suas liberdades civis, embora isso já fosse gravíssimo. É mais do que isso. É um mecanismo perverso de desconstrução social, econômica e moral, não só da Venezuela, mas de todas as nações latino-americanas. Faz parte de uma rede hemisférica que não desistiu de conquistar o poder em toda a região.

É triste ver essa grande nação, a Venezuela, com suas tradições democráticas, suas riquezas, transformando-se, hoje, numa espécie

de templo da tirania que inspira aquelas figuras nefastas que desejam espalhar esse mesmo pesadelo por toda a região. Infelizmente, “Venezuela” tornou-se sinônimo dessa nova e velha utopia da destruição e da desumanização.

Há que mudar esse significado. “Venezuela” pode e deve voltar a ser o nome de uma grande nação livre. “Venezuela” pode e deve ser o nome de uma grande batalha pela liberdade, uma batalha que podemos vencer pelo poder da paz e da justiça, se não tivermos medo de propugnar pelas nossas convicções e pelos nossos ideais.

O regime ditatorial na Venezuela se sustenta, portanto, por esse complexo de imbricação com o crime organizado. O regime faz parte desse complexo. A tragédia humanitária deteriora-se a cada dia nesse querido país, a Venezuela. A violência do regime ilegítimo contra a população prossegue, assim como o bloqueio à assistência internacional. Os crimes de lesa-humanidade cometidos pelo regime de Maduro foram, mais uma vez, postos à luz pelo contundente relatório da Missão Internacional de Verificação de Fatos sobre a Venezuela.

Diante de tudo isso, o Brasil exorta toda a comunidade internacional a mobilizar-se em favor do retorno da democracia à Venezuela. É preciso que os países que ainda prestam algum tipo de apoio à ditadura, à tirania de Maduro, seja de forma voluntária ou por omissão, passem a trabalhar pelo bem do povo venezuelano, que é o bem de toda a humanidade, com a vigência dos direitos humanos e da democracia.

Todos os países necessitam compreender que, na Venezuela, hoje, o que temos diante não é simplesmente um processo clássico de uma difícil transição rumo à democracia, muito menos uma simples questão ideológica. É um embate entre a liberdade, o direito, a paz, de um lado e, do outro lado, o crime. Países que se dizem contrários ao terrorismo não podem apoiar a ditadura venezuelana, que alberga o terrorismo. Países que se dizem favoráveis aos direitos humanos não podem apoiar a tirania de lesa-humanidade de Maduro e seus asseclas. Países que prezam pela autodeterminação dos povos não podem seguir apoiando um sistema oriundo de farsas eleitorais, como a pseudoeleição presidencial de 2018 e a pseudoeleição parlamentar que se aproxima.

A autodeterminação dos povos pertence aos povos, e não às tiranias que os oprimem. Sejam claros: o regime de Maduro deriva seu poder, como insisto aqui, de uma estrutura criminosa. Não estamos falando de um ator político normal. Existem provas abundantes da sua ligação com o crime, por exemplo, o relatório do Conselho de Direitos Humanos sobre a questão do Arco Mineiro do Orinoco. Essas ligações precisam continuar a ser investigadas e trazidas à luz do dia.

Esse regime não tem quaisquer condições ou legitimidade para convocar ou conduzir um processo eleitoral limpo e justo. Essa fraude eleitoral, convocada para dezembro, deve ser firmemente rejeitada pela comunidade internacional. Uma transição rápida e pacífica para a democracia, conduzida pelos próprios venezuelanos, é o caminho certo para a estabilidade, a recuperação e o

retorno à prosperidade. E para reavivar a esperança de que todos esses valores – da liberdade, da prosperidade e da segurança – prevaleçam em todo o hemisfério.

O Brasil está convencido de que esta Assembleia-Geral deve ser o momento fundamental para esse empenho. Deve ter, como um de seus principais resultados, a aprovação de uma resolução sobre a Venezuela, com mandatos concretos contra o esquema de Maduro e em favor da democracia. Seguimos empenhados em coadjuvar os esforços do povo venezuelano para alcançar um futuro pacífico, próspero e democrático.

No Brasil, por meio da Operação Acolhida, recebemos, de modo digno e solidário, milhares e milhares de nacionais venezuelanos que buscam abrigo em território brasileiro. Mas estamos convencidos de que a única solução para o drama humanitário da Venezuela é o pleno retorno desse país à democracia.

Em outra frente, senhor Presidente, devemos dedicar nossos melhores esforços à busca de soluções conjuntas sobre as ações antidemocráticas de Daniel Ortega na Nicarágua. Entre outras iniciativas, é necessária e urgente uma reforma do sistema eleitoral daquele país. Devemos buscar formas de atender às demandas legítimas da sociedade nicaraguense, como o retorno dos mecanismos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Comissão do Conselho Permanente da OEA. Instamos o governo nicaraguense a participar, de boa-fé, do diálogo com a oposição, sem instrumentalizar a negociação para fins espúrios.

Caros colegas,

O governo brasileiro segue engajado na luta contra o crime organizado transnacional. É cada vez mais robusta nossa participação, de maneira coordenada e construtiva, em mecanismos interamericanos contra a corrupção e contra o terrorismo. Esse trabalho, com a defesa da democracia e a busca do desenvolvimento, constituem um só sistema. São um e o mesmo.

Do mesmo modo, o Brasil mantém seu firme compromisso com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, inclusive apoiando a agenda de reforma de procedimentos e práticas da CIDH. Também advogamos, firmemente, em favor da liberdade religiosa e da família, bem como da plena igualdade entre homens e mulheres.

Todas essas dimensões se somam, e a OEA constitui um espaço privilegiado onde podemos promovê-las em conjunto: a democracia, os direitos humanos, a segurança, o desenvolvimento.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Ministros,

Faço, aqui, um apelo para que sigamos firmes na luta em prol das principais bandeiras do nosso hemisfério: respeito à democracia e aos direitos humanos, a promoção da segurança e do desenvolvimento dos nossos povos. Duzentos anos depois da independência em relação ao regime colonial, nossos ideais, hoje, requerem uma nova independência: a independência frente ao complexo político-criminoso que nos ameaça.

O Brasil mantém intacto seu engajamento com as iniciativas da OEA a partir de uma perspectiva que une todas as dimensões de trabalho

desta Organização. Reafirmo, portanto, o compromisso do Presidente Jair Bolsonaro e de seu governo de colocar o Brasil, de maneira inequívoca, ao lado dos ideais mais caros dos nossos povos, representados, nesta Organização, e centrados no valor sagrado da liberdade.

Muito obrigado

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, na formatura da Turma João Cabral de Melo Neto (2019-2020) do Instituto Rio Branco - Brasília, 22 de outubro de 2020

Bom dia a todos,

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro,

Excelentíssima Primeira-Dama, Senhora Michelle Bolsonaro,

Excelentíssimo Senhor Antônio Hamilton Martins Mourão, Vice-Presidente da República,

Excelentíssima Senhora Paula Mourão,

Excelentíssima Senhora Embaixatriz Maria Eduarda de Seixas Corrêa, minha esposa,

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado que tanto brilham aqui esta ocasião,

Demais autoridades,

Senhor Senador Nelsinho Trad e Senhor Deputado Eduardo Bolsonaro, Presidentes das Comissões de

Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em nome dos quais cumprimento todos os demais parlamentares presentes,

Excelentíssimo Senhor Embaixador Otávio Brandelli, Secretário-Geral das Relações Exteriores,

Excelentíssima Embaixatriz Rosa Brandelli,

Excelentíssima Senhora Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, Diretora do Instituto Rio Branco,

Senhores Membros do Corpo Diplomático,

Senhoras e Senhores,

Quero inicialmente saudar aqui, muito especialmente, os formandos. Os formandos da Turma João Cabral de Melo Neto do Instituto Rio Branco, justamente neste ano em que o nosso instituto completa 75 anos, três quartos de século de vida. Quero saudar as famílias dos formandos também, muito especialmente e, falando em família, Maria Eduarda, minha companheira nessa pequena tarefa de tentar ajudar o Presidente Jair Bolsonaro a mudar o Brasil e tentar ajudar o Brasil a mudar o mundo.

Uma saudação muito especial à querida Professora Sara Walker com quem aprendi, acho que a maior parte do inglês que eu sei e dizer da imensa gratidão minha e de tantos diplomatas brasileiros ao trabalho da Professora Sara Walker, não apenas no ensino da língua inglesa, mas no passar a profundidade desse maravilhoso instrumento de comunicação que é a língua inglesa, com a sua

profundidade, com a sua simplicidade e a sua sabedoria.

Quero expressar minhas condolências e de todos nós pela perda de tantas vidas que tem ocorrido em função da Covid e, especialmente, meus sentimentos pelo falecimento ontem à noite do querido Senador Arolde de Oliveira que faleceu no Rio de Janeiro aos 83 anos e queria expressar as nossas condolências também por pessoas que falecerem de todas as doenças de todas as causas nesse mesmo período, não apenas da Covid, obviamente.

Gostaria de parabenizar os formandos pela escolha do patrono da turma, João Cabral de Melo Neto, por ser um poeta e diplomata. Modestamente, considero-me também as duas coisas, diplomata e poeta.

Durante muito tempo achei que se tratava de dois ofícios muito diferentes, duas vocações quase incompatíveis, que poderiam talvez conviver na mesma pessoa, mas não na mesma personalidade, como água e azeite que podem estar no mesmo jarro mas que não se misturam. Poesia e diplomacia constituem-se ambas num trabalho com a linguagem, coabitam na linguagem, mas – pensava eu – tampouco se misturam.

Poesia é expressão do sentimento, segundo a definição romântica, que eu acho que é a melhor que existe, mas também, se preferirem outra definição, poesia é a exploração da realidade humana através da linguagem posta em liberdade. Ou ainda: poesia é quando você não precisa ir até o final da linha. Que é uma brincadeira, mas que, no entanto, aponta, igualmente, para o aspecto libertário da poesia, sua busca pela

essência, pelo “algo” determinante, dentro de um campo vazio, o mistério da criação de sentido e geração de sentimento a partir do caos e da inércia da matéria, que no fundo é o mistério da humanidade. Então: Libertação, exploração, aventura, sentimento, essência, criação, mistério. A poesia se nutre de todos esses alimentos e ao mesmo tempo nutre com eles a alma humana.

Já a diplomacia, pensava eu, nada tem a ver com poesia. No exercício diplomático a linguagem aparece como instrumento para a concatenação de propósitos entre duas ou mais partes com vontades distintas. Na diplomacia e em sua linguagem, nesse entendimento, não haveria liberdade, mas apenas a sujeição a regras rígidas de forma e conveniência; não haveria sentimento, mas apenas interesse; não haveria aventura, mas apenas prudência; não haveria mistério, mas apenas informação. Não haveria criação.

Hoje não penso assim, e quero encorajar os formandos, e a todos os colegas diplomatas, a não pensarem assim. Há alguns anos comecei a pensar diferente, e a cada dia vejo com mais clareza que precisamos de poesia na diplomacia, que a diplomacia também pode criar e libertar. Que a diplomacia, como todas as atividades do ser humano, está pronta a receber o vento do espírito. A diplomacia pode ajudar a libertar o pensamento, libertar a língua, libertar a grande nação brasileira e o próprio mundo, da pobreza material e da pobreza de espírito.

A diplomacia pode e precisa ter sentimento e expressá-lo.

A diplomacia pode e deve aventurar-se, constituir-se numa aventura intelectual e sentimental, romper as fronteiras da mediocridade e embrenhar-se no mistério da existência.

A diplomacia pode ser lírica, pode ser dramática, mas também pode ser épica. A diplomacia pode ter bandeira e pátria.

A diplomacia pode pensar. A diplomacia pode falar.

Para mim isso foi uma descoberta transformadora, e quero compartilhá-la com todos aqui.

Vocês, da nova turma, chegam a um Itamaraty que se renova, que se abre ao mundo das ideias, que sai de um pequeno açude de clichês, frases feitas e lugares-comuns para mergulhar no oceano da vida do espírito, que é o conteúdo fundamental da vida humana. Um Itamaraty que sai de si mesmo para entrar no Brasil.

Os seguintes versos do Auto do Frade, de João Cabral de Melo Neto, representam bem este momento da nossa Casa:

“Acordo fora de mim,

Como há muito não fazia (...)

Acordo fora de mim:

Como fora nada eu via

Ficava dentro de mim

Como vida apodrecida.

Acordar é reacordar-se

Ao que em nosso redor gira.”

O Itamaraty ficou muito tempo preso dentro de si mesmo, cantando glórias passadas, lustrando troféus antigos e esquecendo-se de jogar o campeonato deste ano. Fazendo marcas na parede para contar quantos dias faltam até a próxima remoção. Vivendo no intelecto a vida apodrecida de conceitos ultrapassados, superficiais, satisfeito com a própria fama.

Em seu discurso na noite da vitória, quase exatamente dois anos atrás, em 28 de outubro de 2018, o Presidente Jair Bolsonaro, então recém-eleito, proclamava: Vamos libertar o Itamaraty!

E era disso que precisávamos, Senhor Presidente: libertação.

O poema de João Cabral de Melo Neto que acabo de citar é sobre Frei Caneca, no momento em que o tiraram de seu calabouço para ser executado, executado por amor à pátria, essa pátria então ainda no berço. Executado pelo sentimento de liberdade, que é impossível de sufocar nos grandes homens e nas grandes mulheres, nos mártires, visionários, criadores e líderes que pontuam a aventura humana.

Precisamos de libertação. Libertação para que despertemos e voltemos a enxergar o Brasil e o mundo.

Então digo à nova turma, digo aos colegas:

“Acordar é reacordar-se

Ao que em nosso redor gira.”

João Cabral possuía uma grande sensibilidade para o sofrimento do

povo brasileiro, plasmado em sua obra-prima, *Morte e Vida Severina*.

Como muitos de sua geração, tinha a percepção clara do problema secular do Brasil, da causa central do sofrimento de seu povo: aquilo que Raymundo Faoro chamou o “patronato político brasileiro”, o sistema de clientelismo construído por uma oligarquia corrupta.

Mas a resposta de muitos da sua geração, e talvez do próprio João Cabral, a esse gigantesco e premente problema, dirigiu-se para o lado errado. Para o lado do marxismo e da esquerda. Sua utopia, esse “comunismo brasileiro” de que alguns ainda estão falando até hoje, consistia em substituir esse Brasil sofrido, pobre e problemático por um não-Brasil.

Um Brasil sem patriotismo, sujeito naquela época, anos 50, 60, aos desígnios de Moscou, e hoje, nesse novo conceito de comunismo brasileiro, sujeito aos desígnios sabe-se lá de quem.

Um Brasil materialista, do ser humano sem sua dimensão espiritual, esse grande roubo do espírito que na época se realizava pela redução de tudo ao aspecto econômico (e com uma péssima noção de economia, diga-se de passagem) e ao conceito de classe, e que hoje atua pela redução de tudo a conceitos como gênero, raça e outros.

Um país que eles queriam “libertar” por meio da ditadura do proletariado. Hoje pela ditadura do politicamente correto e da criação de órgãos de controle da verdade.

Um Brasil que queriam submeter, como o resto do mundo, à sua

dialética, que como sabemos não é a dialética dos diálogos platônicos da busca pela verdade que cada um traz guardada dentro de si, mas a dialética no sentido da relativização da verdade, onde a verdade é tudo aquilo que serve ao poder do partido.

E, pior de tudo, a utopia de um Brasil sem Deus, de um povo brasileiro arrancado aos braços de sua fé cristã. Como dizia Dostoievski, um povo sem Deus não merece o nome de povo, e era justamente isso que os comunistas de todas as épocas queriam e querem, destruir o povo em sua organicidade viva e sentimental e transformá-lo em uma massa. Foi assim na revolução soviética que destruiu a velha Rússia de Dostoievski, e assim querem fazer hoje, por exemplo, aqui tão perto de nós, no Chile, destruindo igrejas e imagens e assim quiseram e quererão sempre fazer no Brasil. Com o agravante perverso, de que no nosso caso, em que tentaram destruir a fé cristã não apenas de fora, mas também de dentro. Não queimaram, ainda, igrejas, mas inventaram a infame teologia da libertação, que nem é teologia nem muito menos de libertação, mas sim um instrumento para corromper e estraçalhar a fé e a espiritualidade natural dos brasileiros, uma tarefa em que, reconheça-se, na qual avançaram muito.

Então, os diferentes marxismos e esquerdismos tentaram enfrentar o tradicional poder oligárquico corrupto brasileiro, mas não porque amassem o povo brasileiro, sofrido e oprimido. Ao contrário. Sim porque adoravam e ansiavam pelo poder que as oligarquias detinham. A partir de 2002, esperava-se ver o grande embate entre as esquerdas e as oligarquias. Mas não foi o que aconteceu. Porque as esquerdas e as

oligarquias não queriam coisas opostas, mas a mesma coisa, o poder. Deu-se então o grande amálgama entre a ideologia esquerdista e o patronato político brasileiro, o que produziu esse grande paroxismo, essa grande orgia de corrupção. Quando a esquerda e a oligarquia se encontraram, descobriram que eram irmãos há muito tempo estranhados, ambos filhos do cinismo e da sede de poder, abraçaram-se e puseram-se a roubar o povo brasileiro.

Milagrosamente, interrompemos essa marcha para o abismo. Como? Porque o povo brasileiro, como no poema de João Cabral de Melo Neto acordou e conseguiu olhar para fora, para fora daquela vida apodrecida, e configurou uma esperança, e encontrou um líder, que é o nosso Presidente, que conhece e ama esse povo e nos ensina a conhecer e amar esse povo. Esse povo que sofre, mas que crê em Deus, que crê sobretudo no Deus incarnado, que sofre e, pelo sofrimento, liberta. Esse povo que é cristão e conservador, Severinos e Severinas que são cristãos e conservadores.

Severina era uma a moça paraibana que veio do agreste para Brasília nos anos 60 fugindo da pobreza, como o Severino, de João Cabral de Melo Neto, e que juntamente com meus pais, me criou praticamente desde que nasci e tornou-se parte da nossa família. Lembro-me de uma vez, lá por 1986 ou algo assim, quando estávamos em família vendo televisão e apareceu o programa partidário do Partido Comunista do Brasil. Logo Severina exclamou: “Nossa, eu odeio esse negócio de comunismo.” Na tela o presidente do Partido falava do ideal comunista de libertar todos os povos do planeta, ou algo assim. E Severina comentou indignada: “Hum, mentira. Eles são contra Deus.”

Severino e Severina sabem muito mais do que a maioria dos acadêmicos.

Por isso o povo brasileiro, esse povo Severino, confia no Senhor, Presidente, porque o Senhor fala de liberdade e do poder libertador da verdade, porque o Senhor fala de Deus. Fala de Deus como Aquele em que o Senhor realmente crê, fala de liberdade como aquilo que realmente sente.

Esse povo scandaliza os intelectuais prudentes e sofisticados, esse povo revolta os esquerdistas que o detestam, amedronta os antigos e os mais recentes donos do poder. O poder oligárquico pela primeira vez está efetivamente ameaçado. A oligarquia e a esquerda se acasalaram confortavelmente, mas diante do povo, elas tremem.

Somente a fé verdadeira deste povo cristão e conservador proporciona a couraça moral e o coração palpitante de amor patriótico para enfrentar o dragão da maldade.

Este povo Severino, esta grande nação Severina é o que queremos levar para o mundo.

Para isso, precisávamos libertar o Itamaraty e despertar o Itamaraty. Esta nova turma, quero crer, já nasce com os olhos abertos, já chega com o sorriso de quem sabe que está ingressando, não numa burocracia talvez um pouco mais glamorosa do que outras burocracias, muito menos numa espécie de ONG incrustada no governo federal, mas sim numa grande demanda, no sentido medieval, numa aventura nacional e mundial de proporções históricas, uma “*Gigantomachía perí tes Ousías*” para usar a expressão de Platão, um

combate de gigantes pela essência, pela essência da pátria, pela essência da nossa civilização, pela essência e dignidade do próprio ser humano.

Não apenas o brasileiro, mas todo ser humano é um Severino que sofre no mundo por todos os tipos de problemas, peregrino num vale de lágrimas, mas que possui uma dimensão espiritual, que é feito à imagem e semelhança do criador como acreditamos os cristãos, que possui uma alma imortal como demonstrava Platão, e que somente pelo reconhecimento e cultivo dessa dimensão espiritual poderá exercer plenamente sua humanidade e sua liberdade. Não é que o ser humano tenha aspirações à transcendência, o ser humano é uma permanente aspiração à transcendência.

O iluminismo não deu resposta a essa aspiração, quis resolver os problemas e contradições humanas matando o espírito. “*Écrasez l’infâme*”, pedia Voltaire, esmagai o infame ou a infame. Normalmente se considera que ele se referia à Igreja católica, mas penso que em última instância ele queria esmagar Deus, o Cristo, o espírito humano, o próprio homem em sua essência indefinível, que escapa à lógica.

O marxismo depois procurou transformar o homem de um trabalhador explorado, mas que, pelo menos, tinha o direito de rezar e pela fé respirar o ar da transcendência, em um trabalhador ainda mais explorado, mas que já não reza porque Deus foi proscrito.

Hoje temos o globalismo e o politicamente correto tentando consertar a humanidade sem entendê-la, sem amá-la, “salvar a humanidade de si mesma” como sustentou absurdamente uma Embaixadora aposentada, que deveria ser o objetivo

da política internacional. Tentam salvar a humanidade de si mesma construindo um ser humano artificial, um androide, sem sentimento, sem instinto, sem sexo, sem família, dominado por mecanismos de controle social e psicolinguístico. Um ser humano constituído pela estranha mistura de indignação furiosa e passividade letárgica. Fúria diante de falsos problemas criados pelo gigantesco mecanismo de manipulação do discurso e incutidos na sua cabeça. Passividade diante da corrosão de sua nobreza intrínseca, diante da corrosão de suas liberdades fundamentais, de seus direitos, que estão todos lá, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, mas que o globalismo esqueceu.

Nada disso pode dar certo.

A liberdade do ser humano reside na sua espiritualidade. Sem ela o homem é escravo do ciclo inútil do viver e do morrer. Sem ela o intelecto torna-se puramente calculador desprovido de poesia e criatividade. Sem a espiritualidade o homem perde o bom-senso e a capacidade de navegar num mundo de difíceis julgamentos morais, caindo em um dos extremos: ou a permissividade absoluta ou esse estranho hipermoralismo da atualidade, muito mais restritivo que o da era vitoriana. “Se Deus não existe, tudo é permitido”, pensava o personagem de Dostoiévski, e se deu mal. “Se Deus não existe, nada é permitido”, afirmou Jacques Lacan nos anos 60, reconhecendo – cinicamente ou não – que a perda da transcendência faz do homem um permanente escravo do medo. A falta de transcendência faz o homem dobrar-se à arbitrariedade.

Só existe democracia, ou seja, só existe controle externo do poder, quando existe um valor maior externo ao poder. Essa é uma das principais lições do magnífico livro *Du Pouvoir*, do historiador Bertrand de Jouvenel. Se as leis não correspondem a alguma lógica que as transcenda, a um sentimento inato de justiça, à fé em alguma ordem das coisas, chamemos isso de Direito Natural ou como seja, essas leis podem tornar-se arbitrárias e opressivas. Isso porque o sentimento de justiça e a moralidade não são deriváveis puramente da estrutura material do universo. Não há justiça nem expectativa de justiça no mundo da química, da física e da biologia. No pensamento materialista não há como justificar a justiça. Não há nem nunca poderá haver comprovação científica da dignidade humana. A ordem moral, a percepção do bem e do mal, pressupõe uma dimensão vertical do ser humano, que transcende a dimensão horizontal da natureza. Na construção materialista só existe o poder. A lei é ali um instrumento do poder e a ele se subordina. No materialismo a verdade se subordina ao poder e às suas conveniências, somente na presença da esfera espiritual é que o poder se subordina à verdade. As ideologias amorais do Século XX tiveram seu terreno preparado pelo assoreamento das correntes espirituais do ser humano. Esquecido o espírito, desprezado o espírito, a lei pode legislar para o mal, pode premiar a brutalidade e punir a inocência e não haverá ninguém para contestá-la.

Tanto a liberdade quanto a justiça, portanto, requerem que o homem continue a poder beber do caudal da transcendência.

Alguns aspectos do chamado multilateralismo podem até ser bem-

intencionados, mas jamais alcançarão seus objetivos declarados. Como não creem, os multilateralistas têm medo, têm vergonha de falar em liberdade. Nos discursos de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas deste ano, por exemplo, os Presidentes Bolsonaro e Trump foram praticamente os únicos a falar em liberdade. Naquela organização que teria sido, que foi fundada no princípio da liberdade, mas que a esqueceu.

Sim, o Brasil hoje fala em liberdade através do mundo. Se isso faz de nós um pária internacional, então que sejamos esse pária. Que sejamos esse Severino que sonha e essa Severina que reza e que, no meio de todos os seus padecimentos, sabem que existe um céu mais alto do que o céu, um mar mais profundo do que o mar, como diria o poeta E. E. Cummings. Talvez seja melhor ser esse pária, deixado ao relento do lado de fora, do que ser um conviva no banquete de cinismo interesseiro dos globalistas, dos corruptos e semicorruptos. Este pária não tem o seu nome em nenhuma planilha, não fez negociatas para promover partidos amigos em outros países, não pertenceu ao Conselho de nenhuma grande construtora exportadora de propina.

É bom ser pária. E este pária aqui, este Brasil, esta política externa do povo brasileiro, esta política externa Severina, digamos assim, tem conseguido resultados. Concluímos acordos comerciais com as maiores economias do mundo, como União Europeia e Estados Unidos, restauramos as relações com países de alta tecnologia como Israel e o Japão, criamos parcerias com grandes centros de capital como Arábia Saudita e Emirados Árabes que nos trazem novos investimentos.

Assinamos novos instrumentos com a Índia, aumentamos as exportações do agronegócio, para o mundo árabe e para a China, conquistamos novos mercados nos países da ASEAN, começamos a reconfigurar nossas relações com a África com base no objetivo de ter acordos de livre comércio e cooperação também no combate ao crime organizado. Apoiamos a abertura de novos horizontes de paz e prosperidade no Oriente Médio. Estamos reposicionando o Brasil nas grandes cadeias globais de produção para receber mais investimentos, criar muito mais empregos e tornar-nos uma verdadeira economia de mercado, uma grande potência do agro mas também uma economia industrial e tecnológica de ponta. Estamos trabalhando com grandes parceiros para a reforma das instituições multilaterais, por exemplo, com os EUA na OMC, com a Alemanha, Índia e Japão no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Também reposicionamos o Brasil nos foros de Direitos Humanos. Por exemplo, para defender o direito à vida, à liberdade, à liberdade de expressão e à liberdade religiosa, contra a cultura da morte, contra a instrumentalização das tecnologias de comunicação para fins de controle social, contra a perseguição dos praticantes de qualquer religião, não apenas em defesa concreta do direito de praticar uma ou outra religião específica, mas também em defesa da própria religiosidade e espiritualidade intrínseca do ser humano.

Reposicionamos o Itamaraty e a política externa para enfrentar os verdadeiros problemas e desafios da nossa região, da América do Sul e da América Latina, que se concentram no complexo político-criminoso, do qual a Venezuela de hoje, a

Venezuela do regime de lesa-humanidade de Maduro é apenas a ponta do iceberg.

Ao contrário de muitos multilateralistas, nós, os párias, lemos e acreditamos no que está escrito nos grandes instrumentos multilaterais. Por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa Declaração é um verdadeiro hino à liberdade. A liberdade aparece em praticamente todos os seus artigos. O Artigo 18, por exemplo, estabelece a liberdade de pensamento e de crença. O Artigo 19 consagra a liberdade de opinião e de expressão. O Artigo 21 determina o direito à democracia e diz, com palavras apenas ligeiramente diferentes da nossa Constituição, que todo o poder emana do povo.

Então, quando a nossa Constituição coloca, entre os princípios que devem reger as relações internacionais do Brasil, a prevalência dos Direitos Humanos, é disso que nós estamos falando. Se não defendermos a liberdade religiosa contra aqueles que perseguem pessoas de todas as fés, inclusive contra aqueles que praticam, sim, a Cristofobia, não estaremos cumprindo a Constituição. Se não defendermos a liberdade de expressão contra os riscos da criação de uma sociedade mundial de controle, não estaremos cumprindo a Constituição.

No entanto, quando trabalhamos por esses objetivos, quando nos reunimos com nações amigas que também acreditam na liberdade para defender esses mesmos princípios, algumas pessoas dizem que estamos descumprindo a Constituição. Convido essas pessoas à reflexão e ao autoexame de consciência, pois em alguns casos esses mesmos críticos são pessoas que passam todo o seu

tempo tentando mudar a Constituição para atender aos seus próprios interesses. E quando não conseguem mudar, tentam encontrar maneiras de distorcer a interpretação do texto constitucional para seus objetivos de poder. Ora, a prevalência dos direitos humanos também deve valer dentro do Brasil. Vamos ler o Artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, inciso 3: A Vontade do Povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos.

Chamam-nos de ideológicos. Então vamos ver o que é ideologia. Ora, o conceito de ideologia foi introduzido por Marx e Engels para designar pejorativamente toda essa massa de pensamento, filosofia e sabedoria humanas existentes que atrapalhavam a implementação da sociedade comunista. Expulsavam do campo do saber toda a vida do espírito, para ficar apenas com as relações materiais de produção, e diziam que assim libertariam a humanidade. Mas tudo o que eles consideravam os fantasmas da consciência que mascaravam as relações de dominação, tudo isso simplesmente é aquilo que faz o homem humano, tudo aquilo que permite a um “bicho da terra tão pequeno” como dizia Camões, sonhar e viver uma vida com significado – onde o significado é justamente a liberdade para buscar o significado. A pergunta “qual é o sentido da vida” não tem resposta direta. A resposta é: o sentido da vida é dar sentido à vida. Ou, dito por outro poeta, “aquilo que procuras está guardado no fundo de tua procura”. Ideologia, para Marx e Engels, é proibir a verdadeira procura. Eles querem dialética só para os outros, para solapar as bases milenares do pensamento e destruir a alma. Para si mesmos e para o seu comunismo, querem a certeza impositiva.

Quem hoje nos atira o epíteto de “ideológico” está reproduzindo essa estratégia marxista, que diz que o ideológico é todo o pensamento humano livre para questionar, todo o sentimento humano livre para amar: isso é o que os nossos pragmáticos e isentões querem proibir. Talvez sem saber o que estão fazendo, porque podemos dizer que todo isentão é escravo de algum marxista defunto. Reproduz cada um deles a estratégia marxista porque intui que se trata de um bom caminho para o poder. Mas talvez a explicação seja mais simples: pessoas com baixa capacidade intelectual descobriram que podem parecer inteligentes chamando de ideológico tudo aquilo que não alcançam compreender. Compreendem.

Tachar os conservadores de ideológicos é a epítome da prática marxista-leninista: chame-os do que você é, acuse-os do que você faz. O grande complexo marxista-isentista cria ideologias todos os dias, ou seja, agarra traços da realidade sempre complexa e cambiante e os transforma em sistemas de elocução fechados, que não admitem questionamentos. Assim, tomam o meio ambiente e as preocupações legítimas com esse tema e o transformam em ambientalismo. Tomam a mudança climática e a transformam em climatismo. Tomam a ciência e a transformam em cientificismo. Tomam a iluminação e a transformam em iluminismo. Tomam as instituições multilaterais que podem ser muito úteis para a coordenação entre as nações e as transformam em multilateralismo, a doutrina de que tudo tem que ser resolvido por instâncias superiores aos países. Tomam uma doença causada por um vírus, a Covid, e a transformam, ou tenta transformá-la,

num gigantesco aparato prescritivo destinado a reformatar e controlar todas as relações sociais e econômicas do planeta, o “Covidismo”, chamemos assim. Tudo sempre em nome de causas nobres, tudo sempre tendo como consequência o aumento do poder que manejam esses vários ismos. Do tipo: “quero salvar o planeta... quero salvar vidas... ops... chegou mais poder aqui na minha mão... olha, não era o que eu queria, mas tá bom, fica aqui... que coincidência, não?” Aqueles que nos acusam de ideológicos são aqueles que ideologizam toda a realidade e toda a vida para concentrar poderes. Já têm a solução para tudo e estão sempre à cata de novos problemas para encaixar essa solução. A solução é mais poder para eles, menos poder para as pessoas comuns, menos liberdade para o espírito.

A mídia infelizmente faz parte desse esquema, ao selecionar, manipular e inventar a informação. Antigamente, líamos a imprensa para saber o que estava acontecendo. Hoje, lemos a imprensa simplesmente para saber o que a imprensa está dizendo. Às vezes a imprensa diz coisas interessantes e importantes, portanto isso não é uma crítica. Mas distorce o debate público. Veja-se por exemplo a questão da ciência. Hoje o critério para saber o que é científico ou não deixou de ser a capacidade de cada teoria de explicar a realidade, sendo testada diante dos fatos, e permanentemente sujeita a questionamentos. Não, hoje ciência é simplesmente aquilo que é dito pelos cientistas que têm acesso à grande mídia. Não mais são as teorias que resistem ao teste dos fatos que se tornam aceitas, até serem eventualmente substituídas por teorias que explicam expliquem melhor os fatos. Não, agora são as teorias que

conseguem entrar na mídia as que se tornam, não simplesmente aceitas, mas mandatórias, peremptórias, inquestionáveis, sob pena de banimento. E será que essa seleção pela mídia daquilo que é ou que não é científico, será que isso corresponde a algum interesse político por trás da mídia? Será? Mesmo quando há bilhões e trilhões de reais e dólares envolvidos, mesmo quando está em jogo o poder sobre países inteiros e sobre a estrutura do poder do mundo? Não pode ser. Deve ser teoria da conspiração. Isso de que a mídia está manipulando a informação para dar poder a esse ou aquele grupo de interesses? Não pode ser. Mas tenho a vaga suspeita de que é.

Tenho a certeza de que muitos aqui, e não só aqui, estão despertando e rompendo as paredes da sua prisão mental. Tanto o olhar daqueles que despertam para o Brasil quanto o daqueles que despertam para o mundo convergem na mesma linha de horizonte: a liberdade e o povo. A verdade transcendente como critério que julga o poder, e não o poder como critério que estabelece a verdade.

O exercício da poesia e o da diplomacia também convergem nessa mesma linha, a convicção do valor da nossa dignidade, escrito a cada dia, linha a linha. Levei quase 30 anos para descobrir isso. Sugiro que vocês, formandos, já comecem com essa base, e poderão aprender muito mais coisas do que aprendi, ao longo de suas carreiras, e fazer muito mais coisas pelo Brasil e pelo mundo. Ambas, a poesia e a diplomacia, são expressão do sentimento de amor à pátria e à vida. Ambas são a busca da verdade, a verdade inatingível mas incontornável, e a proclamação dessa busca com seu espírito transformador

e aventureiro, o espírito que sopra onde quer.

Muito obrigado

Intervenções do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, na cerimônia de lançamento dos estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) “A Caminho da Era Digital no Brasil” e “Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil” – 26 de outubro de 2020

Bom dia a todos aqui no Brasil, boa tarde em Paris e em outros lugares,

É um prazer recebê-los todos. Aqui estão, do lado brasileiro, os Ministros Braga Netto, Marcos Pontes e Fábio Faria e o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Leonardo Euler. E, do lado da OCDE, é claro, o Secretário-Geral Ángel Gurría e demais colegas da OCDE, Embaixador Cozendey.

Tenho o prazer de abrir esta cerimônia de lançamento de duas revisões por pares (*peer reviews*) realizadas pelo Comitê de Política de Economia Digital (CDEP) da OCDE, denominadas “O caminho da era digital no Brasil” (“*Going Digital in Brazil*”), no âmbito do Programa “*Going Digital*” (“Tornando-se digital”) da OCDE, e “Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil” (“*Telecommunications and Broadcasting in Brazil*”), a outra revisão por pares.

Como todos sabemos, as análises possibilitam uma oportunidade para a avaliação técnica de políticas

públicas, com diagnósticos e recomendações que visam à troca de experiências e à aproximação das políticas aos padrões e princípios adotados pela organização. As análises devem fornecer subsídios significativos para o aprimoramento das políticas públicas no Brasil. A cooperação com a OCDE é fundamental para a construção de um arcabouço favorável às reformas necessárias ao aumento da competitividade da economia brasileira e à integração com as cadeias globais de valor.

O relatório “O caminho da era digital no Brasil” analisa o cenário atual de diversos aspectos que atuam na digitalização em curso da sociedade brasileira, apontando as oportunidades e os desafios que precisamos superar. O relatório “Telecomunicações e Radiodifusão”, referente aos serviços de telecomunicações, analisa o ambiente institucional e o desempenho desses dois ramos, bem como as suas políticas e regulamentações, tendo a evolução histórica como importante pano de fundo da conjuntura atual.

Alinhado aos anseios da sociedade brasileira por desenvolvimento, prosperidade, boa governança e algumas políticas públicas, o Brasil tem intensificado seu relacionamento com a OCDE, convergindo suas políticas e práticas com os padrões e diretrizes da organização e fomentando a incorporação do arcabouço legal da OCDE, além de trabalhar nas revisões e estudos elaborados em parceria com a organização. O Brasil é, atualmente, o país não membro mais engajado com a organização. Já aderimos a 96 dos 248 instrumentos legais da OCDE. Atualmente, estamos trabalhando juntos em 15 revisões envolvendo

diversas áreas de políticas públicas. Esperamos, nessas circunstâncias, que os membros superem suas diferentes visões sobre a ampliação da organização para que o Brasil possa iniciar seu processo de acesso no curto prazo. O Brasil, agora, conta com o apoio de todos os membros para iniciar os procedimentos, mas eles ainda precisam convergir em relação aos demais candidatos atuais.

Estamos convencidos de que a acesso plena será relevante para a dinâmica das reformas ao intensificar a inserção do Brasil na economia internacional, bem como a adoção de padrões regulatórios mais elevados em benefício de nossos laços econômicos com os países membros. Os dois estudos lançados hoje demonstram como esta corporação pode ser frutífera. As avaliações fornecem um diagnóstico qualificado dos principais desafios para o desenvolvimento de duas áreas estratégicas: a economia digital e as telecomunicações. Elas certamente nos ajudarão a refletir sobre nossas políticas atuais e melhorá-las com base nas recomendações apresentadas.

As conclusões do relatório sobre telecomunicações, nesse sentido, não poderiam ter sido apresentadas em hora melhor. No contexto de mudanças rápidas e da crescente relevância dos dados digitais na economia, uma infraestrutura de comunicações rápida, eficiente e sólida é fundamental para o desenvolvimento social e econômico. E não apenas isso, é fundamental e essencial para a democracia, para a manutenção das liberdades civis e para a boa governança. Essa é uma questão central para o governo do Brasil.

Como afirmou o Presidente Jair Bolsonaro na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil está aberto ao desenvolvimento de tecnologia e de inovação de ponta, como a indústria 4.0, a inteligência artificial, a nanotecnologia e a tecnologia 5G, com quaisquer parceiros que respeitem nossa soberania e prezem pela liberdade e a proteção de dados. As conclusões do relatório estão em linha com a nova abertura às novas tecnologias defendida pelo Brasil. Ele também fornece contribuições significativas para que nossas políticas avancem nessa direção.

“O caminho da era digital no Brasil” faz uma avaliação ampla e precisa de como o país pode promover sua transformação digital. O estudo vai ao cerne de várias questões, que o Brasil agora se dedica a resolver, como a burocracia, maior integração e cadeias globais de valor, bem como políticas mais orientadas por resultados em inovação, infraestrutura, segurança e proteção de dados, entre outros. A implementação das recomendações do relatório permitirá ao Brasil convergir ainda mais com as boas práticas preconizadas nesta área pela OCDE. Esperamos, como um futuro país-membro, continuar a acompanhar as discussões sobre essas questões dentro da organização e contribuir para essas discussões.

Estamos convencidos de que a OCDE também terá muito a ganhar com a acesso plena do Brasil, o que permitiria o reforço e a ampliação do leque de padrões e práticas da OCDE e o fortalecimento de sua presença em outras regiões, especialmente em nossa região. Além disso, a manutenção dos valores fundamentais da OCDE, em torno da liberdade e da democracia. Passo agora a palavra ao

Secretário-Geral da OCDE, Sr. Ángel Gurría, meu caro amigo, o senhor está com a palavra.

Intervenções do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, na cerimônia de lançamento dos estudos da OCDE “A Caminho da Era Digital no Brasil” e “Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil” (2ª parte) – 26 de outubro de 2020

Muito obrigado, Doutor Leonardo Euler de Moraes,

Eu queria agradecer a todos pelas intervenções nesta sessão inicial e dizer que ficou ainda mais claro, me parece, o compromisso do Brasil com a adesão aos parâmetros da OCDE. Ficou claro o nosso empenho em valer-nos da OCDE para orientar nossas políticas, mas, também, a nossa capacidade de contribuir para os propósitos centrais da organização.

O Brasil certamente tem muito a aproveitar com a aproximação e ao tornar-se possivelmente membro da OCDE. Nós acreditamos que a OCDE e os seus atuais membros também têm muito a ganhar ao verem um país das dimensões do Brasil, com a capacidade do Brasil e com o nosso impulso liberalizador e espírito inovador ingressar na organização.

A evolução digital e as telecomunicações constituem hoje, talvez, a linha de frente que decidirá o futuro das sociedades: se serão sociedades livres ou se rumarão para outras opções. A transformação digital e as telecomunicações são extraordinariamente democratizantes, com um potencial enorme de inclusão

social e inclusão econômica, mas também de inclusão política, de inclusão dos cidadãos na condução dos negócios de seus países.

Por outro lado, têm, também, um potencial perigoso, o potencial de favorecer o controle social e a manipulação. O Brasil está inteiramente comprometido, não só com a economia liberal, mas com a sociedade livre. Queremos promover esses ideais na OCDE.

Temos, agora, um intervalo de cinco minutos, se não houver outras observações aqui, antes de procedermos ao painel de discussões e à sessão de perguntas e respostas que, tenho certeza, serão extremamente produtivos.

Muito obrigado a todos

Intervenção do Ministro de Estado Ernesto Araújo no seminário Focus on Africa 2020 – 28 de outubro de 2020

Muito obrigado, muito bom dia a todos,

Não tinha ouvido ainda essa expressão, “*the screen is yours*” (“a tela é sua”), agora, na nossa era da videoconferência. Vou incorporar. Muito obrigado, muito bom dia, doutora Natália Dias, CEO do Standard Bank Brasil,

Temos aqui conosco, também, a nossa equipe em Brasília, destaque para o Embaixador Kenneth da Nóbrega, nosso Secretário para Negociações com a África do Ministério das Relações Exteriores do Brasil,

Senhoras e senhores, audiência que prestigia este evento,

Para mim, uma grande alegria estar com os senhores e com as senhoras, aqui, nesta manhã para nós em Brasília, e queria dizer que, antes de tudo, recebi com grande satisfação esse convite para estar com os senhores, porque falar da África é, também, e muito especialmente, falar do Brasil. E, igualmente, porque estamos muito entusiasmados com as perspectivas de um novo e mais positivo relacionamento com a África. Então, nos dá a oportunidade, não só de falar daquilo que nós estamos pensando e fazendo em relação ao continente africano, quanto, sobretudo, para nós mais, do nosso ponto de vista, ouvir e recolher a ideia, recolher percepções, sobretudo do setor privado.

Concordo inteiramente com essa apreciação de que ao setor público cabe, digamos, preparar o campo de jogo institucional, mas às empresas, aos empreendedores, cabe, realmente, jogar o jogo da aproximação entre os dois continentes. Acho que esse é um conceito absolutamente chave nessa nova política brasileira com a África.

Aliás, esse é um tema interessante do ponto de vista de expressão, para voltar também ao tema de uso do idioma. Tradicionalmente, se diz, aqui no Brasil, “política brasileira para a África”, como se nós, aqui no Brasil, fôssemos capazes de pensar tudo e propor, aos países africanos, uma política, uma série de medidas. Na verdade, a gente tem usado a expressão “política brasileira com a África”, “política do Brasil com a África”, porque temos que construí-la, queremos construí-la em conjunto.

Isso tudo se deve à nossa história, evidentemente, à nossa cultura, à nossa formação, do nosso povo. Agradeço muito à senhora Natália por ter mencionado essa parte de uma alocução que eu fiz ano passado sobre essa conexão entre o Brasil e a África através da nossa formação e, portanto, um Brasil que se quer mais próximo de seu povo. Uma política externa brasileira que se quer feita a partir do seu povo é, necessariamente, uma política com um grande destaque na relação com a África.

E temos, portanto, esse passado, essa cultura que é passado, presente, futuro, e temos esses valores do presente, muito especialmente, diante dos desafios que nos enfrentam: do crescimento econômico, luta contra o crime organizado cada vez mais presente e agora, claro, diante da necessidade de nos recuperarmos após a pandemia. Temos sido afetados dos dois lados do Atlântico Sul, não somente pela dimensão sanitária, evidentemente, mas talvez até mais fortemente pelas dimensões econômica e social. É um desafio imenso, mas é uma oportunidade, também, que está surgindo, o mundo que está surgindo após a pandemia é um mundo onde se redistribuem investimentos, onde se redistribuem papéis, onde as cartas do jogo estão sendo redistribuídas e países como o Brasil, os países africanos, têm oportunidade de se reposicionar nessa trajetória de um mundo pós-Covid.

Desde o começo da nossa administração, em janeiro de 2019, com a posse do Presidente Jair Bolsonaro, nós temos tentado, realmente, reerguer esse país que se reencontra consigo mesmo, que se reencontra com a sua vocação de uma nação livre, de uma nação aberta ao mundo, e essa abertura, não

simplesmente do ponto de vista tradicional da cultura, da imigração, dos contatos, mas, cada vez mais, do ponto de vista econômico. Nós temos um projeto muito ambicioso de transformação do nosso sistema econômico, de abertura, de inserção com base, justamente, num ciclo de crescimento centrado no setor privado.

No ano passado, trabalhamos fortemente com a África, com a ideia de termos esses novos conceitos, novos eixos para nosso relacionamento com a África. Eu vou falar um pouco disso logo mais adiante. Queria destacar, antes disso, que foram vários os contatos, encontros do Presidente Jair Bolsonaro com Chefes de Estado africanos, visitas de altas autoridades brasileiras à África e de dignitários africanos ao Brasil. Só como exemplo, na posse do Presidente Jair Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019, vieram à posse o Presidente de Cabo Verde, o Primeiro-Ministro do Marrocos, os Ministros de Negócios Estrangeiros de Angola e São Tomé e Príncipe. Depois, no contexto da cúpula de Chefes de Estado dos BRICS, em Brasília, o Presidente teve reunião bilateral muito produtiva com o Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa. Ao longo do ano passado, eu, propriamente, tive a oportunidade de receber, no Brasil, várias autoridades africanas, como os Ministros do Exterior do Marrocos, do Togo e da África do Sul.

Com todos esses países, nós temos tido essa oportunidade de procurar novos horizontes, queremos ter, como dizia, uma política conjunta com toda a África, mas, ao mesmo tempo, queremos ter, claro, um trabalho específico com cada um dos países africanos, dadas as potencialidades

diferentes, as características diferentes. Isso também é algo que parece óbvio, mas não necessariamente foi sempre o caso. A ideia de que precisamos ter essa diferenciação, essa especificidade, sempre escutar o que são as prioridades do outro lado e não simplesmente quais são as nossas ideias.

Ainda nesse breve histórico do que já fizemos, em julho do ano passado, 2019, eu tive a honra de chefiar a delegação brasileira à Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Cabo Verde, onde pude comprovar a importância transcendente desse órgão, dessa comunidade, que, inclusive, vai além dos nossos dois continentes, evidentemente com países Europa e da Ásia, também, Portugal e Timor. Mas com, claro, uma grande centralidade no continente africano e nessa relação de reconstruir uma agenda a partir de algo profundo, algo enraizado, como é a língua portuguesa, mas de não nos limitamos a essa dimensão do idioma e, sim, a partir dela, construirmos novas iniciativas em áreas que são vitais para nós, como a circulação de pessoas e, cada vez mais, também, o tema da segurança, além de continuarmos com a valorização da língua portuguesa, que é uma das principais línguas das Américas e, ao mesmo tempo, uma das principais línguas da África, como bem sabemos.

E tive, no final do ano passado, em dezembro, a oportunidade de realizar uma viagem por quatro países do continente africano, Cabo Verde, Senegal, Nigéria e Angola. Tinha planejado uma novam viagem agora para esse ano a países da África

Oriental, pelo menos uma, idealmente duas mais viagens à África para esse período de 2020 onde, infelizmente, por causa da pandemia, não foi possível realizar, mas, nessa viagem, eu queria mencionar justamente algumas especificidades.

Em relação a Cabo Verde, por exemplo, que é um dos maiores países do Brasil na área de cooperação educacional, com o fato de que recebemos, no Brasil, centenas de estudantes provenientes do Cabo Verde, o que cria uma laço extremamente estreito entre os dois países e acaba sendo também um laço entre as duas economias, já que esse conhecimento direto, por parte dos estudantes, depois se traduz na capacidade das pessoas de atuarem para uma maneira diferenciada nos laços econômicos, na criação de oportunidades econômicas. Isso tem se verificado muito claramente em relação ao Cabo Verde.

Em relação ao Senegal, nós sabemos que é uma das economias que mais crescem no mundo. Queremos explorar oportunidades para o comércio agrícola, por exemplo, e para os investimentos agrícolas.

No caso da Nigéria, é um imenso mercado para as nossas exportações agrícolas, mas queremos que seja também um destino de nossos investimentos nessa área. Achamos que, cada vez mais, o investimento no setor agrícola, isso se extrapola desse caso, a Nigéria acho que é um caso muito especial, mas extrapola desse caso, os investimentos agrícolas são uma nova avenida que precisamos abrir, queremos abrir, com o continente africano.

Bom, Angola é um parceiro tradicionalíssimo do Brasil na África.

Foi uma alegria, também, estar nesse país. Temos uma agenda muito convergente em várias áreas. Queria, aqui, dar apenas um exemplo, algo que é muito premente hoje e há vários anos, para o povo brasileiro e para o nosso governo, que é o combate à corrupção, algo que também está sendo uma prioridade, que se tornou uma prioridade para Angola e temos cooperado já nessa área por meio de troca de missões, troca de experiências, envio de missões ao do Brasil que participam desse processo de combate à corrupção aqui. Já agora, em 2020, tive uma nova reunião com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, falamos um pouco desse tema da parceria, também, na questão da segurança no Atlântico Sul, algo que queremos desenvolver com vários países da África.

Como dizia, apesar dos desafios, das limitações impostas pela pandemia, temos continuado com um diálogo muito profundo, cada vez mais profundo, com diferentes países africanos. Temos previstos agora para o restante de 2020, início de 2021, encontros bilaterais, reuniões de comissões de diálogo, de consultas políticas, que não se restringem exclusivamente ao tema político, mas também à dimensão econômica, com cinco países: Botsuana, Etiópia, Gana, Namíbia e Quênia. Nós, portanto, como dizia, buscamos redefinir os eixos dessa nossa política com a África. E, após toda uma série de contatos, toda uma série de troca de ideias, procurando reformatar essa dimensão da nossa inserção no mundo, nós desenhamos, estamos procurando implementar, uma política centrada em quatro eixos: o eixo dos valores, o eixo da segurança e defesa, o eixo econômico-comercial e o eixo da cooperação. Não é por acaso que queria começar falando de valores. É

porque realmente acreditamos que qualquer interação internacional tem que estar baseada não simplesmente no interesse imediato, mas na identidade dos povos, na identidade das nações, naquilo que diferencia cada país e, portanto, cada par de países, cada par de regiões ao redor do mundo. Acho que talvez tenha sido um dos problemas esse processo de globalização, nos últimos 20, 30 anos, o fato de que essa dimensão foi muito deixada de lado em função, apenas, das estratégias econômicas, digamos, de mais curto prazo. E estamos convencidos de que a criação, a valorização desse substrato de valores que, portanto, tem a ver com a cultura, tem a ver com a valorização da soberania, da democracia, da liberdade, isso cria uma base muito mais sólida para os intercâmbios econômicos. Isso, no caso dessa ponte Brasil-África, fica muito claro.

Queria só lembrar, temos falado muito nos foros internacionais, o Presidente Jair Bolsonaro tem falado muito, por exemplo, na abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas, do tema da liberdade. Naquela ocasião, na abertura da Assembleia-Geral, o Presidente ressaltou que a liberdade é o bem maior da humanidade. Isso, para nós, é absolutamente essencial. Isso não é um ponto de retórica. Isso é a constatação, a partir de uma experiência brasileira, de que uma sociedade saudável, que é capaz de prover prosperidade para o seu povo e, ao mesmo tempo, criar as condições para a dignidade humana, para o pleno exercício potencialidades humanas, tem que estar centrada na dimensão da liberdade.

Voltando a essa crítica que, um pouco, fazemos ao processo de

globalização, vemos que a globalização, ao longo de 30 anos, foi silente, foi indiferente à temática da liberdade e da democracia. Isso é uns problemas que, hoje, nós enfrentamos no mundo: esse desafio de como voltar e repensar essa questão. Eu acho que ficou claro que não bastou, claro que foi muito importante, todo processo de abertura, de criação de novos fluxos econômicos ao longo dessas décadas, mas isso não foi suficiente para prover a outra dimensão, que é essa dimensão do significado, essa dimensão da dignidade que ainda está faltando em nossas sociedades e que é um dever nosso prover e buscar permanentemente.

O segundo eixo dessa nossa visão é a aproximação e o trabalho conjunto em defesa e segurança. Aqui há um campo imenso para o trabalho e uma urgência muito grande para o trabalho conjunto. Na América do Sul, nós, cada vez mais, vislumbramos, infelizmente, essa realidade do crescimento do crime organizado e de uma articulação crescente e crescentemente transnacional do crime organizado, que não se limita às atividades, digamos, tradicionais do narcotráfico e contrabando etc., mas que, cada vez mais, está ligado ao terrorismo de, digamos, agentes instalados em nossa região e instalados em outras regiões; ao tráfico de pessoas, que é algo muito dramático na América Latina como um todo, e a processos de corrupção, a processos de corrosão institucional em alguns países. Tudo isso articulado, muitas vezes, em torno de determinadas correntes políticas e determinados projetos políticos no continente e na nossa região. E esse não é um problema sul-americano nem latino-americano. Cada vez mais vemos como um problema mundial

por isso, porque essas estratégias criminosas, elas são transnacionais, transcontinentais, então, muitas vezes, verificamos que o narcotráfico oriundo da América do Sul acaba passando pela África rumo à Europa e a outros destinos e alimentando grupos terroristas, por exemplo, que trabalham, que trabalham? que infestam, como na nossa região, são tão nocivos a tantas regiões, infelizmente, da África e de outros continentes. Então, são problemas que nós temos em comum e que nós precisamos enfrentar em comum por causa desse caráter transnacional e desse caráter, digamos, multidisciplinar, se podemos dizer assim, do crime organizado. Na estrutura financeira, por exemplo, nós vemos uma coexistência e uma alimentação recíproca de várias vertentes do crime, sobretudo na lavagem de dinheiro e na transmissão ilegal de recursos. Se diz que o dinheiro do narcotráfico e do terrorismo se lava junto e essa lavagem conjunta tem a ver com uma nova estratégia dessas entidades criminosas. Isso é um problema que precisa se falar. É um problema que gostaríamos que não existisse, gostaríamos de estar aqui falando, simplesmente, de abertura comercial e de outros temas, mas o desafio da segurança, o desafio do combate ao crime organizado é muito premente. A permanência e o crescimento desse tipo de articulação político-criminosa é um desafio gigantesco para as sociedades do mundo todo e do Brasil da África muito certamente.

Então, nós, por exemplo, estamos acompanhando os desdobramentos do Golfo da Guiné com o objetivo de apoiar os países da região para enfrentar a criminalidade que existe naquela região. Nós instituímos, em 2019, aqui no Brasil, um grupo de

trabalho interministerial para acompanhamento da situação no Golfo da Guiné, com a participação do Itamaraty e do Ministério da Defesa, e acabamos de nos tornar, agora, membro pleno do grupo do G7 de amigos do Golfo da Guiné, um mecanismo que inclui, além dos membros G7, países da costa ocidental da África e outros países da Europa e o Brasil, no caso. Como parte desses esforços de promoção da segurança, nós mantemos um oficial no centro inter-regional de coordenação, sediado em Iauendê, que coordena as iniciativas regionais africanas para combater os ilícitos no Golfo da Guiné. Além disso, a Marinha do Brasil vem participando de exercícios navais naquela região e enviou, em 2019, um oficial ao Camerun para dar apoio técnico à instalação de um sistema de informação sobre o tráfego marítimo. Exemplos muito concretos dessa cooperação, que pode crescer muito, na dimensão da segurança.

Trabalhamos muito e queremos trabalhar cada vez mais pela consolidação do Atlântico Sul como zona de paz, cooperação e estabilidade, em torno da ZOPACAS, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Foi uma iniciativa dos anos 80 na qual o Brasil se empenhou muito e que precisa ser atualizada. Nos anos 80, havia determinados desafios, eram mais ligados aos desafios clássicos, digamos, dentro de um contexto de Guerra Fria, onde a ideia era manter, digamos, o Atlântico Sul fora da tensão que se gerava em função das características geopolíticas do que se chamou a Guerra Fria. Então, formaram uma região, um eixo através do Atlântico Sul, baseado na paz na cooperação. Hoje, os desafios são diferentes. Hoje, o enfrentamento

é entre a liberdade, democracia e o crime organizado. Isso é, mais ou menos, o desenho que, cada vez mais, se faz claro. Não é entre nem entidades políticas ou ideológicas com visões diferentes, é entre aqueles que queremos em nossas sociedades de países em desenvolvimento, construir estruturas sólidas, estruturas profundamente democráticas, com oportunidades econômicas, e esse desafio da criminalidade.

Nós, também, no âmbito da CPLP, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, queremos, cada vez mais, enfatizar e trabalhar com o Centro de Análise Estratégica da CPLP, com sede em Moçambique, que se dedica a pesquisa, estudos, difusão de conhecimentos em matéria de defesa, nessa ideia de que, cada vez mais, também temos defesa e segurança como algo conjunto. As respostas aos desafios têm que ser atualizadas, e aquela distinção clássica entre o que é segurança e o que é defesa, ou seja, entre o que é trabalho da Polícia e o que é trabalho das Forças Armadas de cada país é, crescentemente, posta à prova. Nós precisamos modernizar esse tipo de visão acho que dentro de cada país e na cooperação internacional.

Na dimensão econômica-comercial, queria muito chegar nesse ponto, dada a ênfase muito grande que esse encontro pode ter e está tendo, tenho certeza, nessa dimensão. Nós temos, há décadas, uma presença, uma tentativa de ter uma presença comercial, econômica mais intensa do Brasil na África e diferentes estratégias, diferentes impulsos que aconteceram ao longo dos anos não resultaram, deram resultados parciais, digamos, para nossa estratégia. Precisamos, agora, pensar como voltar a essa relação em novas bases,

também de acordo com as novas realidades. E, aqui, nós vemos com muito interesse, e como uma imensa oportunidade, a tendência de integração econômica e comercial crescente no continente africano. Nós, como dizia, queremos ter uma relação muito específica e muito produtiva com cada país africano, mas, ao mesmo tempo, vemos que há essa oportunidade imensa de criar uma relação do conjunto da África com o Brasil em torno da própria integração econômica e comercial que existe no continente africano.

Então, na primeira vertente, digamos, na vertente mais bilateral, nós temos trabalhado, cada vez mais, com a promoção comercial, tanto diretamente, através das embaixadas que o Brasil mantém, quanto através da nossa Agência de Promoção de Exportações e de Investimentos, a Apex, que nós revalorizamos, nós reestruturamos em alguns aspectos e que tem tido, mesmo dentro da pandemia, uma atuação muito significativa na diversificação da nossa presença e intensificação da nossa presença comercial na África.

Mas eu acho que a grande novidade, a grande, digamos, oportunidade que se abre é nessa dimensão de negociações comerciais que estão em curso na África e que, digamos, mudam a nossa visão em relação ao continente africano. Uma África que se integra, que procura se estruturar a partir de um enfoque integrado e não, como também foi o caso da América do Sul em muitos sentidos, nós vivemos essa experiência de uma América do Sul onde cada país tinha relações próprias com o resto do mundo, mas faltava, como ainda falta, integração entre nós, há décadas também procuramos suprir essa deficiência. Vemos que talvez haja uma tendência semelhante

na África, de buscar olhar para o próprio continente e não apenas para os outros parceiros fora da região. Então, isso nos cria, justamente, um interesse imenso, justamente no momento em que o Brasil está se abrindo e procurando novas estratégias, novos eixos de inserção. Como sabem, fechamos, no ano passado, os dois maiores acordos comerciais da nossa história das últimas décadas, com a União Europeia e com o EFTA, através do Mercosul. Um impulso muito grande, graças à liderança e o impulso muito grande que o Brasil trouxe a essa dimensão. O Mercosul, aliás, faço um parêntese, ficou tempo parado, muito tempo concentrado em aspectos não econômicos, um pouco perdido da sua vocação original, que é de abertura econômica, integração aberta e defesa da democracia, também, um elemento que tinha se perdido ao longo do caminho. A partir do ano passado, conseguimos reestruturar essa vocação original do Mercosul, concluímos esses dois grandes acordos, redinamizamos o bloco, de modo que é parte dessa nossa estratégia.

Mas, como dizia, o Brasil e a África, hoje, se encontram no momento em que acho que ambos estão no momento de repensar suas estratégias de desenvolvimento e precisamos estar juntos nesse momento. Nessa viagem que já fiz à África no ano passado, procurei explorar, com os vários países visitados, esse tipo de ideia, de como, através das relações bilaterais excelentes que nós temos com tantos países africanos, chegar a uma relação com o conjunto da África. Isso, para nós, é a grande ideia, o grande desafio no momento e, quero, inclusive, escutar muito mais as ideias dos senhores sobre isso.

Nós verificamos, esse ano, com toda a crise função da pandemia, uma certa retração das trocas comerciais, mas isso é normal, nós temos uma oportunidade imensa de retomar a partir do ano que vem, inclusive porque a economia brasileira já está num processo muito rápido de recuperação. Os números do final deste ano serão, certamente, bem melhores do que se imaginava alguns meses atrás. Os índices de emprego, de investimentos, tanto investimentos domésticos quanto investimentos produtivos, investimento estrangeiro direto, são muito animadores, de modo que 2021 certamente será um ano de crescimento acelerado e espero que seja o caso no lado brasileiro quanto no lado africano.

Embora, como dizia, tenha havido queda na corrente de comércio em comparação com o mesmo período de 2019, nessa parte de 2020, até aqui, houve, ainda assim, um crescimento de diversos itens na pauta de exportação brasileira para a África. Isso é muito significativo da potencialidade, sobretudo do setor agrícola. Então, houve, nesse período dos primeiros 9 meses de 2020, um aumento de 216% nas exportações de soja do Brasil para a África, 40% nas exportações de açúcar e o crescimento, no outro sentido, de quase 10% das importações brasileiras de adubos e fertilizantes provenientes do continente africano, um efeito realmente extraordinário, tendo em vista o cenário mundial. E que mostra essa complementaridade muito grande existente dentro do setor do agronegócio, com a importação de adubos e fertilizantes e a exportação de produtos agrícolas do Brasil para a África.

Mas queria, aqui, voltar a um tema que queremos trabalhar muito mais

intensamente, já temos trabalhado aqui no Brasil com diferentes entidades do setor do agronegócio, que é o tema do investimento no agronegócio, ou seja, aproveitar e transplantar a experiência muito exitosa do Brasil nesse setor para diferentes países da África. Essa acho que é a outra dimensão nova que podemos abrir com continente, além da dimensão do relacionamento com negociações comerciais com o conjunto do continente africano, essa dimensão do investimento agrícola. Como sabem, a partir dos anos 70, o Brasil transformou completamente a sua agricultura. Era um país em grande medida dependente de importações de gêneros agrícolas, apesar da qualidade e da disponibilidade do nosso território, e, graças à tecnologia agrícola, fundamentalmente, fomos capazes de nos transformar, hoje, realmente, numa potência agrícola, sempre entre os primeiros um, dois, três grandes produtores e exportadores de gêneros essenciais, tanto de grãos quanto de açúcar, quanto de carnes. Isso em um período relativamente curto, de uma geração, transformou completamente o cenário do Brasil e transformou completamente o cenário da nossa inserção comercial no mundo. Achamos que o continente africano pode ter essa mesma vocação e nós temos a experiência dessa revolução agrícola baseado, como dizia, em tecnologia. Temos, provavelmente, a melhor instituição de tecnologia agrícola do mundo, que é a Embrapa, e todo um setor privado, todo um empresariado extremamente competitivo e extremamente capaz de levar adiante esse processo transformador, tenho certeza, em os países, se abrímos essa fronteira dos investimentos no agronegócio.

Aqui, também, um parêntese, e é importante que se diga: o crescimento, todo esse crescimento da nossa agricultura, do nosso agronegócio, se faz de maneira absolutamente sustentável. Nós temos um dos setores agrícolas mais sustentáveis do mundo. O aumento da produção que se dá ano a ano, há muitos anos, da produção de grãos, por exemplo, se faz sem aumento da área, praticamente, apenas com o aumento da produtividade. No caso da pecuária, a nossa área de pastagens, inclusive, nos últimos dez anos, sofreu uma pequena redução, então, com uma pequena redução da área empregada para a criação, no caso, de gado bovino, sobretudo, aumentamos a nossa produção, aumentamos as nossas exportações. Então, o que se diz muito comumente na imprensa internacional, de que a agricultura brasileira se faz à custa de uma destruição do meio ambiente, de uma destruição da Amazônia, isso absolutamente não é o caso, muito pelo contrário, se faz com base em tecnologia, com base em produtividade, com base na competência dos empreendedores privados. E essa parceria entre governo e iniciativa privada na qual a iniciativa privada tem a grande liderança. E achamos que, talvez, haja uma certa semelhança na maneira com o Brasil e a África, ou, pelo menos, vários países africanos, são vistos na imprensa internacional. Há uma tendência de não conhecer as nossas realidades, não conhecer e pensar o Brasil, pensar a África, a partir da realidade de 30, 40, 50 anos atrás e a partir de estereótipos. Isso é muito danoso a esse mundo de liberdade e prosperidade que queremos montar, porque somos países que estamos buscando, justamente, esses eixos. E isso, muitas vezes, não é compreendido pelo

público internacional por causa de distorções que aparecem, sobretudo na mídia e de alguns grupos, algumas ONGs que insistem em criar, muitas vezes com ligações políticas com setores políticos suplantados em nossos países, que insistem em criar uma narrativa falsa, pessoas que, no caso da Amazônia, nunca tiveram na Amazônia, não conhecem e se põem a falar sobre a Amazônia com base em dados completamente falsos ou, muitas vezes, manipulados. Temos feito um esforço enorme, inclusive, de proteção crescente da Amazônia. Este governo instalou, pela primeira vez, um Conselho de Amazônia, ou seja, para coordenar todas as atividades das várias áreas do governo envolvidas. Pela primeira vez, estão se desdobrando Forças Armadas para o combate a incêndios e para a implementação da legislação ambiental no Brasil. Isso é preciso que se conheça quando se fala, sobretudo de agricultura ou de agronegócio. Então, se realmente abrirmos essa frente do investimento do agronegócio brasileiro na África, o que nós estaríamos transpondo e propondo é um setor sustentável, um setor com alta tecnologia, um setor com alta capacidade empreendedora e que transforma a economia, que gera renda, que gera uma transformação social, também, porque a imagem de setores da agricultura brasileira, de alguns grandes proprietários e uma massa de trabalhadores explorados, isso absolutamente não é mais a realidade. É um setor que gera renda, não só, claro, para as grandes empresas, mas, também, para os pequenos agricultores, mas também para os trabalhadores rurais. E esse tipo de modelo é aquele que nós estamos prontos e queremos compartilhar com a África em interesse comum.

E, para finalizar, o quarto eixo, que é o eixo da cooperação, um eixo mais tradicional, digamos, da relação Brasil-África, mas que nós estamos procurando reestruturar, sempre em busca de quais são os imperativos do momento, quais são as oportunidades do momento. A nossa cooperação técnica, ela se pauta pela valorização das capacidades locais, ou seja, pela efetiva transmissão de conhecimento. Os projetos de cooperação brasileira procuram, sempre, ser projetos que, depois de finalizados, criam uma capacidade permanente no país que recebe a cooperação, seja no setor que for, e não somente algo pontual, não somente algo que vai e, depois, desaparece quando o projeto termina. Temos essa, digamos, essa filosofia muito clara. São, evidentemente, projetos que se baseiam, também, na semelhança geográfica, na semelhança cultural, na semelhança de valores, como eu dizia, entre Brasil e África. Portanto, tudo se soma, ou seja, essa dimensão de uma nova presença econômica e comercial do Brasil na África, eu tenho certeza que gerará novas ideias, novas necessidades de projetos de cooperação e vice-versa. Os projetos de cooperação, eles também precisam criar esses eixos, além da transferência de conhecimento, precisam levar também à criação de eixos econômicos capazes de criar renda, capazes de gerar emprego no país que recebe a cooperação.

Cooperação humanitária também é algo que tem sido muito frequente, e temos sempre, dentro dos nossos recursos, que são limitados, a sensação e a certeza de que há uma solidariedade íntima e profunda entre o Brasil e a África. Isso sempre nos leva a procurar ser os primeiros, entre os primeiros, a prover cooperação humanitária, mas isso dentro dessa

filosofia de que, claro, há sempre situações de emergência, é preciso colaborar para enfrentar, mas nossa cooperação tem a filosofia de procurar ser uma cooperação entre iguais e uma cooperação com vistas a uma estrutura permanente, uma estrutura de longo prazo.

Acho que até tinha vários outros temas aqui para mencionar, em áreas específicas, como energia, como outras dimensões, mas acho que procurei já dar uma ideia desse nosso redesenho da relação Brasil-África e fico à disposição dos senhores.

Muito obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Ministerial do Conselho da OCDE – 28 de outubro de 2020

Muito obrigado, senhora Presidente,

Os princípios orientadores da política externa e do engajamento econômico externo do Brasil estão muito alinhados com a OCDE: democracia, liberdade e abertura econômica, economias de mercado eficientes e políticas públicas que contribuem para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável. Estamos determinados a fazer a diferença no mundo na defesa e promoção desses propósitos e ideias.

Queremos que o novo papel do Brasil no mundo corresponda à profunda transformação que o Presidente Jair Bolsonaro e seu governo estão promovendo no país para superar um sistema de compadrio político baseado em uma economia fechada e centrada no Estado e substituí-lo por uma democracia realmente centrada

no povo, para combater a corrupção, para promover as liberdades civis, para combater a ameaça crescente do crime organizado, para abrir a economia para o mundo e permitir que uma economia de mercado real prospere domesticamente por meio de um programa de reformas muito ambicioso e sem precedentes, com estrita responsabilidade fiscal, para promover o desenvolvimento sustentável com a criação de empregos verdes como a única forma de preservar recursos naturais.

Não nos desviamos desses objetivos durante a pandemia. Pelo contrário, depois das reformas trabalhista e previdenciária previamente adotadas, as reformas para abrir o mercado de água e saneamento e o mercado de gás natural foram aprovadas durante a pandemia.

Estamos celebrando acordos de comércio e investimentos de última geração, como os acordos Mercosul-União Europeia e Mercosul-EFTA, além de negociar novos acordos com a Coreia do Sul e o Canadá. Acabamos de concluir, com os Estados Unidos, acordos sobre facilitação do comércio, boas práticas regulatórias e combate à corrupção. Na OMC, defendemos uma reforma abrangente que permitirá à organização recuperar sua missão original de liberalizar o comércio global com base em economias de mercado. Estamos revisitando ativamente velhos dogmas e promovendo novas coalizões de negociação.

Com a crise sanitária, o Brasil tomou medidas adequadas para garantir o sustento diário dos mais vulneráveis, criando, em questão de semanas, um programa de atendimento emergencial que alcançou 60 milhões

de pessoas, mostrando a qualidade de governança e a capacidade técnica do país.

Durante a pandemia, o Brasil não parou seu setor de agronegócio altamente sustentável e produtivo. Ao contrário, o agronegócio brasileiro é capaz de alimentar 1,2 bilhão de pessoas sem nenhum dano à floresta tropical, e estamos prontos para mostrar isso com dados na OCDE ou em qualquer outro local.

Estamos discutindo cadeias de suprimento aqui. Os problemas que a pandemia trouxe à luz têm como causa o fato de que, durante 30 anos, a globalização ignorou a questão da democracia. Se não trabalharmos agora para garantir a convergência da democracia e da eficiência econômica, nossos valores fundamentais estarão seriamente ameaçados. Temos que falar sobre a cadeia de suprimento de bens, mas também sobre as cadeias de suprimento de ideias. De onde vêm as ideias e as escalas de valores que moldam nossos pensamentos? Eles são conducentes aos nossos valores fundamentais ou não?

Para finalizar, gostaria de enfatizar que o Brasil quer trazer para a OCDE, como membro pleno, esse impulso, esse compromisso com os valores fundamentais da organização e sua contribuição para os atuais desafios econômicos e existenciais que todos enfrentamos. O Brasil e a OCDE devem trabalhar juntos com senso de urgência para iniciar o processo de adesão em breve.

Obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na abertura

do Diálogo Trilateral Brasil-EUA-Japão Brasília – 10 de novembro de 2020

Bom dia a todos,

Subsecretário Keith Krach,

Embaixador Hayashi Teiji,

É um grande prazer recebê-los aqui em Brasília. Não quero tomar muito de seu tempo neste trabalho tão importante. Gostaria, apenas, de compartilhar algumas ideias antes do início desta muito significativa reunião inaugural do Diálogo Brasil-Estados Unidos-Japão. Estou muito feliz por recebê-los aqui. É uma honra para o Brasil, é uma honra para o Ministério das Relações Exteriores. Agradeço às delegações japonesa e norte-americana por terem viajado nestes tempos difíceis e por estarem presentes aqui. Percebemos como é importante ter encontros face a face, presenciais. Estes tempos de pandemia nos mostraram a importância de coisas que costumávamos considerar garantidas. E esta é apenas uma delas. Então, muito obrigado por estarem aqui.

Gostaria, apenas, de compartilhar com os senhores que, para mim, este é o começo da realização de um sonho. Desde o início de nosso trabalho nesta gestão, há quase exatamente dois anos, antes da posse do Presidente, quando fui nomeado, estávamos formando nossa equipe e começando a pensar no que queríamos fazer ou em como implementar as ideias do Presidente em política externa. Abrimos mentalmente o mapa do mundo e dissemos: “bem, há algo errado”. Não devemos pensar o mundo em termos de países em desenvolvimento de um

lado e de países desenvolvidos do outro, como, pelo menos aqui no Brasil, nós diplomatas aprendemos desde o jardim de infância. Digo, isso faz parte de como o mundo é, mas é uma imagem antiga e temos que fazer outra coisa porque o Brasil estava mudando, o Brasil está mudando, o Brasil está em um processo de transformação muito profunda. E nós não queremos apenas crescer, desenvolver nossa economia para ser um país em desenvolvimento que finalmente se desenvolva, mas, mais do que isso, queremos ser um país democrático, uma sociedade democrática em sentido muito profundo. E queremos ser um país democrático que ajuda, com todas as nossas forças, com tudo o que temos, a moldar o mundo a favor da democracia, a favor da liberdade.

Estávamos convencidos então – e o Presidente Bolsonaro acredita nisso profundamente – e ainda estamos convencidos de que podemos ajudar a fazer a diferença no mundo, que precisamos de democracia e liberdade em casa e no mundo e que o Brasil pode ser uma força para isso. E quando olhamos para o mapa-múndi com aquele novo olhar, imediatamente vimos o Japão e os Estados Unidos como parceiros-chave nessa empreitada. E é isso que nos propomos alcançar. Nos últimos tempos, especialmente neste ano, pelo menos para mim, ficou mais claro que esse tipo de deficit democrático é um problema fundamental, não apenas em termos de sua prática, mas em termos de como falamos, como movemos países e instituições em todo o mundo. É muito raro ver as palavras “democracia” e “liberdade” mencionadas em fóruns internacionais. É muito raro ver esse tipo de elã, esse tipo de sentimento de liberdade e democracia presente

nessas discussões – nem mesmo as palavras são mencionadas, muito menos o sentimento mais profundo por trás delas.

Acredito que isto é o que temos que nos propor mudar: pensar o mundo, pensar as relações internacionais, pensar a estrutura de poder no mundo, a tecnologia, a economia e outras questões do ponto de vista desse sentimento e dessa prática da democracia, que é tão fundamental para nossos três países e para nossas três sociedades. Precisamos colocar a democracia e a liberdade novamente no centro do mundo, nas discussões mundiais, na discussão dos mecanismos e das iniciativas para abordar os problemas que todos enfrentamos. Precisamos de novas geometrias para isso e este triângulo, dentro desse novo tipo de geometria, é, de nosso ponto de vista, fundamental. Não quero levar o crédito por isso porque acho que a ideia original deste triângulo veio do Japão, mas ela faz muito sentido para nós e estamos muito entusiasmados com isso desde o início.

Tivemos diálogos bilaterais extremamente produtivos, como sabem, com ambos os países. O Presidente Bolsonaro visitou os Estados Unidos e o Japão, manteve conversas extensas com o Presidente Trump e com o então Primeiro-Ministro Abe. Eu pessoalmente tive o prazer, a honra de conversar muitas vezes com o Ministro Motegi e com o Secretário Pompeo, é claro. E, cada vez mais, estamos convencidos de que não é apenas uma questão de nossos interesses bilaterais muito fortes e promissores, além de nossas tradicionais relações econômicas e sociais e em outros campos, mas é uma questão de trabalhar com essa

esfera de valores e estarmos juntos neste esforço de remodelar o mundo.

Isso é muito mais fundamental agora, com a pandemia de COVID e todas as suas ameaças e desafios. Claro, essa é uma questão de saúde acima de tudo, mas ela não deve servir de pretexto para um tipo errado de remodelação do mundo. Não deve ser um pretexto para substituir as soberanias nacionais por algum tipo de esquema burocrático internacional. Não deve ser um pretexto para moldar as sociedades na direção de sociedades de controle total. Isso é algo que começa a pairar sobre nós e que, acredito, devemos abordar.

Então, aqui estamos com toda a nossa dedicação a este processo. Acho que temos de ser ambiciosos. Temos de ser realistas, é claro, sobre o que podemos alcançar, mas, a partir das discussões que ocorreram, a partir da Declaração Conjunta que estamos prestes a publicar, vemos que não se trata apenas de questões específicas, mas também de uma visão, da questão da visão. Acredito que precisamos trabalhar a partir desse tipo de visão que nos une. E é a partir daí que podemos alcançar resultados concretos na economia, na tecnologia e na prosperidade, na governança, nos direitos humanos, no meio ambiente, seja o que for. É a partir desse tipo de perspectiva comum que temos de trabalhar.

Acredito, portanto, que este Diálogo prova que não estamos fugindo das grandes questões. Não estamos fugindo das responsabilidades que nossos países têm no mundo. É prova de que defendemos a justiça e a liberdade tanto em casa quanto no mundo. Cada dia traz consigo novos desafios. Todos estão pensando em como será o mundo. Acredito que

podemos começar a passar este tipo de mensagem, que temos um direcionamento comum e que podemos não apenas trabalhar entre nós três, mas talvez também começar a nos unir a outros países, a nos unir a outros grupos, por assim dizer, em torno desses valores. Mas este triângulo é algo muito forte, e tenho certeza de que a mensagem que estamos enviando aqui hoje vai ressoar muito alto em todo o mundo.

Muito obrigado e um bom dia de trabalho. Obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Ministerial sobre Liberdade de Religião e Crença – 16 de novembro de 2020

Bom dia, boa tarde, boa noite a todos,

Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o Ministro Zbigniew Rau e a Polônia por organizarem esta tão importante sessão. Também gostaria de agradecer as palavras do Secretário Mike Pompeo.

Caros colegas, Ministros e Secretários de Estado das Relações Exteriores, Embaixadores, Senhoras e Senhores,

Tenho a honra de representar o Brasil nesta assembleia de Nações reunidas em torno da causa da liberdade religiosa. Infelizmente, existem muitos motivos para as Nações se preocuparem com o assunto.

As minorias religiosas continuam a ser oprimidas em todo o mundo, seja oficialmente, pelas autoridades, seja por formas mais difusas de opressão em suas sociedades. A comunidade

internacional deve enfrentar os abusos contra todas as religiões. O Brasil não se esquivará dessa tarefa urgente.

Nenhuma fé está a salvo da intolerância e da perseguição e os cristãos estão entre suas principais vítimas. Infelizmente, temos visto episódios contínuos de ódio e violência contra os cristãos em todos os hemisférios e continentes. De acordo com pesquisas recentes, oito cristãos são mortos diariamente em todo o mundo devido a sua fé.

No entanto, os atos de violência contra cristãos e pessoas de qualquer outra religião não são a única razão pela qual devemos nos dedicar à proteção da liberdade religiosa.

Há uma ameaça mais sutil, mas não menos perniciosa, que nos cerca e também merece atenção. Em 1968, o então recentemente nomeado cardeal Karol Wojtyła escreveu: “O mal de nossos tempos consiste, em primeiro lugar, em uma espécie de degradação, na verdade, em uma pulverização da singularidade fundamental de cada pessoa humana”.

A urgência do aviso de São João Paulo II aumentou desde então. Em nossa era de inteligência artificial e *Big Data*, o espírito humano deve se esforçar para evitar ser reduzido a seres subservientes. A liberdade religiosa é fundamental para garantir a integridade e a profundidade da dimensão espiritual da humanidade.

O desafio de proteger a liberdade religiosa deve começar por reconhecer e reafirmar que a dimensão espiritual faz parte do ser humano. A liberdade religiosa significa a preservação daquele espaço, a defesa daquele território sagrado em nossa alma. As pessoas só podem ser livres na medida em que

preservam a dimensão espiritual interior. O materialismo não é compatível com sociedades livres. A concepção materialista do mundo e da vida encerra o ser humano em uma prisão de impulso e satisfação, sem nenhuma aspiração mais elevada, tornando-o presa fácil dos ditames políticos do momento.

Os freios e contrapesos, em uma perspectiva horizontal entre diferentes instituições, não são suficientes para construir sociedades livres. Apenas os freios e contrapesos verticais, fornecidos pela dimensão espiritual, podem criar a verdadeira liberdade. Somente se puder se comunicar com o que está acima e além o ser humano poderá escapar do ciclo de controle e opressão.

A religião com a qual estou, é claro, mais familiarizado — o cristianismo — é basicamente uma busca pela libertação. A verdade como meio para a liberdade — esse é possivelmente o conceito filosófico central do cristianismo. Mas estou certo que outras religiões têm apego igualmente importante à liberdade como algo central para a dignidade humana. A infinita dignidade de cada ser humano não foi inventada pelos filósofos do século XVIII, não foi criada pela Declaração dos Direitos Humanos de 1948. Esteve presente, desde o início, no cristianismo, islamismo, judaísmo, budismo, hinduísmo e outras religiões.

A liberdade religiosa não é algo que a sociedade democrática deveria apenas tolerar, como se a religião fosse apenas um corpo estranho. Religião, fé e vida espiritual devem ser consideradas fundamentais para a democracia. A liberdade está no cerne da Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma pedra angular do

nosso mundo, porque já existia no coração e no espírito humanos, e devemos viver de acordo com esses ideais.

Liberdade de pensamento, liberdade de consciência, liberdade de expressão, liberdade de religião — todas as liberdades consagradas na Declaração dos Direitos Humanos estão mutuamente arraigadas e mutuamente interdependentes. A liberdade religiosa não deve ser uma reflexão tardia. A liberdade religiosa é essencial para a liberdade como um todo.

Muito obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no Fórum de Ministros da Aliança Internacional para a Liberdade de Religião e Crença— 17 de novembro de 2020

Muito obrigado, Embaixador Brownback,

Caros Colegas, Ministros, Secretários de Estado,

Estou muito satisfeito por estar aqui e, por meio do Embaixador Brownback, em primeiro lugar, gostaria de elogiar o Governo dos Estados Unidos, sob a administração do Presidente Donald Trump e também, especialmente, o Secretário de Estado Mike Pompeo, por sua liderança na promoção da liberdade religiosa. Ter a maior economia e o país mais poderoso do mundo assumindo esse tipo de responsabilidade é essencial para nossa capacidade de promover

mudanças significativas nessa empreitada.

O Brasil se orgulha de ser membro fundador desta Aliança. Os brasileiros acreditam no poder transformador da fé e estamos ansiosos para nos unir a outras nações que pensam da mesma maneira para defender a liberdade religiosa e de crença internacionalmente.

A garantia desse direito fundamental consagrado no artigo 5.º da Constituição brasileira é uma prioridade de nosso governo. O Presidente Jair Bolsonaro continua a defender ativamente a liberdade religiosa no Brasil e no exterior. Ele tem atuado de forma decisiva para o reconhecimento do papel central que a religião e a vida espiritual desempenham na vida de milhões de brasileiros.

No início deste ano, conforme os governos locais implementavam medidas de distanciamento social em todo o Brasil, o Presidente Bolsonaro garantiu que os serviços religiosos de qualquer natureza fossem incluídos na lista de atividades essenciais que não deveriam ser interrompidas, desde que observassem as diretrizes de saúde.

Na frente externa, o Brasil está profundamente preocupado com a intolerância religiosa e a violência contra comunidades religiosas em todo o mundo. Os brasileiros valorizam a rica diversidade religiosa de nossa nação, resultado de séculos de interação entre culturas diversas. Aqui, todas as expressões religiosas são igualmente respeitadas e protegidas.

Ao mesmo tempo, também reconhecemos nossa fé religiosa

predominante, o cristianismo, como fundamento e pilar de nossa identidade nacional. Discursando na Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro passado, o Presidente Bolsonaro apelou à comunidade internacional para proteger a liberdade religiosa e combater a cristofobia. Não temos vergonha de nossa identidade e não daremos as costas à situação dos cristãos, segundo muitos relatos, um dos grupos religiosos mais perseguidos do mundo, que é parte da situação difícil de pessoas de todas as crenças, que enfrentam tantas dificuldades e desafios para expressar sua fé e viver e praticar suas religiões no mundo de hoje.

A cultura dominante, formada em torno do politicamente correto, não reconhece o devido lugar da religião e da dimensão espiritual na vida humana. Ela trata a fé com desprezo e hostilidade. Isso talvez não seja menos sério do que a violência física e a perseguição. É mais sutil e pernicioso do que a violência porque deslegitima a fé nas mentes das pessoas. Mas ambos os desafios devem ser levados em consideração.

O governo brasileiro está atualmente instalando um centro de reassentamento específico para receber refugiados e requerentes de asilo que tenham sofrido perseguição por suas crenças religiosas. Estamos trabalhando para que o projeto-piloto seja implementado no início do próximo ano, para que as primeiras famílias possam, então, beneficiar-se desse programa inovador.

Em nossa região, continuaremos lutando contra o autoritarismo. Na Venezuela, os crimes de Maduro contra a humanidade não poupam os fiéis. Cardeais denunciaram seu uso

de leis anti-ódio para processar católicos que se manifestaram contra ele. Em Cuba, o governo demoliu um templo em Santiago de Cuba; um pastor que registrou o ocorrido foi preso.

A religião e a espiritualidade são fundamentais para a dignidade e o valor inerentes à pessoa humana. A tirania é sua inimiga. Mentes livres liderarão o caminho para a democracia, a prosperidade e uma cultura mundial de paz. Esse é o nosso credo e o que pertence aos que amam a liberdade.

Finalmente, tenho o prazer de anunciar que o Brasil terá muito orgulho em sediar em 2021 a Reunião Ministerial para a Promoção da Liberdade de Religião ou Crença e o Fórum de Ministros da Aliança Internacional para a Liberdade de Religião ou Crença em data a ser definida.

Muito obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Extraordinária de Chanceleres da Conferência Ibero-Americana – 30 de novembro de 2020

Muito Obrigado, Senhora Presidente desta sessão, Ministra de Andorra,

Senhora Secretária-Geral Rebeca Grynzpan,

Senhoras e Senhores Chanceleres e representantes de governos legítimos

A delegação brasileira reconhece o esforço da Secretaria *Pro Tempore* de Andorra e da Secretaria-Geral Ibero-

Americana para tornar viável esta videoconferência durante a crise relacionada à pandemia da covid19. Essa não é, porém, a única crise que afeta nossa região. Nossos irmãos venezuelanos padecem, desde há muito, os efeitos de uma tragédia múltipla imposta por um regime ilegítimo e ditatorial. Uma crise econômica, política e social. Uma crise humanitária e, sobretudo, uma crise de valores.

Temos que nos unir, concordo com o que dizia o querido amigo, o Chanceler da Argentina, Felipe Solá. Mas pergunto: unirmo-nos em torno de quê? Em torno de que valores? Vamos nos unir simplesmente em torno de um nome, simplesmente em torno de uma situação geográfica? Não! Precisamos unirmo-nos em torno da democracia, da liberdade, do estado de direito e da dignidade humana antes de tudo. Não podemos ter vergonha de falar de democracia. Não podemos ter vergonha de falar de liberdade. Concordo também com a Ministra Arancha Gonzáles, da Espanha, democracia e estado de direito não são opcionais. O simples fato de situar-se geograficamente no espaço ibero-americano não dá direito automático a representantes de ditaduras de sentarem-se ao lado de representantes de nações livres. A Conferência Ibero-Americana tem seus pilares, como a defesa da democracia, o respeito à liberdade e a vigência do estado de direito, além da promoção da prosperidade e da igualdade de oportunidade para todos. E por isso não podemos nos calar diante da tragédia venezuelana.

Esta videoconferência é uma etapa rumo à Cúpula Ibero-Americana, prevista para 2021, e o governo brasileiro entende que esta conferência precisa rumar para a

defesa permanente e intransigente da liberdade e da democracia. O Brasil é um país fundador deste foro. Nunca abandonamos o compromisso com aqueles valores que mencionei, que alicerçam a congregação dos países ibero-americanos. Nosso engajamento permanente com a democracia e com a liberdade, que não é simplesmente um exercício individual, tem que ser um exercício coletivo. Esse engajamento está cada vez mais fortalecido no governo do Presidente Jair Bolsonaro.

Justamente pelo inerente sentimento de solidariedade e irmandade ibero-americana, o governo brasileiro sublinha o seu repúdio à presença nesta reunião de representantes do regime ilegítimo de Nicolás Maduro. E lamento que não haja representantes do governo legítimo de Juan Guaidó, que muitos, senão a maioria dos países aqui representados, reconhecemos. Por que razão o princípio de união deve dar-se em torno da ditadura e não da democracia, é algo que não compreendo. Nós não podemos esconder nossa cabeça na areia. Temos que trabalhar pela democracia na nossa região e é isso o que queremos fazer aqui. O Brasil considera que a Conferência Ibero-Americana é um espaço essencial para a defesa da democracia.

A presença do regime madurista nesta sala corrói os pilares fundamentais desta comunidade. O sentimento de pertencimento e a vontade de estar juntos. Essa presença é lamentável, mas também expõe fraturas que abrem oportunidades para mobilizar os membros da conferência no sentido da revalorização, do relançamento do foro como espaço real de defesa da democracia e da liberdade, da plena vigência do estado

de direito e da promoção da prosperidade e de igualdade de oportunidades para todos os nossos cidadãos.

Lembro que dois dos mais importantes foros interamericanos, a Organização dos Estados Americanos e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, já têm, como representantes da Venezuela, os representantes do governo legítimo de Juan Guaidó, o governo que honra o nome da Venezuela.

Este instrumento ibero-americano, onde estamos aqui, não deveria estar atrás dos instrumentos pan-americanos. Somos igualmente democráticos os dois, ou deveríamos ser.

Lembro que a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL em 2017, por flagrante ruptura da ordem democrática, quando do fechamento da Assembleia Nacional pelo regime ditatorial de Maduro. O Brasil ressalta que a defesa da democracia não é, resalto, uma opção política para os membros do Protocolo de Ushuaia, trata-se de uma obrigação do Direito Internacional.

Falando em MERCOSUL, no dia de hoje, celebramos numa conferência entre os Presidentes Bolsonaro e Alberto Fernández, os 35 anos da Ata de Iguaçu, que deu início à integração Brasil-Argentina e posteriormente ao MERCOSUL. Essa coincidência de datas mostra que a integração económica que hoje vivemos no MERCOSUL, um dos pilares da integração latino-americana, baseou-se, antes de tudo, na democracia, porque vivíamos ali justamente o início do período de redemocratização do Brasil e da Argentina. E hoje, no Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia, que esperamos

assinar em breve, temos também um instrumento baseado, antes do que no comércio, na democracia e no respeito aos valores fundamentais. Se o processo ibero-americano decidir basear-se em outra coisa que não a democracia, apenas prestará serviço aos liberticidas.

Não estamos aqui para criar ou traçar um mínimo denominador comum entre a ditadura e a democracia. A única integração válida é a integração entre nações livres, não a integração entre os cartéis da droga. Ao permitir a presença dessa representação por parte de um regime ditatorial, estamos expondo os demais países aqui, da nossa comunidade, a um regime que tem, como sabemos, uma estreita simbiose com o crime organizado em todas as suas facetas e com a corrupção transnacional. Por essa razão, a tragédia venezuelana tornou-se um desafio para a segurança regional, e mesmo global, com alto risco de transbordamento dessas atividades ilícitas e criminosas para o território dos países vizinhos – o que em grande parte infelizmente já está acontecendo – e também para os países ibéricos. Queria lembrar, nesse contexto, que na semana passada a Operação Enterprise – iniciativa conjunta da Polícia Federal do Brasil e da Europol – apreendeu 12 milhões de euros em espécie, em Portugal, produto de atividades relacionadas ao narcotráfico, e no âmbito dessa operação já houve apreensões, também, além do Brasil, na Colômbia, no Panamá, em Portugal, na Espanha, num total de 463 milhões de reais, ou seja, cerca de 80 milhões de euros.

A delegação brasileira apresenta, diante disso, duas propostas: primeiro, que a Conferência Ibero-Americana possa deter-se mais a

fundo em ampliar e fortalecer iniciativas e programas de combate ao crime organizado, a ilícitos transnacionais, ao tráfico de entorpecentes e tráfico de seres humanos; e segunda proposta, que a Conferência Ibero-Americana, mantendo os compromissos assumidos por exemplo na Declaração de Mar del Plata, em 2010, que diziam que a democracia constitui um valor universal, que faz parte do acervo da Conferência Ibero-Americana, desde sua primeira reunião, que essa Conferência passe a trabalhar com dedicação no sentido de construir até a cúpula de 2021 um mecanismo eficaz de defesa da democracia que contenha um procedimento claro e preciso de aferição e decisão, bem como de sanções efetivas contra qualquer país membro que rompa com a ordem democrática. Propomos igualmente que o escopo desse mecanismo abarque, igualmente, as violações sistemáticas das liberdades individuais e dos direitos humanos.

Para concluir, é uma forte expectativa do Brasil que os demais membros dessa Conferência possam trabalhar junto conosco pela restauração democrática na Venezuela.

Muito obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP – 09 de dezembro de 2020

Muito bom dia,

Excelentíssimo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, querido amigo, Luís Filipe

Tavares, excelentíssimos amigos, Ministros de Negócios Estrangeiros, outros colegas, Embaixador Francisco Ribeiro Telles, caros amigos.

É uma grande honra, uma alegria, estar novamente com todos aqui, neste final de ano, após o excelente encontro que tivemos no dia 28 de setembro, também virtualmente.

Naquela ocasião, eu tive a oportunidade de compartilhar algumas informações sobre o combate à pandemia e seus efeitos aqui no Brasil. relatei o esforço fiscal brasileiro no enfrentamento da pandemia, que chegou a mais de 8% do Produto Interno Bruto, mais do que a média dos países desenvolvidos, que foi de 7%, e quase o dobro da média dos países emergentes, que foi de 4,3%.

Na ocasião, me referi também ao auxílio aos segmentos mais carentes da população, mais vulneráveis, que já alcançou 40% da população adulta brasileira, com um dispêndio, apenas nesse auxílio, de praticamente US\$ 60 bilhões. Continuamos trabalhando para equipar nossos hospitais para os casos graves da doença. Temos 16 mil leitos de Unidade de Terapia Intensiva habilitados exclusivamente para pacientes da Covid, adquirimos 300 milhões de equipamentos de proteção individual, entregamos mais de 16 milhões de testes de diagnósticos, ampliamos, junto com a iniciativa privada brasileira, a capacidade de testagem da rede pública em mais 800% e contratamos mais de 6 mil profissionais de saúde para reforçar o atendimento da população assolada por esse flagelo.

Eu me refiro a tudo isso, em algumas coisas até repetindo, “chovendo no molhado”, como se diz aqui no Brasil,

eu não sei se nos seus países existe essa expressão, é sempre bom compartilharmos também as nossas expressões. Mas então, “chovendo no molhado” porque é importante mostrar o esforço enorme que temos feito, por parte do governo federal brasileiro, no enfrentamento da Covid e dos seus efeitos econômicos, sobretudo para a população mais carente.

Nós sabemos que, muitas vezes, na imprensa — sobretudo a brasileira, mas acho que a imprensa internacional também — se criou um pouco a impressão de que o governo federal brasileiro, o próprio presidente Jair Bolsonaro, não estaria fazendo o suficiente para o enfrentamento da Covid aqui no terreno doméstico, e no terreno da cooperação tampouco. E a verdade é exatamente o inverso. Nosso esforço, como os números mostram, é maior do que outros países das mesmas dimensões e dos mesmos desafios que o nosso. Como dizia, além desses breves dados de enfrentamento interno, também estamos cooperando intensamente com países amigos, diante desse mesmo desafio. Nós, aqui no âmbito da CPLP, demos o aval do Brasil para que equipes técnicas competentes trabalhem sobre uma proposta realista de mecanismo de apoio entre os Estados membros da Comunidade em situações de emergência, que levem em consideração aquilo que já vem sendo debatido nas reuniões de Ministros de Saúde, Administração Interna e Defesa da CPLP, e queria reiterar também que o Brasil está pronto a compartilhar com os parceiros da Comunidade o nosso conhecimento sobre estratégia de intervenção em situações de crise sanitária e calamidades, como aquela que nós hoje enfrentamos. Igualmente,

queremos aprender com a experiência de todos aqui.

No momento, estamos definindo as estratégias para a vacinação em massa, como será a vacinação no Brasil, já definido pelo governo federal, porque essa é a atribuição legal e constitucional, que, quando houver uma vacina aprovada — ainda não há — pelas nossas autoridades sanitárias e houver a produção da vacina, aqui no Brasil temos uma boa capacidade de produção, inclusive esperamos um *superavit* de produção que permitirá também cooperação internacional no fornecimento da vacina. Quando houver a vacina aprovada, a vacinação será, no Brasil, gratuita, mas não obrigatória. Isso também se discutiu muito e o governo federal tem a faculdade de considerar uma determinada vacinação obrigatória ou não; nesse caso, pelas circunstâncias, pela novidade das vacinas, há pessoas que não querem tomar a vacina, então não será obrigatória a vacinação. De toda forma, é preciso esperar que seja validada pelas autoridades sanitárias. Portanto, já estamos preparando o plano de vacinação, são 210 milhões de pessoas, possivelmente a vacinação alcançará um bom número dessas pessoas, mesmo não sendo obrigatória. Queremos também compartilhar, que é um desafio muito grande para países como os nossos, em muitos casos temos desafios semelhantes, compartilhar também essa questão da vacinação, quando for o momento.

Recordar também que já atendemos a solicitação de cooperação de 18 países em desenvolvimento, dos quais nove africanos, e dois organismos regionais, entre os quais a Comissão da União Africana, e várias organizações internacionais e, dentro

da Comunidade, apoiamos — a partir de pedidos recebidos — São Tomé e Príncipe e Moçambique. Cooperação que, neste caso, possibilitou a aquisição de materiais e insumos médico-hospitalares.

Queria saudar a equipe do Secretariado Executivo, que não poupou esforços para, nesse contexto de dificuldades, assegurar a continuidade do funcionamento da nossa Organização, e garantir que a CPLP, em todas as áreas setoriais, continue trabalhando efetivamente e mostrando resultados concretos. Foram dezenas de reuniões, eventos em nível técnico, que versaram sobre os mais diversos temas, com o adensamento dos nossos intercâmbios. Felicito muito, igualmente, a Presidência cabo-verdiana, que vem empreendendo esforços notáveis para assegurar a realização de todos os encontros ministeriais, setoriais pendentes, nesse contexto adverso. Eu acho que todos os desafios sempre dão oportunidade de avanços, uma oportunidade de melhoras, e Cabo Verde soube, durante a sua presidência, inovar nos métodos e conduzir com sucesso reuniões em formato distinto. Isso tudo se agrega ao nosso capital de cooperação dentro da Comunidade.

Além do fortalecimento dos sistemas de saúde, precisamos pensar na recuperação econômica, obviamente: criação e preservação de empregos, aumento da resiliência das micro e pequenas empresas, que são a base do nosso tecido produtivo, e proteção, sempre com muita ênfase, aos segmentos mais vulneráveis das nossas populações. Acho que é o caso de todos aqui, temos, em diferentes maneiras, populações especialmente vulneráveis, aquelas que dependem

de empregos informais. No caso do Brasil, são dezenas de milhões de pessoas que não têm, ainda, emprego formal e que, portanto, não têm a rede de segurança de seguridade social. Essa foi uma parte importante do nosso grande desafio.

Graças aos nossos esforços, também posso colocar aqui números alvissareiros sobre a economia brasileira, com recuperação já bastante visível, crescimento de 7,7% do Produto Interno Bruto no terceiro trimestre, uma perspectiva de que fechemos o ano com um decréscimo de apenas 4%, quando, no início da crise, o FMI previa até 10% de decréscimo da economia brasileira, ou seja, uma performance ainda negativa, mas muito menos desfavorável do que se imagina e com a perspectiva de crescimento muito sustentável a partir do ano que vem.

Precisamos também nos coordenar cada vez mais e trocar ideias sobre o tema da recuperação econômica, cada um dentro das nossas regiões e de acordo com as nossas prioridades. Mas acho que convergimos nesse processo, nessa importância de não esquecer essa dimensão, através do comércio, dos investimentos, não criando barreiras ao comércio, ao contrário, o Brasil continua empenhado em um grande programa de abertura comercial e econômica, como já estávamos antes da pandemia.

Eu queria falar brevemente de algo que está muito nas redes e nos debates, que é a questão do *great reset*, do grande recomeço, como se chama. Tenho participado de alguns debates sobre isso e o que me chama a atenção é que há, nesses debates, no Fórum Econômico Mundial e em outras dimensões, um conjunto de

princípios e propostas muito louváveis, de que esse novo mundo pós-Covid seja um mundo de solidariedade, de prosperidade e de paz, etc. Mas acho que tem faltado — eu queria colocar aqui dentro da nossa Comunidade esse debate — porque tem faltado, acho, o conceito de democracia e o conceito de liberdade. Fala-se muito que a reconstrução terá que ser uma reconstrução mais verde — acho que sim, todos concordamos —, mas precisa ser também uma reconstrução mais democrática, mais livre, tanto no nível da comunidade internacional, quanto dentro dos países.

Acho que não podemos ignorar que hoje existem desafios, inclusive muitos desafios novos, aos regimes democráticos que todos nós compartilhamos. Sobretudo, algo muito presente aqui na nossa região é o desafio do crime organizado, mas acho que é algo presente para todos também. O crime organizado vem crescendo exponencialmente na nossa região e os tentáculos dessas organizações atravessam o Atlântico, alcançam a África, alcançam a Europa e a Ásia, mas com um polo criador, se posso dizer assim, de criminalidade muito coordenada e muito sofisticada aqui na América do Sul, com conexões políticas, que realmente ameaçam, além da nossa segurança, também as nossas instituições democráticas.

Então é algo que acho que precisa estar cada vez mais presente na nossa cooperação, como também referi na última reunião: a cooperação no combate ao crime organizado. O combate que é, necessariamente, internacional, tem que ser internacional, porque o crime organizado é, obviamente, transnacional, na sua operação e, sobretudo, na sua infraestrutura

financeira. Isso é algo que precisa ser, esse desafio da permanente criação de novas maneiras de burlar a lei e de fugir da lei e da ordem, de modo que precisamos estar cada vez mais presentes nesse tema e acho que nossa Comunidade tem uma vocação para isso, pela diversidade geográfica, pela diversidade de percepções. Nós podemos criar, e, inclusive, proporcionar a outras regiões, instrumentos de cooperação nessa área, a nosso ver decisiva.

Outro pilar fundamental da nossa Comunidade, a Língua Portuguesa, queria, entre outras coisas, parabenizar São Tomé e Príncipe pela conclusão do seu Vocabulário Ortográfico, uma grande conquista daquele país e um ganho na gestão da nossa língua comum. Parabenizar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), pelo evento que terá lugar em Salvador da Bahia, em junho de 2021, sobre terminologias científicas e técnicas. Queria reiterar que, graças a essa iniciativa, a Língua Portuguesa disporá de bases de dados capazes de colocá-la a par de outras línguas para fins de tradução profissional, emprego em organizações internacionais, negócios, ciência, o que reforçará ainda mais a presença do nosso idioma. Portanto, uma iniciativa fundamental do IILP.

No encontro de hoje, entendo que teremos a satisfação de escutar o nosso Secretário Executivo e o Diretor Executivo do IILP, que apresentarão seus relatórios. Desde já os parabenizo pelo trabalho e agradeço a dedicação a esse pilar fundamental da nossa Comunidade.

Temos diante de nós, para aprovação, resoluções muito importantes. A Resolução sobre o Acordo de

Mobilidade, que reitera os princípios sobre os quais nós nos engajamos e nos deixa perto de concluir esse auspicioso acordo, que a Presidência cabo-verdiana idealizou, para realmente tornar a CPLP uma verdadeira comunidade de pessoas. A Resolução sobre o Acordo de Sede permite-nos avançar na afirmação da CPLP como organismo internacional, assegurando igualdade de tratamento face a outras organizações internacionais com sede em Portugal. A Resolução sobre o Reforço da Cooperação na CPLP em Situações de Emergência, à qual já nos referimos, que demonstra um potencial enorme dessa dimensão da nossa Comunidade.

O referencial estratégico que a Presidência cabo-verdiana propõe que seja elaborado pela reunião de pontos focais de cooperação deverá ter presente o contexto corrente de esforços coletivos acerca de possíveis vacinas e medicamentos para combater a pandemia, bem como os esforços de recuperação econômica pós-pandemia. Poderemos apreciar e examinar esse referencial na próxima reunião da nossa Comunidade, que, com muito prazer, havíamos já previsto para julho de 2021, em Luanda.

Finalizo, essa intervenção defendendo que, nesse contexto de adversidade para todo o mundo, a CPLP continue, como já vem fazendo, demonstrando sua capacidade de inovar e de fazer cada vez mais, dentro das nossas vocações, dentro das nossas competências, mostrando o valor agregado que essa Comunidade pode proporcionar a cada um dos nossos países. Precisamos fortalecer nossa cooperação, fazer face a esses novos desafios. Esses nossos laços históricos, culturais e linguísticos são

trunfos, são uma base, um terreno fértil, onde estão crescendo e crescerão cada vez mais esses frutos da cooperação.

Contem sempre com o Brasil na CPLP.

Muito obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Conferência Internacional de Apoio ao Líbano – 2 de dezembro de 2020

Muito obrigado, Ministro Le Drian.

O Brasil é muito grato ao Presidente Emmanuel Macron e ao Secretário-Geral António Guterres por convocarem este encontro.

O Líbano é muito especial para nós, brasileiros. O Brasil é o lar de 10 milhões de libaneses e seus descendentes, a maior diáspora libanesa do mundo. O empreendedorismo e a criatividade dos libaneses, assim como seu amor à vida e à liberdade, são um componente essencial da identidade nacional brasileira.

Na última conferência sobre o Líbano, em agosto, o Presidente Jair Bolsonaro expressou, em nome de todos os brasileiros, plena solidariedade ao Líbano e o comprometimento do Brasil em cooperar na sua reconstrução.

Tenho a satisfação de relatar, agora, que grande parte da assistência então anunciada já foi entregue. No dia 12 de agosto, duas aeronaves brasileiras transportaram um total de 6,5 toneladas de alimentos, remédios,

suprimentos e equipamentos médico-hospitalares doados pelo governo brasileiro e pela comunidade libanesa no Brasil, em missão liderada pelo ex-Presidente Michel Temer, ele mesmo descendente de libaneses.

A equipe técnica de diferentes agências brasileiras preparou mapas especiais do porto de Beirute com o objetivo de auxiliar no planejamento e na implementação da resposta emergencial e da assistência pós-desastre.

Carregamentos aéreos subsequentes de doações arrecadadas pela comunidade libanesa no Brasil adicionaram mais 38 toneladas de alimentos, remédios e suprimentos médico-hospitalares. A comunidade arrecadou, ademais, aproximadamente 225 mil dólares para ajudar na reconstrução da Unidade de Tratamento Intensivo do Hospital Geitaoui, em Beirute.

Uma doação do governo brasileiro de 4 mil toneladas de arroz está prestes a ser enviada. Antes da explosão, o Brasil já tinha doado 75 mil dólares para ajudar o Líbano a lidar com a pandemia da COVID-19.

A diáspora libanesa mantém contato muito próximo com sua terra ancestral, por meio de suas famílias estendidas, de suas redes de amizades e de negócios e da participação em grupos da sociedade civil. O governo brasileiro está totalmente engajado em facilitar esses canais.

Ademais, o Brasil, como um dos líderes mundiais em iniciativas que promovem a segurança alimentar, está, também, inteiramente disposto a assistir o Líbano, no médio e no longo prazo, por meio do Programa Mundial de Alimentos, por exemplo.

O Brasil, com seus parceiros no MERCOSUL, está pronto para negociar um Acordo de Livre Comércio com o Líbano, que pode contribuir para a recuperação econômica e para os fluxos de investimento. O Brasil está pronto para aderir a quaisquer programas que visem a reforma, recuperação e reconstrução do Líbano, em conexão com as Nações Unidas, o Banco Mundial, a União Europeia, ou quaisquer parceiros, lembrando que todo programa deve ser capaz de responder às necessidades da sociedade local e ser implementado em coordenação com os líderes do Líbano.

Em suma, graças ao extraordinário tamanho, significância e dinamismo da comunidade libanesa e das capacidades nacionais do Brasil, estamos convencidos de que o Brasil pode desempenhar papel especial nos esforços para ajudar o Líbano, nas dimensões econômica, cooperativa e política. Brasileiros consideram o Líbano uma nação irmã e, a partir deste lugar especial que o Líbano ocupa em nossos corações, o governo brasileiro do Presidente Bolsonaro quer ajudar o Líbano. O Brasil quer ser parte de um novo momento para o Líbano, com paz, segurança, prosperidade, liberdade, democracia e soberania.

Vocês podem contar com o Brasil.
Muito obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Cúpula Presidencial do PROSUL – 12 de dezembro de 2020

Senhor Presidente do Chile, Sebastián Piñera,

Presidentes, Primeiro Ministro, Ministros, queridos colegas que também nos assistem,

Em primeiro lugar, gostaria de transmitir as saudações do Presidente Jair Bolsonaro, em especial à Presidência Pro Tempore do Chile e ao Presidente Sebastián Piñera, que, ao longo deste período repleto de incertezas e de novos desafios, conseguiu conduzir exemplarmente os trabalhos de inauguração do PROSUL. Saudações do Presidente, também, aos presidentes Duque, Abdo, Moreno, Sagasti, Lacalle e ao Primeiro Ministro Phillips.

Muito obrigado também por nos receber virtualmente no dia 12 de dezembro. Dia em que, há 489 anos, a Virgem de Guadalupe presenteou São Juan Diego com a sua imagem estampada com rosas castelhanas. Naquele dia, a Padroeira da América Latina colocou todos os latino-americanos sob seu manto protetor.

Aqui, no sul da América Latina, esse manto também nos cobre. Nós, sul-americanos, estamos ligados por laços mais fortes do que nossas sólidas relações bilaterais ou que nossos costumes. São laços de verdadeira solidariedade e destino comum, com anseios básicos e, sobretudo, com anseios de liberdade, que é a raiz indispensável de todos os outros bens, sejam materiais ou espirituais.

Por isso, quando o Chile propôs a criação do PROSUL, na companhia da Colômbia, o Brasil abraçou efusivamente a ideia. Não foi apenas a substituição correta e urgente de uma experiência tão negativa como a da UNASUL, mas também uma oportunidade de resgatar os verdadeiros laços que unem os sul-americanos.

Em sua frase mais conhecida, o pensador espanhol Ramiro de Maeztu disse: “o que é característico da consciência é a inquietação, a vigilância constante, a disposição perene de se defender. Ser é defender-se. A inquietação não é um acidente do ser, mas sua própria essência”. Uma nova integração sul-americana não escapa dessa constatação.

O compromisso com a defesa da democracia, do Estado de direito e dos direitos humanos é uma vigília permanente. Devemos estar sempre alertas.

Com uma cláusula democrática que estabelece requisitos claros e prevê um mecanismo eficiente de tomada de decisões, o PROSUL oferece uma defesa adequada contra as ameaças à democracia. Com ela, estamos preparados para enfrentar aqueles que pensam que, com subterfúgios e falácias, podem nos enganar, escapar de seus compromissos e oprimir seus povos com nossa cumplicidade.

Saudamos a Bolívia, o Chile e a Guiana por seus processos eleitorais que mais uma vez reafirmam o compromisso de seus povos com a democracia. Reiteramos, mais uma vez, nossa mais ampla condenação ao regime ilegítimo de Nicolás Maduro na Venezuela, responsável por uma crise multidimensional sem precedentes em nossa região, e nosso compromisso de continuar lutando pelos venezuelanos e pelo retorno da democracia e da normalidade naquela querida nação, a Venezuela.

Defendamo-nos também contra as graves ameaças do crime organizado transnacional. O narcotráfico, a lavagem de dinheiro e outros crimes que assolam nossa região não podem ficar sem uma resposta coordenada.

Saúdo, nesse sentido, o trabalho do Grupo de Trabalho sobre Segurança e Combate ao Crime e espero que, juntos com a Organização dos Estados Americanos, fortaleçamos nossas ações em direção a uma estratégia hemisférica consistente de combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro.

Como uma nova proposta para a região, oferecemos uma estrutura flexível e leve, capaz de responder com agilidade às demandas que surgirem. Nos Grupos de Trabalho de Infraestrutura e Defesa, optamos por subgrupos; no Grupo de Trabalho de Energia, criamos iniciativas temáticas. Na aplicação das ideias e das medidas adotadas, também há amplo espaço para fórmulas inovadoras e realistas, como aplicamos na contribuição da Itaipu Binacional, por exemplo, para as obras de um de nossos Corredores Bioceânicos, que ligarão quatro dos países aqui, que fazem parte do PROSUL.

Presidentes, colegas Chanceleres,

Em Consolação a Marcia, escreveu Sêneca a uma mãe que perdia seu filho: “Não há verdadeira grandeza em mostrar coragem na prosperidade, quando a vida desliza por um caminho confortável. Mar calmo e vento favorável não revelam a habilidade do piloto: contratempos são necessários para que se prove a força de espírito.”

A pandemia é a tempestade que colocou nossas habilidades de pilotagem à prova. Em seus primeiros meses, o PROSUL logo foi obrigado a responder a um desafio sem precedentes na história da integração regional.

O Brasil está muito satisfeito com a reação do PROSUL à pandemia. Respeitando a soberania dos países participantes e provando a agilidade para qual foi concebido, o PROSUL criou Grupos de Trabalho *ad hoc* sobre a pandemia, com resultados práticos e contribuições para as respostas nacionais à doença. Nosso desafio continuará até que voltemos à normalidade. O Brasil reitera seu compromisso de cooperar com todos os países do PROSUL para o enfrentamento da pandemia. Continuamos confiantes na fortaleza do PROSUL no próximo ano, sob a Presidência Pro Tempore da Colômbia, com o Senhor Presidente Iván Duque. Presidente Duque, colombianos, lutadores incansáveis, e nossos parceiros na defesa dos ideais dos povos sul-americanos, juntamente com todos os povos aqui representados, podem contar com o Brasil neste caminho.

Muito obrigado.

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Ministerial América Latina e Caribe – União Européia Painel temático III: Aliança Digital/ Cooperação Digital - 14 de dezembro de 2020

Senhoras e Senhores,

O Brasil agradece e reconhece o esforço do Ministro Heiko Maas e do Alto Representante Josep Borrell para realizar esta reunião em plena pandemia. Para mim, o encontro de hoje é inequívoco sinal de absoluto compromisso com a cooperação entre nossas regiões.

A atual crise que enfrentamos não é apenas sanitária, mas também econômica, social e de valores. Para superar essa miríade de impactos, são necessários esforços nas áreas da saúde e da economia, a fim de assegurar o bem-estar de nossos povos. Temos, no Brasil, adotado política bem-sucedida de preservar a manutenção da atividade econômica, com resultados muito satisfatórios em termos de contenção dos efeitos negativos da pandemia sobre nossos índices de emprego e renda.

Esta videoconferência constitui oportunidade para relançarmos a cooperação birregional sobre novas bases. A defesa permanente e intransigente da liberdade e da democracia deve nortear nosso diálogo, com o objetivo de criarmos um mundo mais próspero, seguro e justo no contexto pós-pandemia.

A democracia e as liberdades fundamentais são valores que nos unem e por cuja promoção e defesa trabalhamos juntos. Esses valores representam fins em si mesmos; refletem o modelo de sociedade que queremos construir e devemos apresentar ao mundo.

Senhoras e senhores,

O mundo pós-pandemia pode ser um mundo com mais liberdade ou menos liberdade, com mais democracia ou menos democracia. A evolução digital e as telecomunicações desempenharão papel central nesse novo mundo, que, para ser mais livre e democrático, precisa garantir, a todos nós, instrumentos para seguirmos o caminho da prosperidade. A pandemia acelerou a emergência da sociedade digital e o intercâmbio de ideias e informações em meios independentes. Esse

intercâmbio é elemento absolutamente fundamental para fomentar a competitividade das nações em um contexto no qual a circulação de informações está indissociavelmente vinculada ao desenvolvimento das tecnologias digitais.

Em paralelo à circulação de informações, o comércio eletrônico beneficiou-se amplamente da crescente digitalização da economia mundial. Demonstrou ser uma das principais ferramentas para adaptação bem-sucedida dos Governos, das empresas e da sociedade às restrições impostas pela pandemia. Além de contribuir para fortalecer nossos países em tempos de crises globais, o comércio eletrônico continuará a desempenhar papel relevante no processo de recuperação em curso de nossas economias, ao ser incorporado no dia a dia de uma grande parcela de nossas populações.

Precisamos, nesse contexto, estabelecer regras internacionais que garantam segurança jurídica e previsibilidade para as empresas e que assegurem, igualmente, um ambiente com direitos ao consumidor, à sua privacidade e aos seus dados pessoais.

A digitalização da economia instaura, portanto, oportunidades de imenso potencial para a integração birregional; para a dinamização dos fluxos de comércio, financeiros e de comunicações; e para a ampliação da internacionalização de empresas.

Não deixa, também, de impor desafios crescentes. O aumento da conectividade digital deve caminhar junto ao fortalecimento de medidas de segurança cibernética.

Senhoras e Senhores,

O crescimento incessante de operações cibernéticas maliciosas tornou-se uma espécie de mal-estar do nosso tempo.

Essas operações, associadas à disseminação de desinformação, constituem grave e crescente ameaça à liberdade de expressão em nossos países e em nossos meios de circulação de informações, com consequências perigosas sobre nossas economias, nossos povos e mesmo nossas liberdades, se não soubermos agir tempestivamente para garantir a segurança cibernética.

O governo brasileiro adotou, por essas razões, nova Estratégia Nacional de Cibersegurança, visando a aumentar a resistência do país às ameaças cibernéticas e a contribuir para a prosperidade e a confiabilidade no ambiente digital.

Na era da inteligência artificial e do *Big Data*, devemos estar vigilantes. Mais do que nunca, devemos lutar pela liberdade de pensamento e de consciência, assim como pela liberdade de expressão. O exercício do direito à privacidade é crucial para a consecução plena dessas liberdades e para o desenvolvimento de opiniões sem interferências, livres do medo e da opressão.

No plano mundial, o Brasil tem-se empenhado em promover um ciberespaço aberto, seguro e protegido. É essencial garantir que esse espaço, como qualquer outro, esteja sujeito à força da lei. O Brasil é protagonista nos esforços para desenvolver normas, regras e princípios sobre o comportamento responsável do Estado nesse campo.

Na última Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente Jair Bolsonaro deixou claro que o Brasil permanece interessado em estabelecer parcerias sólidas no campo da tecnologia e da inovação, com benefícios mútuos em termos de desenvolvimento científico e prosperidade econômica, desde que tais parcerias respeitem a soberania e as instituições brasileiras e se orientem pela defesa da liberdade, da democracia e pela proteção de dados. O compartilhamento irregular de informações por meio digital é, hoje, ao mesmo tempo, o grande medo e o grande obstáculo para o desenvolvimento mais acelerado da digitalização de nossas economias.

No Brasil, 70% dos cidadãos têm acesso à internet. Dispomos de avançada estrutura institucional para a governança da internet. Marcos normativos importantes, como a Estratégia de Transformação Digital e a Lei Geral de Proteção de Dados, têm fortalecido a segurança digital, bem como a proteção de dados pessoais e dos consumidores. O Comitê Gestor da Internet, a Câmara da Indústria 4.0 e da Internet das Coisas 4.0 são instâncias, no Brasil, que, ao unirem representantes dos setores público e privado, demonstram firme abordagem multissetorial vigente em nosso país no tratamento de tecnologias emergentes.

No âmbito do MERCOSUL, o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital oferece marco normativo de referência para maior convergência e interoperabilidade na região, com benefícios para o reconhecimento de documentos e consequente facilitação do comércio internacional. Estamos em condições, portanto, de promover

a convergência das agendas digitais do MERCOSUL e da União Europeia.

Senhoras e Senhores,

Os benefícios da digitalização se estendem, também, à eficiência energética. É um campo promissor a ser explorado, principalmente diante da necessidade cada vez mais evidente de racionalizarmos e otimizarmos o consumo de energia em nossas casas, indústrias e transportes.

Metade dos países membros da Plataforma para o Biofuturo, iniciativa que debate e troca experiências a respeito de políticas para o fortalecimento da bioenergia e da bioeconomia, pertence a nossas regiões. Isso indica que América Latina e Caribe, de um lado, e União Europeia, do outro, podem aportar – e aportarão – contribuição inestimável no campo da bioenergia e da bioeconomia. Os países da América Latina e do Caribe, amparados pela Plataforma do Biofuturo, estão investindo cada vez mais em bioenergia.

Ao mesmo tempo, o Brasil não perde de vista outros caminhos sustentáveis no setor energético, inclusive com foco em fontes limpas, traço fundamental da matriz energética brasileira: as fontes renováveis.

Mesmo as indústrias de energia tradicionais, como petróleo e gás, devem investir em práticas sustentáveis. A redução dos custos associados à digitalização no setor petrolífero há de servir como incentivo às empresas do setor de hidrocarbonetos, liberando recursos para fomentar formas de produção mais sustentáveis.

Os ganhos de sustentabilidade energética, com aplicação de soluções digitais, poderão ser disseminados em âmbito regional e, nesse sentido, vir a integrar-se a iniciativas birregionais de cooperação digital.

Soluções digitais no campo energético poderão, igualmente, beneficiar-se do componente de “transformação digital” previsto para a pauta de cooperação regional da União Europeia para a América Latina na programação orçamentária 2021-2027. Estamos prontos para trabalhar com o lado europeu nessa busca de desenvolvimento digital e sustentabilidade energética.

Senhoras e Senhores,

O Brasil acredita que a retomada do crescimento econômico tem de ser sustentável. Esse movimento deve contemplar as três dimensões do desenvolvimento: a econômica, a social e a ambiental. Não haverá desenvolvimento sustentável de tecnologias digitais se não implementarmos de maneira efetiva o princípio da eficiência em nossas economias.

Busca da eficiência significa ampliar a abertura ao comércio internacional, libertando nossas economias de amarras burocráticas que dificultam o desenvolvimento científico e tecnológico. Significa, igualmente, reduzir ao mínimo necessário as distorções sobre o comércio internacional e a produção em outros países. É imperativo evitar cenários de superprodução não sustentável em países fechados e subsidiadores.

Estou certo do poder da informação, da verdade e da livre circulação de informações neste momento de fragilização econômica e social em

escala mundial e de esforços de recuperação econômica internacional. O desenvolvimento das tecnologias digitais exerce papel crucial nesse processo de recuperação econômica em e na transformação crescente das cadeias transnacionais de agregação de valor. Constituem, portanto, elemento essencial da cooperação, do entendimento e da defesa da liberdade e da prosperidade em nossas regiões.

Muito obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no Conselho do Mercado Comum – MERCOSUL – 15 de dezembro de 2020

Muito obrigado,

Excelentíssimo chanceler Francisco Bustillo, querido amigo,

Excelentíssimos senhores chanceleres, autoridades, amigos, colegas,

É uma honra poder encontrá-los, ainda que de maneira remota, nesta 57ª Reunião do Conselho do Mercado Comum, para tratar dos avanços e desafios do MERCOSUL. Para alguém que, como eu, esteve presente na primeira reunião do Conselho do Mercado Comum em 1991, este é sempre um momento de especial emoção. O MERCOSUL está de pé, após quase 30 anos, mas só continuará de pé se continuar fiel aos seus princípios básicos – democracia e livre comércio – independentemente das circunstâncias cambiantes. Saúdo a presidência *pro tempore* uruguaia por ter mantido com êxito o MERCOSUL funcionando, ativo e produtivo, nestes últimos meses. Pela primeira vez, tivemos uma

presidência exclusivamente virtual, o que trouxe limitações e exigiu adaptações. A pandemia, ao impedir viagens e reuniões presenciais, continua a afetar o ritmo das negociações, por exemplo, das negociações do MERCOSUL com parceiros externos. Porém, buscamos, com êxito, contornar as adversidades dessa situação e pudemos, graças aos esforços que envidamos, prosseguir com nossos encontros negociadores, sempre que possível, por meio de videoconferências.

Conseguimos retomar alguns grupos negociadores com Canadá, Cingapura e Líbano. Circulamos entre países da América Central e do Caribe proposta de lançamento de negociações de livre comércio. Ao mesmo tempo, foi-nos possível manter a continuidade dos intensos trabalhos de revisão e ajuste final dos acordos com a União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA). Trabalhamos para que 2021 nos permita restabelecer o dinamismo que alcançamos em 2019. Nossa primeira tarefa deve ser fechar, de uma vez por todas, os textos dos acordos com a União Europeia e EFTA. Não há mais motivo para alongar esses processos. É preciso ter textos prontos para a assinatura. O ato da assinatura em si dependerá, também, claro, do lado europeu, mas, do nosso lado, precisamos estar prontos a assinar e enviar os textos para nossos legislativos. Estamos trabalhando com a Comissão Europeia e com distintos países europeus para reafirmar nossa determinação em manter nossos compromissos em termos de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Trabalhamos para que o acordo seja visto com um instrumento de cooperação, e não instrumento de barganha cruzada ou de pressão indevida.

A declaração MERCOSUL -União Europeia, de ministros, sobre desenvolvimento sustentável, divulgada ontem e que foi referida pelo chanceler Bustillo, é um documento da maior importância. Enalteço a coordenação entre os quatro países que permitiu a assinatura e lançamento deste documento. É um documento que representa um passo importante para superar as dificuldades colocadas pelo lado europeu em relação ao acordo, desde a perspectiva ambiental. A esse respeito, gostaria de assinalar que, no último dia 8 de dezembro, o Brasil apresentou a sua Contribuição Nacionalmente Determinada ao amparo do Acordo de Paris, sobre a qual a própria Secretária-Executiva da Convenção do Clima, Patricia Espinosa, já se pronunciou e já nos mandou uma carta reconhecendo o caráter valioso e ambicioso dessa contribuição. Isso comprova o compromisso do Brasil em cumprir seus compromissos na área ambiental, sempre na expectativa de que todos cumpram seus compromissos. E acredito que esse passo, essa Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil, também contribuirá para vencer as dificuldades interpostas ao Acordo MERCOSUL -União Europeia.

Se há blocos e países que questionam a importância da inserção nas cadeias regionais e internacionais de valor, pensando em projetos autárquicos de desenvolvimento, outros têm muita clareza a respeito de como enfrentar o mundo que se desenha a partir da nossa plataforma do MERCOSUL, e o Brasil faz parte desse grupo, daqueles que buscam ativamente acordos e inserção internacional. Desenvolvimento autárquico é algo que já tentamos. É algo que no Brasil, não sei se em outros casos, no Brasil,

nutriu a corrupção, gerou atraso, e adiou as esperanças do nosso povo. Nós acreditamos no livre comércio e no livre mercado, na abertura econômica, não por opção ideológica, mas porque enxergamos o que aconteceu no nosso próprio país e em outros países na região e no mundo quando optaram pelo fechamento da economia. No próximo ano, será preciso continuarmos trabalhando para concluir as negociações com Canadá, Cingapura, Líbano, Coreia do Sul, sempre de maneira inteligente e ativa. Explorar maneiras de ampliar os acordos vigentes de cobertura limitada e seguir promovendo a abertura de novas frentes negociadoras, como, por exemplo, com Indonésia e Vietnã. Queria assinalar que o Brasil já tem seu mandato negociador em nível nacional para as negociações com Indonésia e Vietnã e espera que o bloco possa avançar rapidamente nesse sentido, no sentido de abertura de negociações como esses dois países.

Na sua agenda externa, o MERCOSUL deve permanecer ágil e construir soluções a partir da flexibilidade, de modo a evitar bloqueios e retrocessos. Na frente interna, a revisão da Tarifa Externa Comum é prioridade para o Brasil. As discussões técnicas avançaram neste semestre. Persistem grandes desafios, certamente, mas devemos continuar os trabalhos com determinação e ânimo de entendimento para atualizar a TEC. Uma nova Tarifa Externa Comum aportará, junto com os acordos externos, a contribuição necessária para melhorar, em muito, nossa inserção no comércio internacional, fortalecer nossa segurança jurídica, atrair investimentos e atender as expectativas do setor produtivo e dos

consumidores dos nossos países, beneficiando a sociedade como um todo.

Sob a presidência uruguaia, e beneficiados pelos progressos obtidos nas negociações externas, trabalhamos na revisão do regime de origem do MERCOSUL e na elaboração de um sistema de administração de cotas de importação. Demos igualmente especial atenção à agenda de elaboração e revisão de regulamentos técnicos, como parte do esforço de nos ajustar aos melhores padrões e práticas internacionais.

A continuidade dos debates acerca dos setores açucareiro e automotivo, depois de um longo período de inércia, é auspiciosa e crucial. Trata-se de lacunas que prejudicam a eficácia do MERCOSUL e nos deixam permanentemente vulneráveis a pressões internas por outros tratamentos de exceção. A correção desse chamado “desvio interno” torna-se inadiável à luz dos compromissos internacionais que estamos assumindo nesses setores. Reconhecemos com satisfação que a recente entrada em vigor dos acordos automotivos do Brasil com a Argentina e do Brasil com o Paraguai são elementos facilitadores dos debates sobre a adequação do setor ao MERCOSUL no seu conjunto.

Felicitemos efusivamente a presidência uruguaia pela conclusão do protocolo sobre comércio eletrônico do MERCOSUL. A pandemia acentuou tendências já em desenvolvimento no nosso mundo, progressivamente digital e tecnológico. A rápida conclusão desse ambicioso instrumento sobre comércio eletrônico é mais uma demonstração da capacidade do MERCOSUL de servir ao

desenvolvimento e ao bem-estar das nossas sociedades. O novo acordo lançará as bases para um futuro mercado digital regional.

Saúdo também o lançamento da oitava rodada de negociações de serviços, outra área fundamental para a competitividade dos nossos países frente ao mundo.

A modernização do MERCOSUL passa também pela adequação da sua estrutura institucional ao momento que vivemos. Queremos um bloco moderno e funcional e devemos ter em conta que a pandemia agravou sensivelmente as restrições orçamentárias dos Estados-partes. Graças a esforços concentrados neste semestre, logramos lançar as bases para a reforma do Instituto Social do MERCOSUL e do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos, a fim de tornar mais sustentável e eficiente o apoio que prestam ao MERCOSUL.

Com vistas a darmos respostas às aspirações dos nossos povos, destaco igualmente proposta, apresentada pelo Brasil, de um acordo para combate à corrupção em matéria de comércio e investimentos internacionais, que contribuirá para um ambiente de negócios mais favorável e institucionalmente seguro. Ressalto ainda os trabalhos para a conformação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, que deverá estar pronto ano que vem. O Estatuto será ferramenta decisiva para consolidar os direitos e benefícios concretos que o MERCOSUL propicia aos nossos cidadãos. O instrumento contribuirá para que possamos comunicar esses direitos e benefícios de maneira mais direta e eficiente aos nossos cidadãos.

Nossa preocupação com a segurança no nosso bloco não se limita, nem poderia restringir-se, entretanto, ao combate à corrupção em matéria de comércio e investimentos. Temos, nestes dois últimos anos, dado passos cruciais em matéria de segurança pública e de combate ao crime organizado transnacional, temas absolutamente prioritários para as sociedades dos nossos países – certamente, para a sociedade brasileira.

O narcotráfico, o tráfico de pessoas, o crime ambiental, o contrabando de ouro, a corrupção, o terrorismo, em várias facetas, estão aumentando sua presença e seu poder em nossa região, conectados entre si e infiltrados muitas vezes em sistemas políticos. Esse complexo político criminoso é a grande ameaça às nossas democracias e à prosperidade dos nossos povos.

A Venezuela, membro do MERCOSUL, suspenso hoje, e uma querida nação irmã, foi transformada pelo regime ditatorial de Nicolas Maduro em uma plataforma do crime organizado. Precisamos continuar atuando pela redemocratização da Venezuela, não só por solidariedade ao povo venezuelano – sofrido e oprimido –, mas pelo nosso próprio interesse. O MERCOSUL nunca atingirá plenamente seus ideais enquanto continuar pairando na América do Sul a sombra maléfica de uma ditadura – como a ditadura venezuelana hoje – e sua rede de apoios.

Durante a presidência brasileira do MERCOSUL, no segundo semestre de 2019, lembro que aprovamos um pacote de entregas importantes na área de segurança: assinamos o acordo de cooperação policial aplicável aos espaços fronteiriços

entre os Estados-partes do MERCOSUL, o qual trata de intercâmbio de informação, capacitação e perseguição transfronteiriça, entre outros aspectos. A reforçar o acordo, houve uma declaração presidencial sobre ilícitos transfronteiriços.

Junto com o acordo para o combate à corrupção em matéria de comércio e investimentos internacionais, essa série de iniciativas, quando em vigor, se somará a um amplo conjunto de normas do MERCOSUL sobre segurança pública, como os acordos sobre troca de informações, sobre tráfico ilícito de armas, criação de equipes conjuntas de investigação, ordem de prisão e entrega de presos, traslado de condenados, assistência jurídica em matéria penal e disposição de bens apreendidos de organizações criminosas internacionais. Além da ação concreta através de todos esses instrumentos e de novos instrumentos que venhamos a criar, é fundamental, também, o respaldo e o compromisso político de todos os membros do MERCOSUL com o combate sem tréguas ao crime organizado transnacional. Todas essas iniciativas e acordos, tornarão mais seguras as nossas regiões fronteiriças, facilitarão a atuação das nossas autoridades policiais e agilizarão a perseguição penal. Permitirão ainda, às nossas sociedades, reaver bens desviados por criminosos e mitigar a ameaça perene que o crime organizado transnacional apresenta à estabilidade e ao pleno funcionamento das instituições, os seus vínculos com o terrorismo e com os regimes totalitários.

Caros amigos, senhores ministros.

Estamos nos aproximando do trigésimo aniversário da assinatura do

Tratado de Assunção, pedra fundamental do MERCOSUL. Será oportunidade para refletir, não só sobre os êxitos que obtivemos nesse período, mas também sobre os passos que devemos dar para alcançar a integração que queremos. O MERCOSUL precisa ser um polo de liberdade e democracia, uma ferramenta para a prosperidade e o bem estar material e espiritual de nossos povos. Esse é o espírito que animou os líderes que assinaram o Tratado de Assunção. Vislumbrava-se, naquele momento, um bloco construído sobre os pilares da democracia, do livre comércio e da abertura para o mundo. Nos últimos dois anos o MERCOSUL vem retomando seu espírito original, e deixamos muito claro que a integração está indissociavelmente ligada à vigência da democracia.

Antes da pandemia, avançamos igualmente em ações concretas para aperfeiçoar a inserção competitiva do MERCOSUL e para modernizar as regras de comércio dentro do bloco. Estivemos orientados nesse resgate das origens pelo propósito alcançado de gerar benefícios concretos para os nossos cidadãos. Nosso desafio hoje está em preservar esse bom rumo. Continuemos a buscar, nas origens do MERCOSUL, guia e inspiração para o futuro de nosso projeto comum.

Vivemos tempos difíceis em todo o mundo, mas a solução para o retorno rápido do crescimento econômico depende de mais comércio e integração entre os nossos países e com o resto do mundo, não de medidas protecionistas que dificultam a circulação dos nossos produtos. Não podemos voltar ao passado de paralisia. A grande crise que ameaça abater-se sobre o mundo, entretanto, não é a crise econômica, nem a crise

de saúde, nem a mudança climática. A crise verdadeira virá se, a pretexto de combater as crises de saúde, econômica e os desafios ambientais, sacrificarmos a liberdade e a democracia. O Brasil continuará lutando pela liberdade e pela democracia. Seja sozinho, seja acompanhado. Seja no MERCOSUL, seja na América Latina, seja no resto do mundo. Em todos os foros e com todos os seus recursos.

É isso que eu queria dizer, e com esse espírito é que desejo estender meus votos de êxito à próxima presidência argentina do MERCOSUL, com a minha expectativa de que possamos reunir-nos já de forma presencial para celebrarmos, em 2021, os 30 anos de um MERCOSUL renovado e fortalecido.

Muito obrigado

Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no Conselho do Mercado Comum – MERCOSUL (2ª parte) – 15 de dezembro de 2020

Muchas gracias, canceller Francisco Bustillo, estimado amigo. Saludos a todos cancelleres y autoridades. Quisiera dar un especial saludo al querido amigo de tantos años Ricardo Gonzáles, que veo aquí en la pantalla y espero rever en breve.

O MERCOSUL não parou durante a pandemia. Desculpe, que novamente comecei em espanhol. É o hábito de tantos anos. O MERCOSUL não parou durante a pandemia, apesar de todas as dificuldades, e queria, antes de tudo, parabenizar a presidência *pro tempore* uruguaia, que, a exemplo da presidência *pro tempore* paraguaia,

manteve os cronogramas de trabalho e o engajamento dos Estados Membros e dos Associados, em circunstâncias inesperadas e desafiadoras.

Nossos países têm demonstrado resiliência e capacidade de reação diante dos desafios econômicos da pandemia. Às ações individuais de cada país temos associado fórmulas cooperativas, como o trabalho louvável que tem realizado o PROSUL, sob a liderança do Chile. No MERCOSUL, temos tido a flexibilidade para adotar as medidas comerciais necessárias para mitigar os efeitos negativos da pandemia. Recursos do Fundo de Desenvolvimento do bloco foram deslocados para esse propósito, finalidade incontornável para garantirmos a estabilidade social e econômica dos nossos países.

Ressalto, de forma complementar, iniciativas que o Brasil levou adiante, bilateralmente, com vários vizinhos, para facilitar a retomada do fluxo seguro de pessoas e a atividade econômica nas regiões de fronteira.

A integração regional é parte fundamental da resposta aos desafios estruturais e conjunturais para o nosso desenvolvimento. Os recentes desdobramentos conjunturais só fazem realçar essa realidade. Precisamos de mais integração para enfrentar melhor a queda verificada nos índices econômicos que se viu agravada pela pandemia.

Precisamos de mais integração para fazer frente ao aumento da competição nos mercados globais. Nossa região está diante de um desafio urgente. Já avançamos muito na redução das barreiras tarifárias entre nós, mas precisamos fazer mais.

O comércio dos países da América do Sul tem perdido vigor e constitui parcela muito reduzida em relação às nossas trocas com o resto do mundo. Esse descompasso só faz aumentar. O padrão de comércio inter-regional precisa diversificar-se. Se quisermos falar seriamente de integração produtiva entre os países da região, temos que aumentar a utilização de insumos regionais em nossos sistemas de produção.

Nosso déficit em termos de conectividade também é flagrante e inaceitável. Igualmente significativa é a lacuna de interação que ainda persiste entre nossas autoridades de comércio e entre nossos setores privados.

Não se trata de ignorar os vetores que temos acionado para alterar esse estado de coisas, mas, sim, de enfatizar que tais vetores precisam continuar a ser fortalecidos. Entre os vários desafios, quero destacar o imperativo de ampliar e aprofundar a rede de acordos de livre comércio que já possuímos entre nós.

O Brasil e o MERCOSUL têm mostrado sua ambição negociadora junto a outros países e grupos da região. Temos postulado o lançamento de negociações bilaterais sobre compras governamentais com a Colômbia. Temos reiterado ao Peru a expectativa de convocação da Comissão Administradora do ACE 58 e de internalização do acordo bilateral sobre investimentos serviços e compras governamentais. Aguardamos do México resposta a uma proposta que apresentamos para ampliação do ainda pouco ambicioso acordo de preferências tarifárias que hoje ampara a relação entre essas duas economias.

Em nossa aproximação com a Aliança do Pacífico, o MERCOSUL tem contado com o apoio decidido do Chile para encontrar fórmulas que nos permitam avançar em facilitação de comércio, barreiras não tarifárias e convergência regulatória. O Plano de Ação de Puerto Vallarta não pode ser apenas um texto de boas intenções.

O MERCOSUL dirige seu olhar, igualmente, para além da América do Sul, buscando expandir a fronteira de seus acordos de livre comércio para a América Central e o Caribe. Acabamos de apresentar proposta de lançamento de negociações com países individualizados da região, mercados já amplamente integrados por acordos comerciais e grandes polos econômicos mundiais. Esperamos iniciar essas tratativas o quanto antes.

Queria assinalar, também, que recentemente tive oportunidade de visitar o Suriname e a Guiana e fiquei extremamente impressionado com as perspectivas econômicas e de integração apresentadas por esses dois países.

Do mesmo modo, apesar das dificuldades impostas pela pandemia, logramos avançar nas tratativas com o Canadá, Líbano e Singapura, bem como explorar a possibilidade de expansão de acordos existentes, como o acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e Israel, cuja expansão deverá ser concluída em 2021.

Seguimos, igualmente, com a prospecção de novas frentes negociadores com países como Indonésia e Vietnã, sempre orientados pelo objetivo de ampliar a competitividade e a inserção do bloco na economia global, auferindo, assim,

benefícios para as nossas sociedades como um todo.

Para enfrentar os grandes desafios da integração regional, precisamos de uma parceria cada vez mais dinâmica entre os setores público e privado, bem como uma articulação mais ampla no seio do setor privado da região. Essa sinergia nos ajudará a identificar, com maior facilidade e precisão, pautas de interesse comum, assim como as principais necessidades e carências da integração sul-americana e latino-americana.

Caros amigos, a integração, entretanto, pertence também ao espaço dos valores políticos, os valores mais íntimos das nossas sociedades. A democracia é um valor que nos une e por cuja promoção e defesa trabalhamos juntos. A democracia, valor em si mesmo, reflete o modelo de sociedade que queremos construir e pelo qual nos devemos apresentar ao mundo. A democracia nos oferece o melhor contexto para promover a nossa agenda de integração econômico-comercial. Não há nada que apresente maior sintonia com os valores democráticos do que uma integração que, ao mesmo tempo, reflita e busque atender os anseios e as expectativas dos nossos cidadãos. Estou convencido de que liberdade econômica é fundamental para a liberdade política, e vice versa.

Nada substitui a liberdade e a democracia. A ideia de que se pode ter eficiência econômica sem democracia é, talvez, a mais perigosa da nossa era. A ideia de que se necessita promover desenvolvimento sustentável e enfrentamento à Covid mais do que defender as liberdades fundamentais e propagar a

democracia contraria os nossos valores e princípios mais profundos, e a rechaçamos. Se perdermos a liberdade em nome da saúde, não teremos liberdade nem saúde. Se sacrificarmos a democracia em nome do desenvolvimento sustentável, não teremos nem democracia, nem desenvolvimento sustentável, mas uma sociedade de controle totalitário nas mãos de elites não eleitas.

O presidente Jair Bolsonaro e seu governo têm atuado de forma incansável em favor da democracia na nossa região. Ao longo de 2020, como foi o caso, também, em 2019, o Brasil trabalhou incansavelmente em favor da democratização da Venezuela e pela consolidação do governo legítimo de Juan Guaidó, pelo fim da ditadura de Nicolás Maduro, que, conforme indica o próprio relatório da missão verificadora do Conselho de Direitos Humanos, oprime seu povo e comete atos que podem ser qualificados de crimes de lesa-humanidade.

Necessitamos todos trabalhar pelo fim desse descalabro, com a prioridade mais alta, tanto em nome dos nossos valores, quanto dos nossos interesses. Enquanto permanecer essa situação, esse regime que domina a Venezuela, que desonra o nome da Venezuela, que transformou a Venezuela numa plataforma do crime e tenta exportar esse modelo a toda a região, não poderíamos falar a sério de integração sul-americana.

É importante ressaltar, cada vez mais, também, os desafios da democracia, o Estado de Direito e as nossas liberdades que provêm das organizações criminosas, do crime organizado transnacional, de maneira cada vez mais poderosa, insidiosa e sofisticada. Essas organizações, além

de praticar variados ilícitos e crimes, minam nossas instituições e corroem nossas sociedades.

Ao não respeitar fronteiras, são um problema regional coletivo que diz respeito a todos nós. Se não soubermos trabalhar juntos para enfrentar esse desafio, que hoje já prolifera livremente na Venezuela, como dizia, em simbiose com terroristas e grupos armados, nossos países enfrentarão riscos crescentes à sua verdadeira independência.

As democracias não podem acomodar-se a viver no espaço cada vez mais restrito que lhes deixa o crime associado ao totalitarismo. Temos que ampliar o espaço da liberdade. Desse modo, a integração econômica aberta à democracia e a segurança são mutuamente indispensáveis. Nossos países precisam dedicar-se a esses objetivos pelo futuro dos nossos povos.

Reitero o compromisso brasileiro com uma integração que sirva à prosperidade, à segurança, à democracia e às liberdades fundamentais. Renovo meus votos de êxito à presidência argentina, bem como minha expectativa de que possamos estar todos juntos, de forma presencial, para celebrarmos, em 2021, os 30 anos do MERCOSUL.

Muito obrigado

ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

Sétimo Protocolo Adicional ao Apêndice II “Sobre o Comércio no Setor Automotivo entre o Brasil e o México” ao Acordo de Complementação Econômica Nº 55 entre o MERCOSUL e os Estados Unidos Mexicanos – 06 de julho de 2020

ACORDO DE
COMPLEMENTAÇÃO
ECONÔMICA Nº 55

CELEBRADO ENTRE O
MERCOSUL E OS ESTADOS
UNIDOS MEXICANOS

**Sétimo Protocolo Adicional ao
Apêndice II
“Sobre o Comércio no Setor
Automotivo entre o Brasil e o
México”**

Os plenipotenciários da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos, acreditados por seus respectivos Governos segundo poderes outorgados em boa e devida forma, oportunamente depositados na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI),

CONVENCIDOS da importância de ampliar o comércio bilateral de bens do setor automotivo,

RECONHECENDO a importância de atualizar as disposições sobre o comércio no setor automotivo em face dos desafios atualmente impostos pela conjuntura internacional,

CONVÊM EM:

Artigo 1º. - Modificar o Artigo 1º do Apêndice II (Sobre o Comércio no Setor Automotivo entre o Brasil e o México” (doravante denominado “Apêndice II”) do Acordo de Complementação Econômica Nº 55 (doravante denominado Acordo) para que se leia como segue:

“Âmbito de aplicação

Artigo 1º. - As disposições contidas no presente Apêndice serão aplicadas ao intercâmbio comercial entre o Brasil e o México (doravante "as Partes") dos bens listados a seguir (doravante "os Produtos Automotivos"), sempre que se trate de bens novos, compreendidos nos códigos da NALADI/SH, com suas respectivas descrições, que figuram nos Anexos I (produtos automotivos incluídos nas letras "a", "b", "c", "e" e "f") e II (produtos automotivos incluídos na letra "d") deste Apêndice.

- a) automóveis;
- b) veículos de peso em carga máxima não superior a 8.845 kg – oito mil, oitocentos e quarenta e cinco quilogramas (comerciais leves, chassis com motor e cabina e carroçarias para estes veículos, caminhões e chassis com motor e cabina);
- c) tratores agrícolas, ceifeiras, máquinas agrícolas autopropulsadas e máquinas rodoviárias autopropulsadas;
- d) autopeças para os produtos automotivos listados em todas as letras deste artigo, inclusive as autopeças destinadas ao mercado de reposição.
- e) peso em carga máxima superior a 8.845 kg – oito mil,

oitocentos e quarenta e cinco quilogramas (caminhões, caminhões tratores e chassis com motor e cabina, de peso em carga máxima superior a 8.845 kg – oito mil, oitocentos e quarenta e cinco quilogramas); e

f) ônibus (ônibus completos, chassis com motor e carroçarias para ônibus);”

Artigo 2º. - Modificar o “Anexo I ao Apêndice II” e o substituir pelo Anexo do presente Protocolo.

Artigo 3º. - Não obstante o compromisso disposto no Artigo 9º do Quinto Protocolo Adicional ao Apêndice II, que estabelece o livre comércio em 1º de julho de 2020 para os produtos automotivos que constam nas alíneas “e” e “f” do Artigo 1º do Apêndice II do Acordo, as Partes acordam um período de transição ao livre comércio. O período de transição terá duração de 3 (três) anos, com preferências tarifárias crescentes, conforme o cronograma estabelecido na tabela a seguir:

Período	Preferência Tarifária
1º de julho de 2020 ou a partir da entrada em vigor do presente Protocolo	20%
1º de julho de 2021	40%
1º de julho de 2022	70%
1º de julho de 2023	100%

Os produtos a que se refere este artigo serão considerados originários se cumprirem a regra de origem prevista no Artigo 6º, parágrafo 2º, Anexo II, do Acordo. Para a determinação do Índice de Conteúdo Regional (ICR), será utilizada a fórmula prevista no Artigo 6º, parágrafo 1º, alínea “a”, do Anexo II do Acordo, quando for produzido no Brasil; e a fórmula prevista no artigo 6º, parágrafo 1º, alínea “b”, do Anexo II do Acordo, quando for produzido no México.

As Partes iniciarão, no terceiro trimestre de 2020, um período de consultas e trabalhos técnicos sobre veículos pesados, sob metodologia e cronograma a serem definidos, com a finalidade de avaliar a possibilidade de reconhecimento mútuo de resultados de avaliação da conformidade [ensaios] sobre itens de segurança veicular a serem acordados mutuamente. Concluída essa etapa, as Partes se comprometem a avaliar a possibilidade de estender as consultas e trabalhos técnicos a temas regulatórios ambientais que afetem o comércio de veículos pesados. Em 2022, as Partes realizarão uma avaliação dos avanços dos trabalhos técnicos realizados.

Artigo 4º. - Não obstante o estabelecido nas alíneas “c” e “d” do parágrafo 1º e nos parágrafos 2º, 3º e 4º do Artigo 5º do Anexo II do Acordo, as Partes, para a determinação do ICR das autopeças compreendidas na alínea “d” do Artigo 1º do Apêndice II do Acordo, aplicarão a seguinte fórmula:

$$\text{ICR} = \left(\frac{\text{Valor dos materiais originários}}{\text{Valor total}} \right) \times 100$$

Valor do bem

Os produtos mencionados no *caput* deste artigo serão considerados originários se cumprirem um ICR de 40%.

Artigo 5º. - Um “produto automotivo novo” que conste na alínea “e” do Artigo 1º do Apêndice II do Acordo será considerado originário se cumprir o estabelecido nos parágrafos 5º e 6º do Artigo 6º do Anexo II do Acordo.

Artigo 6º. - Os “produtos automotivos novos” mencionados nas alíneas “a” e “b” do artigo 1º do Apêndice II do Acordo, lançados comercialmente entre os dias 1º de abril de 2018 e 31 de dezembro de 2019, terão um prazo de 30 (trinta) meses para alcançar o ICR vigente de 40%. Esse prazo iniciará a partir da data de lançamento comercial do produto.

Para poder fazer uso deste dispositivo, as Partes se comprometem a reportar, uma a outra, em um prazo máximo de 15 dias, todos os modelos, empresas fabricantes e datas de lançamento comercial dos veículos novos no marco do disposto neste artigo.

Artigo 7º. - O presente Protocolo entrará em vigor no prazo de quinze (15) dias contados a partir da data em que a última Parte comunicar à Secretaria-Geral da ALADI haver cumprido as formalidades necessárias para sua aplicação.

Artigo 8º. - A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos dos países Signatários.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevideu, aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos. (a.:) Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Bruno de Rísios Bath, Representante Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL; Pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos: Victor Manuel Barceló; Representante Permanente do México junto à ALADI.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação na Área de Telecomunicações e Economia Digital - 24 de julho de 2020

A República Federativa do Brasil e

a República do Chile,

a seguir designadas “Partícipes”,

reconhecendo a intensidade e o dinamismo do intercâmbio comercial e empresarial entre os dois países;

compartilhando o entendimento de que as iniciativas de integração regional devem promover a convergência entre as agendas digitais da Aliança do Pacífico e do Mercosul;

desejosos de promover a economia digital de ambos os países

e facilitar os fluxos comerciais, em particular o comércio eletrônico entre o Brasil e o Chile;

convencidos de que as tecnologias da informação e comunicação são componentes essenciais para o desenvolvimento de ambos os países e o fortalecimento das relações bilaterais;

recordando a importância da infraestrutura digital entre os dois países e destes com outras regiões do mundo;

acordam o seguinte:

Artigo 1

Objetivos

Este Memorando de Entendimento visa:

i. Fortalecer a cooperação bilateral com vistas a estimular a promoção da economia digital dos dois países, o fluxo de comércio eletrônico e dos serviços digitais, em particular melhorar a infraestrutura de telecomunicações, a conectividade e o fluxo de dados entre os dois países e entre estes e o mundo;

ii. Buscar permitir o fortalecimento e a expansão de uma infraestrutura digital compatível com as demandas das tecnologias convergentes e suas aplicações;

iii. Incentivar o avanço da integração do comércio eletrônico, a fim de estimular, por meio de infraestrutura e conectividade digital, uma maior participação de pequenas e médias empresas no relacionamento econômico bilateral;

iv. Promover um ambiente de diálogo e debate sobre temas de interesse comum, incluindo a expansão do transporte de dados, a oferta de redes de alta capacidade e a interconexão de fibras ópticas;

v. Promover infraestruturas digitais para fortalecer e expandir o mercado digital regional e, eventualmente, com outros continentes;

vi. Promover infraestruturas digitais para permitir o acesso a redes de alta capacidade, a fim de atrair empresas digitais globais e interconectar o mercado digital regional com os mercados digitais de outros continentes.

Artigo 2

Áreas de cooperação

Os Partícipes envidarão os esforços necessários para fortalecer a cooperação nas áreas referidas no Artigo 1, incluindo, mas não exclusivamente,

i. A conexão digital entre os dois países, bem como as possíveis conexões regionais;

ii. Internet das Coisas (IoT) e suas aplicações;

iii. 5G e suas aplicações;

iv. Inteligência Artificial e suas aplicações;

v. Infraestrutura digital.

Artigo 3

Das entidades executoras

Os Partícipes concordam em designar como entidades executoras deste Memorando:

Pelo Brasil:

Ministério das
Relações Exteriores;

Ministério das
Comunicações;

Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações.

Pelo Chile:

Ministério das
Relações Exteriores;

Ministério dos
Transportes e Telecomunicações.

Artigo 4

Grupo de Trabalho Conjunto

Para a execução deste Memorando de Entendimento, os Partícipes concordam em estabelecer um Grupo de Trabalho Conjunto sobre Cooperação no Campo Digital (doravante denominado "Grupo de Trabalho"), de acordo com as disposições dos Artigos seguintes.

Artigo 5

Funções do Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho (GT) executará, entre outras, as seguintes funções:

i. Servir como o principal fórum para examinar e

definir formas de promover e fortalecer a cooperação entre os Partícipes nas áreas previstas no Artigo 2; e

ii. Promover a cooperação entre as instituições dos dois países responsáveis pelos temas referidos no Artigo 2.

Artigo 6

Participação no Grupo de Trabalho

i. Cada Partícipe designará, dentro de 15 (quinze) dias após este Memorando produzir efeito, um representante para co-presidir o GT, e indicará os demais membros do GT. Caberá ao Ministério das Comunicações do Brasil indicar o co-presidente brasileiro do GT e o Ministério dos Transportes e Telecomunicações do Chile indicar o co-presidente chileno do GT.

ii. Os Partícipes informarão, pelos canais diplomáticos, no prazo mencionado, os outros respectivos representantes no GT.

iii. O GT poderá convidar, de forma ad hoc ou permanente, outras instituições governamentais relevantes e representantes do setor privado para participar das reuniões.

iv. O GT poderá se reunir de forma presencial ou remota por meios tecnológicos que os Partícipes decidirem.

v. A primeira reunião do GT ocorrerá dentro de trinta (30) dias após este Memorando produzir efeito.

Artigo 7

Solução de controvérsias

Qualquer diferença que possa surgir da interpretação ou implementação deste Memorando de Entendimento será resolvida por meio de negociações e consultas entre os Partícipes.

Artigo 8

Modificações

Qualquer modificação neste Memorando de Entendimento poderá ser feita de comum acordo entre os Partícipes.

Artigo 9

Efeito

i. Este Memorando de Entendimento terá efeito em 7 de agosto de 2020.

ii. Este Memorando terá duração indeterminada. Qualquer Partícipe poderá, com um mínimo de noventa (90) dias de antecedência, notificar o outro Partícipe, por via diplomática, de sua intenção de rescindir este Memorando de Entendimento.

iii. A rescisão deste Memorando de Entendimento não afetará a execução e a duração dos projetos e atividades em andamento realizadas de acordo com as disposições deste documento, a menos que os Partícipes concordem de maneira diferente.

i. Este Memorando de Entendimento não cria obrigações juridicamente vinculantes para nenhum dos Partícipes, de acordo com o Direito Internacional ou a respectiva legislação nacional dos Partícipes.

ii. Este Memorando de Entendimento não será interpretado como a criação de uma empresa, joint venture, agência ou entidade legal de qualquer natureza entre os Partícipes, nem como a concessão de uma licença ou franquia de acordo com as respectivas leis internas aplicáveis.

iii. As atividades de cooperação realizadas no âmbito deste Memorando de Entendimento estarão sujeitas à disponibilidade de fundos e às políticas, leis e regulamentos nacionais aplicáveis de cada Partícipe. Não haverá transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

Feito em Brasília e Santiago, durante videoconferência, realizada em 24 de julho de 2020, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo todos os textos igualmente autênticos

**PELO GOVERNO
DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO
BRASIL**

Ernesto Araújo

Ministro de Estado
das Relações
Exteriores do Brasil

**PELO
GOVERNO DA
REPÚBLICA DO
CHILE**

Teodoro Ribera
Neumann

Ministro das
Relações
Exteriores do

Chile

**Acordo, por Troca de Notas,
para o Estabelecimento dos
Comitês de Fronteira entre a
República Federativa do
Brasil e a República do Peru e
seu Regulamento Geral
Celebrado em 16/09/2020**

O Excelentíssimo Ssenhor

Mario López Chávarri

Ministro das Relações Exteriores da

República do Peru

Brasília, de setembro de 2020

Excelentíssimo senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota RE (MIN) No. 6/160 de Vossa Excelência, abaixo transcrita, datada de 14 de setembro de 2020, informando que, com vistas a promover relações de amizade e cooperação entre nossos dois países, bem como aprofundar a integração fronteiriça, o Governo da República Federativa do Brasil está preparado para adotar o Regulamento Geral dos Comitês de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru:

“Nota RE (MIN) No. 6/160

Lima, 14 SET. 2020

Excelentíssimo senhor
Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de ressaltar a realização, ao longo de 2019, de importantes reuniões entre representantes da República do Peru e

da República Federativa do Brasil, tanto em Lima como em Brasília, que permitiram fazer avançar e aprofundar a relação bilateral. Especificamente, desejo destacar o processo de racionalização dos mecanismos bilaterais e o estabelecimento de novos Comitês de Fronteira e seu respectivo Regulamento Geral.

Como Vossa Excelência sabe, esses importantes passos históricos na relação bilateral foram possíveis graças à excelente disposição demonstrada pelas autoridades de ambas as partes, que empreenderam os maiores esforços com o objetivo de acordar assuntos de interesse transcendental para nossos povos, em especial, aos cidadãos residentes nos dois lados de nossa extensa fronteira, inteiramente amazônica.

Nesse sentido, tenho a honra de submeter, à consideração de Vossa Excelência, o estabelecimento do Comitê de Fronteira Norte, que engloba o Departamento-Região de Loreto, na República do Peru, e o Estado do Amazonas, na República Federativa do Brasil, ficando subordinado a este o Comitê de Fronteira Islândia – Benjamin Constant; e o Comitê de Fronteira Sul, que engloba os Departamentos-Regiões de Madre de Dios e Ucayali, na República do Peru, e o Estado do Acre, na República Federativa do Brasil, ficando subordinados a este os Comitês de Fronteira Iñapari – Assis Brasil e Purús – Santa Rosa do Purús.

Da mesma forma, tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência, o regulamento, anexo à presente nota,

dos Comitês de Fronteira Norte e Sul.

Por conseguinte, se a República Federativa do Brasil também o julgar conveniente, propõe-se extinguir: i) o acordo por troca de notas de 21 de julho de 1999, que criou o mecanismo dos Comitês de Fronteira e aprovou seu respectivo Regulamento, assim como ii) o acordo por troca de notas de 28 de abril de 2009, que modificou o instrumento anterior.

A República do Peru sugere que esta nota e a resposta de Vossa Excelência, ambos os textos em espanhol e português, de igual teor e autenticidade, constituam um entendimento entre os dois Estados, o qual produzirá efeitos na data de recebimento da nota de resposta da República Federativa do Brasil.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência as seguranças da mais alta e distinta consideração.

Mario López Chavarri

Ministro das Relações Exteriores da República Do Peru

Ao Excelentíssimo senhor

Ernesto Fraga Araújo

Ministro de Estado das Relações Exteriores da

República Federativa do Brasil”

Tenho a honra de confirmar que a presente Nota e a Nota de Vossa Excelência de 14 de

setembro de 2020 constituirão entendimento recíproco para o estabelecimento do Regulamento Geral dos Comitês de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, bem como para a extinção dos instrumentos citados na Nota de Vossa Excelência.

Confirmo, também, nos termos da Nota de Vossa Excelência, que o presente entendimento entra em vigor na data de recebimento desta Nota de resposta.

A presente Nota está sendo enviada a Vossa Excelência nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos de igual teor e autenticidade.

Aceite, Senhor Ministro, os protestos de minha mais alta estima e consideração.

Brasília-DF, de setembro de 2020.

Ernesto Araújo

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos referente aos Privilégios e Imunidades dos Observadores das Eleições Municipais a celebrarem-se em 15 de novembro de 2020, em primeiro turno, e 29 de novembro de 2020, em

segundo turno – 9 de outubro de 2020

As Partes neste Acordo,

o Governo da República Federativa do Brasil

(doravante denominado ‘o Governo’),

e

a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos

(doravante denominada ‘SG/OEA’),

Considerando:

Que o Governo da República Federativa do Brasil, por meio de comunicação dirigida ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), datada de 14 de agosto de 2020, solicitou o envio de Missão de Observação Eleitoral da OEA para as Eleições Municipais que deverão ocorrer em 15 de novembro de 2020, em primeiro turno, e em 29 de novembro de 2020, em segundo turno (doravante denominada ‘Missão’);

Que, mediante nota do dia 17 de agosto de 2020, a SG/OEA aceitou o convite e instruiu o Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral da Secretaria para o Fortalecimento da Democracia a gerenciar a busca de recursos externos para formar Grupo de Observadores Internacionais da OEA para realizar Missão de Observação Eleitoral na República Federativa do Brasil por ocasião das Eleições Municipais, em 15 de novembro de 2020, em primeiro turno, e em 29 de

novembro de 2020, em segundo turno;

Que a Missão será integrada por funcionários da SG/OEA e observadores internacionais contratados pela SG/OEA para participar na Missão;

Que o artigo 133 da Carta da OEA dispõe que: “a Organização dos Estados Americanos gozará no território de cada um de seus membros da capacidade jurídica, dos privilégios e das imunidades que forem necessários para o exercício das suas funções e a realização dos seus propósitos”; e

Que os privilégios e imunidades reconhecidos à OEA, à SG/OEA, a seu pessoal e a seus bens na República Federativa do Brasil, além do previsto na Carta da OEA, cujo instrumento de ratificação foi depositado pelo Governo em 13 de março de 1950, estão estabelecidos no Acordo sobre Privilégios e Imunidades da OEA, assinado pelo Governo em 22 de setembro de 1949, e cujo instrumento de adesão foi depositado pelo Governo em 22 de outubro de 1965, e no Acordo Entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da República Federativa do Brasil Sobre o Financiamento do Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades, assinado pelo Governo em 23 de fevereiro de 1988;

Acordam o seguinte:

CAPÍTULO I PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DO GRUPO DE OBSERVADORES INTERNACIONAIS DA OEA

Artigo 1

Os privilégios e imunidades do Grupo de Observadores Internacionais da OEA nas Eleições Municipais de 15 de novembro de 2020, em primeiro turno, e em 29 de novembro de 2020, em segundo turno, considerados como parte integrante da própria OEA para fins de realização da presente Missão, serão aqueles que se outorgam à OEA, aos Órgãos da OEA, ao pessoal e bens destes, conforme o disposto nos artigos 133, 134, 135 e 136 da Carta da OEA, cujo instrumento de ratificação foi depositado pelo Governo, em 13 de março de 1950; o disposto no Acordo sobre Privilégios e Imunidades da OEA, assinado em 22 de setembro de 1949, e cujo instrumento de adesão foi depositado pelo Governo em 22 de outubro de 1965; e o disposto no Acordo Entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da República Federativa do Brasil Sobre o Financiamento do Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades, assinado pelo Governo em 23 de fevereiro de 1988.

Artigo 2

Os bens e ativos do Grupo de Observadores Internacionais da OEA, em qualquer lugar do território da República Federativa do Brasil e em poder de qualquer pessoa que se encontrem, gozarão de imunidade contra todo procedimento judicial, à exceção dos casos particulares em que se renuncie expressamente a essa imunidade. Entende-se, entretanto, que essa renúncia de imunidade não terá o efeito de sujeitar ditos bens e

ativos a nenhuma medida de execução.

Artigo 3

Os locais que o Grupo de Observadores Internacionais da OEA ocuparem serão invioláveis. Além disso, seus ativos e bens, em qualquer lugar do território da República Federativa do Brasil e em poder de qualquer pessoa em que se encontrarem, gozarão de imunidade contra busca e apreensão, requisição, confisco, expropriação e contra toda outra forma de intervenção, seja de caráter executivo, administrativo, judicial ou legislativo.

Para fins de garantia da inviolabilidade e das imunidades previstas neste artigo, a SG/OEA deverá informar ao Ministério das Relações Exteriores os endereços dos locais ocupados pelo Grupo de Observadores Internacionais da OEA, bem como o período durante o qual eles serão utilizados para os fins da Missão.

Artigo 4

Os arquivos do Grupo de Observadores Internacionais da OEA e todos os documentos que a eles pertençam ou que se encontrem em sua posse serão invioláveis onde quer que se encontrem.

Artigo 5

O Grupo de Observadores Internacionais da OEA estará:

a) isento de todo tributo direto, entendendo-se, todavia, que não poderão reclamar isenção alguma no que se refere a tributos que

de fato constituam uma remuneração por serviços públicos;

b) isento do pagamento de toda tributação aduaneira e de proibições e restrições referentes a artigos e publicações que importem ou exportem para seu uso oficial. Entende-se, entretanto, que os artigos importados com isenção tributária somente serão vendidos/alienados no país conforme as condições acordadas com o Governo;

c) isento de restrições determinadas por regulamentos ou moratórias de qualquer natureza, podendo ter divisas correntes de qualquer classe, movimentar suas contas em qualquer divisa e transferir seus fundos em divisas;

d) isento do pagamento dos impostos federais incidentes sobre as operações previstas no artigo 10 do Acordo Entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades, assinado em 23 de fevereiro de 1988.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS DO GRUPO DE OBSERVADORES INTERNACIONAIS DA OEA

Artigo 6

Serão membros do Grupo de Observadores Internacionais da OEA (doravante denominado 'Observadores') aquelas pessoas que tenham sido devidamente designadas e acreditadas junto ao Governo pelo Secretário-Geral da OEA, e

informadas ao Ministério das Relações Exteriores e ao Tribunal Superior Eleitoral da República Federativa do Brasil.

Artigo 7

Os Observadores gozarão, durante os períodos em que estiverem em território nacional, no exercício de suas funções, dos seguintes privilégios e imunidades:

a) Imunidade contra prisão ou detenção pessoal e imunidade contra todo procedimento judicial referente a palavras faladas ou escritas e a todos os demais atos executados no desempenho de suas funções;

b) Inviolabilidade de todo papel, correspondência e documento;

c) O direito de se comunicar com a SG/OEA por meio de rádio, telefone, via satélite, correio eletrônico ou outros meios e receber documentos e correspondências por mensageiros ou em malas fechadas, gozando dos efeitos dos mesmos privilégios e imunidades concedidos a correios, mensagens ou malas diplomáticas;

d) O direito de livre locomoção em território nacional;

e) Isenção, referente a si mesmo e seus cônjuges e filhos, de toda restrição de imigração e registro de estrangeiros e de todo serviço de caráter nacional na República Federativa do Brasil;

f) As mesmas franquias estipuladas a representantes de governos estrangeiros em missão

oficial temporária no que diz respeito a possíveis restrições sobre divisas;

g) As mesmas imunidades e franquias referentes a sua bagagem pessoal estipuladas aos enviados diplomáticos; e também;

h) Aqueles outros privilégios, imunidades e facilidades compatíveis com o antes dito, dos quais gozam os enviados diplomáticos, à exceção de direitos aduaneiros sobre mercadorias importadas (que não sejam parte de sua bagagem pessoal) ou de impostos de vendas e direitos de consumo, ressalvados ainda aqueles privilégios e imunidades concedidos pela República Federativa do Brasil a funcionários estrangeiros por aplicação de reciprocidade.

Artigo 8

As disposições contidas no artigo anterior não são aplicáveis aos nacionais da República Federativa do Brasil, salvo ao que se refere a palavras faladas ou escritas e a todos os demais atos executados no desempenho de suas funções.

Artigo 9

A Missão poderá estabelecer e operar no território da República Federativa do Brasil sistema autônomo de radiocomunicações destinado a prover conexão permanente entre os Observadores, a Missão, os escritórios e sedes regionais, bem como a sede da SG/OEA em Washington, D.C., EUA, para cujo funcionamento o Governo tomará as medidas administrativas que forem necessárias.

CAPÍTULO III

COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES

Artigo 10

Os Observadores colaborarão com as autoridades competentes da República Federativa do Brasil para evitar que ocorram abusos com relação aos privilégios e imunidades concedidos. Além disso, as autoridades competentes da República Federativa do Brasil farão todo o possível para facilitar a colaboração que lhes seja solicitada pelos Observadores.

Artigo 11

Sem prejuízo aos privilégios e imunidades outorgados, os Observadores respeitarão as leis e regulamentos vigentes na República Federativa do Brasil.

Artigo 12

O Governo e o Secretário-Geral da OEA tomarão as medidas que se façam necessárias para alcançar um acordo amistoso para a solução adequada de:

a) controvérsias que se originem em contratos ou outras questões de direito privado; e

b) controvérsias em que seja parte qualquer dos Observadores referentes a matérias que gozem de imunidade.

CAPÍTULO IV

CARÁTER DOS PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Artigo 13

Os privilégios e imunidades se outorgam aos Observadores para salvaguardar a independência no exercício de suas funções de observação das Eleições Municipais de 15 de novembro de 2020, em primeiro turno, e em 29 de novembro, em segundo turno, na República Federativa do Brasil, não para benefício pessoal, nem para realizar atividades de natureza política ou em benefício próprio em território brasileiro.

Portanto, o Secretário-Geral da OEA renunciará aos privilégios e imunidades desses Observadores caso, segundo seu critério, tais prerrogativas impeçam o curso da justiça e quando dita renúncia possa ser feita sem prejudicar os interesses da OEA.

CAPÍTULO V

IDENTIFICAÇÃO

Artigo 14

O Governo da República Federativa do Brasil reconhecerá o “documento oficial de viagem” expedido pela SG/OEA como documento válido e suficiente para as viagens dos Observadores. O Governo outorgará o visto oficial por meio das instâncias pertinentes para que os Observadores ingressem no país e permaneçam até o final da Missão.

O Ministério das Relações Exteriores proverá a cada um dos Observadores documento de identidade, o qual atestará o direito aos privilégios e imunidades contidos neste Acordo e conterá o nome completo, o cargo ou patente/função e uma fotografia.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 15

Este Acordo poderá ser modificado por mútuo consentimento expressado por escrito pelos representantes das Partes devidamente autorizados.

Emendas entrarão em vigor na data de sua assinatura e permanecerão em vigor conforme o disposto no Artigo 16.

Artigo 16

Este Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e se dará por finalizado quando os Observadores concluírem seus trabalhos referentes a todo o processo eleitoral, de acordo com os termos do convite feito pelo Governo da República Federativa do Brasil.

Sem prejuízo aos privilégios e imunidades garantidos à SG/OEA, este Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes mediante comunicação escrita dirigida à outra Parte, com antecedência mínima de cinco dias corridos da data de encerramento.

Em fé do que, os abaixo assinados assinam o presente Acordo em dois exemplares de mesmo teor, em Washington DC, EUA., no dia 9 de outubro do ano de dois mil e vinte.

PELO	PELA
GOVERNO DA	SECRETARIA-
REPÚBLICA	GERAL DA
FEDERATIVA	ORGANIZAÇÃO
DO BRASIL	DOS ESTADOS

Fernando AMERICANOS
SIMAS
MAGALHÃES **Luis ALMAGRO**
Embaixador Secretário-Geral

Resolução 2551 (de 2020) do Conselho de Segurança das Nações Unidas – 12 de novembro de 2020

Resolução 2551 (2020)

Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 8775ª sessão, celebrada em 12 de novembro de 2020

O Conselho de Segurança,

Recordando todas suas resoluções e declarações presidenciais anteriores sobre a situação na Somália,

Reafirmando seu respeito pela soberania, integridade territorial, independência política e unidade da Somália, e *sublinhando* a importância de trabalhar para prevenir que efeitos desestabilizadores de disputas regionais se espalhem para a Somália,

Recordando os parágrafos 1 a 8 da resolução 2444 (2018), e *reafirmando* que continuará a acompanhar os desenvolvimentos no sentido da normalização das relações entre Eritreia e Djibouti e apoiará os dois países na resolução desses assuntos com boa-fé,

Expressando seu apoio ao Governo Federal da Somália (GFS) em seus esforços para reconstruir o país, conter a ameaça do terrorismo e interromper a circulação de armas

ilegais e grupos armados, *expressando* ainda sua intenção de assegurar que as medidas dispostas nesta resolução permitam ao GFS alcançar esses objetivos, *observando* que a situação de segurança na Somália continua necessitando dessas medidas, incluindo controles rígidos da circulação de armas, mas *afirmando* que manterá a situação na Somália sob constante análise e que estará preparado para revisar a adequação das medidas contidas nesta resolução, incluindo qualquer possibilidade de modificação, suspensão ou levantamento das medidas, ou estabelecer possíveis marcos de referência, conforme necessário à luz dos progressos alcançados e do cumprimento da presente resolução,

Acolhendo com satisfação o recente aumento do diálogo entre os líderes do GFS e os Estados Membros Federais (EMFs), *sublinhando* a importância da cooperação e da coordenação entre o GFS e os EMFs na implementação da Arquitetura de Segurança Nacional, *recordando* a resolução 2520 (2020) e *reiterando* a importância de progresso adicional na atualização, revisão e implementação do Plano de Transição da Somália (PTS), e *observando* que uma transição bem-sucedida da Missão da União Africana na Somália (AMISOM) para uma segurança liderada pela Somália, conforme estabelecido no Plano de Transição, é fundamental para a manutenção da paz e da estabilidade na região,

Condenando os ataques do Al-Shabaab na Somália e além, *expressando* grande preocupação com o fato de que o Al-Shabaab continua a representar uma grave ameaça à paz, à segurança e à

estabilidade da Somália e da região, especialmente por meio de seu uso crescente de dispositivos explosivos improvisados, e *expressando* ainda grave preocupação com a presença contínua na Somália de afiliados ligados ao Estado Islâmico no Iraque e no Levante (EIIL, também conhecido como Da'esh),

Reafirmando a necessidade de combater por todos os meios, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional, incluindo o direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional dos refugiados e o direito internacional humanitário aplicáveis, as ameaças à paz e à segurança internacionais causadas por atos terroristas,

Acolhendo com satisfação os avanços alcançados pelo GFS no gerenciamento de armas e munições, incluindo a adoção da Estratégia Nacional de Gestão de Armas e Munições, *instando* o trabalho contínuo de codificação e implementação de políticas de gerenciamento de armas e munições, incluindo o desenvolvimento de um sistema transparente de rastreamento de armas para todas as forças de segurança da Somália, *reconhecendo* que o gerenciamento efetivo de armas e munições é responsabilidade do GFS e dos EMFs, e *encorajando* os parceiros da Somália a apoiar o GFS e os EMFs neste objetivo, e em conformidade com a Arquitetura de Segurança Nacional e o Plano de Transição da Somália,

Encorajando o GFS a coordenar-se com os parceiros internacionais e regionais quanto às suas necessidades no desenvolvimento de suas Forças

Nacionais de Segurança, *observando* que essas forças necessitam de acesso a armas e equipamentos especializados, de acordo com as medidas da presente resolução, para o desempenho efetivo de suas funções,

Condenando o fornecimento de armas e munições para e através da Somália, em violação do embargo de armas, especialmente quando chegam ao Al-Shabaab e afiliados ligados ao EIIL, e quando prejudicam a soberania e a integridade territorial da Somália, como uma séria ameaça à paz e à estabilidade na região, e *condenando ainda* a continuidade do fornecimento ilegal de armas, munições e componentes de dispositivos explosivos improvisados do Iêmen para a Somália,

Reconhecendo que a ameaça representada pelo Al-Shabaab à paz, à segurança e à estabilidade na Somália e na região vai além da ação militar convencional do grupo e da guerra assimétrica, *expressando séria preocupação* com a capacidade do Al-Shabaab de gerar receitas, conforme documentado no relatório final do Painel de Peritos (o Painel) sobre a Somália (S/2020/949), *acolhendo com satisfação* os esforços do GFS para fortalecer o setor financeiro da Somália para identificar e monitorar os riscos de lavagem de dinheiro e combater o financiamento do terrorismo, *observando* as medidas tomadas pelo GFS como parte do Plano de Transição da Somália no que diz respeito à construção de capacidade institucional, que buscam desenvolver essas capacidades, *observando* a importância dos serviços financeiros na viabilização do futuro econômico da Somália, *acolhendo com*

satisfação também os esforços do GFS, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e do Painel para elaboração de plano para desestabilizar as finanças do Al-Shabaab, e *instando* a engajamento do GFS, dos EMFs, das instituições financeiras da Somália, do setor privado e da comunidade internacional no apoio a esse processo,

Acolhendo com satisfação as medidas adotadas pelo GFS, pelos EMFs e por Estados membros das Nações Unidas para reduzir as exportações de carvão vegetal da Somália, *instando* o monitoramento e controle dos estoques de carvão vegetal existentes nos pontos de exportação, *encorajando ainda* maior desenvolvimento da Política Nacional de Carvão Vegetal da Somália, que visa a desenvolver a gestão sustentável do uso doméstico de carvão, *expressando* preocupação com a continuidade dos relatos de pesca ilegal e não regulamentada em águas onde a Somália tem jurisdição, *observando* a ligação entre a pesca ilegal e a capacidade do Al-Shabaab de gerar receita, *encorajando* as autoridades somalis, com o apoio da comunidade internacional, a garantir que as licenças de pesca sejam emitidas de acordo com a legislação somali apropriada, e *encorajando ainda* o GFS, os EMFs e as autoridades somalis a trabalharem com o UNODC, seus parceiros internacionais e outras partes interessadas para melhorar a consciência situacional do domínio marítimo,

Expressando preocupação com a continuidade dos relatos de corrupção e desvio de recursos

públicos na Somália, *acolhendo com satisfação* os esforços feitos pelo GFS para reduzir a corrupção, incluindo a promulgação da Lei Anticorrupção em 21 de setembro de 2019 e o estabelecimento da Comissão Anticorrupção, *acolhendo com satisfação* o progresso feito pelo GFS e pelos EMFs no fortalecimento da gestão das finanças públicas e o trabalho positivo do Centro de Informações Financeiras, e *instando* o GFS a continuar seus esforços para combater a corrupção, ratificar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e continuar a acelerar o ritmo das reformas,

Expressando séria preocupação com a situação humanitária na Somália, observando a ameaça múltipla representada por enchentes, infestações de gafanhotos e a COVID-19, e *condenando nos mais fortes termos* qualquer parte que obstrua a prestação segura de assistência humanitária, qualquer apropriação indevida ou desvio de quaisquer fundos ou suprimentos humanitários e atos de violência ou assédio contra trabalhadores humanitários,

Observando a adoção das conclusões do Grupo de Trabalho do Conselho de Segurança sobre Crianças e Conflitos Armados sobre o tema na Somália em 11 de agosto de 2020, *observando com preocupação ainda* os relatórios, inclusive do Secretário-Geral das Nações Unidas, que documentam níveis preocupantes de violência sexual e de gênero na Somália, e *instando* as autoridades somalis a intensificarem ainda mais os esforços para lidar com essa questão, inclusive por meio da implementação de medidas em conformidade com a resolução 2467 (2019),

Tomando nota com apreciação do relatório final do Painel e do relatório da missão de avaliação técnica do Secretário-Geral (S/2019/616), *apreciando* o aumento da cooperação entre o Painel e o GFS, *lamentando* que a pandemia da COVID-19 tenha reduzido a capacidade do Painel de visitar a Somália e o impacto mais amplo da pandemia no trabalho do Painel em 2020, e *instando* todas as partes a encontrarem uma forma de avançar que permita ao Conselho de Segurança melhor avaliar e monitorar o cumprimento do regime de sanções, e *recordando* que painéis de peritos operam em virtude de mandatos do Conselho de Segurança,

Determinando que a situação na Somália continua a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais na região,

Atuando de acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

1. *Observa com preocupação* a capacidade do Al-Shabaab de gerar receita e lavar, armazenar e transferir recursos, *insta* o GFS a continuar trabalhando com as autoridades financeiras somalis, as instituições financeiras do setor privado e a comunidade internacional para identificar, avaliar e mitigar os riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, melhorar o cumprimento (incluindo melhores procedimentos de conhecimento dos clientes e devida diligência) e fortalecer a supervisão e a aplicação da lei, inclusive comunicando mais dados ao Banco Central da Somália e ao Centro de Informações Financeiras, em conformidade com a Lei de

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (2016), bem como os Regulamentos de Dinheiro Móvel (2019), *encoraja* o GFS a considerar a implementação de um programa nacional de identificação para ajudar a mitigar os riscos de financiamento do terrorismo, *encoraja ainda* o apoio da comunidade internacional na abordagem desses riscos e *solicita* ao GFS, ao UNODC e ao Painel que continuem trocando informações sobre as finanças do Al-Shabaab e continuem trabalhando com as partes interessadas para desenvolver um plano para desestabilizar as finanças do Al-Shabaab;

2. *Solicita* que o GFS fortaleça a cooperação e a coordenação com outros Estados membros das Nações Unidas, particularmente outros Estados membros da região, e com parceiros internacionais para prevenir e combater o financiamento do terrorismo, incluindo o cumprimento da resolução 1373 (2001), da resolução 2178 (2014), da resolução 2462 (2019) e da legislação nacional e internacional relevante, e *solicita* ao GFS que apresente, em seus relatórios regulares ao Conselho, uma atualização sobre as ações específicas tomadas pelas autoridades somalis para combater o financiamento do terrorismo;

3. *Exorta* o GFS, em coordenação com os EMFs, a acelerar a implementação da Arquitetura de Segurança Nacional, incluindo decisões em torno da composição, distribuição, comando e controle das forças de segurança, *acolhe com satisfação* o progresso no Plano de Transição da Somália (PTS) e *insta* o GFS e os EMFs a adotarem medidas adicionais para atualizar e implementar o PTS, *acolhe com*

satisfação o progresso na gestão de armas e munições e *sublinha* a responsabilidade do GFS e dos EMFs para garantir, de forma segura e eficiente, o gerenciamento, o armazenamento e a proteção de seus estoques de armas, munições e outros equipamentos militares e sua distribuição, incluindo a implementação de um sistema que permite o rastreamento de todos esses equipamentos militares e suprimentos até o nível da unidade;

4. *Exorta* o GFS e os EMFs a aumentarem a supervisão civil de seu aparato de segurança, a continuar adotando e implementando procedimentos apropriados de verificação de antecedentes de todo o pessoal de defesa e segurança, inclusive em matéria de direitos humanos, e a investigar e, conforme apropriado, processar os indivíduos responsáveis por violações do direito internacional, incluindo o direito humanitário internacional e o direito dos direitos humanos, e por atos de violência sexual e de gênero em situações de conflito e pós-conflito, e nesse contexto recorda a importância da Política de Direitos Humanos e de Devida Diligência do Secretário-Geral em relação ao apoio prestado pelas Nações Unidas às forças de segurança somalis e à AMISOM;

5. *Exorta* a comunidade internacional a apoiar a implementação do PTS para ajudar a desenvolver forças de segurança somalis credíveis, profissionais e representativas, incluindo por meio do fornecimento de apoio adicional e coordenado para continuar a desenvolver a capacidade de gestão de armas e munições do GFS e dos EMFs, com foco particular no treinamento, armazenamento, suporte para infraestrutura e distribuição,

assistência técnica e capacitação em matéria de combate ao financiamento do terrorismo e apoio no combate à ameaça dos dispositivos explosivos improvisados;

Embargo de Armas

6. *Reafirma* que todos os Estados devem, para fins de estabelecer a paz e a estabilidade na Somália, implementar um embargo geral e completo de todas as entregas de armas e equipamentos militares à Somália, inclusive proibindo o financiamento de todas as aquisições e entregas de armas e equipamentos militares e o fornecimento direto ou indireto de consultoria técnica, assistência financeira ou outro tipo de assistência, e treinamento relacionado às atividades militares, até que o Conselho decida de outra forma (conforme inicialmente imposto pela parágrafo 5 de sua resolução 733 (1992) e parágrafos 1 e 2 da resolução 1425 (2002));

7. *Decide* que armas e equipamentos militares vendidos ou fornecidos exclusivamente para o desenvolvimento das Forças Nacionais de Segurança da Somália ou de outras instituições de segurança somalis que não sejam as do GFS, de acordo com o parágrafo 9 desta resolução, não poderão ser revendidos, transferidos ou disponibilizados para uso a nenhum indivíduo ou entidade que não esteja a serviço das Forças Nacionais de Segurança da Somália ou da instituição somali do setor de segurança à qual foram originalmente vendidos ou fornecidos, ou do Estado vendedor ou fornecedor ou de organização internacional, regional ou sub-regional;

8. *Reafirma* que o GFS, em cooperação com os EMFs e a AMISOM, deverá documentar e registrar todas as armas e equipamentos militares capturados como parte das operações ofensivas ou no cumprimento de seus mandatos, incluindo o registro do tipo e número de série da arma e/ou munição, fotografando todos os itens e marcações relevantes e facilitando a inspeção pelo Painel de todos os artigos militares antes de sua redistribuição ou destruição;

(i) Isenções, aprovações e notificações antecipadas

9. *Decide* que o embargo de armas à Somália não se aplicará às entregas de armas e equipamentos militares ou à prestação de assessoria técnica, assistência financeira e outro tipo de assistência, nem ao treinamento relacionado a atividades militares destinadas exclusivamente ao desenvolvimento das Forças Nacionais de Segurança da Somália ou outras instituições do setor de segurança somali que não sejam as do GFS, para fornecer segurança ao povo somali, exceto em relação aos itens dos Anexos A e B desta resolução e à prestação de assessoria técnica, assistência financeira e outro tipo de assistência, e treinamento relacionado a atividades militares para instituições do setor de segurança somali que não sejam as do GFS que esteja sujeita aos procedimentos de aprovação e notificação prévia, conforme estabelecido nos parágrafos 10 a 17;

10. *Decide* que as entregas de itens do Anexo A desta destinadas exclusivamente ao desenvolvimento das Forças Nacionais de Segurança da Somália ou de outras instituições de segurança da Somália que não sejam as do GFS, para fornecer segurança

ao povo somali, exigem uma aprovação prévia, caso a caso, por parte do Comitê, cuja solicitação deverá ser enviada com pelo menos cinco dias úteis de antecedência pelo GFS ou pelo Estado ou organização internacional, regional ou sub-regional que presta assistência;

11. *Decide* que as entregas de itens do Anexo B desta resolução destinadas exclusivamente ao desenvolvimento das Forças Nacionais de Segurança da Somália, para fornecer segurança para o povo somali, deverão ser notificadas ao Comitê, a título informativo, com pelo menos cinco dias úteis de antecedência pelo GFS ou pelo Estado ou organização internacional, regional ou sub-regional que presta assistência;

12. *Decide* que as entregas de itens do Anexo B desta resolução ou a prestação de assessoria técnica, assistência financeira e outro tipo de assistência, e treinamento relacionado a atividades militares destinadas exclusivamente ao objetivo de ajudar a desenvolver outras instituições do setor de segurança da Somália que não sejam as do GFS, para fornecer segurança ao povo somali, poderão ser feitas se o Comitê não decidir o contrário no prazo de cinco dias úteis após o recebimento da notificação do Estado ou organização internacional, regional e sub-regional que efetue o respectivo fornecimento e *solicita* a Estados ou organizações internacionais, regionais e sub-regionais que informem paralelamente ao GFS sobre quaisquer entregas com uma antecedência mínima de cinco dias úteis;

13. *Decide* que o GFS tem a responsabilidade primária de obter a

aprovação ou notificar o Comitê, de acordo com o parágrafo 10 ou 11, conforme aplicável, de quaisquer entregas de armas e equipamentos militares às Forças Nacionais de Segurança da Somália com pelo menos cinco dias de antecedência, e que todos os pedidos de aprovações e notificações devem incluir: detalhes do fabricante e fornecedor das armas e equipamento militar, uma descrição das armas e munição, incluindo o tipo, calibre e munição, data e local de entrega propostos e todas as informações relevantes sobre a unidade de destino pretendida nas Forças Nacionais de Segurança da Somália ou o local de armazenamento pretendido;

14. *Decide* que o Estado ou organização internacional, regional ou sub-regional que forneça armas e equipamentos militares às Forças Nacionais de Segurança da Somália, nos termos do parágrafo 10 ou 11, poderá, alternativamente, fazer uma solicitação antecipada de aprovação ou notificação, conforme aplicável, em consulta com o GFS, *decide* que um Estado ou organização internacional, regional ou sub-regional que opte por fazê-lo deverá informar ao órgão de coordenação nacional competente do GFS sobre o pedido antecipado de aprovação ou notificação e fornecer ao GFS suporte técnico com os procedimentos de notificação, quando apropriado, e *solicita* ao Comitê que transmita as solicitações antecipadas de aprovação e as notificações dos Estados ou das organizações internacionais, regionais ou sub-regionais ao órgão de coordenação nacional competente do GFS;

15. *Decide* que um Estado ou organização internacional, regional ou sub-regional que forneça qualquer

arma e equipamento militar, assessoria técnica, assistência financeira e outro tipo de assistência, e treinamento relacionado a atividades militares para outras instituições do setor de segurança da Somália que não sejam as do GFS nos termos do parágrafo 10 ou 12 é responsável por buscar a aprovação ou notificar o Comitê, conforme aplicável, por quaisquer entregas desses itens ou fornecimento de assessoria, assistência ou treinamento, e informar, em paralelo, ao GFS com pelo menos cinco dias úteis de antecedência;

16. *Decide* que, quando os parágrafos 10 ou 11 se aplicarem, o GFS deverá, no prazo máximo de 30 dias após a entrega de armas e equipamento militar, submeter ao Comitê uma notificação pós-entrega no formato de confirmação por escrito da conclusão de qualquer entrega às Forças Nacionais de Segurança da Somália, incluindo o número de série das armas e equipamentos militares entregues, informações de transporte, registro de desembarque, manifestos de carga ou listas de embalagem e o local específico de armazenamento, e reconhece a importância de o Estado ou organização internacional, regional ou sub-regional fornecedor fazer o mesmo, em cooperação com o GFS;

17. *Reafirma* que a entrega de equipamento militar não letal destinado exclusivamente para uso humanitário ou de proteção deverá ser notificada ao Comitê com cinco dias de antecedência, apenas a título informativo, pelo Estado ou organização internacional, regional ou sub-regional fornecedor;

18. *Nota* com preocupação relatos de que os

Estados não estavam seguindo adequadamente os procedimentos de notificação estipulados em resoluções anteriores, *relembra* os Estados de suas obrigações em relação aos procedimentos de notificação estabelecidos nos parágrafos 10 a 17, e *insta ainda* os Estados a seguirem estritamente os procedimentos de notificação para fornecer assistência para o desenvolvimento de outras instituições do setor de segurança da Somália que não sejam as do GFS;

(ii) Exceções

19. *Reafirma* que o embargo não se aplica a:

(a) Fornecimento de armas ou equipamentos militares ou fornecimento de assessoria técnica, assistência financeira e outra forma de assistência, e treinamento relacionado a atividades militares destinados exclusivamente ao apoio ou uso de pessoal das Nações Unidas, incluindo a Missão de Assistência das Nações Unidas na Somália (UNSOM); da Missão da União Africana na Somália (AMISOM); dos parceiros estratégicos da AMISOM, operando exclusivamente sob o mais recente Conceito Estratégico de Operações da União Africana e em cooperação e coordenação com a AMISOM; e da Missão de Treinamento da União Europeia (EUTM) na Somália, sempre em conformidade com o parágrafo 10 (a)-(d) da resolução 2111 (2013);

(b) Fornecimento de armas e equipamentos militares destinados ao uso exclusivo de Estados ou organizações internacionais, regionais ou sub-regionais empreendendo medidas para suprimir atos de pirataria e roubo à mão armada no mar ao largo da costa da Somália,

mediante solicitação do GFS e prévia notificação do GFS ao Secretário-Geral, e desde que todas as medidas adotadas sejam consistentes com as normas aplicáveis do direito internacional humanitário e do direito internacional dos direitos humanos;

(c) Fornecimentos de roupas de proteção, incluindo coletes à prova de balas e capacetes militares, temporariamente exportados para a Somália, para uso pessoal apenas, por pessoal das Nações Unidas, representantes da mídia e trabalhadores humanitários e de desenvolvimento e pessoal associado;

(d) Entrada em portos da Somália, para visitas temporárias, de embarcações que transportam armas e equipamentos militares para fins defensivos, desde que esses itens permaneçam a todo momento a bordo dessas embarcações (como afirmado anteriormente no parágrafo 3 da resolução 2244 (2015));

Sanções seletivas na Somália

20. *Recorda* suas decisões contidas na resolução 1844 (2008), que impôs sanções específicas, e nas resoluções 2002 (2011), e 2093 (2013), que expandiram os critérios de listagem de sancionados, e *recorda* suas decisões nas resoluções 2060 (2012) e 2444 (2018), e *recorda também* que os critérios de listagem incluem, mas não se limitam a, planejar, dirigir ou cometer atos que envolvam violência sexual ou de gênero e *reitera* seu pedido aos Estados membros para assistirem o Painel de Peritos em suas investigações, e ao GFS, EMFs e AMISOM e parceiros para compartilharem com o Painel de Peritos informações relativas às atividades de Al-Shabaab,

especialmente aquelas cobertas pelos critérios de listagem de sancionados;

21. *Solicita* ao Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados e ao Representante Especial para Violência Sexual em Conflito que compartilhem informações relevantes com o Comitê, de acordo com o parágrafo 7 da resolução 1960 (2010) e o parágrafo 9 da resolução 1998 (2011), e *convida* o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos a compartilhar informações relevantes com o Comitê, conforme apropriado;

22. *Decide* que, sem prejuízo dos programas de assistência humanitária realizados em outros lugares, as medidas impostas pelo parágrafo 3 da sua resolução 1844 (2008) não se aplicarão ao pagamento de fundos, outros ativos financeiros ou recursos econômicos necessários para garantir a entrega tempestiva da assistência humanitária urgentemente necessária na Somália pelas Nações Unidas, suas agências ou programas especializados, por organizações humanitárias com status de observador junto à Assembleia Geral das Nações Unidas que prestem assistência humanitária e por seus parceiros de implementação, incluindo organizações não governamentais com financiamento bilateral ou multilateral que participam do Plano de Resposta Humanitária das Nações Unidas para a Somália;

Proibição relativa ao carvão vegetal da Somália

23. *Condena* qualquer exportação de carvão vegetal da Somália em violação à proibição total da exportação de

carvão vegetal, *reafirma* sua decisão referente à proibição de importação e exportação de carvão vegetal da Somália, conforme estabelecido no parágrafo 22 de sua resolução 2036 (2012) (“a proibição de carvão vegetal”) e parágrafos 11 a 21 da resolução 2182 (2014), e *decide* renovar as medidas estabelecidas no parágrafo 15 da resolução 2182 (2014) até 15 de novembro de 2021;

24. *Acolhe com satisfação* as medidas tomadas pelo GFS, EMFs e Estados membros para reduzir a exportação de carvão vegetal da Somália, *reitera* seu pedido para que a AMISOM preste apoio e suporte ao GFS e aos EMFs na implementação da proibição total de exportação de carvão vegetal da Somália, *encoraja* a evolução da Política Nacional de Carvão Vegetal da Somália para desenvolver a gestão sustentável do uso doméstico de carvão vegetal, *encoraja* a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) a prover ao GFS dados e análises aprimoradas sobre a produção doméstica de carvão vegetal para informar a evolução da Política Nacional do Carvão Vegetal do GFS e *conclama* a AMISOM a facilitar acesso regular do Painel aos portos de exportação de carvão vegetal;

25. *Reafirma* a importância dos esforços do UNODC e de seus parceiros internacionais para monitorar e interromper a exportação e importação do carvão vegetal vindo da e destinado à Somália, e *encoraja* o UNODC, dentro de seu atual mandato, no âmbito do Fórum do Oceano Índico sobre Crime Marítimo, a reunir Estados e organizações internacionais relevantes, incluindo a Força Naval Europeia Operação Atalanta, as

Forças Marítimas Combinadas (FMC) e outras forças navais na região, para aprimorar a cooperação regional na resposta aos fluxos marítimos ilícitos e interromper todas as formas de tráfico de bens lícitos e ilícitos que podem financiar atividades terroristas na Somália, e para apoiar o GFS e os EMFs a melhorarem sua consciência situacional do domínio marítimo, incluindo o papel de embarcações pesqueiras no tráfico e comércio ilícito;

Proibição dos componentes de dispositivos explosivos improvisados

26. *Notando* o aumento dos ataques com dispositivos explosivos improvisados empreendidos pelo Al-Shabaab, *decide* que todos os Estados deverão impedir a venda, o fornecimento ou a transferência, direta ou indireta, dos itens que constam da Parte I do Anexo C desta resolução para a Somália a partir de seus territórios ou por seus nacionais fora de seu território ou usando embarcações ou aeronaves registrados sob sua bandeira, se houver evidência suficiente para demonstrar que o(s) item(ns) será(ão) usado(s), ou que existe um risco significativo que possa(m) ser utilizado(s), na fabricação de dispositivos explosivos improvisados na Somália;

27. *Decide também* que, quando um item que consta da Parte I do Anexo C desta resolução for direta ou indiretamente vendido, fornecido ou transferido para a Somália de acordo com o parágrafo 26, o Estado notificará o Comitê da venda, fornecimento ou transferência em não mais de 15 dias úteis após a venda, fornecimento ou transferência, e *sublinha* a importância de que as notificações nos termos deste

parágrafo contenham todas as informações relevantes, incluindo o propósito do uso do(s) item(ns), o usuário final, as especificações técnicas e a quantidade do(s) item(ns) a ser transportada;

28. *Conclama* os Estados membros a adotarem medidas apropriadas para promover o exercício de vigilância por seus nacionais, pessoas sujeitas a suas jurisdições e empresas incorporadas em seus territórios ou sujeitas a suas jurisdições envolvidos na venda, fornecimento ou transferência de precursores e materiais explosivos para a Somália que possam ser usados na fabricação de dispositivos explosivos improvisados, incluindo, entre outros, itens nomeados na Parte II do Anexo C, para manter registros de transações e compartilhar informações com o GFS, o Comitê e o Painel sobre compras ou consultas suspeitas relativas a esses químicos por indivíduos na Somália e para garantir que o GFS e os EMFs recebam assistência técnica e financeira adequada para estabelecer as salvaguardas apropriadas para o armazenamento e distribuição de materiais;

29. *Encoraja* parceiros internacionais e regionais da Somália a implementar treinamento especializado contínuo aos times de Eliminação de Armamento Explosivo do GFS, a prover equipamento apropriado e coordenar apoio para reforçar a capacidade de análise de explosivos da Somália;

Painel de Peritos sobre a Somália

30. *Decide* renovar, com efeito a partir da data de adoção desta resolução, até 15 de dezembro de 2021, o Painel sobre a Somália e que

o mandato do Painel incluirá as tarefas mencionadas no parágrafo 11 da resolução 2444 (2018) e no parágrafo 1 desta resolução, e *solicita* ao Secretário-Geral que inclua especialista em gênero, em conformidade com o parágrafo 11 de sua resolução 2467 (2019), e *expressa* sua intenção de revisar o mandato do Painel e tomar as medidas apropriadas a respeito de qualquer extensão do mandato até 15 de novembro de 2021;

31. *Recorda* a importância da cooperação integral entre o GFS e o Painel, *solicita* ao GFS que facilite ao Painel entrevistas com supostos membros do Al-Shabaab e EIL mantidos sob sua custódia, *encoraja* o GFS a facilitar uma visita do Painel à Somália tão cedo quanto praticável, *nota* a importância de o Painel cumprir seu mandato de acordo com o documento S/2006/997, e *solicita* que o Painel faça recomendações ao Comitê sobre como apoiar o GFS no gerenciamento de armas e munições, incluindo esforços voltados para estabelecer uma Comissão Nacional de Armas Leves e de Pequeno Calibre;

32. *Reitera seu pedido* aos Estados, ao GFS, aos EMFs e à AMISOM para fornecer informações ao Painel e ajudar em suas investigações, *insta* o GFS e os EMFs a facilitarem acesso do Painel, com base em solicitações por escrito ao GFS pelo Painel, a todos os arsenais do GFS em Mogadíscio, todos as armas e munições importadas pelo GFS antes da distribuição, todas as instalações de armazenamento militar do GFS nos setores do Exército Nacional da Somália e todo armamento capturado sob custódia do GFS e dos EMFs, e a permitirem fotografias de armas e munição sob

custódia do GFS e dos EMFs e acesso a todos os diários e registros de distribuição do GFS e dos EMFs, a fim de permitir ao Conselho de Segurança monitorar e avaliar a implementação desta resolução;

Relatórios

33. *Solicita* ao Secretário-Geral que forneça ao Conselho de Segurança, até 31 de julho de 2021, uma atualização sobre quaisquer desdobramentos no sentido da normalização das relações entre Eritreia e Djibouti;

34. *Solicita* ao Painel que forneça atualizações regulares ao Comitê, incluindo um mínimo de quatro relatórios temáticos diferentes, uma atualização abrangente de meio período e, para a consideração do Conselho de Segurança, por meio do Comitê, um relatório final até 15 de outubro de 2021 e *insta* o Painel a procurar reações do Comitê sobre as constatações de seus relatórios;

35. *Solicita* ao Secretário-Geral que apresente ao Conselho, até 15 de setembro de 2021, uma avaliação técnica da capacidade de gerenciamento de armamentos e munições da Somália e recomendações para prosseguir com seu aprimoramento;

36. *Solicita* ao Coordenador de Assistência Emergencial a reportar ao Conselho de Segurança, até 15 de outubro de 2021, sobre a prestação de assistência humanitária na Somália e sobre quaisquer impedimentos à prestação de assistência humanitária na Somália;

37. *Solicita* ao GFS que informe ao Conselho de Segurança, de acordo com o parágrafo 9 da

resolução 2182 (2014) e conforme solicitado no parágrafo 7 da resolução 2244 (2015), até 1 fevereiro de 2021 e, em seguida, até 1 de agosto de 2021, sobre a estrutura, composição, capacidade e disposição de suas forças de segurança e o status das forças regionais e das milícias, incluindo como anexos os relatórios da Equipe Conjunta de Verificação solicitados no parágrafo 7 da resolução 2182 (2014) e incorporando as notificações sobre a unidade de destino nas Forças Nacionais de Segurança da Somália ou o local de armazenamento de equipamento militar após a distribuição de armas e munições importadas, e *solicita que* relatórios futuros da Equipe Conjunta de Verificação incluam referências cruzadas entre os números de série de armas documentadas pela Equipe Conjunta de Verificação e os registros disponíveis detalhando a distribuição de armas às forças de segurança;

38. *Decide* permanecer ocupando-se ativamente da questão.

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL – Assunção - 2 de julho de 2020

Os Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, Alberto Fernández, da República Argentina; Jair Messias Bolsonaro, da República Federativa do Brasil; Mario Abdo Benítez, da República do Paraguai; e Luis Lacalle Pou, da República Oriental do Uruguai; avaliaram o estado atual do processo de integração regional, por ocasião da LVI Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, celebrada por videoconferência, em 2 de julho de 2020.

Reafirmaram o compromisso fundamental do MERCOSUL com a democracia, o respeito aos direitos humanos, o estado de direito, o desenvolvimento econômico e social e a promoção da cooperação e a solidariedade entre os países do bloco.

Coincidiram na importância da Decisão CMC N° 02/20 recentemente adotada e que permite, pela primeira vez na história do MERCOSUL, que os órgãos com capacidade decisória possam manter reuniões por sistema de videoconferência, no âmbito das medidas relacionadas com a prevenção e combate à Covid-19.

Ressaltaram a importância da Declaração de Presidentes de 18 de março, relativa à Covid-19, mediante a qual se acordaram diretrizes e ações conjuntas para a contenção e

mitigação da pandemia, as quais continuam sendo implementadas.

Saudaram os resultados obtidos ao longo do semestre, e reconheceram os esforços realizados pelos Estados Partes e pelos órgãos da estrutura institucional do bloco para enfrentar os desafios apresentados pela situação sanitária atual, articulando políticas conjuntas para fazer frente aos desafios econômicos e sociais dela decorrentes.

Ratificaram seu compromisso com o processo de fortalecimento do MERCOSUL, destacando os trabalhos com vistas à consolidação da União Aduaneira, em particular a revisão da Tarifa Externa Comum, a convergência do marco regulatório e a integração produtiva.

Igualmente, saudaram os avanços registrados para a adequação do Setor Automotivo à União Aduaneira, e a realização da Reunião do Grupo Ad Hoc do Setor Açucareiro.

Ressaltaram a importância de o MERCOSUL continuar trabalhando na redução das assimetrias no bloco, a fim de contribuir para aprofundar o processo de integração e sua coesão, no qual o FOCEM cumpre um papel fundamental.

Reiteraram a importância de dar continuidade aos trabalhos de atualização da estrutura institucional do MERCOSUL, para um funcionamento mais eficiente da estrutura do bloco, a fim de torná-la mais simples, com maior agilidade, e que produza resultados cada vez mais tangíveis para os cidadãos.

AVANÇOS

Os Presidentes se congratularam pelas conquistas alcançadas pelo

MERCOSUL durante o primeiro semestre de 2020 e destacaram os seguintes resultados:

SAÚDE

Desde a chegada da Covid-19 à região, os Estados Partes têm intercambiado informação sobre a situação epidemiológica nos países e as medidas sanitárias para a luta contra a pandemia a fim de atenuar o impacto na sociedade.

Os Estados Partes expressaram seu compromisso de estabelecer ações regionais de vigilância e assistência em saúde de conformidade com a norma MERCOSUL, estabelecendo encontros setoriais de caráter periódico de coordenação para a vigilância e acompanhamento da Covid-19.

Incentivou-se o incremento da cooperação horizontal entre os Estados Partes para o desenvolvimento de capacidades e competências de saúde pública que permitam conter e controlar a pandemia de Covid-19 e mitigar seus efeitos, bem como a transferência de tecnologias e a concretização de acordos que permitam a disponibilidade de vacinas, tratamentos e novas tecnologias desenvolvidas em resposta à Covid-19, a articulação de medidas harmonizadas de vigilância epidemiológica e controle sanitário nas fronteiras e a promoção do acesso a medicamentos.

DIMENSÃO ECONÔMICO-COMERCIAL **COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL**

Os Estados Partes na Comissão de Comércio do MERCOSUL, como órgão competente para a aplicação dos instrumentos de política

comercial comum, intercambiaram as medidas comerciais adotadas no âmbito da pandemia de Covid-19, ao mesmo tempo em que se verificou cooperação entre os órgãos envolvidos no comércio internacional para dar respostas oportunas às situações que se apresentaram nesta realidade.

Avançou-se, também, nas tarefas de automatização de processos para o tratamento de medidas adotadas no âmbito tarifário por razões de abastecimento, na facilitação do comércio e na revisão do Regime de Origem do MERCOSUL.

Foram aprovadas normas relativas à atualização das listas de produtos para a implementação da Decisão CMC N° 37/05, que permite a acumulação de origem de produtos importados de países com os quais o MERCOSUL subscreveu acordo comercial, e a criação do Comitê *Ad Hoc* sobre o Controle de Quotas do MERCOSUL (CAH-QUOTAS), que terá como objetivo a elaboração de um mecanismo de controle das quotas de importação outorgadas conjuntamente pelo MERCOSUL a terceiros países ou grupos de países.

TARIFA EXTERNA COMUM

Durante o semestre seguiu-se com o processo de revisão da Tarifa Externa Comum (TEC), com vistas a impulsionar a competitividade do bloco e a integração de suas cadeias produtivas. Nesse contexto, decidiu-se a renovação do mandato para apresentar a proposta de revisão da TEC.

ADEQUAÇÃO DO SETOR AUTOMOTIVO À UNIÃO ADUANEIRA

Avançou-se na consideração dos elementos a levar em conta para a integração do setor automotivo à

união aduaneira em uma visão que contemple a inserção nas cadeias regionais e globais de valor, reconhecendo a importância que o setor tem na economia dos Estados Partes. Nesse contexto, decidiu-se instruir a continuação dos trabalhos em curso.

SETOR AÇUCAREIRO

Realizou-se a reunião do Grupo *Ad Hoc* do Setor Açucareiro, após 19 anos de inatividade, na qual se plasmou um frutífero intercâmbio de pontos de vista.

COMÉRCIO ELETRÔNICO

Realizaram-se avanços na elaboração de um projeto de Protocolo de Comércio Eletrônico do MERCOSUL, que fixe um marco jurídico comum para facilitar o desenvolvimento do comércio eletrônico dentro do bloco.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL (FOCEM)

Graças à rápida ação do bloco, foi aprovado em tempo recorde a ampliação do projeto FOCEM “Pesquisa, Educação e Biotecnologias aplicadas à Saúde”, com o objetivo de fortalecer as capacidades diagnósticas para o controle epidemiológico e intensificar o apoio aos sistemas de saúde pública do MERCOSUL na luta contra a Covid- 19.

Esse projeto compreende uma rede multi-institucional e multi-estatal que conta com atores centrais dentro dos sistemas de saúde pública do MERCOSUL, e contribuirá para melhorar as capacidades nacionais de realização de testes de detecção do vírus e sorodiagnósticos.

Aprovou-se a “Norma Procedimental”, que regulamenta a gestão do Contrato de Administração Fiduciária entre o MERCOSUL e o FONPLATA, e o “Guia de Administração Fiduciária MERCOSUL – FOCEM”, o que possibilitará a implementação do Contrato de Administração Fiduciária assinado entre o MERCOSUL e o FONPLATA.

NEGOCIAÇÕES EXTERNAS

Quanto ao relacionamento externo, apesar da situação de pandemia continuaram os trabalhos, tanto IntraMERCOSUL quanto com as respectivas contrapartes. Com respeito às negociações concluídas no ano passado com a União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio, registraram-se importantes avanços nas respectivas revisões legais e na abordagem dos detalhes técnicos pendentes.

Nesse sentido, foram concluídas as negociações do capítulo político e de cooperação, bem como as disposições horizontais e institucionais gerais do Acordo MERCOSUL-União Europeia.

O bloco espera poder subscrever os mencionados acordos no próximo semestre e, dessa maneira, alcançar uma conquista importante em matéria de relacionamento externo.

Da mesma forma, o bloco trabalha na adoção de um mecanismo para realizar as negociações no contexto das restrições da pandemia que permita continuar com o processo negociador, atendendo às necessidades específicas dos países.

Nas outras frentes, realizou-se uma rodada de negociação presencial com a República da Coreia antes do início

das restrições. No contexto da pandemia, foram mantidos os contatos por meios virtuais no âmbito das negociações em curso com Canadá, Singapura e Líbano, bem como o exercício de aprofundamento do acordo com Israel, e do diálogo exploratório com Vietnã e Indonésia.

No cenário regional, foram registrados avanços com a Aliança do Pacífico para a implementação do Plano de Ação de Puerto Vallarta.

Avançou-se, igualmente, na proposta para o início de negociações com países da América Central.

MEIO AMBIENTE

Destacaram que a pandemia tem provocado significativas mudanças na sociedade, na economia e na natureza, o que demonstra a importância de construir um desenvolvimento sustentável que priorize as pessoas no âmbito de uma economia e um ambiente saudáveis. Nesse sentido, afirmaram a importância de trabalhar em uma agenda que estabeleça políticas públicas para a preservação do meio ambiente.

CIDADANIA

Reafirmaram os princípios fundacionais do Tratado de Assunção e a vontade de promover uma união cada vez mais estreita entre seus povos, e coincidiram em que o bem-estar cidadão deve ser uma preocupação primordial do processo de integração. Nesse sentido, recomendaram dar prioridade aos trabalhos tendentes à plena implementação do Plano de Ação para a Conformação Progressiva de um Estatuto da Cidadania, no trigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Assunção.

TRABALHO

Considerando o impacto causado pela pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho, reafirmou-se o compromisso de impulsionar políticas ativas para a sustentação do emprego digno e formal, a reativação econômica que permita a reincorporação efetiva de trabalhadores, a formação profissional para a reconversão laboral, o desenvolvimento de ferramentas que permitam novas modalidades de trabalho e uma efetiva inserção. Igualmente, reafirmou-se a importância do fortalecimento das políticas de prevenção no âmbito da saúde e da segurança ocupacional, bem como os esforços orientados à erradicação do trabalho forçado e da informalidade.

CULTURA

Os Estados Partes destacaram a importância de articular ações que atendam às necessidades do setor cultural no âmbito da crise gerada pela Covid-19, e se comprometeram a somar esforços para a realização de um projeto em nível regional que permita gerar informação de qualidade sobre o impacto da Covid-19 no campo cultural em nível regional.

Enfatizaram a necessidade de avançar na adoção de medidas que deem conta das mudanças e desafios que a era digital tem produzido no panorama cultural e o impacto que tem tido nos setores criativos, assegurando a proteção e a promoção das expressões culturais.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Reconheceu-se a importância de seguir fortalecendo a dimensão social do MERCOSUL, reafirmando o compromisso de executar os planos no âmbito social.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Foram continuados os trabalhos no âmbito da reforma institucional do MERCOSUL. Nesse sentido, no contexto do Plano de Ação 2020-2021, acordou-se que a fase de revisão das estruturas internas dos foros dependentes deverá ser apresentada até a última reunião do GMC no próximo semestre.

Reafirmaram que o desenvolvimento do processo de integração requer uma avaliação permanente de seus aspectos institucionais que permita a sua atualização, com o fim de consolidar as conquistas obtidas e adaptar o MERCOSUL às novas exigências do processo de integração.

Recomendaram avançar na implementação do Plano de Ação da Revisão da Estrutura Institucional do MERCOSUL, incluindo a governança dos Institutos do MERCOSUL.

Recomendaram, nesse âmbito, realizar um processo de reflexão conjunta entre o Foro de Consulta e Concertação Política e o Grupo Mercado Comum sobre a estrutura dos foros da área política e social do MERCOSUL ampliado levando em conta os objetivos do processo de integração.

USO DA ASSINATURA DIGITAL MERCOSUL NA ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL

Aprovou-se a Decisão CMC N° 06/20, que modifica o mecanismo para a adoção de normas em casos de urgência previsto na Decisão CMC N° 20/02, permitindo o uso da assinatura digital, e a Resolução GMC N° 01/20, que aprova o procedimento operacional para o uso da assinatura digital no âmbito da

estrutura institucional do MERCOSUL.

INCORPORAÇÃO AO ORDENAMENTO JURÍDICO DOS ESTADOS PARTES E VIGÊNCIA DA NORMA MERCOSUL

Aprovou-se a Decisão CMC N° 05/20, que atualiza e complementa a norma vigente estabelecendo, para casos específicos, critérios relativos à data de entrada em vigor de normas emanadas dos órgãos com capacidade decisória do MERCOSUL.

REGISTRO DE COMENTÁRIOS DO SETOR PRIVADO EM REUNIÕES DO MERCOSUL

Aprovou-se a Resolução GMC N° 03/20, por meio da qual se estabeleceu um procedimento geral para o registro dos comentários do setor privado que participe na etapa preparatória das reuniões de Subgrupos de Trabalho, Grupos Ad Hoc e Reuniões Especializadas, subordinadas ao Grupo Mercado Comum, bem como dos Comitês Técnicos da Comissão de Comércio do MERCOSUL, de modo a sistematizar os comentários do setor privado.

DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO

Os Presidentes manifestaram sua firme convicção de avançar no processo de fortalecimento do MERCOSUL, especialmente em relação à consolidação da União Aduaneira, à integração produtiva, à superação das assimetrias e ao avanço em seu relacionamento externo com outros países e blocos de países.

Igualmente, reafirmaram seu compromisso de trabalhar conjuntamente na luta para a prevenção e combate à Covid-19 e outras emergências sanitárias que

afetam a região. Nesse contexto, reafirmaram seu compromisso de coordenar esforços para a reativação econômica da região.

Destacaram a necessidade de construir um sistema de comércio justo e inclusivo, que garanta a participação plena, efetiva e igualitária das mulheres em toda a sua diversidade, contemplando o acesso ao trabalho decente em igualdade de oportunidades, de condições e de retribuições entre as mulheres e os homens por trabalho de igual valor.

Coincidiram em que a pandemia aumentou a relevância das ferramentas de comércio eletrônico como instrumento útil e de rápida resposta como plataforma comercial, em especial para o desenvolvimento e inserção internacional das micro, pequenas e médias empresas, e vital para a recuperação econômica. Nesse sentido, destacaram os avanços alcançados na construção de um marco comum do MERCOSUL que facilite o comércio eletrônico e se comprometeram a redobrar esforços, com vistas à concretização de um Protocolo de alto nível na matéria.

Finalmente, coincidiram na necessidade de avançar na busca de instrumentos que promovam a participação das micro, pequenas e médias empresas no comércio internacional.

Assunção, 2 de julho de 2020.

Comunicado Conjunto de Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados – Assunção - 2 de julho de 2020

Os Presidentes da República Argentina, Alberto Fernández; da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro; da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez; e da República Oriental do Uruguai, Luis Lacalle Pou, Estados Partes do MERCOSUL, e os Estados Associados, reunidos mediante videoconferência, por ocasião da LVI Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, em 2 de julho de 2020,

1. REITERARAM seu

compromisso com a plena vigência da democracia, das garantias fundamentais e do estado de direito, bem como com a proteção e a promoção dos direitos humanos.

2. AFIRMARAM que as instituições multilaterais, a cooperação, o respeito ao direito internacional e aos princípios e propósitos enunciados na Carta das Nações Unidas são ferramentas para abordar os desafios econômicos, sociais e de meio ambiente, regionais e mundiais, e para avançar na construção de uma ordem internacional mais justa e inclusiva.

3. REAFIRMARAM seu compromisso com uma coordenação eficiente e permanente para conter o avanço do coronavírus e mitigar suas consequências sanitárias, econômicas e sociais, alinhados com o acordado na “Declaração de Presidentes do MERCOSUL sobre coordenação regional para a contenção e a mitigação do coronavírus e seu impacto”, adotada em 18 de março de 2020.

4. SUBLINHARAM o valor das novas tecnologias da informação e da comunicação, bem como de outros recursos para aperfeiçoar uma resposta eficiente aos desafios impostos pela luta contra

a COVID-19, e instaram a propiciar e facilitar seu uso extensivo e inclusivo.

5. COINCIDIRAM na importância de buscar mecanismos que permitam articular políticas conjuntas para enfrentar os desafios econômicos e sociais derivados da pandemia de COVID-19, que visem a ambientes previsíveis para facilitar o comércio internacional, e instaram a ser criativos na busca de ações conjuntas que reativem nossas economias.

6. REAFIRMARAM sua vontade de promover uma integração multidimensional inclusiva, que propicie políticas, planos e projetos destinados a gerar benefícios concretos em diferentes aspectos da vida cotidiana das pessoas, particularmente nas áreas da mobilidade, da residência, do acesso ao trabalho decente e à educação de qualidade, do direito à saúde e da criação de oportunidades, para que a integração consiga responder efetivamente às demandas de nossas sociedades.

7. EXPRESSARAM interesse em continuar os trabalhos conjuntos desenvolvidos entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, de acordo com o Plano de Ação de Puerto Vallarta, a fim de avançar nos compromissos entre os dois blocos.

8. DECIDIDOS a construir sinergias que vinculem as iniciativas originadas no MERCOSUL à Agenda 2030, enfatizaram o compromisso assumido por cada um dos Estados Partes e Associados com

esta iniciativa mundial, sem criar estruturas que agreguem complexidade à institucionalidade regional ou novos gastos orçamentários.

9. REITERARAM seu compromisso com a facilitação da integração regional e a cooperação em matéria esportiva, mediante a articulação periódica entre os Estados, considerando o esporte, a atividade física e o lazer elementos indispensáveis para o pleno desenvolvimento do ser humano e a promoção da inclusão social.

10. TOMARAM NOTA do Projeto “Volta ao Futebol”, sobre as competições esportivas internacionais ligadas à CONMEBOL Libertadores 2020, à CONMEBOL Sul-Americana 2020 e às Eliminatórias CONMEBOL para a Copa do Mundo da FIFA Catar 2022, o qual constitui uma iniciativa que continuará a ser estudada pelas instâncias competentes de cada Estado, no contexto da avaliação da retomada da atividade esportiva de maneira regular, segura e ordenada, respeitando os protocolos sanitários de cada país.

11. AFIRMARAM que o fortalecimento da dimensão cidadã constitui um dos objetivos primordiais da integração, razão pela qual se comprometem a apoiar o efetivo cumprimento do Plano de Ação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, por meio dos foros competentes, com vistas à sua plena implementação no trigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Assunção.

12. DESTACARAM os avanços registrados a partir da assinatura do “Acordo Multilateral de Seguridade Social do MERCOSUL”, em vigor desde 2002; do “Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL”, em vigor desde 2009; do estabelecimento do Plano de Ação para a Conformação Progressiva do “Estatuto da Cidadania do MERCOSUL”, em vigor desde 2010; e da “Cartilha da Cidadania do MERCOSUL”, os quais reúnem disposições que facilitam e dão previsibilidade ao trânsito, à residência, ao desempenho de atividades laborais remuneradas e à educação nos Estados Partes e Associados do MERCOSUL.

13. SUBLINHARAM a necessidade de construir um sistema de comércio justo e inclusivo, que garanta a participação plena e efetiva das mulheres em toda a sua diversidade e a igualdade de oportunidades para o exercício de atividades comerciais, bem como o acesso ao trabalho decente e à igualdade de remuneração entre as mulheres e os homens por trabalhos de igual valor.

14. COINCIDIRAM no interesse de analisar a conveniência e a oportunidade de criar um espaço de coordenação regional, destinado a encorajar, apoiar e dar visibilidade ao empreendedorismo, à inovação e à promoção de empregos e negócios liderados por mulheres ou que empregam um número significativo de mulheres.

15. REITERARAM seu compromisso com um trabalho conjunto que permita aprofundar o comércio bilateral e intrarregional, aproveitando os Acordos de Complementação Econômica assinados na região. Nesse sentido, entenderam que a união desses esforços aprofundará o comércio bilateral e os investimentos recíprocos, como um instrumento promotor de geração de empregos, de aumento produtivo e de intercâmbio tecnológico, com vistas a um desenvolvimento social e econômico.

16. SALIENTARAM, no âmbito da Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL, a importância de adotar políticas públicas para dar respostas oportunas e apropriadas aos efeitos da crise sanitária mundial da COVID-19 na vida das mulheres e meninas, considerando que o impacto diferenciado e específico ocasionado pela referida crise multiplicou as situações de violência de gênero, exacerbando a desigualdade e a exclusão preexistentes, ao mesmo tempo em que obstaculizou o exercício pleno dos direitos humanos, em especial à saúde integral e a uma vida livre de violência.

17. SAUDARAM o Setor Educacional do MERCOSUL pela realização de 46 reuniões de diferentes equipes técnicas, bem como da Reunião de Ministros da Educação, em que se iniciou a avaliação do Plano Quinquenal 2016/2020, se identificaram possíveis linhas de ação que servirão de base para a construção do seguinte plano quinquenal, e se

celebraram a realização exitosa de quatro seminários virtuais, com mais de quatorze mil inscritos de diferentes países, espaços em que se compartilharam experiências e reflexões sobre ações implementadas a fim de garantir a continuidade da escolarização, diante da necessidade de priorizar a vida dos cidadãos em face da pandemia e os desafios pós-pandemia no setor educacional.

18. DESTACARAM, no âmbito da Reunião de Ministros da Cultura, a importância de articular ações que atendam às necessidades do setor cultural no âmbito da crise gerada pelo surgimento da COVID-19, comprometidos em somar esforços para a realização de um projeto em nível regional que permita gerar informação de qualidade sobre o impacto da COVID-19 no campo cultural em nível regional, a partir do trabalho das contas satélites de cultura e dos sistemas de informação de nossos países.

19. ENFATIZARAM a necessidade de avançar na adoção de medidas que deem conta das mudanças que a era digital tem produzido no panorama cultural e do seu impacto nos setores criativos, para assegurar a proteção e a promoção das expressões culturais.

20. RENOVARAM, na Reunião Especializada de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas (RED), o compromisso conjunto de abordar eficazmente o Problema Mundial das Drogas, de forma ampla, integral e equilibrada, sob o princípio de responsabilidade comum e

compartilhada, no marco do pleno respeito aos direitos humanos e à luz dos compromissos internacionais que os países assumiram. Do mesmo modo, reconheceram que o crescimento sustentado de redes dedicadas ao tráfico ilegal de drogas, com possíveis vínculos com outras modalidades de criminalidade organizada transnacional, deixa evidente a necessidade de abordar o tema no âmbito regional, além de também reconhecer a cooperação para a troca de boas práticas na redução da oferta e da demanda e nos tratamentos de consumo problemáticos e em outros aspectos do Problema Mundial das Drogas.

21. TOMARAM NOTA do trabalho desenvolvido pela Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais (REDPO) em matéria de acesso à justiça, bem como do trabalho sobre os Sistemas de Defensoria Pública Oficial, no âmbito nacional, provincial, estadual e/ou departamental, conforme corresponda.

22. RENOVARAM, no âmbito da Reunião de Ministros da Justiça, o compromisso de fortalecimento da cooperação jurídica regional, ressaltando o valor da segurança jurídica, bem como a relevância de intensificar as medidas sanitárias no âmbito penitenciário, com o objetivo de resguardar a saúde das pessoas privadas de liberdade, de seus familiares e dos funcionários do sistema durante o período da COVID-19, e reafirmaram a implementação de medidas para facilitar o acesso à justiça,

especialmente para os setores mais vulneráveis.

23. RECONHECERAM, no âmbito das Reuniões de Ministros de Desenvolvimento Social, a importância de continuar fortalecendo a dimensão social do MERCOSUL, a fim de alcançar o desenvolvimento e o bem-estar das pessoas que necessitem de proteção, principalmente em tempos de COVID-19. Também reafirmaram o compromisso de executar os planos de trabalho no âmbito social do bloco, com o apoio do Instituto Social do MERCOSUL (ISM), levando em consideração a restrição de recursos financeiros nos órgãos do MERCOSUL.

24. TOMARAM NOTA do papel do ISM e do IPPDH no apoio à agenda social e de direitos humanos no MERCOSUL, no âmbito de sua competência e em conformidade com os mandatos recebidos das instâncias competentes.

25. COMPROMETERAM-SE, no âmbito da Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos, a velar por todos os direitos humanos, de todas as pessoas, em sua resposta à pandemia da COVID-19, sem nenhum tipo de discriminação, em sua saúde física e mental e no acesso a serviços de saúde, a medicamentos, a tratamentos médicos e à informação adequada para a prevenção do contágio, assim como a redobrar esforços para que as respostas à situação atual de pandemia salvaguardem a dignidade e os direitos humanos de todas as pessoas, prestando

especial atenção às populações em situação de maior vulnerabilidade.

26. OBSERVARAM os crescentes protestos gerados diante de práticas discriminatórias por motivos raciais no mundo e conclamaram aos Estados a redobrar seus esforços a fim de erradicar o racismo contra pessoas afrodescendentes. Do mesmo modo, chamaram os Estados à efetiva implementação da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024) e à realização de ações em favor da inclusão, da justiça social, do desenvolvimento e da paz, como medidas primordiais em busca do bem comum, de forma a promover e garantir os direitos humanos das pessoas afrodescendentes.

27. REITERARAM seu compromisso com a prevenção, o combate e a erradicação da fabricação e do tráfico ilícitos de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais relacionados. Nesse sentido, destacaram o trabalho do Grupo de Trabalho sobre Armas de Fogo e Munições (GTAFM) e do Subgrupo Técnico para a coordenação de posições comuns nos debates multilaterais. Insistiram na importância de continuar fortalecendo a cooperação regional, com o objetivo de implementar políticas, estratégias e programas comuns para fomentar a troca de informações e boas práticas entre os países, inclusive por meio de novas ferramentas de ação, como as Equipes Conjuntas de Investigação, cujo Acordo-Quadro entrou em vigor em 2020.

28. CONSIDERARAM, na Reunião de Ministros do Trabalho, que o impacto causado pela pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho é de grande importância e reafirmaram o compromisso dos países em impulsionar políticas ativas para a manutenção do emprego decente e formal, a reativação econômica que permita a reincorporação efetiva de trabalhadores, a formação profissional para a reconversão laboral, o desenvolvimento de ferramentas que permitam novas modalidades laborais e uma efetiva inserção. Encorajaram a fortalecer as políticas de prevenção no âmbito da saúde e da segurança ocupacional e a continuar com os esforços de aprofundamento das ações destinadas ao combate ao trabalho forçado, ao tráfico laboral, à erradicação do trabalho infantil e à informalidade. Reconheceram que, neste momento, mais do que nunca, a figura do Diálogo Social exige um exercício permanente para responder aos problemas e às necessidades dos trabalhadores e empregadores causados pela pandemia, mantendo o objetivo da sustentabilidade, do trabalho decente e da previdência social.

29. MANIFESTARAM que a pandemia provocou profundas mudanças na sociedade, na economia e na natureza, o que demonstra a importância de fortalecer um desenvolvimento sustentável, que priorize as pessoas no âmbito de uma economia e um ambiente saudáveis. Nesse sentido, afirmaram a importância de trabalhar em uma agenda que estabeleça políticas públicas para

o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões, econômica, social e ambiental.

30. DESTACARAM a continuidade e o aprofundamento da agenda do Grupo de Trabalho de Assuntos Consulares e Jurídicos do MERCOSUL (GTACJ) e dos acordos relacionados à cooperação consular, com vistas a aprofundar os mecanismos para uma maior cooperação entre os Estados Partes e Associados, para a assistência e o trabalho consular nos atuais cenários regionais, bem como as iniciativas de cooperação binacional, de vinculação com os nacionais no exterior e de exercício de seus direitos humanos e cidadãos.

31. REITERARAM a relevância e a contribuição do “Processo de Quito”, como mecanismo regional que busca intercambiar melhores práticas, articular respostas técnicas coerentes e coordenadas para os desafios que apresenta a mobilidade humana de venezuelanos na região. Nesse sentido, saudaram a atual PPT, a cargo do Chile, esperando continuar o trabalho conjunto nos diferentes projetos que os países da região acordarem levar adiante no marco desse foro, com vistas à VI Rodada do Processo de Quito, a realizar-se em agosto de 2020, com a PPT do Chile.

32. REAFIRMARAM os termos da Declaração dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, da República da Bolívia e da República do Chile, assinada em 25 de junho de 1996 em Potrero de los Funes, República Argentina, denominada Declaração das Malvinas, e

reiteraram seu respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa à Questão das Ilhas Malvinas.

33. DESTACARAM que a adoção de medidas unilaterais não é compatível com o acordado nas Nações Unidas e recordaram o interesse regional em que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes alcance, o quanto antes, uma solução em conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas e as declarações da Organização dos Estados Americanos, do MERCOSUL e de outros foros regionais e multilaterais.

34. RECONHECERAM os esforços de coordenação realizados pelo MERCOSUL e pelo Foro para o Progresso e a Integração da América do Sul (PROSUL) em estabelecer medidas para fortalecer a cooperação regional no combate à COVID-19, por meio de iniciativas em nível técnico de autoridades de saúde e coordenações nacionais, bem como de caráter político, para intercambiar experiências e boas práticas que contribuam para mitigar o impacto da pandemia na região.

Proposta brasileira em facilitação de investimentos na OMC – 8 de julho de 2020

O Governo brasileiro apresentou, em 6 de julho, na Organização Mundial do Comércio, uma nova proposta de regras para a facilitação de investimentos.

O texto, que complementa a proposta original circulada em 2018, visa, principalmente, a garantir maior transparência das medidas de investimentos e maior agilidade e simplificação dos procedimentos administrativos. O Governo brasileiro espera que a nova proposta contribua para o avanço das tratativas plurilaterais sobre o assunto.

O futuro acordo de facilitação de investimentos na OMC poderá contribuir de maneira decisiva na retomada dos investimentos no pós-pandemia.

Diálogo Bilateral Brasil- França – 10 de julho de 2020

Brasil e França mantiveram, por videoconferência, em 7 de julho, diálogo político bilateral, para discutir temas internacionais e multilaterais de interesse comum.

Organizada pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro e pelo Ministério da Europa e de Assuntos Estrangeiros francês, a reunião foi presidida pelo embaixador Kenneth da Nóbrega, Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África, e o embaixador Fabio Mendes Marzano, Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, e por seu homólogo francês, senhor Philippe Errera, Diretor-Geral de Assuntos Políticos e de Segurança.

As partes trocaram impressões aprofundadas sobre o futuro da

relação bilateral, a cooperação tecnológica, os fluxos de comércio e investimento, a cooperação transfronteiriça com a Guiana Francesa, no contexto da propagação da Covid-19, a proteção do meio-ambiente, a preservação da biodiversidade e a luta contra a mudança climática. As partes concordaram em dar seguimento ao aprofundamento do diálogo.

Falecimento do Embaixador Paulo Cesar de Oliveira Campos – 11 de julho de 2020

O Ministério das Relações Exteriores registra, com grande pesar, o falecimento, em São Paulo, em 10 de julho, do Embaixador Paulo Cesar de Oliveira Campos, Cônsul-Geral do Brasil em São Francisco.

O Embaixador Paulo Campos ingressou no Serviço Exterior Brasileiro em 1975. Serviu nos Estados Unidos, Japão e Alemanha, foi Cônsul-Geral em Londres e Embaixador na Espanha e na França. Sua dedicação e talento, ao longo de 45 anos de serviço, são amplamente reconhecidos.

O Ministério das Relações Exteriores expressa aos familiares e amigos do Embaixador Paulo Campos sua solidariedade e sentidas condolências.

Eleição do Novo Presidente do Suriname – 13 de julho de 2020

O Governo brasileiro felicita o senhor Chan Santokhi por sua eleição à presidência do Suriname, realizada na data de hoje pela Assembleia Nacional, cujos integrantes tomaram posse no dia 29 de junho passado.

O Governo brasileiro saúda, assim, o povo e as instituições surinamesas por concluírem o processo eleitoral em um contexto tão desafiador, caracterizado pela pandemia da COVID-19, o que demonstra o vigor da democracia no ano em que o Suriname completa 45 anos de sua independência.

O Governo brasileiro faz votos de pleno êxito ao novo mandatário e às autoridades recém-empossadas surinamesas e reafirma seu compromisso em aprofundar o já excelente estado das relações bilaterais, em prol do desenvolvimento e do bem-estar de suas sociedades.

Declaração Conjunta Brasil-Uruguai sobre Cooperação para estabelecimento de plataformas comuns de proteção ao consumidor – 15 de julho de 2020

Os governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, por intermédio, respectivamente, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério de Economia e Finanças, firmaram, em 13/07/2020, Convênio Interinstitucional para Implementação de Transferência da Tecnologia e Conhecimento da Plataforma “Consumidor.gov.br”. O ato foi firmado pelo ministro André Mendonça e pelo embaixador Gustavo Vanerio Balbela em cerimônia no Palácio da Justiça, em Brasília.

Em negociação desde 2019, o instrumento visa dar continuidade à implementação da Decisão N° 17/19 do Conselho do Mercado Comum, “Plano de Ação para desenvolvimento

e convergência de plataformas digitais para solução de conflitos de consumo nos Estados Partes”. Aprovado em dezembro do último ano, por ocasião da Cúpula do MERCOSUL no Vale dos Vinhedos, o plano tem por objetivo definir modalidades de cooperação e prazos de implementação para o estabelecimento de canais digitais nacionais que auxiliem na solução de disputas entre consumidores e fornecedores, bem como para o intercâmbio de informações sobre a utilização dessas ferramentas e sua posterior convergência em favor da formação de um canal MERCOSUL para resolução desse tipo de disputa, inclusive no comércio transfronteiriço.

O Uruguai é o segundo estado parte do MERCOSUL a firmar convênio para ter acesso à tecnologia e ao conhecimento da plataforma brasileira. Em 2019, concluiu-se entendimento similar com a Argentina. O plano de ação prevê assinatura, ainda neste ano, de instrumento análogo com o Paraguai.

O Convênio Interinstitucional prevê, entre outros compromissos, que a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON/MJSP) colocará à disposição da Direção Geral de Comércio uruguaia (DGC/MEF) a licença de uso da plataforma “consumidor.gov.br”. A medida reforça a parceria entre Brasil e Uruguai em matéria de defesa do consumidor, por meio da qual se concretizou, anteriormente, a transferência, ao governo uruguaio, da plataforma SINDEC (Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor).

Eleições na Guiana – 15 de julho de 2020

O governo brasileiro tem acompanhado com atenção os desdobramentos das eleições gerais e regionais realizadas na República Cooperativa da Guiana, em 2 de março do corrente ano.

Passados quatro meses do pleito, o governo brasileiro avalia que protelar a conclusão do processo eleitoral representa séria ameaça para a estabilidade na Guiana e um afastamento dos compromissos democráticos que o país deve observar no contexto regional e hemisférico.

O governo brasileiro conclama as forças políticas guianenses a respeitarem a vontade popular emanada das eleições, em linha com a recente sentença da Corte Caribenha de Justiça, de modo a garantir o pronto anúncio oficial dos novos representantes do país.

O governo brasileiro endossa as conclusões da missão de observação eleitoral da CARICOM no que diz respeito à lisura do procedimento de recountagem dos votos e subscreve os apelos feitos pela Comunidade e pela Organização dos Estados Americanos pela conclusão do processo eleitoral. Da mesma forma, o Brasil soma-se às declarações da CARICOM, da OEA, da União Europeia, dos Estados Unidos, do Reino Unido, e do Canadá, ao apontar a ausência de impedimentos para a declaração dos resultados finais com base nos votos apurados no processo de recountagem.

O governo brasileiro exorta a Guiana, Estado Associado do MERCOSUL, a permanecer entre as nações sul-

americanas comprometidas com os princípios democráticos mais elevados.

Adesão do Brasil ao Fórum Internacional de Transportes (ITF) da OCDE como membro-observador – 20 de julho de 2020

O Fórum Internacional de Transportes (ITF, na sigla em inglês) da OCDE anunciou hoje, 20 de julho, a adesão do Brasil ao Fórum como membro-observador.

Com 60 países-membros, o ITF promove pesquisas, discussões e intercâmbio de experiências sobre políticas públicas em todos os modais de transporte (ferroviário, rodoviário, hidroviário, dutoviário e aeroviário).

O *status* de membro-observador permitirá ao Brasil participar das atividades do Fórum, por dois anos, em mandato renovável por igual período. No âmbito do ITF, o Brasil terá acesso às melhores práticas e experiências internacionais na área de transportes e poderá compartilhar com outros membros exemplos de políticas públicas bem-sucedidas no setor.

Embora não constitua requisito formal do processo de acessão à OCDE, a adesão ao Fórum aprofunda ainda mais o relacionamento do Brasil com a Organização e está alinhada com o propósito do Governo brasileiro de constante aperfeiçoamento regulatório.

Comunicado sobre a Guiana – 23 de julho de 2020

Os governos do Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai e Peru,

membros do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL), expressam sua preocupação com o atraso na conclusão das eleições gerais e regionais na República Cooperativa da Guiana, realizadas em 2 de março passado, situação que ameaça a estabilidade desse país e atenta contra os princípios democráticos.

Destacam que uma das diretrizes fundamentais do PROSUL é a observância da democracia, do Estado de Direito e das respectivas ordens constitucionais, e a promoção, proteção, respeito e garantia das liberdades fundamentais.

Apelam às forças políticas da Guiana que respeitem a vontade popular e declarem os resultados finais logo que possível, com base na recontagem de votos observada e certificada à época pela Missão da CARICOM, apoiada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pela União Europeia (UE), e valorizam o acompanhamento realizado pela OEA da situação na Guiana.

Assinatura do Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Chile sobre Cooperação na área de Telecomunicações e Economia Digital – 24 de julho de 2020

Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Chile, Ernesto Araújo e Teodoro Ribera Neumann, assinaram hoje, em videoconferência, o Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Chile sobre Cooperação em Telecomunicações e Economia Digital.

O instrumento permitirá aprofundar a cooperação bilateral em áreas

estratégicas para os dois países, tais como conexão digital, infraestrutura de telecomunicações, conectividade e fluxo de dados entre os dois países. O Memorando prevê, ainda, a cooperação em *internet* das coisas, 5G, inteligência artificial e suas aplicações.

O documento possibilitará, ainda, fortalecer e expandir o mercado digital regional, promover a convergência entre as agendas digitais da Aliança do Pacífico e do Mercosul, bem como interconectar o mercado digital regional com os mercados digitais de outros continentes. A assinatura do Memorando de Entendimento evidencia o caráter estratégico das relações dos dois países e a firme disposição dos Presidentes Jair Bolsonaro e Sebastián Piñera de continuar trabalhando em conjunto para promover a prosperidade, a liberdade e a democracia.

Resultados das eleições gerais na Guiana – 3 de agosto de 2020

O Governo brasileiro congratula Mohamed Irfaan Ali por sua eleição à presidência da República Cooperativa da Guiana e a sociedade guianense pela conclusão do longo processo eleitoral iniciado em 02 de março de 2020.

A proclamação final do resultado ratifica a observância, pela Guiana, do compromisso permanente com a democracia que deve orientar as nações da região e do hemisfério. O Governo brasileiro parabeniza as forças políticas guianenses pelo respeito à vontade popular expressa nas urnas, em conformidade com o resultado do processo de recontagem

de votos certificado pela missão de observação eleitoral da Comunidade do Caribe e endossado pela Organização dos Estados Americanos. O Governo brasileiro exorta todos os atores guianenses a viabilizarem uma transição de governo pacífica e expedita.

O Governo brasileiro está determinado a trabalhar com o novo governo da República Cooperativa da Guiana em prol do contínuo fortalecimento das relações bilaterais, da cooperação, da integração regional, da prosperidade, da democracia e das liberdades fundamentais.

Explosões no porto de Beirute, Líbano – 4 de agosto de 2020

O governo brasileiro solidariza-se com o povo e o governo do Líbano pelas vítimas fatais e pelos feridos atingidos pelas graves explosões que tiveram lugar hoje no porto de Beirute.

O Ministério das Relações Exteriores acompanha com atenção os acontecimentos na cidade e está pronto para prestar a assistência consular cabível. Não há, até o momento, notícia de cidadãos brasileiros mortos ou gravemente feridos.

O Itamaraty seguirá acompanhando a situação por meio da Embaixada do Brasil em Beirute, em coordenação com a Divisão de Assistência Consular (DAC) em Brasília.

O telefone de plantão consular da Embaixada do Brasil em Beirute está disponível para informações sobre a situação dos brasileiros no Líbano pelo número +961 70108374. O núcleo de assistência a brasileiros do

MRE em Brasília também está à disposição para informações, de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h, pelos telefones +55 61 2030 8820/6756/6753 e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone do plantão consular da Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania do Itamaraty pelo número +55 61 98197-2284.

Comunicado do PROSUL sobre a República Cooperativa da Guiana – 6 de agosto de 2020

Os governos de Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai e Peru, países membros do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL) e Bolívia, na qualidade de membro observador, felicitam Mohamed Irfaan Ali por sua eleição para a presidência da República Cooperativa da Guiana e reconhecem o trabalho realizado pela Missão de Observação Eleitoral da Comunidade do Caribe (CARICOM) e o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Saudamos o povo, as forças políticas e as instituições da Guiana por seu compromisso com a democracia e respeito à vontade popular expressa nas urnas no último dia 2 de março.

Formulamos votos pela continuidade do fortalecimento de nossos vínculos com a Guiana e pelo desenvolvimento e bem-estar de seu povo.

Missão humanitária brasileira ao Líbano – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da

Defesa e do Ministério da Saúde – 12 de agosto de 2020

O governo brasileiro envia hoje, 12 de agosto, Missão Multidisciplinar Brasileira de Assistência Humanitária ao Líbano, na esteira das devastadoras explosões ocorridas no porto de Beirute, em 4 de agosto último.

Duas aeronaves da Força Aérea Brasileira partirão de Guarulhos (SP) levando cerca de seis toneladas de carga, que inclui medicamentos, insumos e equipamentos médico-hospitalares. Serão transportadas, ademais, doações de diversos setores da sociedade brasileira e da comunidade libanesa radicada no Brasil. Por via marítima, seguirão 4 mil toneladas de arroz, para atenuar as consequências da perda dos estoques de cereais destruídos na explosão do porto.

Resultado da coordenação entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Defesa e da Saúde, a Missão humanitária brasileira decorre da decisão do Presidente da República, anunciada em videoconferência com Chefes de Estado e de Governo no último domingo, 9 de agosto, de integrar o Brasil no conjunto de ações internacionais de apoio ao Líbano. O Ministério do Desenvolvimento Regional, além da Universidade Federal do Paraná, também se somam a estes esforços.

A convite do Presidente Jair Bolsonaro, o ex-Presidente da República Michel Temer chefiará a Missão humanitária. O ex-Presidente manterá encontros com lideranças políticas e religiosas do Líbano e se avistará com o Comandante da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das

Nações Unidas naquele país, chefiada pelo Brasil.

Neste momento difícil, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade e suas condolências às famílias afetadas pelo incidente em Beirute. O Brasil é o lar da maior diáspora libanesa do mundo, que em muito contribuiu para a construção da identidade e do desenvolvimento nacional brasileiro. A Missão humanitária, demonstra, com gestos concretos, os profundos laços afetivos, políticos e culturais que unem o Brasil à nação libanesa.

Integram, também, a Missão os Senadores da República Nelson Trad Filho e Luiz Osvaldo Pastore; o Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Almirante-de-Esquadra Flávio Augusto Viana Rocha; o Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega; o Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Alan Coelho de Séllos; representantes do Ministério da Defesa, General Carlos Augusto Fecury Sydrião Ferreira e Brigadeiro-do-Ar Paulo César Andari; representante do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia do Ministério da Saúde, Vitor Almeida Ribeiro de Miranda, médico cirurgião ortopedista; representantes do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Ministério do Desenvolvimento Regional, Leno Rodrigues Queiroz e Ana Flávia Rodrigues Freire; a Professora Sênior Raquel Rejane Bonato Negrelle, da Universidade Federal do Paraná; o Terceiro-Secretário Daniel Köhler Leite, do Ministério das Relações Exteriores; e os senhores Paulo Antônio Skaf;

Elson Mouco Junior; Luciano Ferreira de Sousa, Capitão-de-Corveta; Marcelo Ribeiro Haddad, Subtenente; Michael Pereira Flores, Segundo-Sargento; Ronaldo da Silva Fernandes, Segundo-Sargento; e Sebastião Ruiz Silveira Junior.

Lançamento dos Cinco Princípios para a Recuperação e a Aceleração da Bioeconomia Pós-COVID, da Plataforma para o Biofuturo - 12 de agosto de 2020

A Plataforma para o Biofuturo, iniciativa internacional presidida pelo Brasil e integrada por outros 19 países, anunciou, hoje, o lançamento dos Cinco Princípios para a Recuperação e a Aceleração da Bioeconomia Pós-COVID.

Elaborados após consultas com formuladores de políticas públicas, especialistas da indústria e organizações internacionais, os princípios são elementos orientadores para a promoção da bioeconomia sustentável, tanto na concepção de medidas de apoio específicas no curto prazo quanto no que diz respeito à definição de programas gerais de recuperação econômica pós-COVID-19.

Os princípios, que não são vinculantes e não preconizam medidas específicas, poderão ser utilizados pelos participantes da Plataforma para o Biofuturo, de acordo com suas capacidades e situações particulares.

O Brasil, juntamente com outros países-membros, já executa programas em linha com os princípios. Esse é o caso do

RenovaBio, programa brasileiro de biocombustíveis que entrou em operação em 2020, exemplo de implementação do princípio 5: premiar a sustentabilidade. Ao amparo do RenovaBio, os biocombustíveis geram créditos de carbono proporcionalmente à sua economia real de gases de efeito estufa.

Princípios da Plataforma para o Biofuturo para recuperar e acelerar o desenvolvimento da bioenergia no pós-pandemia de Covid-19

1 – Não retroceder / Continuidade dos projetos

Não retroceder em programas existentes. Garantir a continuidade, no longo prazo, de programas e sistemas de produção de biocombustíveis e produtos sustentáveis.

2 – Apoio de curto prazo a produtores

Criar programas de incentivos e/ou financiamento para reduzir, no curto prazo, perdas econômicas na cadeia produtiva de biocombustíveis decorrentes da pandemia.

3 – Concorrência mais justa

Reavaliar a necessidade de manutenção de subsídios aos combustíveis fósseis, tendo em conta a atual queda no preço do petróleo.

4 – Bio como parte da solução

Integrar o setor de bioeconomia sustentável aos planos mais amplos de retomada econômica, requerendo, por exemplo, metas e/ou investimentos em bioenergia como condição para acesso a programas de recuperação de setores como o de transportes e aviação.

5 – Premiar a sustentabilidade

Criar mecanismos para incentivar a produção sustentável de biocombustíveis, bioenergia e bioprodutos, promovendo as chamadas externalidades positivas.

Integram a Plataforma para o Biofuturo, juntamente com o Brasil, Argentina, Canadá, China, Dinamarca, Egito, Estados Unidos, Filipinas, Finlândia, França, Índia, Indonésia, Itália, Marrocos, Moçambique, Países Baixos, Paraguai, Suécia, Reino Unido e Uruguai.

Informações adicionais sobre os princípios podem ser encontradas em: <http://www.biofutureplatform.org/post/biofuture-platform-launches-five-principles-for-post-covid-bioeconomy-recovery-and-acceleration>

Normalização das relações entre Israel e Emirados Árabes Unidos – 13 de agosto de 2020

O governo brasileiro saúda a decisão tomada, hoje, por Israel e pelos Emirados Árabes Unidos de normalizar inteiramente suas relações, conforme anunciado por ambos em conjunto com os Estados Unidos da América.

O governo brasileiro considera que se trata de um passo decisivo no rumo da paz e da prosperidade no Oriente Médio, objetivo para o qual o Brasil está contribuindo ativamente.

As relações do Brasil tanto com Israel quanto com os Emirados Árabes Unidos atingiram uma qualidade e intensidade sem precedentes, desde o início de 2019, com destaque para as históricas visitas do Presidente Jair Bolsonaro a ambos os países. É

altamente gratificante que, mediante o acordo firmado hoje, essas duas nações amigas do Brasil confirmem seu papel protagonista na transformação de sua região.

Declaração Conjunta de Apoio à Mudança Democrática na Venezuela – 14 de agosto de 2020

Nós, um grupo de países interessados que inclui membros do Grupo de Lima, do Grupo Internacional de Contato, da União Europeia, os Estados Unidos e outros, instamos todos os venezuelanos, de todas as tendências ideológicas e filiações partidárias, sejam civis ou militares, a colocar os interesses da Venezuela acima da política e a engajar-se, urgentemente, no apoio a um processo desenhado e conduzido pelos venezuelanos, para estabelecer um governo de transição inclusivo que levará o país a eleições presidenciais livres e justas no curto prazo. As eleições para a Assembleia Nacional, por si só, não representam uma solução política e, ao contrário, podem polarizar ainda mais uma sociedade já dividida.

Exortamos todas as instituições do Estado venezuelano a participarem de tal processo. Os venezuelanos e a comunidade internacional apresentaram propostas com esse objetivo. Tal processo deve incluir a capacidade de a Assembleia Nacional desempenhar plenamente as suas funções e a restauração da independência da Corte Suprema e do Conselho Nacional Eleitoral. As discussões e o progresso logrado nas negociações lideradas pela Noruega em Barbados também devem guiar o caminho à frente.

Reiteramos a disposição de todos os países que mantêm sanções econômicas de discutir o abrandamento destas no contexto de progressos na área política.

A situação humanitária, social e política na Venezuela continua a deteriorar-se, o que sublinha a necessidade de um processo político pacífico e inclusivo, que restaure a democracia e que coloque o país no caminho da recuperação. A atual pandemia e o sobrecarregado sistema de saúde pública da Venezuela tornaram ainda mais urgente a necessidade de dar fim ao status quo. Estamos comprometidos em dar continuidade a nossos esforços para ajudar os venezuelanos que enfrentam a pandemia e a crise humanitária preexistente, com base em critérios de necessidade e não de filiação política.

Clamamos pelo fim de todas as perseguições políticas e atos de repressão. Defensores dos direitos humanos, agentes humanitários, profissionais de saúde, jornalistas, membros das comunidades indígenas da Venezuela, membros da Assembleia Nacional sob a liderança de Juan Guaidó e a população venezuelana em geral têm enfrentado, todos, o aumento da repressão na Venezuela.

Exortamos todos os partidos políticos e instituições da Venezuela a prontamente envolver-se ou apoiar processo que estabelecerá um governo de transição de ampla aceitação que organizará eleições presidenciais livres e justas em breve e que começará a colocar o país em um caminho de recuperação. Para uma resolução pacífica e viável da crise, é necessário um governo de transição para organizar eleições presidenciais, de modo que nenhum

candidato tenha uma vantagem indevida sobre os demais.

Uma transição rápida e pacífica para a democracia é o caminho mais eficaz e viável para a estabilidade, recuperação e prosperidade da Venezuela. Continuamos comprometidos em ajudar o povo venezuelano a alcançar um futuro pacífico, próspero e democrático.

Declaração do Grupo de Lima – 14 de agosto de 2020

Nós, um grupo de países interessados que inclui membros do Grupo de Lima, do Grupo Internacional de Contato, da União Europeia, os Estados Unidos e outros, instamos todos os venezuelanos, de todas as tendências ideológicas e filiações partidárias, sejam civis ou militares, a colocar os interesses da Venezuela acima da política e a engajar-se, urgentemente, no apoio a um processo desenhado e conduzido pelos venezuelanos, para estabelecer um governo de transição inclusivo que levará o país a eleições presidenciais livres e justas no curto prazo. As eleições para a Assembleia Nacional, por si sós, não representam uma solução política e, ao contrário, podem polarizar ainda mais uma sociedade já dividida.

Exortamos todas as instituições do Estado venezuelano a participarem de tal processo. Os venezuelanos e a comunidade internacional apresentaram propostas com esse objetivo. Tal processo deve incluir a capacidade de a Assembleia Nacional desempenhar plenamente as suas funções e a restauração da independência da Corte Suprema e do Conselho Nacional Eleitoral. As discussões e o progresso logrado nas

negociações lideradas pela Noruega em Barbados também devem guiar o caminho à frente.

Reiteramos a disposição de todos os países que mantêm sanções econômicas de discutir o abrandamento destas no contexto de progressos na área política.

A situação humanitária, social e política na Venezuela continua a deteriorar-se, o que sublinha a necessidade de um processo político pacífico e inclusivo, que restaure a democracia e que coloque o país no caminho da recuperação. A atual pandemia e o sobrecarregado sistema de saúde pública da Venezuela tornaram ainda mais urgente a necessidade de dar fim ao status quo. Estamos comprometidos em dar continuidade a nossos esforços para ajudar os venezuelanos que enfrentam a pandemia e a crise humanitária preexistente, com base em critérios de necessidade e não de filiação política.

Clamamos pelo fim de todas as perseguições políticas e atos de repressão. Defensores dos direitos humanos, agentes humanitários, profissionais de saúde, jornalistas, membros das comunidades indígenas da Venezuela, membros da Assembleia Nacional sob a liderança de Juan Guaidó e a população venezuelana em geral têm enfrentado, todos, o aumento da repressão na Venezuela.

Exortamos todos os partidos políticos e instituições da Venezuela a prontamente envolver-se ou apoiar processo que estabelecerá um governo de transição de ampla aceitação que organizará eleições presidenciais livres e justas em breve e que começará a colocar o país em um caminho de recuperação. Para

uma resolução pacífica e viável da crise, é necessário um governo de transição para organizar eleições presidenciais, de modo que nenhum candidato tenha uma vantagem indevida sobre os demais.

Uma transição rápida e pacífica para a democracia é o caminho mais eficaz e viável para a estabilidade, recuperação e prosperidade da Venezuela. Continuamos comprometidos em ajudar o povo venezuelano a alcançar um futuro pacífico, próspero e democrático.

Eleições para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia - 18 de agosto de 2020

O Governo brasileiro associa-se à seguinte declaração:

“Declaração sobre a eleição para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Os governos de Bahamas, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, El Salvador, Estados Unidos da América, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Suriname e Venezuela,

Compartilham a preocupação com a situação atual da pandemia Covid-19 e seu impacto na deterioração sem precedentes da atividade econômica.

Recordam que a Diretoria Executiva, pela Resolução DE-80/20 aprovada em 9 de julho de 2020, decidiu que a eleição do presidente do Banco

ocorrerá nos dias 12 e 13 de setembro de 2020, em reunião extraordinária do Conselho de Governadores, que se realizará por meio de plataforma de software eletrônico da sede do Banco em Washington DC.

A data da eleição foi fixada dentro do prazo exigido pelo Regulamento do BID para a Eleição do Presidente do Banco, a qual foi aprovada pela Assembleia de Governadores.

A eleição do presidente do BID é de extrema importância para nossa região e para conduzir o Banco no enfrentamento do maior desafio da era contemporânea.

Instam todos os países-membros a cumprir, no prazo e forma indicados, as resoluções já aprovadas pelos Diretores e Governadores. Será extremamente importante preservar a integridade desse processo e das decisões tomadas pelos Diretores e Governadores do Banco para proteger os interesses da região, bem como a soberania hemisférica de nosso banco interamericano.

Nossos povos precisam de soluções que não podem ser adiadas.”

Situação no Mali – 19 de agosto de 2020

O Governo brasileiro acompanha, com grande atenção, a situação no Mali e conclama ao diálogo amplo entre as forças políticas do país, em um processo pacífico de resolução das tensões internas. Apela também a que se evitem ações violentas que ponham em risco a segurança de quaisquer dos atores envolvidos no processo e da população em geral.

A estabilidade do Mali é fundamental para a prosperidade do povo daquele país e para a segurança em toda a região do Sahel, empenhada na luta contra o terrorismo. O Brasil, tendo em conta as ótimas relações que vem mantendo com o Mali, saúda os esforços em curso na busca de uma solução pacífica, no quadro da institucionalidade democrática.

Situação em Belarus – 20 de agosto de 2020

O Governo brasileiro acompanha, com preocupação, os desdobramentos das eleições presidenciais de 9 de agosto em Belarus, em particular os relatos de violência contra demonstrações pacíficas.

O Brasil conclama as forças políticas do país ao diálogo amplo e à solução pacífica das diferenças, com pleno respeito aos direitos fundamentais e ao princípio da soberania popular.

Dia internacional em memória e tributo às vítimas do terrorismo – 21 de agosto de 2020

No Dia Internacional em Memória e Tributo às Vítimas de Terrorismo, o governo brasileiro reitera seu repúdio ao terrorismo em todas suas formas, independentemente de sua motivação, solidariza-se com todas as pessoas, famílias e nações vitimadas e reafirma seu compromisso de trabalhar no combate e erradicação desse flagelo.

Como ameaça à paz, aos direitos humanos, às liberdades fundamentais e ao desenvolvimento, o terrorismo deve ser combatido de forma enérgica e nunca relativizado ou tolerado.

É imperioso reconhecer e enfrentar o terrorismo onde quer que ele se encontre, sob todas as formas em que se manifeste, inclusive na América do Sul, onde a conjugação do terrorismo com o crime organizado e a corrupção representa grave ameaça à segurança e à democracia.

O firme engajamento do governo brasileiro contra o terrorismo foi renovado, entre outros momentos, em janeiro de 2020, por ocasião da III Conferência Ministerial Hemisférica de Luta contra o Terrorismo, cujo comunicado conjunto condena o terrorismo sob quaisquer pretextos.

Declaração Presidencial do PROSUL – 27 de agosto de 2020

Os Chefes de Estado da República do Chile, da República da Colômbia, da República Cooperativa da Guiana, da República do Paraguai e da República do Peru, junto à Vice-Presidência da República do Equador e aos Chanceleres da República Federativa do Brasil e do Estado Plurinacional da Bolívia, na sua qualidade de Estado observador, e a Subsecretaria de Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, como país convidado, participaram de uma videoconferência presidida pelo Chile, na condição de Presidência Pro Tempore PROSUL, na quinta-feira, 27 de agosto de 2020. Nesse quadro, os Mandatários:

Preocupados com a grave ameaça e com o impacto para a saúde, segurança e bem-estar humano que a rápida propagação do coronavírus (COVID-19) teve sobre a população mundial e, especialmente, na região sul-americana;

Conscientes do desafio que representa o tratamento e a imunização global efetiva, acessível e equitativa contra o COVID-19.

Destacando o papel do multilateralismo no combate à pandemia e a importância da ação dos Estados na elaboração, implementação e seguimento de respostas efetivas e oportunas ao flagelo do COVID-19.

Conscientes da importância da cooperação internacional, da solidariedade e do papel que os mecanismos e organismos regionais desempenham para dar respostas conjuntas e oportunas acerca dos complexos desafios sanitários, econômicos, sociais e humanitários que enfrentamos devido à pandemia.

Reafirmando o estabelecido nas duas "Declarações Presidenciais do PROSUL sobre Ações Conjuntas para Enfrentar a Pandemia do Coronavírus";

DECLARAMOS:

1.- Impulsionar a cooperação regional para lograr um acesso universal, equitativo e oportuno à futura vacina contra o COVID-19 na América do Sul, reconhecendo-a como um bem público global, e coordenar esforços que favoreçam sua compra conjunta e a transferência de tecnologia para sua produção local;

2.- Promover, com caráter de urgência, o trabalho iniciado pelas cinco Mesas de Trabalho ad hoc do PROSUL, estabelecidas no contexto da pandemia, para propiciar espaços de diálogo, coordenação e consenso em torno da informação epidemiológica, migração e fronteiras, acesso a créditos internacionais, livre trânsito de bens e compras conjuntas de insumos médicos;

3.- Valorizar o trabalho desenvolvido pelas diferentes agências e autoridades responsáveis pela cooperação nos países membros do PROSUL, as quais empreenderam um processo de diálogo para gerar instâncias de Cooperação Sul-Sul e Triangular, em especial no que se refere à promoção de bolsas de estudo e cursos de capacitação no âmbito da saúde;

4.- Atuar de forma coordenada para implementar, quando corresponda, de acordo com a realidade de cada país, os processos de reabertura das fronteiras para o trânsito de pessoas, por meio de um processo migratório ordenado, seguro e regular, que facilite o retorno de conterrâneos da região aos seus países de origem ou residência. Para esses fins, instruímos a criação de um Grupo de Trabalho, composto por autoridades que cada país designe, e que, em um prazo de 10 dias, deverão apresentar suas propostas;

5.- Continuar combatendo o contrabando e o crime organizado transnacional, que afetam a reativação econômica dos países, mediante ações concertadas de cooperação eficiente e efetiva.

6.- Destacar o papel das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) em impulsionar maior apoio técnico e financeiro aos países da América Latina e Caribe para enfrentar as consequências sanitárias, sociais, econômicas e humanitárias associadas ao COVID-19;

7.- Fortalecer o trabalho concertado com o Sistema das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde e a Organização Panamericana de Saúde, em apoio aos sistemas nacionais de saúde, e o relacionado ao

desenvolvimento, produção e distribuição de tratamentos e vacinas, assim como manter as cadeias de fornecimento internacional de bens, equipamentos e medicamentos para os países de nossa região;

8.- Tomar nota das diferentes iniciativas dos países membros do PROSUL com respeito à avaliação do papel e à resposta à pandemia da OMS e da OPS, assim como promover a proposta impulsionada pelo Chile, no marco da OMS, para a adoção de um "Instrumento Global de Preparação e Resposta Multidimensional às Pandemias";

9.- Reafirmar nossa vontade de continuar atuando de forma concertada para dar respostas efetivas aos desafios sanitários ocasionados pela pandemia, por meio de ações concretas, como o fortalecimento de observatórios regionais de vigilância epidemiológica;

10.- Reiterar nosso agradecimento aos relevantes trabalhos de cooperação e assistência técnica que o Instituto para a Integração da América Latina e Caribe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL) proporcionou nas diversas atividades do PROSUL, especialmente aquelas vinculadas ao trabalho conjunto sobre a COVID-19;

11.- Agradecer a participação e contribuição para a reunião do Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno, da Diretora da OPS, Clarissa Etienne, e do Diretor Regional do PNUD para América Latina e Caribe, Luis Felipe Lopez Calva;

12.- Concordar com a extensão excepcional da Presidência Pro

Tempore da República do Chile até 12 de dezembro de 2020, com o propósito de avançar nas ações em curso no enfrentamento ao COVID-19. Nessa data, realizar-se-á a Cúpula Presidencial e proceder-se-á a transferência da PPT à República da Colômbia, que a ostentará por um ano, até dezembro de 2021, assumindo em seguida a República do Paraguai;

13.- Expressar nosso agradecimento ao Governo do Chile e à iniciativa do Governo da Colômbia de realizar a convocação da reunião e o compromisso de manter em seguimento os acordos alcançados.

Exportações de aço semi-acabado do Brasil para os Estados Unidos – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia – 29 de agosto de 2020

O governo dos EUA anunciou a redução da quota para as exportações de aço semi-acabado do Brasil. A medida mantém a isenção de tarifas sobre o comércio bilateral do produto intra-quota, a exemplo do que ocorreu em 2019 como resultado de contato entre os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump.

O governo brasileiro mantém a firme expectativa de que a recuperação do setor siderúrgico dos EUA, o diálogo franco e construtivo na matéria, a ser retomado em dezembro próximo, e a excepcional qualidade das relações

bilaterais permitirão o pleno restabelecimento e mesmo a elevação

dos níveis de comércio de aço semi-acabado. Essa perspectiva coaduna-se com os atuais esforços conjuntos de integração ainda maior das economias dos dois países.

Comunicado à Imprensa – Reunião de Ministros das Relações Exteriores / Relações Internacionais do BRICS – 4 de setembro de 2020 – 4 de setembro de 2020

1. A Reunião de Ministros das Relações Exteriores/Relações Internacionais do BRICS sob a presidência de turno da Federação da Rússia foi realizada por videoconferência em 4 de setembro de 2020.

2. Os Ministros trocaram impressões sobre as grandes questões internacionais e regionais nas esferas política, de segurança, econômica, comercial, financeira e de desenvolvimento sustentável, bem como avaliaram o progresso nas atividades intra-BRICS. Discutiram também possibilidades de apoio mútuo a suas iniciativas e cooperação mais estreita na 75ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

3. Recordaram que 2020 marca o 75º aniversário da fundação das Nações Unidas e o 75º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial. Os Ministros expressaram apoio à cooperação contínua dos países do BRICS em áreas de interesse mútuo, inclusive por meio de intercâmbios regulares entre suas Missões Permanentes nas Nações Unidas e em outros fóruns internacionais.

4. Os Ministros recordaram que, nascida dos horrores da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas, como um esforço em comum para a humanidade, foi

estabelecida para salvar as gerações vindouras do flagelo da guerra. Expressaram apoio ao evento de alto nível sobre o 75º aniversário da fundação das Nações Unidas. Os Ministros conclamaram ainda por uma postura resoluta contra a reabilitação da ideologia nazista, o racismo e a xenofobia, e a distorção da história. Reafirmaram a necessidade de fortalecer a cooperação internacional para construir um futuro compartilhado mais brilhante para a comunidade internacional. Enfatizaram seu apoio aos esforços para tornar a governança internacional mais inclusiva, representativa e participativa com maior participação dos mercados emergentes e países em desenvolvimento na tomada de decisões internacional.

5. Os Ministros reafirmaram o compromisso de preservar e respeitar o direito internacional, incluindo os propósitos e princípios consagrados na Carta da Nações Unidas, e com o papel central da ONU em um sistema internacional no qual estados soberanos cooperam para manter a paz e a segurança, para avançar o desenvolvimento sustentável e para garantir a promoção e a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos. Também sublinharam o imperativo de que as organizações internacionais sejam inteiramente conduzidas por seus Estados Membros e promovam os interesses de todos. Conclamaram que o 75º aniversário da ONU seja celebrado por esforços acrescidos para estabelecer um sistema internacional multipolar mais justo, inclusivo, equitativo e representativo, baseado na igualdade soberana dos Estados, na não-intervenção em assuntos internos, na cooperação e no respeito mútuo aos interesses e preocupações de todos. Sublinharam,

nesse sentido, o imperativo de que sejam evitadas quaisquer medidas coercitivas não baseadas no direito internacional e na Carta das Nações Unidas.

6. Os Ministros recordaram o Documento Final da Cúpula Mundial de 2005 e reafirmaram a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, inclusive de seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo, eficaz e eficiente, e ao aumento da representatividade dos países em desenvolvimento, de modo que possa responder adequadamente aos desafios globais. China e Rússia reiteraram a importância que conferem ao status e ao papel de Brasil, Índia e África do Sul nas relações internacionais e apoiam sua aspiração de desempenharem papéis mais relevantes na ONU.

7. Os Ministros reconheceram a Declaração Conjunta dos Ministros de Comércio do BRICS sobre o Sistema Multilateral de Comércio e a Reforma da OMC, de 23 de julho de 2020 e reafirmaram seu apoio a um sistema de comércio multilateral transparente, aberto, inclusivo e não discriminatório, baseado em regras, conforme consagrado na OMC. Reiteraram a importância da reforma da OMC e enfatizaram o papel central da Organização na promoção da previsibilidade, estabilidade e segurança jurídica para o comércio internacional. Ressaltaram a importância de todos os Membros da OMC obedecerem as regras da Organização e cumprirem seus compromissos, evitando assim medidas unilaterais e protecionistas que vão contra o espírito e as regras da OMC. Os Ministros enfatizaram a urgência de assegurar a restauração e preservação do funcionamento normal do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC. Observaram

também a importância da adoção de medidas de facilitação do comércio para promover as relações comerciais entre os países do BRICS.

8. Os Ministros reconheceram que os atuais desafios internacionais interconectados são uma poderosa recordação da necessidade de fortalecer a cooperação entre os Estados, e devem ser tratados por meio de uma diplomacia revigorada, de um sistema multilateral fortalecido e reformado, incluindo a ONU, a OMC, a OMS, o FMI e outras organizações internacionais. Os Ministros enfatizaram sua profunda preocupação com os grandes desafios internacionais impostos pela pandemia de COVID-19 e seus graves impactos sanitários, sociais e econômicos em todo o mundo. Expressaram suas condolências pelas vidas perdidas e sua solidariedade com as famílias afetadas, bem como sua gratidão a todos os trabalhadores da saúde que atuam na linha de frente. Os Ministros reiteraram a necessidade premente de preservar empregos e renda, em particular para os grupos mais vulneráveis da sociedade. Ressaltaram a urgência de restaurar o crescimento e o comércio internacionais, fortalecendo a estabilidade e a resiliência dos mercados. Os Ministros enfatizaram o valor da cooperação entre os Estados, tanto bilateral quanto multilateralmente.

9. Os Ministros recordaram as decisões da Declaração de Ufá (2015) de intensificar os esforços conjuntos no combate aos riscos de novas doenças infecciosas. Ao notar o papel desempenhado pela OMS, enfatizaram a importância de aumentar a contribuição positiva dos países do BRICS para a segurança internacional em saúde pública, a necessidade de buscar ações coordenadas e decisivas, tanto

individual quanto coletivamente, inclusive no âmbito da ONU, da OMS e de outras organizações internacionais. Também esperam que a comunidade internacional revise e tire lições das medidas tomadas em todos os níveis para combater a pandemia de COVID-19 e seus impactos, inclusive pelas instituições intergovernamentais, a fim de identificar boas práticas e garantir uma melhor preparação internacional para ajudar os Estados a combater a pandemia de COVID-19 e outros desafios de saúde atuais e futuros, inclusive por meio da mobilização de apoio político, investimentos financeiros e recursos. Relembaram a decisão da Declaração de Johannesburg (2018) de estabelecer o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS e estimularam sua oportuna e efetiva operacionalização.

10. Os Ministros ressaltaram a necessidade de todas as organizações internacionais e instituições financeiras relevantes colaborarem vigorosamente a fim de garantir que os impactos adversos da pandemia de COVID-19 sobre os direitos sociais e econômicos e no direito ao desenvolvimento sejam tratados de forma oportuna, abrangente e integrada. Nesse sentido, ressaltaram a importância de mitigar suas consequências para o desenvolvimento sustentável. Reafirmaram seu compromisso com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na íntegra e no prazo, bem como com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto e Acordo de Paris. Também reconheceram, a esse respeito, a Declaração da 6ª Reunião de

Ministros do Meio Ambiente do BRICS, de 30 de julho de 2020.

11. Os Ministros enfatizaram a importância da cooperação científica, técnica, em inovação e em empreendedorismo intra-BRICS para alcançar uma rápida recuperação econômica e desenvolvimento de alta qualidade. Nesse sentido, recordaram a Declaração Conjunta sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área da Nova Revolução Industrial, adotada na Reunião de Ministros da Indústria do BRICS em 24 de agosto de 2020, e elogiaram o trabalho do Grupo Consultivo da PartNIR.

12. Os Ministros notaram com apreço o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) no financiamento de infraestrutura e no desenvolvimento sustentável e sua contribuição aos esforços dos Estados do BRICS para enfrentar as consequências sanitárias e econômicas da pandemia de COVID-19. Saudaram a decisão do Conselho de Governadores do NDB de estabelecer um Mecanismo de Assistência Emergencial de até US\$ 10 bilhões para atender a necessidades relacionadas, e a aprovação de 4 empréstimos no valor total de US\$ 4 bilhões. Reconheceram também o progresso feito pelo NDB nos trabalhos preparatórios para uma expansão oportuna de seus membros.

13. Os Ministros sublinharam o imperativo do diálogo para enfrentar os crescentes desafios à paz e segurança internacionais por meios políticos e diplomáticos. Enfatizaram a necessidade de continuar a trabalhar conjuntamente nas áreas de desarmamento e não-proliferação, inclusive garantindo a sustentabilidade a longo prazo das atividades no espaço exterior, bem como da prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior. Os

Ministros enfatizaram a necessidade urgente de negociar um instrumento multilateral juridicamente vinculante que possa preencher a lacuna no regime jurídico internacional aplicável ao espaço exterior, inclusive na prevenção da colocação de armas no espaço exterior e da ameaça ou do uso de força contra objetos no espaço exterior. Ressaltaram que a transparência prática e as medidas de fortalecimento da confiança também podem contribuir para esse objetivo.

14. Os Ministros ressaltaram a importância de desenvolver ainda mais a cooperação do BRICS na exploração e uso do espaço exterior para fins pacíficos, inclusive por meio do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior.

15. Os Ministros enfatizaram a importância primordial de cumprir e fortalecer a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à Base de Toxinas e sua Destruição (CPAB), incluindo a adoção de um Protocolo à Convenção que preveja, *inter alia*, um mecanismo eficiente de verificação. Reafirmaram que a CPAB é o instrumento central para armas biológicas e à base de toxinas. Suas funções, inclusive no que concerne ao Conselho de Segurança da ONU, não devem ser duplicadas por outros mecanismos. Esforços voltados para a resolução de questões de implementação devem ser consistentes com a CPAB.

16. Os Ministros reafirmaram o apoio à Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) e convocaram os Estados Partes da Convenção sobre Armas Químicas (CAQ) a preservarem a integridade da CAQ e engajarem-se em diálogo construtivo com o objetivo de restaurar o espírito de consenso na OPAQ.

17. Os Ministros expressaram preocupação com o aumento da violência e com conflitos continuados em diferentes partes do mundo que têm impacto significativo tanto em nível regional quanto internacional. Concordaram que, independentemente de seus contextos históricos e naturezas distintas, conflitos devem ser resolvidos por meios pacíficos e engajamento diplomático, por meio de diálogo político e negociações com base nos princípios e normas do direito internacional, em particular a Carta da ONU. Os Ministros tomaram nota da Resolução 2532 (2020) do CSNU, que exige a cessação geral e imediata das hostilidades em todas as situações em sua agenda, com a exceção de operações militares contra grupos terroristas que foram designados pelo Conselho de Segurança da ONU, e pedindo uma pausa humanitária duradoura no contexto da pandemia de COVID-19.

18. Os Ministros expressaram profunda preocupação com a situação no Oriente Médio e Norte da África (MENA) e enfatizaram que os conflitos e crises na região devem ser resolvidos por meios políticos e diplomáticos via diálogo inclusivo. Os Ministros endossaram o Comunicado de Imprensa da Reunião de Vice-Ministros/ Enviados Especiais do BRICS (MENA), ocorrida em 26 de agosto de 2020.

19. Os Ministros expressaram preocupação com a situação da segurança e com os continuados conflitos armados em partes da África e conclamaram por apoio internacional para iniciativas regionais e sub-regionais destinadas a fortalecer a paz e a segurança na África com base no princípio "Soluções africanas para problemas africanos", conforme articulado pelos próprios africanos. Elogiaram ainda o

compromisso da União Africana de promover a iniciativa "Silenciar as armas até 2020" e sublinharam a importância de uma parceria reforçada entre as Nações Unidas e a União Africana na área da paz e segurança internacionais.

20. Os Ministros expressaram séria preocupação com a situação no Mali. Lembraram que as Nações Unidas e a União Africana sublinharam a necessidade urgente de restaurar a ordem constitucional. Exortaram todas as partes interessadas a trabalhar de forma construtiva com a CEDEAO para encontrar uma solução pacífica para o impasse atual e para restaurar a ordem constitucional e democrática no país.

21. Os Ministros conclamaram pelo estabelecimento de uma paz ee longo prazo na República Islâmica do Afeganistão com base em negociações intra-afegãs bem-sucedidas, diretas e inclusivas, apoiadas por parceiros internacionais. O processo de paz deve ter liderança e propriedade afegãs. Condenaram nos termos mais veementes os recentes ataques terroristas ocorridos no Afeganistão.

22. Os Ministros expressaram seu apoio à continuação das negociações diplomáticas em formatos bilaterais e multilaterais para resolver todas as questões relativas à Península Coreana, incluindo sua desnuclearização, e manter a paz e estabilidade no nordeste asiático. Reafirmaram o compromisso por uma solução pacífica, diplomática e política para a situação.

23. Os Ministros reiteraram sua forte condenação ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações, a qualquer tempo, em qualquer lugar e por quem quer que os tenha cometido, e que não deve ser associado a qualquer religião,

nacionalidade, civilização ou grupo étnico.

Reafirmaram seu compromisso inabalável de contribuir ainda mais para os esforços globais de prevenção e combate à ameaça do terrorismo com base no respeito ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas, enfatizando que os Estados têm a responsabilidade primordial no combate ao terrorismo. Os Ministros também enfatizaram a necessidade de uma abordagem abrangente e equilibrada de toda a comunidade internacional para efetivamente conter as atividades terroristas, que representam uma séria ameaça, inclusive no atual ambiente pandêmico. Os Ministros saudaram os resultados da 5ª Reunião do Grupo de Trabalho de Contraterrorismo do BRICS (CTWG) e das reuniões inaugurais de seus subgrupos, em 31 de agosto - 2 de setembro de 2020, que avançaram ainda mais a cooperação do BRICS nas áreas de combate ao terrorismo e a seu financiamento, de combatentes terroristas estrangeiros, de radicalização, do uso da Internet para fins de terrorismo e de capacitação. Expressaram satisfação com a aprovação da Estratégia de Contraterrorismo do BRICS pelo CTWG.

24. Os Ministros enfatizaram a necessidade de iniciar negociações multilaterais sobre uma convenção internacional para a supressão de atos de terrorismo químico e biológico na Convenção sobre Desarmamento, a fim de enfrentar a ameaça do terrorismo químico e biológico.

25. Os Ministros reafirmaram a importância de um ambiente aberto, seguro, estável, não-discriminatório, acessível e pacífico para as tecnologias de informação e comunicação (TICs). Enfatizaram a necessidade de uma abordagem abrangente e equilibrada para o

desenvolvimento e segurança das TICs, incluindo o avanço técnico, o desenvolvimento de negócios, para a salvaguarda da segurança dos Estados e dos interesses públicos, e para o respeito ao direito à privacidade dos indivíduos. Ressaltaram o papel de liderança das Nações Unidas na promoção do diálogo para construir entendimentos comuns sobre a segurança e uso das TICs e o desenvolvimento de normas, regras e princípios universalmente acordados para o comportamento responsável dos Estados no domínio das TICs, sem prejuízo de outros fóruns internacionais relevantes. Enfatizaram a importância do direito internacional e dos princípios aplicáveis nesta esfera. A esse respeito, saudaram o trabalho do Grupo de Trabalho Aberto da ONU, bem como do Grupo de Peritos Governamentais, e notaram o progresso alcançado nas discussões.

26. Os Ministros ressaltaram a importância de estabelecer marcos legais de cooperação entre os Estados do BRICS para garantir a segurança no uso das TICs. Reconheceram o trabalho de consideração e elaboração de propostas sobre esse assunto e tomaram nota tanto da proposta da Rússia de um acordo intergovernamental do BRICS sobre cooperação para garantir a segurança no uso das TICs, quanto da iniciativa brasileira de acordos bilaterais entre os países do BRICS sobre o assunto. Reafirmaram a importância de avançar na cooperação intra-BRICS, inclusive por meio da implementação do Roteiro de Cooperação Prática do BRICS para Garantir a Segurança no uso das TICs.

27. Os Ministros, ao enfatizarem o formidável potencial da revolução digital para o crescimento e o desenvolvimento, reconheceram novas possibilidades relacionadas que a questão traz para atividades e

ameaças criminais. Os Ministros expressaram preocupação com o nível e complexidade crescentes do uso indevido das TICs, bem como com a ausência de um arcabouço multilateral de combate ao crime no âmbito das TICs. Reconheceram também que novos desafios e ameaças a esse respeito exigem cooperação internacional e discutiram possíveis marcos jurídicos, incluindo a necessidade de elaborar uma convenção internacional abrangente sobre o combate ao uso criminoso de TICs sob os auspícios da ONU.

28. Os Ministros saudaram a 4ª Reunião do Grupo de Trabalho Antidrogas do BRICS e reconheceram a importância de desenvolver ainda mais a cooperação no controle de drogas entre os países do BRICS. Enfatizaram seu compromisso com as três convenções de controle de drogas e a necessidade de preservar o sistema internacional de controle de drogas.

29. Os Ministros reafirmaram seu compromisso de promover a cooperação internacional anticorrupção e de fortalecer a colaboração entre os BRICS, sujeita aos ordenamentos jurídicos domésticos, em questões relacionadas à aplicação da lei anticorrupção, inclusive sobre extradição de fugitivos, criminosos econômicos e de corrupção e sobre a recuperação de ativos. Encorajaram o Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS a continuar seu trabalho nessas questões. Tomaram nota da iniciativa russa sobre o Mapa do Caminho para a organização do trabalho do BRICS sobre o desenvolvimento, no âmbito da ONU, de um instrumento jurídico internacional universal sobre a recuperação de ativos ilícitos.

30. Os Ministros elogiaram com satisfação que em 2020, sob a presidência de turno russa, apesar do

cenário dos atuais desafios globais adversos, o BRICS manteve o ímpeto e a continuidade de suas atividades, visando a produzir resultados concretos em benefício dos cidadãos. A Rússia enfatizou sua determinação de garantir o avanço da parceria estratégica do BRICS nos três pilares de política e segurança, economia e finanças, e cultura e intercâmbios interpessoais.

31. Índia, China, África do Sul e Brasil estenderam total apoio à Rússia para sediar a XII Cúpula do BRICS no outono de 2020 e se comprometeram a trabalhar conjuntamente por resultados frutíferos.

Embargo indevido do Governo das Filipinas à carne de frango brasileira – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 4 de setembro de 2020

O governo da República das Filipinas impôs, recentemente, embargo temporário às importações de carne de frango originadas do Brasil, alegadamente em razão de possível risco de contaminação de consumidores com o vírus SARS-CoV-2.

O governo do Brasil insta o governo das Filipinas a que esse embargo seja retirado imediatamente.

Todas as recomendações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Codex Alimentarius indicam que alimentos e suas

embalagens não constituem vetores de transmissão do COVID-19. Há, na verdade, consenso entre a comunidade científica internacional, agências de classificação de risco e autoridades sanitárias no mundo, segundo o qual o vírus SARS-CoV-2 não é transmissível pelo comércio de alimentos.

Nesse contexto, as Filipinas são, atualmente, o único país a impor qualquer restrição à carne de frango brasileira em razão do suposto risco de transmissão do SARS-CoV-2, sem, no entanto, haver apresentado evidência científica para justificar sua decisão.

O Brasil tem sempre colaborado de modo construtivo, aberto e transparente, com seus parceiros comerciais e nações amigas, especialmente neste momento delicado de pandemia. Nesse espírito, as autoridades brasileiras atuaram rapidamente e responderam a todos os questionamentos das contrapartes filipinas, tendo fornecido documentação detalhada sobre regulamentação, orientações e protocolos cumpridos pelas empresas brasileiras do setor de alimentos.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil tem adotado medidas preventivas para assegurar não apenas o mais alto nível de segurança sanitária e epidemiológica nos estabelecimentos de processamento de carnes, como também o fornecimento contínuo de alimentos seguros para a sociedade. Mesmo diante da pandemia, as inspeções sanitárias em estabelecimentos da cadeia de produção prosseguiram de modo completo e abrangente, a fim de garantir os padrões relativos à saúde pública e dos trabalhadores e a segurança do alimento.

O atual embargo do governo filipino às importações brasileiras de carne de frango não seguiu os princípios nem os ritos, necessários e mandatórios, previstos no Artigo 5 do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS) da Organização Mundial do Comércio (OMC), o que representa clara violação desse Artigo do Acordo.

O governo do Brasil tem trabalhado por solução rápida e construtiva para o caso, de modo bilateral. Entretanto, é forçoso reafirmar publicamente que: não há evidência científica para que se alegue risco de contaminação de seres humanos com o vírus SARS-CoV-2 por meio de alimentos de qualquer tipo; o governo filipino tampouco apresentou evidência para justificar a decisão de proibir a importação da carne de frango; e os passos mandatórios, segundo o Artigo 5 do Acordo SPS da OMC, foram desconsiderados no caso em tela. Em função disso, o Brasil tomará as devidas medidas junto à Organização Mundial do Comércio, caso o governo filipino não remova o referido embargo às importações de carne de frango ou não apresente de imediato justificativa científica confiável para a manutenção da restrição.

O Brasil permanece fortemente comprometido com o fornecimento de produtos alimentícios sustentáveis e seguros da mais alta qualidade para seus cidadãos e para seus parceiros comerciais, e com o seguimento estrito das melhores práticas, alinhado às recomendações da comunidade científica internacional.

No espírito de parceria, e com vistas à manutenção de um comércio de alimentos estável e seguro, o Brasil exorta, uma vez mais, o governo das

Filipinas a remover imediatamente o embargo.

Representantes do regime ilegítimo da Venezuela no Brasil – 4 de setembro de 2020

Na data de hoje, 4 de setembro de 2020, o Governo brasileiro comunicou aos representantes diplomáticos, consulares e administrativos do regime ilegítimo da Venezuela havê-los declarado “*personae non gratae*”.

A declaração de “*persona non grata*”, instrumento jurídico amplamente reconhecido e utilizado nas relações internacionais, é prerrogativa que os Estados possuem para indicar que um representante oficial estrangeiro não é mais bem-vindo como tal em seu território, conferindo ao país que enviou tal representante a prerrogativa de retirá-lo do país receptor, podendo também o funcionário permanecer no país receptor sem status diplomático ou consular nem imunidades e privilégios correspondentes.

A declaração de “*persona non grata*” não equivale, portanto, à expulsão ou qualquer outra medida de retirada compulsória do território nacional.

Declaração Conjunta sobre o Comércio de Etanol entre o Brasil e os Estados Unidos – 11 de setembro de 2020

Brasil e Estados Unidos realizaram consultas sobre seu comércio bilateral em etanol. Como resultado, decidiram realizar discussões orientadas a obter resultados acerca de um arranjo para aumentar o acesso ao mercado de etanol e açúcar no Brasil e nos

Estados Unidos. Também considerarão um incremento no acesso ao mercado de milho em ambos os países. Os dois países também discutirão maneiras de garantir que haja um acesso justo ao mercado paralelamente a qualquer aumento no consumo de etanol, bem como de coordenar-se e garantir que as indústrias de etanol em ambos os países sejam tratadas de maneira justa e se beneficiem de mudanças regulatórias futuras em produtos de biocombustíveis no Brasil e nos Estados Unidos. As discussões devem buscar alcançar resultados recíprocos e proporcionais que gerem comércio e abram mercados para o benefício de ambos os países.

As referidas discussões ocorrerão em um período de 90 dias que começa em 14 de setembro de 2020. Durante esse período, o Brasil manterá uma quota tarifária pro-rata (TRQ), proporcional ao volume anual total da TRQ que vigia em 30 de agosto de 2020.

O Brasil e os Estados Unidos concordaram em proceder dessa maneira no espírito de parceria econômica criada sob a liderança dos Presidentes Bolsonaro e Trump, reconhecendo a necessidade de continuar a tratar construtivamente dos efeitos das crises geradas pela pandemia da Covid-19 em seu comércio bilateral e na sua produção doméstica.

Acordo entre o Reino do Bahrein e o Estado de Israel com vistas ao estabelecimento de relações diplomáticas – 12 de setembro de 2020

O governo brasileiro recebeu com satisfação o anúncio do acordo entre o

Reino do Bahrein e o Estado de Israel com vistas ao pleno estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, divulgado em conjunto com os Estados Unidos da América.

O governo brasileiro saúda a decisão como mais um passo importante no caminho da paz e prosperidade no Oriente Médio, objetivo para o qual o Brasil tem buscado contribuir em suas relações tanto com Israel quanto com os países árabes.

Os laços de cooperação e amizade do Brasil com o Bahrein e com Israel têm se fortalecido com intensidade sem precedentes desde 2019, incentivados por visitas de alto nível ao Oriente Médio, por produtivos contatos entre Chanceleres e pelo incremento de mecanismos de diálogo e de iniciativas conjuntas bilaterais.

A decisão do estabelecimento de relações diplomáticas entre Bahrein e Israel e outros temas relevantes das agendas regionais e global serão objeto da III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Bahrein, a realizar-se ainda no mês de setembro.

Eleição do novo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Mauricio Claver-Carone – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia – 13 de setembro de 2020

O governo brasileiro congratula o novo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Mauricio Claver-Carone, eleito hoje, 12 de setembro de 2020, com expressivo apoio dos países mutuários do Banco e do capital

votante da instituição, para iniciar seu mandato em 01 de outubro próximo.

Apoiada pelo governo brasileiro, a eleição de Mauricio Claver-Carone representa uma proposta de gestão pragmática, transparente, eficiente e associada a valores comuns e fundamentais às Américas, como democracia, liberdade econômica, desenvolvimento sustentável e Estado de Direito. Nesse espírito, o Brasil acredita que o BID terá papel ainda maior para alavancar os recursos necessários para apoiar a recuperação econômica da região, principalmente por meio de investimentos do setor privado e em infraestrutura.

Por fim, o Brasil agradece ao Sr. Luis Alberto Moreno pelos serviços prestados como presidente do BID, em um período marcado por grandes conquistas da instituição e transformações na região.

Assinatura de ata bilateral entre o Brasil e o Paraguai sobre comércio fronteiriço – 16 de setembro de 2020

Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai, Ernesto Araújo e Antonio Rivas, assinaram hoje, em evento realizado por videoconferência, ata bilateral que permitirá a reativação parcial do comércio fronteiriço entre os dois países nas cidades-gêmeas de Foz do Iguaçu (PR) – Ciudad del Este; Mundo Novo (MS) – Salto del Guairá; e Ponta Porã (MS) – Pedro Juan Caballero.

O entendimento permite a criação de pontos comerciais contíguos às fronteiras de cada país e estabelece procedimentos para assegurar a realização de compras pelos cidadãos

nessas localidades, atendidos os requisitos aduaneiros, migratórios e sanitários determinados por cada país. As compras poderão ser feitas remotamente por serviços de comércio eletrônico ou de entrega e enviadas a esses pontos comerciais, onde poderão ser retiradas por indivíduos do outro país.

A assinatura da ata bilateral reflete a excelente relação entre o Brasil e o Paraguai e se soma a importantes resultados alcançados em 2020, como a conclusão de um Acordo de Complementação Econômica e de um Acordo Automotivo.

Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS) - Comunicado Ministerial Conjunto sobre a Reforma do Conselho de Segurança da ONU – 16 de setembro de 2020

1. Nós, os Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros da Índia, do Brasil e da África do Sul, somos regidos pelos princípios orientadores da Carta das Nações Unidas e por nossos valores compartilhados de soberania, liberdade, estado de direito, respeito aos direitos humanos e à democracia. No momento em que as Nações Unidas comemoram seu 75º aniversário, enfatizamos a necessidade de a comunidade internacional redobrar esforços e reforçar o compromisso de alcançar progresso tangível para uma reforma acelerada e abrangente do Conselho de Segurança.

2. Unidos para alcançar uma arquitetura de governança internacional mais inclusiva, responsiva e participativa, relembramos a Declaração Ministerial

Conjunta do IBAS de 26 de setembro de 2019, que conclama pela reforma do sistema multilateral. Consistentes com nosso apelo conjunto, reafirmamos nosso compromisso de aumentar a voz e a representação dos países emergentes e em desenvolvimento nos órgãos de tomada de decisão das instituições multilaterais para melhor refletir as realidades contemporâneas.

3. À luz dos desafios internacionais cada vez mais complexos e interconectados, enfatizamos que a atual estrutura de governança internacional está obsoleta e inadequada ao propósito de enfrentar com eficácia os atuais desafios de paz e segurança.

4. Enfatizando que, embora uma reforma abrangente do sistema das Nações Unidas continue sendo uma empreitada internacional crucial, sobre a qual tem havido algum progresso, reiteramos que o avanço da reforma do Conselho de Segurança deve permanecer uma prioridade urgente e fundamental.

5. O fracasso em reformar o Conselho de Segurança tem sérias implicações para a paz e a segurança internacionais. Uma reforma significativa e acelerada é crucial para garantir que este órgão seja mais representativo, efetivo e responsivo, e continue capaz de cumprir os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.

6. Renovamos nosso compromisso de trabalhar para a expansão do número de membros do Conselho de Segurança, para incluir representação de países emergentes e em desenvolvimento da Ásia, América Latina e África, nas categorias permanente e não-permanente, para alcançar um Conselho de Segurança da ONU representativo, inclusivo, equitativo,

responsivo e eficaz. A legitimidade do Conselho de Segurança baseia-se em sua composição ser equitativa e refletir as aspirações e perspectivas dos membros da ONU.

7. Reconhecendo que a África deve ser equitativamente representada em um Conselho de Segurança reformado, reiteramos nosso apoio à representação da África no Conselho nas categorias permanente e não-permanente, e expressamos nosso apoio inequívoco à Posição Comum Africana, conforme declarado no Consenso de Ezulwini e na Declaração de Sirte.

8. Expressando frustração com a lentidão no progresso das reformas do Conselho de Segurança no processo de Negociações Intergovernamentais, que carece de transparência em seus métodos de trabalho, insistimos que chegou a hora de avançar para um processo orientado para a produção de resultados, com previsão de negociações substantivas baseadas em um único texto abrangente, em um ambiente formal.

9. Saudamos, *inter alia*, a cooperação entre as Nações Unidas e os países do IBAS, bem como com organizações e instituições regionais, como o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPSUA), na promoção da paz e segurança internacionais.

10. O Brasil e a África do Sul congratulam a Índia pelo sucesso de sua eleição como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o mandato 2021-2022. Como membro do IBAS, a Índia será uma voz forte no Conselho e continuará a ser defensora de um sistema baseado em regras de acordo com a Carta das Nações Unidas. O Brasil agradece à Índia e à África do Sul pelo apoio à candidatura brasileira como membro

não-permanente do Conselho de Segurança da ONU para o período 2022-2023.

Relatório da Missão Internacional de Verificação de Fatos sobre a Venezuela, a cargo do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas – 17 de setembro de 2020

A Missão Internacional de Verificação de Fatos sobre a Venezuela, estabelecida em 2019 pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas com firme apoio do Brasil, publicou, em 16 de setembro, relatório de suas investigações sobre execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes cometidos naquele país desde 2014. A Missão investigou 223 casos e revisou 2.891 casos adicionais.

No documento, a missão afirma haver reunido evidências suficientes para acreditar que o regime de Nicolás Maduro cometeu violações de tratados e convenções de direitos humanos, além de crimes previstos no próprio direito penal venezuelano e no direito internacional, alguns dos quais – incluindo assassinatos e o uso sistemático de tortura – constituem crimes contra a humanidade. As violações e crimes descritos no relatório responsabilizam tanto o Estado venezuelano quanto seus agentes envolvidos.

A missão concluiu que Maduro e seus ministros da Defesa e do Interior e Justiça “ordenaram ou contribuíram para a prática dos crimes documentados”. O relatório aponta

seu envolvimento, bem como o de outros representantes do regime, em crimes contra a humanidade, a serem investigados por tribunal competente, e na falta de disposição ou capacidade da justiça nacional, pelo Tribunal Penal Internacional.

O Brasil entende que o trabalho desenvolvido pela Missão de Verificação de Fatos em muito contribui para a responsabilização do regime ditatorial de Nicolás Maduro, que continua a sufocar a democracia e a oprimir o povo venezuelano. O governo brasileiro exorta a que as 65 recomendações do relatório sejam observadas.

O Brasil espera que o relatório mobilize toda a comunidade internacional a trabalhar pela extinção do regime ditatorial de Maduro e pela libertação da Venezuela. Notadamente, o Brasil espera que os países que ainda prestam apoio à ditadura retirem-no e passem a trabalhar pelo bem do povo venezuelano, conforme os princípios inscritos na Carta das Nações Unidas, tais como o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como a autodeterminação dos povos – lembrando que essa autodeterminação pertence justamente aos povos, e não às ditaduras que porventura os oprimam.

Em face do teor do relatório, o Brasil considera que um regime como o de Maduro não tem quaisquer condições ou legitimidade para convocar ou conduzir um processo eleitoral limpo e justo, e, portanto, que as eleições parlamentares convocadas pela ditadura para o próximo mês de dezembro não devem ser apoiadas pela comunidade internacional.

O relatório está disponível na página do Conselho de Direito Humanos, link:

https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/FFMV/A_HRC_45_33_AUV.pdf.

Eleição do novo Secretário-Geral da ALADI, Senador uruguaio Sergio Abreu – 17 de setembro de 2020

O governo brasileiro congratula-se com o Senador uruguaio Sergio Abreu por sua eleição ao cargo de Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), realizada hoje, 17 de setembro de 2020. Seu mandato terá duração de três anos.

O Brasil está confiante de que, à luz de sua grande experiência como homem público do Uruguai e de sua atuação em momentos importantes da integração regional, o Senador Sergio Abreu trará relevante contribuição para a ALADI no momento em que a Associação completa 40 anos.

A ALADI constitui importante foro para a integração latino-americana. O Brasil defenderá nessa Associação, como em todos os foros, que a integração latino-americana seja baseada na democracia e na abertura econômica.

Visita do Secretário de Estado dos EUA Mike Pompeo e do Ministro Ernesto Araújo à Operação Acolhida em Boa Vista-RR: comentários do Ministro Ernesto Araújo – 19 de setembro de 2020

O teor da nota do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, ao criticar a visita feita pelo Secretário de Estado dos EUA, em minha companhia, às instalações da Operação Acolhida em Boa Vista no dia 18/9, baseia-se em informações insuficientes e em interpretações equivocadas, que desejo aqui respeitosamente corrigir e esclarecer.

Permito-me antes de mais nada assinalar que o povo brasileiro é solidário com os povos vizinhos e a Operação Acolhida representa essa solidariedade. O povo brasileiro preza pela sua própria segurança, e a persistência na Venezuela de um regime aliado ao narcotráfico, terrorismo e crime organizado ameaça permanentemente essa segurança. O povo brasileiro tem apego profundo pela democracia e o regime Maduro trabalha permanentemente para solapar a democracia em toda a América do Sul.

Não há “autonomia e altivez” em ignorar o sofrimento do povo venezuelano ou em negligenciar a segurança do povo brasileiro. Autonomia e altivez há, sim, em romper uma espiral de inércia irresponsável e silêncio cúmplice, ou de colaboração descarada, a qual, praticada durante 20 anos frente aos crescentes desmandos do regime Chávez-Maduro, contribuiu em muito para esta que é talvez a maior tragédia humanitária já vivida em nossa região. A triste história da diplomacia brasileira para a Venezuela entre 1999 e 2018 constitui exemplo de cegueira e subserviência ideológica, altamente prejudicial aos interesses materiais e morais do povo brasileiro e a toda a América Latina.

Recordo que os Estados Unidos da América já doaram 50 milhões de

dólares para a Operação Acolhida e que, no dia de ontem, o Secretário Mike Pompeo anunciou a doação de mais 30 milhões de dólares para essa Operação. Trata-se de quantia vultosa, tendo em vista que o governo brasileiro já dispendeu 400 milhões de dólares com a Operação Acolhida. Os EUA já dedicaram igualmente quantias expressivas para ajudar no acolhimento de imigrantes e refugiados venezuelanos na Colômbia e em outros países. Brasil e Estados Unidos, portanto, estão na vanguarda da solidariedade ao povo venezuelano, oprimido pela ditadura Maduro.

Como Ministro das Relações Exteriores vejo-me também na obrigação de reiterar o disposto no Artigo 4º da Constituição Federal, inciso II, que coloca a “prevalência dos direitos humanos” entre os princípios que devem orientar as relações internacionais do Brasil. Assinalo que, em 16/9, uma missão de verificação do Conselho de Direitos Humanos da ONU (criada com copatrocinio do Brasil) apresentou relatório no qual estima que Nicolás Maduro e ministros do seu regime cometeram crimes de lesa-humanidade ao praticarem sistematicamente a tortura, assassinatos, prisões arbitrárias e outras atrocidades. Fazer prevalecer os direitos humanos, como estipula a Constituição, requer que o Brasil continue a pronunciar-se, mais do que nunca, para expor o sofrimento dos venezuelanos à atenção mundial e trabalhar em favor da redemocratização da Venezuela, único caminho para o retorno do respeito aos direitos humanos naquele país.

Absolutamente nada no posicionamento do Brasil contra a

ditadura de Maduro e em favor de uma Venezuela livre fere qualquer dos princípios do Artigo 4º da Constituição. Muito pelo contrário, nossa atuação descumpriria a Constituição se fechássemos os olhos à tragédia venezuelana.

Buscar a paz não significa acovardar-se diante de tiranos e criminosos. A independência nacional não significa rejeitar parcerias que nos ajudem a defender nossos interesses mais urgentes e nossos valores mais caros. Promover a integração latino-americana não significa facilitar a integração dos cartéis da droga. A não-interferência não significa deixar os criminosos agirem sem serem incomodados. Consultem-se a respeito os ensinamentos da boa tradição diplomática, consagrada em próceres como José Bonifácio, Honório Hermeto Carneiro Leão, Joaquim Nabuco e Oswaldo Aranha, além do próprio Barão do Rio Branco.

O legado da tradição diplomática brasileira não inclui a indiferença aos nossos vizinhos. No caso presente da Venezuela, uma tal indiferença seria imoral e colocaria em risco a segurança dos brasileiros.

Muito me orgulho de estar contribuindo, juntamente com o Secretário de Estado Mike Pompeo, sob a liderança dos Presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump, para construir uma parceria profícua e profunda entre Brasil e Estados Unidos, as duas maiores democracias das Américas. Só quem teme essa parceria é quem teme a democracia.

Ernesto Araújo
Ministro de Estado das Relações
Exteriores

Novo aumento da quota destinada ao Brasil nas importações dos EUA de açúcar no ano fiscal 2019-2020 – 22 de setembro de 2020

O Governo dos Estados Unidos aprovou, no dia 10 de setembro, um novo aumento do volume de sua quota de importação de açúcar, consolidada na OMC, em 90,7 mil toneladas para o ano fiscal 2019-2020. Em 21 de setembro, o Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR) informou ao Ministério das Relações Exteriores que, na distribuição desse volume adicional entre os países contemplados, o Brasil contará com 80 mil toneladas, o que corresponde a 88,2%.

Com o anúncio, a parte da quota dos EUA destinada ao Brasil sobe dos atuais 230 mil toneladas para 310,8 mil toneladas. Cabe lembrar que o volume atribuído ao Brasil na quota era de 152,6 mil toneladas no início do referido ano fiscal e já havia sido ampliado em fevereiro e abril. Desde então a participação do Brasil no total da quota de açúcar dos EUA elevou-se de 13,7% para 20,3%.

A iniciativa demonstra o valor da parceria econômica criada entre o Brasil e os EUA pelos Presidentes Bolsonaro e Trump e se inscreve no âmbito da Declaração Conjunta sobre o Comércio de Etanol entre o Brasil e os Estados Unidos deste mês.

[<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21727-declaracao-conjunta-sobre-o-comercio-de-etanol-entre-o-brasil-e-os-estados-unidos>]

Com as negociações previstas na Declaração Conjunta até 13 de dezembro, o Brasil continuará a trabalhar com os EUA por soluções em favor do comércio bilateral em açúcar, etanol e milho, propiciando maior geração de renda e de empregos nos dois países.

Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o relatório do governo francês a respeito do Acordo Mercosul-EU – 22 de setembro de 2020

O governo brasileiro esclarece os seguintes pontos a respeito do relatório “Dispositions et effets potentiels de la partie commerciale de l’Accord d’Association entre l’Union européenne et le Mercosur en matière de développement durable”:

- Já em um primeiro exame preliminar sobre o relatório encomendado pelo governo francês sobre o impacto do Acordo Mercosul-UE, divulgado na última quinta-feira, o governo brasileiro observa a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a realidade brasileira bem como considerar os dados técnicos disponíveis sobre o tema.

- Por ora, afirma, em primeiro lugar, que o referido Acordo não representa qualquer ameaça ao meio ambiente, à saúde humana e aos direitos sociais. Ao contrário, reforça compromissos multilaterais e agrega as melhores práticas na matéria.

- O relatório apresenta argumentos não baseados em critérios

técnicos, que sugerem que a entrada em vigor do citado Acordo terá impacto ambiental negativo, ao alegadamente ocasionar elevação do desmatamento e pôr em xeque os esforços para combater a mudança do clima ao amparo de acordos internacionais.

- O cerne das críticas do relatório aos aspectos ambientais do Acordo em tela diz respeito à relação entre a atividade agropecuária, sobretudo a produção de carne bovina, e o desmatamento.

- O argumento central baseia-se no seguinte silogismo: (1) o Acordo Mercosul-UE levará a aumento significativo nas exportações de carne bovina dos países do Mercosul para a UE; (2) a expansão da pecuária no Mercosul sempre leva ao aumento do desmatamento; (3), logo, o Acordo Mercosul-UE levará ao aumento expressivo do desmatamento nos países do Mercosul, assim como ao aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em decorrência do desmatamento.

- O Brasil já mostrou que é capaz de aumentar sua produção de carne, soja e milho ao passo em que diminui o desmatamento. De 2004 a 2012, o desmatamento da região chamada de Amazônia Legal caiu 83%, enquanto que a produção agrícola subiu 61%. Nesse mesmo período, o rebanho bovino cresceu em mais de 8 milhões de cabeças, chegando a 212 milhões em 2012. Esses dados inserem-se em tendência histórica de intensificação da agropecuária brasileira e dos decorrentes ganhos de produtividade, em sintonia com a preservação ambiental.

- O aumento de produção no Brasil se dá por inovação tecnológica sem necessidade de expansão de novas áreas. O potencial de expansão de produtividade é enorme, uma vez que a adoção das tecnologias já existentes não se dá de maneira uniforme entre os diversos produtores, sem falar nas tecnologias que ainda serão desenvolvidas pelos órgãos de pesquisas dedicadas ao desenvolvimento de agricultura tropical.

- No que se refere ao impacto de emissões de gases de efeito estufa (GEE), a LSE concluiu que o impacto resultante da entrada em vigor do Acordo é insignificante. O estudo aponta que após a entrada em vigor do Acordo, o Mercosul será responsável por menos de 1/6 das emissões de GEE da UE.

- Os autores do relatório parecem desconhecer, ainda, o fato de que já está em pleno vigor sistema de rastreabilidade da exportação de carne bovina brasileira para a UE. As exportações de carne do Brasil ao bloco europeu já devem obedecer ao regulamento comunitário sobre rastreabilidade, mesmo antes da entrada em vigor do Acordo entre o Mercosul e a UE, o qual não diminuirá o nível de exigência europeu a respeito, no momento de sua implementação.

- Cabe reforçar que o relatório da comissão de avaliação do citado Acordo do governo francês revela as reais preocupações protecionistas daqueles que o encomendaram ao tratar das concessões agrícolas feitas pela UE ao Mercosul.

- No Acordo Mercosul-UE, quando se trata de produtos agrícolas sensíveis para as partes, os blocos

realizaram ofertas em geral com cotas. Este foi o caso da cota tarifária para carne bovina e frango no caso da União Europeia, por exemplo, e as cotas para leite em pó e alho, no caso do Mercosul. Como há limites à comercialização nestes casos, não é possível imaginar estímulos exagerados às exportações dos blocos em produtos negociados com limitação quantitativa.

- O relatório também ignora o progressivo fortalecimento da legislação ambiental no país. O Brasil foi pioneiro em políticas de conservação, com a implementação de seu primeiro Código Florestal em 1934. Graças a esse esforço de longa data, mais de 66% do território brasileiro é coberto por vegetação nativa. O cultivo está limitado a cerca de 30% do território, do qual 8% está dedicado à agricultura do país e em torno de 22% à pecuária, segundo a Embrapa Territorial. Esse cenário eleva o Brasil à categoria de potência ambiental.

- O Código Florestal vigente estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação nativa, única legislação ambiental do mundo que destina parcelas das propriedades rurais privadas à preservação sem oferecer qualquer remuneração por isso. Como exemplo, todo proprietário de terras na Amazônia deve dedicar 80% de seu patrimônio para a conservação ambiental. Esse é um benefício para a população global feito pelo produtor rural brasileiro, sem qualquer contraparte ou incentivo do Estado. Esse produtor, que atua em conformidade com a lei e garante a preservação ambiental, é que tem a expectativa de ser beneficiado pelo Acordo. Convidamos os produtores rurais do mundo a aliar-se à iniciativa dos brasileiros, dando sua

contribuição à preservação da biodiversidade, para frear o aquecimento global além de colaborar com a segurança alimentar.

- O Acordo Mercosul-UE reconhece a importante relação entre o desenvolvimento social e econômico e a proteção do meio ambiente, ao dispor, em seu capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável, que a liberalização comercial poderá dar contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável nos países do Mercosul, nas suas três dimensões – ambiental, econômica e social.

- O Mercosul busca implementar agenda modernizadora com vistas a conciliar aumento de competitividade/produktividade com padrões elevados de sustentabilidade ambiental. Como parte desta agenda, o bloco concluiu acordos de livre comércio com a UE e com a EFTA, em 2019. Ambos os acordos contêm capítulos dedicados a fortalecer a sustentabilidade e contemplam atividades de cooperação técnica para preservação da biodiversidade, gerenciamento de florestas nativas, pesca e vida animal, além de padrões elevados de proteção das condições de trabalho, de acordo com os objetivos da Agenda 2030. Todos os dispositivos sobre meio ambiente foram acordados conjuntamente entre as partes e vão muito além da maioria dos acordos comerciais em vigor da UE.

- Como prova do compromisso elevado em temas ambientais, o princípio da precaução está presente no acordo Mercosul-UE. Segundo o princípio, havendo indícios objetivos de que uma atividade possa acarretar danos irreversíveis ao meio ambiente, a ausência de certeza científica

absoluta não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

- O Acordo tampouco diminuirá o nível apropriado de proteção sanitária, fitossanitária e de inocuidade alimentar soberanamente estabelecido pelas partes. O Acordo também aprimora a cooperação birregional e multilateral em temas como bem-estar animal, biotecnologia, limites máximos de resíduos em alimentos e combate à resistência antimicrobiana. Ressalta-se que os alimentos exportados pelo Mercosul já cumprem com os mais altos padrões sanitários, fitossanitários e de inocuidade, em conformidade com os parâmetros recomendados pelas organizações e mecanismos internacionais de referência.

- Carece de fundamento a conclusão do relatório de que disciplinas do Acordo nas áreas de saúde pública e inocuidade alimentar poderiam deixar cidadãos europeus em pior situação do que antes do Acordo. As disciplinas negociadas no Acordo foram inspiradas em normativa multilateral já assumidas pelas partes e até em disciplinas já em vigor na UE, que vão além da OMC.

- Quanto às indicações geográficas (IG), com a entrada em vigor do Acordo, o MERCOSUL protegerá 355 IGs europeias, em contraste com as 340 IGs reconhecidas pelo México e 158, pelo Canadá. A política de IG da UE tem resultado em consideráveis retornos aos produtores europeus que, no entanto, o relatório parece não reconhecer.

- Muitas das conclusões do relatório refletem as preocupações protecionistas de segmentos europeus, do que é ilustrativa a defesa de que preferências tarifárias só deveriam ser dadas a produtos que sigam os métodos europeus de produção. Porém, não se pode ignorar que as condições edafoclimáticas europeias são distintas das do Mercosul, por conseguinte, os métodos de produção não podem, em muitos casos, serem os mesmos, para que não se tornem insustentáveis. Esse é o caso de dupla ou tripla colheita na mesma área por ano, que se mostra inviável no continente europeu.

- Chama atenção o fato de o relatório defender medidas de salvaguarda bilaterais sem limite no tempo. O mecanismo de salvaguarda bilateral tem por objetivo gerar conforto às partes de que poderão ajustar-se durante o período de transição do acordo, ou seja, quando e se a redução das tarifas bilaterais estiver causando distúrbio nos mercados. Findo o período de transição do acordo, eventuais distúrbios não mais derivariam da abertura comercial a certa contraparte, mas de outros fatores, como condições climáticas adversas, novos métodos de produção, entre outros motivos, e, portanto, não deveriam fazer uso – neste caso, distorcido – do mecanismo de salvaguarda bilateral.

- Causa estranheza, por fim, que o relatório esteja focado em produtos de alta sensibilidade agrícola europeia e valha-se de argumentos não comerciais (como o suposto risco de desflorestamento) para garantir proteção econômica a certos produtores.

- Com base no exposto, o governo brasileiro refuta qualquer afirmação de que o acordo aumentaria a destruição da floresta amazônica. Reafirma que o acordo traz compromissos adicionais aos direitos ambiental e comercial multilateral para regular os fluxos comerciais atuais e futuros a bem da garantia da sustentabilidade ambiental.

- A entrada em vigor do Acordo tem o potencial de alimentar o ciclo virtuoso em ambos os blocos quanto a: Melhoria das condições econômicas,

o Incremento da qualidade de vida dos cidadãos, com geração de emprego e renda, e redução de custo de alimento e bioenergia,

o Desenvolvimento e adoção de tecnologias, para melhoria da eficiência dos setores econômicos,

o Fortalecimento da preservação ambiental, e diminuição a emissão de GEE, visto que reforça o compromisso do Acordo de Paris.

- A não entrada em vigor do Acordo Mercosul-UE passaria mensagem negativa e estabeleceria claro desincentivo aos esforços do país para fortalecer ainda mais sua legislação ambiental. A não aprovação do Acordo teria, ademais, implicações sociais e econômicas negativas, que poderiam agravar ainda mais os problemas ambientais da região. Malgrado em ratificá-lo implicará lacuna importante no fortalecimento da relação entre as partes e na reiteração de um livre comércio sustentável e responsável, que proporcionará prosperidade com preservação da natureza, resultante da melhoria das condições econômicas.

Ministério das Relações Exteriores – MRE

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Reunião de Ministros de Comércio e Investimentos do G20 – Comunicado Ministerial – 22 de setembro de 2020

Realizando Oportunidades do Século 21 para Todos

22 de setembro de 2020, Riade, Reino da Arábia Saudita

1. Nós, os Ministros de Comércio e Investimentos do G20, nos reunimos virtualmente em 22 de setembro de 2020, sob a Presidência saudita do G20, para fortalecer ainda mais a cooperação do G20 em comércio e investimento.

2. Nós nos reunimos previamente em duas ocasiões anteriores este ano, em encontros virtuais extraordinários, para garantir uma resposta coordenada ao impacto do COVID-19 no comércio e no investimento globais e na economia global. Continuamos gravemente preocupados com os sérios riscos que se apresentam a todos os países, particularmente os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, especialmente na África e nos pequenos Estados insulares.

3. Em meio à pandemia do COVID-19, continuaremos nossa cooperação e coordenação para: (i) apoiar a recuperação do comércio e dos investimentos internacionais; (ii) apoiar a necessária reforma da

Organização Mundial do Comércio (OMC), à qual a Iniciativa de Riade sobre o Futuro da OMC fornece apoio político; (iii) estimular maior competitividade internacional das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs); (iv) promover a diversificação econômica; e (v) fortalecer o investimento internacional.

4. Neste momento crítico, o comércio e o investimento devem atuar como motores importantes de crescimento, produtividade, inovação, criação de empregos, desenvolvimento e redução da pobreza, contribuindo para lançar as bases para uma recuperação econômica global que leve a crescimento sustentável, equilibrado e inclusivo. Continuaremos a realizar ações conjuntas para fortalecer a cooperação e os marcos internacionais.

5. Recordamos nesse sentido a importância de manter o foco na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e no papel do comércio e do investimento.

Apoiando a Recuperação do Comércio e Investimento Internacionais

6. Continuamos a endossar as “Ações do G20 para Apoiar o Comércio e o Investimento Mundiais em Resposta ao COVID-19”, que continuaremos a implementar e recordamos nossa solicitação para que o Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento do G20 forneça atualizações. A este respeito, saudamos os progressos alcançados, em particular o fim de muitas medidas restritivas ao comércio e a implementação de medidas de facilitação do comércio. Reiteramos a

importância de que quaisquer medidas comerciais de emergência destinadas a lidar com o COVID-19, se consideradas necessárias, sejam direcionadas, proporcionais, transparentes, temporárias, reflitam nosso interesse em proteger os mais vulneráveis, não criem barreiras desnecessárias ao comércio ou perturbação das cadeias de abastecimento globais e sejam consistentes com as regras da OMC.

7. Continuaremos a fazer o que for necessário e a usar todas as ferramentas políticas disponíveis para minimizar os danos econômicos e sociais da pandemia, restaurar o crescimento global, manter a estabilidade do mercado e fortalecer a resiliência, conforme determinado por nossos Líderes.

8. Como os desafios da saúde continuam a ser centrais, enfatizamos o papel essencial do sistema multilateral de comércio na promoção da estabilidade e previsibilidade dos fluxos internacionais de comércio, bem como das políticas de comércio e investimentos para garantir que todos os países tenham acesso a suprimentos médicos essenciais e produtos farmacêuticos, incluindo vacinas, a um preço acessível, em uma base equitativa, onde eles são mais necessários e o mais rapidamente possível, e encorajamos a inovação consistente com os compromissos internacionais dos membros. Também reconhecemos a necessidade de aumentar a sustentabilidade e a resiliência das cadeias de abastecimento nacionais, regionais e globais e de expandir a capacidade de produção e o comércio, principalmente nas áreas de produtos farmacêuticos, médicos e outros relacionados à saúde. Continuaremos a explorar iniciativas da OMC

relacionadas ao COVID-19 a esse respeito.

9. Continuaremos a trabalhar para cumprir a meta de um ambiente de comércio e investimentos livre, justo, inclusivo, não discriminatório, transparente, previsível e estável e para manter nossos mercados abertos, inclusive para ajudar na recuperação dos impactos econômicos e sociais da pandemia.

10. A necessidade de lidar com as tensões comerciais e de promover relações comerciais mutuamente benéficas, afirmada no ano passado em Tsukuba, é crítica no cenário pós-COVID-19. Reafirmamos que problemas estruturais em alguns setores, como excesso de capacidade, podem causar impacto negativo. Continuaremos a trabalhar para garantir condições de concorrência equitativas para promover um ambiente de negócios propício.

11. Destacamos o papel crítico que a economia digital e o comércio eletrônico desempenharam para ajudar a sustentar a atividade econômica durante a pandemia do COVID-19 e para garantir operação contínua das cadeias de abastecimento e entrega de bens e serviços essenciais. Observamos também que a pandemia destacou o desafio da falta de acesso à economia digital para muitos cidadãos vulneráveis devido à persistência do fosso digital. Recordamos a Declaração dos Líderes de Osaka e a Declaração dos Ministros de Comércio e Economia Digital de Tsukuba e reafirmamos a interface entre o comércio e a economia digital. Tomamos nota das discussões em andamento no âmbito da Iniciativa de Declaração Conjunta sobre Comércio Eletrônico e a Moratória de Direitos

Aduaneiros sobre Transmissões Eletrônicas, e reafirmamos a necessidade de revigorar o Programa de Trabalho sobre Comércio Eletrônico na OMC.

12. Reconhecemos a importância de continuar a promover o empoderamento econômico das mulheres com vistas a alcançar a recuperação econômica global. Nesse sentido, tomamos nota do trabalho do "Women 20" e continuaremos a apoiar o crescimento de empresas pertencentes a mulheres e sua maior participação nos mercados globais e no comércio internacional.

Apoiando a Necessária Reforma da OMC -Iniciativa de Riade sobre o Futuro da OMC

13. Reconhecemos a contribuição que a Iniciativa de Riade sobre o Futuro da OMC, aportou ao proporcionar oportunidade adicional para discutir e reafirmar os objetivos e princípios fundamentais do sistema multilateral de comércio e demonstrar apoio político contínuo às discussões sobre a reforma da OMC.

14. Tomamos nota do "Resumo do Presidente sobre a Troca de Opiniões no âmbito da Iniciativa de Riade sobre o Futuro da OMC" (Anexo 1) e sua transmissão a todos os Membros da OMC por meio do Conselho Geral da OMC. Esse Resumo foi preparado pelo Presidente do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos sob sua própria responsabilidade e não prejudica as posições de membros individuais.

15. Reafirmamos nosso compromisso com os objetivos e

princípios consagrados no Acordo de Marrakesh que institui a OMC.

16. Reconhecemos que a eficácia do sistema multilateral de comércio depende da implementação das regras da OMC por todos os Membros, bem como de sua respectiva aplicação, a fim de manter o equilíbrio entre os direitos e obrigações dos Membros.

17. Continuamos comprometidos em trabalhar ativa e construtivamente com outros Membros da OMC para empreender a reforma necessária da OMC. Reconhecemos que essa reforma deve melhorar as funções da OMC e encorajamos uma discussão construtiva de todas as propostas a esse respeito.

18. Reconhecemos a transparência como uma condição importante para aumentar a previsibilidade do comércio e fomentar a confiança entre os membros da OMC no que diz respeito ao cumprimento de suas obrigações na OMC. Nesse sentido, reafirmamos nosso compromisso de cumprir nossas obrigações de transparência na OMC e liderar pelo exemplo, e conclamamos todos os outros membros da OMC a fazê-lo. Reconhecemos a necessidade de assistência aos Membros da OMC que enfrentam restrições de capacidade para cumprir suas obrigações de notificação. Reconhecemos as discussões em andamento para aumentar a transparência e reforçar o cumprimento das obrigações de notificação na OMC.

19. Ressaltamos a importância das negociações em curso na OMC e reiteramos nosso apoio para alcançar um acordo até 2020 sobre disciplinas abrangentes e eficazes sobre subsídios à pesca, como os Ministros da OMC

decidiram na 11ª Conferência Ministerial. Muitos membros afirmam a necessidade de fortalecer as regras internacionais sobre subsídios industriais e saúdam os esforços internacionais em andamento para melhorar as regras de comércio que afetam a agricultura. Muitos de nós destacamos os subsídios agrícolas e o acesso ao mercado agrícola. Ressaltamos também que é necessária uma ação urgente quanto ao funcionamento do sistema de solução de controvérsias, a fim de contribuir para a previsibilidade e a segurança do sistema multilateral de comércio.

20. Tomamos nota das discussões em andamento no âmbito das Iniciativas de Declaração Conjunta (JSIs) na OMC, incluindo as JSIs sobre Comércio Eletrônico, Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento, MPMEs e Regulamentação Doméstica de Serviços. Os participantes do G20 nessas iniciativas pedem um progresso significativo em direção à 12ª Conferência Ministerial da OMC. Observamos que foram expressas preocupações sobre a formulação de regras por alguns membros do G20 que não fazem parte das JSIs.

21. Tomamos nota do processo em andamento para selecionar o próximo Diretor-Geral da OMC. Esperamos trabalhar com todos os membros da OMC para concluir o processo de seleção até 7 de novembro de 2020.

22. A 12ª Conferência Ministerial da OMC representa um marco importante em um processo inclusivo e ambicioso de reforma da OMC. Usaremos o tempo adicional disponível até então para reforçar nossos esforços para trabalhar construtivamente com outros

membros da OMC para alcançar progresso significativo na promoção de nossos interesses comuns, incluindo emergir mais forte da pandemia do COVID-19 e avançar com a reforma necessária da OMC para melhorar seu funcionamento.

Impulsionando a Competitividade Internacional das MPMEs

23. As MPMEs desempenham papel crítico em nossas economias, empregando entre 40% e 90% da força de trabalho, respondendo por 95% das empresas em todo o mundo e gerando de 35% a 60% de nosso PIB. Sua capacidade de continuar crescendo e de aumentar sua contribuição significativa para a atividade econômica depende, em parte, de sua capacidade de se integrar ainda mais à economia global. Reconhecemos também os diferentes desafios enfrentados pelas MPMEs em diferentes países, especialmente em países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo.

24. As MPMEs enfrentam desafios desproporcionais em seus esforços para se tornarem mais competitivas e integradas à economia global. Elas são particularmente vulneráveis a choques, como a pandemia do COVID-19, são desproporcionalmente afetadas pela falta de recursos, informações e habilidades, incluindo para se adaptar às mudanças tecnológicas, encontram desafios na adaptação a diferentes quadros regulatórios e novas regulamentações e enfrentam dificuldades na adesão às cadeias de valor regionais e globais. Este é particularmente o caso das MPMEs pertencentes a mulheres, que muitas vezes têm acesso limitado a

financiamento e oportunidades de negócios.

25. Com o objetivo de promover o crescimento econômico inclusivo por meio do aumento da participação das MPMEs no comércio e investimento internacionais, endossamos as “Diretrizes de Política do G20 para Impulsionar a Competitividade Internacional das MPMEs” (Anexo 2). Estas Diretrizes de Política não vinculantes e voluntárias fornecerão referência à formulação de políticas nacionais e internacionais, especialmente para os participantes da Iniciativa de Declaração Conjunta da OMC sobre MPMEs, que contribui para melhorar a capacidade das MPMEs de se conectarem, competirem, mudarem e se adaptarem em face das tecnologias emergentes e choques externos.

Fomentando a Diversificação Econômica

26. A diversificação econômica reduz a vulnerabilidade a choques econômicos e continua sendo uma meta importante para todos os países, especialmente os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo. O impacto econômico e social da pandemia do COVID-19 aumentou nosso senso de urgência em trabalhar para abordar as fraquezas estruturais e aumentar a resiliência e sustentabilidade de nossas economias e cadeias de valor, entre outros, por meio de estruturas de produção e comércio mais diversas. Nesse sentido, reconhecemos que o comércio de serviços e as zonas econômicas especiais podem fomentar a diversificação econômica.

27. Tomamos nota do "Relatório de Síntese das Melhores Práticas e

Lições Aprendidas sobre o Comércio de Serviços dos Membros" (Anexo 3). Reconhecemos o importante papel que os serviços e o comércio de serviços desempenham no apoio a estratégias de crescimento, desenvolvimento e diversificação. Enfatizamos ainda a importância de continuar a discussão construtiva sobre o apoio à maior participação dos países em desenvolvimento no comércio de serviços e sobre o aumento das oportunidades econômicas para mulheres e jovens em particular.

28. Tomamos nota do "Relatório de Síntese das Melhores Práticas e Lições Aprendidas sobre Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) dos Membros" (Anexo 4). Muitos membros consideram que as ZEEs podem contribuir para a atração de investimentos, diversificação econômica, modernização industrial, crescimento das exportações, criação de empregos e geração de renda. Os membros reconhecem que as ZEEs devem ser administradas de maneira que garanta o cumprimento das regras da OMC e proteja contra o risco de comércio ilícito.

Fortalecimento do Investimento Internacional

30. O investimento estrangeiro direto (IED) é fundamental para o crescimento econômico, a criação de empregos e a acumulação de capital. A pandemia do COVID-19 teve um efeito negativo imediato sobre os fluxos de investimento internacional, que se somou à estagnação dos fluxos de investimento global na última década, ampliando significativamente a já grande lacuna de investimentos necessários para cumprir os ODS. Nesse sentido, recordando os Princípios Orientadores do G20 para

a Formulação de Políticas de Investimento Global, voluntários, estamos empenhados em facilitar e fortalecer o investimento internacional. Reconhecemos a relação entre as políticas industriais, de investimentos e comerciais, especialmente em nossa resposta coordenada à pandemia do COVID-19. Nesse sentido, vemos valor em compartilhar as melhores práticas na promoção de investimentos em setores produtivos relacionados ou impactados pelo COVID-19, e na identificação de áreas-chave, como suprimentos e equipamentos médicos essenciais e produção agrícola sustentável, onde o investimento é urgentemente necessário.

31. Tomamos nota do "Relatório sobre Fluxos de IED e Marcos de Atração de Investimentos em Países em Desenvolvimento e de Menor Desenvolvimento Relativo", que se refere a lacunas nas capacidades de promoção de investimentos e oportunidades para melhorar a cooperação na prestação de assistência técnica na atração de investimentos para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo.

32. Por meio de uma "Declaração do G20 sobre Assistência Técnica para Atração de Investimentos" (Anexo 5), encorajamos uma maior colaboração entre as autoridades competentes dos países do G20, inclusive no Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G20 e com organizações internacionais, dentro de seus mandatos, para considerar ações adicionais para suprir lacunas na assistência técnica relacionada ao investimento.

Caminho a seguir

33. Com o objetivo de garantir que o comércio e os investimentos internacionais possam contribuir efetivamente para a realização das oportunidades do século 21 para todos, superando os efeitos econômicos e sociais da pandemia e moldando um mundo mais resiliente, inclusivo e sustentável para todos, nós conjuntamente recomendamos aos nossos Líderes que considerem esses importantes tópicos na Cúpula de Riade.

34. Estendemos nossa gratidão à Presidência Saudita do G20 por seus esforços determinados e liderança. Submeteremos este comunicado à Cúpula dos Líderes do G20 em 2020 e continuaremos nossa cooperação com a Presidência do G20 da Itália em 2021 e depois.

Comunicado Conjunto de Imprensa do G4 – 23 de setembro de 2020

1. Em 23 de setembro de 2020, os Ministros das Relações Exteriores dos países do G4, Exmo. Sr. Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Exmo. Sr. Subrahmanyam Jaishankar, Ministro das Relações Exteriores da Índia, Exmo. Sr. Motegi Toshimitsu, Ministro das Relações Exteriores do Japão, e Exmo. Sr. Niels Annen, Vice-Ministro do Ministério das Relações Exteriores em nome do Exmo. Sr. Heiko Maas, Ministro das Relações Exteriores da Alemanha, reuniram-se virtualmente durante a 75ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

2. *“O mundo de hoje é muito diferente daquele quando as Nações Unidas foram criadas há 75 anos. Há mais países, mais pessoas, mais*

desafios, mas também mais soluções. Nossos métodos de trabalho precisam acompanhar o ritmo e se adaptar. (...) Reiteramos nosso apelo à reforma de três dos principais órgãos das Nações Unidas. Comprometemo-nos a revitalizar as discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança.” Estas palavras contidas na declaração recentemente adotada por todos os Chefes de Estado e de Governo reafirmam nossa determinação comum de finalmente dar passos decisivos em direção à reforma antecipada e abrangente do Conselho de Segurança que foi almejada pelos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula Mundial de 2005.

3. Em consonância com este apelo, os Ministros do G4 destacaram a urgência de reformar as Nações Unidas e atualizar seus principais órgãos decisórios, a fim de refletir melhor as realidades contemporâneas. Os Ministros do G4 expressaram decepção com as tentativas de inviabilizar esse processo e se comprometeram a abordar a questão de uma forma significativa e com maior urgência neste 75º aniversário da ONU.

4. Como parte da reforma do Conselho de Segurança, sua ampliação em ambas as categorias será indispensável para tornar este órgão mais representativo, legítimo e eficaz, aumentando, portanto, sua capacidade de lidar com os complexos desafios que o mundo enfrenta hoje em questões de paz e segurança internacional. Apenas se logarmos reformar o Conselho de Segurança conseguiremos impedir que se torne obsoleto. A ampliação da composição do Conselho de Segurança, com maior representação de países, inclusive da África, com capacidade e disposição de contribuir

para a manutenção da paz e segurança internacionais permitirá que o órgão preserve sua credibilidade e angarie o apoio político necessário para a resolução pacífica das crises internacionais hodiernas.

5. Os Ministros do G4 expressaram sua preocupação com a falta de qualquer avanço significativo nas Negociações Intergovernamentais (IGN) sobre a reforma do Conselho de Segurança e com o fato de que - após duas sessões em fevereiro e em março - as IGN tenham sido suspensas devido ao COVID-19 e nenhuma outra reunião tenha ocorrido desde então. No entanto, reuniões virtuais ou um processo escrito poderiam ter-se realizado para permitir que se fizessem progressos ainda na 74ª sessão da AGNU.

6. Também deveria ter sido reconhecido como avanço o registro da Posição Comum Africana consagrada no Consenso de Ezulwini e na Declaração de Sirte. A sessão recente demonstrou mais uma vez que as IGN carecem da abertura e transparência necessárias e são limitadas por métodos de trabalho deficientes. As IGN devem guiar-se pelos critérios de tomada de decisão e métodos de trabalho estabelecidos na Carta das Nações Unidas e nas regras e procedimentos da Assembleia Geral.

7. Os Ministros do G4 estão convencidos de que chegou a hora de deixar para trás os debates baseados apenas em declarações genéricas e de evoluir para negociações substantivas baseadas em textos, em formato intergovernamental. A esmagadora maioria dos estados membros da ONU apoia com firmeza uma reforma abrangente do Conselho de Segurança e espera que as IGN apresentem

resultados concretos durante a comemoração do 75º aniversário das Nações Unidas. Na sessão atual, as IGN devem ter início imediatamente como continuação direta da sessão anterior.

8. Os Ministros do G4 reiteraram seu apoio recíproco às respectivas candidaturas como aspirantes a novos membros permanentes em um Conselho de Segurança reformado, dada a capacidade e disposição para assumir maiores responsabilidades com relação à manutenção da paz e segurança internacionais. Há clara necessidade de atribuir papel mais destacado aos países em desenvolvimento e aos principais contribuintes das Nações Unidas neste órgão para tornar o Conselho mais legítimo, eficaz e representativo. A África deve estar representada nas categorias de membros permanentes e não permanentes em um Conselho de Segurança reformado e ampliado, a fim de corrigir-se a injustiça histórica contra este continente no que diz respeito à sua sub-representação neste órgão. Faz-se necessário que o Conselho de Segurança seja mais representativo para buscar restaurar a confiança na cooperação internacional e na governança global – tarefa mais urgente do que nunca nestes tempos desafiadores.

9. O G4 continuará a se engajar com outros países e grupos favoráveis à reforma com vistas a impulsionar, sem demora, o início de negociações baseadas em texto. Os Ministros expressaram sua determinação de buscar resultados concretos durante a 75ª sessão da Assembleia Geral, instruindo suas delegações a apoiar os esforços do Presidente da Assembleia Geral para promover a reforma célere do Conselho de Segurança.

Precisamos trabalhar juntos em prol de Nações Unidas fortes e legítimas.

Acidente com avião da Universidade da Força Aérea da Ucrânia – 26 de setembro de 2020

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, da queda do avião militar AN-26, da Universidade de Kharkiv Ivan Kozhedub, da Força Aérea da Ucrânia, na noite de 25 de setembro. Com 7 tripulantes e 20 cadetes a bordo, a aeronave sofreu o acidente próximo à cidade de Chuhuev, na Ucrânia, resultando em 26 vítimas fatais e uma pessoa ferida.

Neste momento de consternação, o governo brasileiro expressa sua solidariedade ao povo e ao governo da Ucrânia, apresenta suas mais sentidas condolências aos familiares das vítimas e faz votos de recuperação ao passageiro ferido.

Enfrentamento militar entre a Armênia e o Azerbaijão – 28 de setembro de 2020

O Governo brasileiro acompanha, com preocupação, os desdobramentos do enfrentamento militar, ocorrido em 27 de setembro, entre a Armênia e o Azerbaijão, na linha de contato da zona de conflito de Nagorno-Karabakh.

O Governo brasileiro lamenta profundamente a perda de vidas humanas dos dois lados.

O Brasil conclama as partes a cessarem imediatamente as hostilidades, respeitarem mutuamente sua identidade nacional e religiosa e a

retomarem as negociações nos âmbitos apropriados.

Condolências pelo falecimento de Sua Alteza o Emir do Kuwait – 29 de setembro de 2020

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do falecimento de Sua Alteza o Emir Xeique Sabah Al Ahmad Al Jaber Al Sabah, Emir do Estado do Kuwait, ocorrido hoje.

Ao longo dos quase 15 anos como Chefe de Estado do Kuwait, o Emir Xeique Sabah consolidou período de paz e prosperidade para o povo kuwaitiano. Prestou, igualmente, fundamental contribuição na busca da paz para o Oriente Médio.

Os laços de cooperação e amizade entre Brasil e Kuwait passam hoje por intenso estreitamento e abrem novas e promissoras perspectivas de avanços concretos em benefício dos dois povos.

O governo brasileiro apresenta ao governo e à família real do Kuwait as suas mais sentidas condolências e se solidariza com o povo kuwaitiano.

Diálogo com Embaixadores da UE no Brasil: crescimento, sustentabilidade e políticas públicas – 7 de outubro de 2020

A Casa Civil da Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores promoveram, no dia 7 de outubro, no Itamaraty, o evento “Diálogo com Embaixadores da UE no Brasil: crescimento, sustentabilidade e políticas públicas”.

Do lado brasileiro, participaram os ministros Walter Braga Netto, Ernesto Araújo, Paulo Guedes, Tarcísio Freitas, Tereza Cristina e Roberto Campos Neto.

Na ocasião, foram apresentadas as políticas públicas formuladas pelo Brasil com vistas à recuperação econômica, as reformas estruturais sendo implementadas no Brasil, os programas de sustentabilidade do agronegócio e concessões na área de infraestrutura. Foram enfatizadas as iniciativas do Centro de Governo na coordenação de políticas e promoção de reformas que incluem a adesão à OCDE e a adesão a seus instrumentos.

O Brasil é o país não membro com mais denso relacionamento e maior aderência aos instrumentos legais daquela Organização. Os ministros discutiram, ademais, a estratégia de inserção internacional da economia brasileira, a entrada do Brasil na OCDE e a integração comercial resultante do Acordo Mercosul-União Europeia. Foi especialmente enfatizada a importância do alinhamento do Brasil aos padrões da OCDE de regulação, investimentos e de governança pública.

Os embaixadores da UE apresentaram as prioridades atuais do bloco e, em particular, o seu plano de recuperação, intitulado “Green Recovery”. A parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia baseia-se nos princípios e valores compartilhados por ambas sociedades e incentiva os fluxos bilaterais comerciais, financeiros, científicos, tecnológicos e de investimentos.

A troca de experiências propiciada pelo encontro é parte do crescente diálogo entre o Brasil e a UE sobre

variados temas da agenda internacional e de políticas públicas. Sinalizou também novas oportunidades de cooperação no revigoramento da economia mundial em resposta à crise e reafirmou o enorme potencial representado pelo estreitamento dos laços históricos, sociais e econômicos que unem nossas sociedades.

47ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica – 9 de outubro de 2020

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, embaixador Otávio Brandelli, e o secretário de estado parlamentar do Ministério Federal para Economia e Energia da Alemanha, Thomas Bareiß, co-presidiram, em 09/10, por meio de videoconferência, a 47ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica. O foro, que também conta com a participação de altos executivos de algumas das maiores empresas brasileiras e alemãs, reúne-se anualmente, sem interrupções, desde 1974.

Na ocasião, reiteraram o apoio do Brasil e da Alemanha à pronta assinatura do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia. Além de auxiliar na superação dos efeitos econômicos da pandemia, o acordo constituirá ferramenta crucial para o fomento e a expansão da competitividade em ambas as regiões, contribuindo diretamente para o bem-estar e a prosperidade de suas populações.

A agenda do encontro incluiu, igualmente, outros temas prioritários ao Governo brasileiro, como a adesão do Brasil à OCDE, a

negociação de acordo bilateral para evitar a dupla tributação, oportunidades de investimentos em infraestrutura, propriedade intelectual, parceria no âmbito energético e diálogo digital.

V Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido – Comunicado Conjunto – 9 de outubro de 2020

1.A 5ª Reunião do Diálogo Estratégico de Alto Nível Brasil-Reino Unido foi realizada em 7 de outubro de 2020 por videoconferência. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, Dominic Raab, concordaram que esse diálogo marcou o início de uma nova fase na aliança de seus países, fundada na amizade, no compromisso comum com os valores democráticos, com a liberdade e com a economia de mercado. Eles realizaram uma ampla revisão de temas da agenda bilateral, como economia e comércio, cooperação em saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente e sua parceria para o desenvolvimento.

2. O Brasil e o Reino Unido passaram em revista questões da conjuntura regional e internacional, no quadro dos desafios sem precedentes enfrentados pela comunidade internacional para aliviar os efeitos da pandemia nos campos sanitário e socioeconômico. Os ministros tiveram discussões aprofundadas nas áreas econômico-comercial, de paz e segurança, meio ambiente, cooperação internacional e segurança cibernética.

3. Brasil e Reino Unido coincidiram na necessidade de atuar com firmeza para promover a recuperação da economia global no período pós-pandemia, com base na construção de economias mais sustentáveis e resilientes. Reafirmaram o mútuo compromisso com o fortalecimento das regras do sistema multilateral de comércio, essencial para o fomento dos investimentos, o aumento da produtividade e a integração das economias às cadeias de abastecimento globais. O Reino Unido reiterou seu firme e ativo apoio à acessão do Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), inclusive por intermédio do Prosperity Fund, e procurará fortalecer ainda mais esse apoio.

4. As duas partes sublinharam o potencial de crescimento do comércio bilateral e reafirmaram sua importância como indutor do desenvolvimento econômico e do crescimento sustentável. Concordaram em fortalecer os arranjos comerciais, inclusive considerando abrir em breve negociações de um Acordo de Dupla Tributação, e acelerar os preparativos para um futuro acordo de livre comércio. O Brasil e o Reino Unido são importantes parceiros comerciais, e o Reino Unido é fonte tradicional de investimentos para o desenvolvimento brasileiro.

5. Com vistas ao fortalecimento do comércio bilateral, as partes acordaram em intensificar as atividades do Comitê Conjunto Econômico e Comercial Brasil-Reino Unido (JETCO) com foco em medidas concretas de facilitação do comércio, bem como em estabelecer um Comitê Agrícola Conjunto (JAC) para tratar de padrões sanitários e

fitossanitários e outras questões. Os ministros também passaram em revista o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Brasil, um modelo para fortalecer a interação entre o Estado e o setor privado, e identificaram oportunidades de investimento voltadas para o desenvolvimento industrial e tecnológico.

6. Ambos os países concordaram com a importância de um sistema internacional baseado em regras e enfatizaram que os fóruns multilaterais devem apoiar a coordenação efetiva entre nações soberanas para garantir uma cooperação internacional pacífica. Concordaram que a defesa e promoção das liberdades fundamentais, essenciais para a dignidade humana, devem estar no centro dos esforços internacionais e multilaterais.

7. Eles reiteraram seu firme compromisso de fazer avançar a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança. O Brasil agradeceu ao Reino Unido por seu apoio à reivindicação brasileira por assento permanente em um Conselho de Segurança reformado e ampliado.

8. Brasil e Reino Unido comprometeram-se a continuar desenvolvendo sua parceria de cooperação internacional. Ambos os lados reafirmaram a intenção de apoiar conjuntamente países africanos no âmbito da Parceria Brasil-Reino Unido para o Desenvolvimento Mundial, iniciativa inovadora de cooperação destinada a promover políticas de redução da pobreza, de erradicação da fome e de combate das desigualdades sociais e a superação dos desafios do desenvolvimento socioeconômico no mundo. Eles

concordaram que as primeiras duas áreas de trabalho piloto no próximo ano serão: dados para gerenciamento de mudanças demográficas; e transformação dos mercados agrícolas para a recuperação da crise.

9. As partes concordaram em trabalhar juntas para um resultado bem-sucedido nas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), previstas para a 26ª Conferência das Partes da Convenção (COP-26), em Glasgow, em novembro de 2021. Ambos afirmaram que trabalharão com vistas a garantir que as negociações da COP logrem avanços substanciais para o combate à mudança do climáticas. Ambos os países sublinharam a importância crucial de fortalecer os meios de implementação e financiamento, razão pela qual estes temas estarão entre as prioridades principais para cooperação na COP-26. Ambos reiteraram seus compromissos internacionais na área de mudança do clima, ao amparo da UNFCCC, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris. O Brasil discorreu sobre os esforços que realiza atualmente para reduzir o desmatamento ilegal, sobre a sustentabilidade do agronegócio brasileiro e frisou seu interesse em financiamento para projetos sustentáveis, capazes de gerar empregos e oportunidades, especialmente para os povos da região amazônica. O Reino Unido explicou seus esforços para promover as energias renováveis e reduzir a dependência de combustíveis fósseis como parte de seu compromisso de atingir emissões líquidas zero até 2050, e reafirmou seu compromisso em continuar a apoiar o Brasil no desenvolvimento de empregos verdes e uso sustentável da terra, observando

a importância crucial de combater o desmatamento ilegal.

10. Brasil e Reino Unido reafirmaram seu compromisso de defender juntos valores compartilhados. Concordaram em promover a liberdade de religião ativamente e enfrentar a perseguição religiosa em todo o mundo, inclusive por meio do trabalho da Aliança Internacional de Liberdade Religiosa ou Crença e novos projetos. Também concordaram em trabalhar juntos na prevenção da violência contra mulheres e meninas, no combate ao abuso sexual e exploração infantil online e na promoção da liberdade de expressão, especialmente para jornalistas e trabalhadores da mídia.

11. Ambos os países externaram sua grave preocupação com a crise política na Venezuela e com seus desdobramentos econômicos, sociais e humanitários, em particular as gravíssimas violações dos direitos humanos. Exortaram a comunidade internacional a mobilizar-se pelo retorno de institucionalidade democrática naquele país. Ao reiterarem seu apoio à Missão Internacional de Verificação de Fatos das Nações Unidas sobre a Venezuela, os dois lados condenaram o regime ilegítimo de Maduro pela perpetração de crimes contra a humanidade, como a prática de tortura.

12. Brasil e Reino Unido ressaltaram avanços na cooperação bilateral na área da saúde, inclusive no desenvolvimento da vacina contra a COVID-19 pela Universidade de Oxford e pela empresa AstraZeneca, que permitirá a fabricação da vacina no Brasil pela Fiocruz/Bio-Manguinhos. Salientaram que tal cooperação será aprofundada no

âmbito da Aliança COVAX (COVAX Facility).

13. Ambos concordaram em fortalecer a cooperação em segurança para conter ameaças regionais e internacionais. Os ministros saudaram o aprofundamento da colaboração bilateral em relação ao uso de inteligência artificial, proteção de dados, economia digital e acesso digital, implementação da rede 5G e cibersegurança, inclusive por meio do próximo Diálogo Digital e de Segurança Cibernética, que o Brasil e o Reino Unido pretendem realizar no primeiro semestre de 2021.

14. Ambos se comprometeram a expandir a cooperação bilateral em ciência e inovação. Brasil e Reino Unido comprometeram-se a estabelecer um Comitê Conjunto de Ciência e Inovação, com atores governamentais, representantes de agências de financiamento e instituições de pesquisa, para examinar um plano de ação para os próximos cinco anos.

Eleição do Brasil para a Presidência do Conselho do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – 9 de outubro de 2020

Hoje, 9 de outubro de 2020, em Genebra, o Brasil foi eleito, por aclamação, pelo período de um ano, para exercer a Presidência do Conselho ("Bureau") do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). O Conselho é responsável por coordenar as discussões entre os Estados membros, determinar as ações prioritárias e aprovar o orçamento do ACNUR.

Pela primeira vez, desde a fundação do Alto Comissariado para Refugiados, em 1950, o Brasil ocupará a Presidência do órgão de governança daquela Agência.

A eleição reflete o reconhecimento internacional pelo engajamento brasileiro no campo humanitário, sobretudo em razão das iniciativas inovadoras tomadas pelo Governo Federal na proteção a refugiados e no âmbito da Operação Acolhida.

Declaração do Grupo de Lima – 13 de outubro de 2020

Declaração do Grupo de Lima

Os governos de Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Haiti, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, membros do Grupo de Lima, e os governos de El Salvador e Equador, países observadores, reunidos de maneira virtual, comprometidos em contribuir para a recuperação da democracia na República Bolivariana da Venezuela e em aliviar a crise multidimensional de que padece a população venezuelana, declaram o seguinte:

1. Renovam seu apoio ao presidente encarregado Juan Guaidó e à Assembleia Nacional, como autoridades legítimas e democraticamente eleitas, e destacam sua evidente vontade e compromisso em contribuir para a transição democrática, conduzida pelos próprios venezuelanos, como único caminho para alcançar a reconstrução institucional, econômica e social na Venezuela.

2. Expressam seu firme rechaço à insistência do regime ilegítimo de

Nicolás Maduro em celebrar eleições parlamentares sem as mínimas garantias democráticas e sem a participação de todas as forças políticas. Reiteram que a democracia se restabelecerá plenamente na Venezuela por meio de eleições presidenciais e parlamentares livres, justas e críveis, as quais devem incluir um Conselho Nacional Eleitoral independente, um Tribunal Supremo imparcial, garantias de segurança para os eleitores, um censo eleitoral atualizado, a plena liberdade de imprensa e de acesso aos meios de comunicação, a participação política de todos os venezuelanos e observação eleitoral internacional independente.

3. Manifestam condenação às sistemáticas violações de direitos humanos perpetradas pelo regime ilegítimo de Nicolás Maduro, que incluem alegados crimes contra a humanidade, documentadas no relatório da Missão Internacional Independente de Verificação de Fatos do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, de 16 de setembro último, e no informe da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos ante o referido Conselho, e reafirmam seu respaldo à resolução 45/2 desse Conselho, que renovou por dois anos o mandato da referida missão internacional, para que continue aprofundando suas funções de investigação e análise.

4. Recomendam que o relatório da Missão Internacional Independente possa ser objeto do exame preliminar sobre a situação na Venezuela que tem sido realizado pelo Escritório da Promotoria do Tribunal Penal Internacional. Da mesma forma, recomendam que, à luz dos resultados

de tais investigações, os responsáveis por estes crimes possam ser julgados e que as vítimas e testemunhas recebam a devida reparação e proteção.

5. Expressam a urgência para que se investiguem a fundo as conexões do regime ilegítimo com o crime organizado, o terrorismo e as redes de corrupção transnacionais, o narcotráfico, o tráfico de pessoas e o contrabando, e conclamam as autoridades internacionais competentes a redobram seus esforços sobre este assunto.

6. Reconhecem a dimensão e a complexidade da crise humanitária, econômica, política, social e ambiental na Venezuela, a qual vem se agravando em decorrência dos efeitos da pandemia, assim como seu impacto na segurança e estabilidade da região e suas implicações internacionais. Saúdam o trabalho da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e reiteram a necessidade de o regime respeitar os princípios humanitários de neutralidade, imparcialidade e independência para reforçar a capacidade de resposta das organizações humanitárias. Do mesmo modo, reiteram a importância de apoiar os esforços dos países de acolhida dos migrantes e refugiados venezuelanos na região e conclamam as fontes de cooperação a redobram seu apoio à resposta humanitária face à crise multidimensional que se evidencia na Venezuela.

7. Reiteram que continuarão a buscar convergência com outros atores internacionais para mobilizar uma resposta comum da comunidade internacional que contribua para a defesa dos direitos humanos na Venezuela e para a urgente

restauração da democracia e do Estado de Direito, que ponha fim à usurpação, incluindo as condições para saída pacífica da crise, liderada pelos próprios venezuelanos.

13 de outubro de 2020

Abertura de postos fronteiriços entre Brasil e Paraguai – Comunicado Conjunto – 15 de outubro de 2020

1. Os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai congratularam-se pela reabertura, na data de 15 de outubro de 2020, dos postos fronteiriços de Foz do Iguaçu (PR) – Ciudad del Este; Ponta Porã (MS) – Pedro Juan Caballero; e Mundo Novo (MS) – Saltos del Guaira, como parte de um processo gradual de abertura de fronteiras entre ambos os países.

2. Acordaram que cada país empregará os protocolos sanitários, em conformidade com suas respectivas legislações, para evitar a propagação da Covid-19.

3. Tendo em vista a recuperação econômica das regiões fronteiriças, reafirmaram sua disposição em continuar trabalhando para avançar na construção da segunda ponte sobre o Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Presidente Franco, e da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, assim como nos acessos e obras complementares a essas pontes. Congratularam-se, ainda, pelas negociações que permitiram melhorar a navegabilidade do Rio Paraná ante situações de crise hidrológica.

4. Coincidiram, ainda, na importância da reativação do comércio fronteiriço, especialmente para a preservação de postos de trabalho, e recordaram igualmente o recente entendimento que cria centros logísticos de comércio fronteiriço nas fronteiras de cada país e estabelece procedimentos para a entrega, nesses locais, de compra realizadas por meio de comércio eletrônico.

Visita do Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Embaixador Robert O'Brien, ao Brasil - São Paulo e Brasília, 19 e 20 de outubro de 2020 – 16 de outubro de 2020

Nos dias 19 e 20 de outubro, Conselheiro de Segurança Nacional (CSN), Embaixador Robert O'Brien realizará visita de trabalho ao Brasil.

O Embaixador O'Brien preside o Conselho de Segurança Nacional, instituição criada em 1947, e principal órgão de assessoramento do presidente dos Estados Unidos para temas de segurança nacional e de política externa.

Integrarão a delegação da missão oficial do Embaixador O'Brien, além de representantes do CSN, o Vice-Representante de Comércio dos EUA, Michael Nemelka, a Presidente do Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos da América, Kimberly Reed e a Diretora da Corporação de Desenvolvimento Financeiro dos Estados Unidos, Sabrina H. Teichman.

Na manhã do dia 19, o Embaixador O'Brien cumprirá agenda de natureza econômica e comercial na cidade de São Paulo. Na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

(FIESP), o CSN manterá encontro com empresários brasileiros.

No mesmo dia, em Brasília, Robert O'Brien manterá reunião com o Ministro da Economia, Paulo Guedes. À tarde, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, terá reunião e jantar de trabalho com o representante do governo norte-americano. Na ocasião, se discutirão assuntos bilaterais e se trocarão impressões sobre desafios regionais e internacionais.

No dia 20, o Embaixador O'Brien será recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República no Planalto, e se reunirá com o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno.

A visita do Embaixador O'Brien representa marco adicional no produtivo diálogo entre os governos do Brasil e dos EUA em todas as áreas. Ilustra, ademais, a diversidade do relacionamento bilateral em suas múltiplas frentes, em particular no campo econômico e na área de defesa e segurança.

Oitavo Diálogo Político de Alto Nível União Europeia-Brasil sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável, em 16 de outubro de 2020 (reunião virtual) – Comunicado conjunto à Imprensa – 16 de outubro de 2020

O Brasil e a UE realizaram o 8º Diálogo Político de Alto Nível Brasil-

UE sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável, em 16 de outubro de 2020 (reunião virtual). As discussões foram frutíferas e cobriram as principais questões ambientais de interesse comum.

O Diálogo faz parte dos vários contatos e canais de cooperação mantidos entre o Brasil e a UE em questões de meio ambiente e conservação, incluindo a conversa em 29 de julho último entre o Ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles, e o Comissário do Meio Ambiente da EU, Virginijus Sinkevičius, bem como a interação da UE com o Conselho Nacional para a Amazônia Legal.

Da parte da UE, o Diálogo foi presidido por Astrid Schomaker, Diretora de Desenvolvimento Sustentável Global da Direção-Geral do Meio Ambiente da Comissão Europeia, acompanhada pelo Embaixador Ignacio Ybáñez, chefe da Missão da UE no Brasil. Outros representantes da UE contribuíram para diferentes partes temáticas da agenda. Do lado do Brasil, o Diálogo foi presidido por Leonardo Cleaver de Athayde, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, e acompanhado por Eduardo Lunardelli Novaes, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Meio Ambiente, bem como por outros representantes desses ministérios e do Ministério do Desenvolvimento Regional, que contribuíram em diferentes pontos da agenda.

O Diálogo tratou dos principais aspectos ambientais das relações bilaterais e multilaterais, com especial destaque para biodiversidade, florestas, temas de água e tratamento de resíduos. A reunião concentrou-se

em três tópicos: (1) Biodiversidade, bioeconomia, gestão sustentável dos recursos naturais, florestas e seus desafios; (2) Economia circular, no contexto de padrões de produção e consumo sustentáveis, e eficiência de recursos e (3) Cooperação bilateral em água e saneamento básico.

Ambas as partes concordaram sobre a importância de se manter intercâmbio permanente de opiniões e sobre a necessidade de identificar outras áreas concretas de cooperação bilateral futura no campo da sustentabilidade ambiental e questões relacionadas.

Assinatura de Pacote Comercial com os EUA – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia – 19 de outubro de 2020

Brasil e Estados Unidos (EUA) assinaram nesta segunda-feira, 19 de outubro, Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica bilateral. Trata-se de pacote comercial ambicioso e moderno, que visa à promoção dos fluxos bilaterais de comércio e investimento.

O Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, cuja sigla é ATEC - “Agreement on Trade and Economic Cooperation”, é um mecanismo bilateral, criado em 2011, mas ativado apenas em março de 2019, quando os Presidentes Trump e Bolsonaro lançaram a “Parceria para a Prosperidade” durante a visita do Presidente Jair Bolsonaro a Washington. No encontro de Mar-A-Lago, em março do corrente ano, os líderes dos dois governos deram contornos mais concretos a essa parceria, ao instruir suas equipes

negociadoras a fechar o texto do pacote comercial agora firmado.

A assinatura do pacote comercial insere-se em contexto mais amplo da política de comércio exterior brasileira, cujo principal objetivo tem sido o de criar ambiente econômico favorável aos negócios e à reinserção competitiva do Brasil na economia internacional. Pretende-se que o pacote forme a base de um amplo acordo comercial a ser futuramente negociado entre as duas maiores economias do continente americano. Os compromissos assumidos estão alinhados com demandas históricas dos setores privados de ambos os países.

O texto do Protocolo contém, além de disposições gerais a respeito de entrada em vigor e mecanismo de consultas sobre as obrigações adotadas pelas Partes, três Anexos que versam, respectivamente, sobre I) Facilitação de Comércio e Cooperação Aduaneira; II) Boas Práticas Regulatórias; e III) Anticorrupção.

Facilitação de Comércio

O Anexo I, sobre Facilitação de Comércio, diz respeito a procedimentos burocráticos (administrativos e aduaneiros) relacionados às operações de exportação, importação e trânsito aduaneiro de mercadorias. Os compromissos assumidos objetivam reduzir a burocracia do comércio exterior, diminuindo prazo e custo das operações realizadas por agentes privados. Segundo estimativa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reformas profundas em facilitação de comércio têm o condão de reduzir em até 14,5% os custos de uma operação de comércio no Brasil.

As disciplinas de facilitação de comércio acordadas com os Estados Unidos são abrangentes, com compromissos que alcançam não apenas as autoridades aduaneiras, mas diversas agências governamentais intervenientes no comércio exterior. Há compromissos importantes para o uso de tecnologias no processamento das exportações e importações com o intuito de reduzir tempos e custos das operações. São medidas relacionadas a emprego de documentos eletrônicos, pagamentos eletrônicos, interoperabilidade entre guichês únicos de comércio exterior e automação na gestão de riscos, inclusive com o emprego de “machine learning” e inteligência artificial. Há também seção destinada ao tratamento a ser conferido a produtos agrícolas, de especial interesse do Brasil e dos Estados Unidos, grandes exportadores nesse setor.

O documento prevê, ainda, que os países trabalharão em conjunto para a celebração de um Acordo de Reconhecimento Mútuo dos seus Programas de Operadores Econômicos Autorizados (OEA).

O texto é o mais avançado na área negociado pelo Brasil e um dos capítulos sobre facilitação de comércio mais ambiciosos já negociados em âmbito global, indo além dos compromissos celebrados no âmbito do Acordo sobre Facilitação de Comércio da OMC.

Boas Práticas Regulatórias

Por sua vez, o Anexo II, sobre boas práticas regulatórias, vai ao encontro de recentes medidas internas adotadas

pelo Brasil. “Good regulatory practices” -- ou “boas práticas regulatórias”, em português -- são

processos, sistemas, ferramentas e métodos reconhecidos internacionalmente para a melhoria da qualidade da regulação, ou seja, da intervenção do Estado na atividade econômica.

O Protocolo de Boas Práticas Regulatórias negociado com os Estados Unidos constitui importante etapa na evolução recente de desenvolvimento e incorporação de instrumentos de boas práticas regulatórias pelo Brasil e está em linha com os esforços do Governo Federal para tornar o ambiente de negócios no Brasil mais transparente, previsível e aberto à concorrência, garantindo que a intervenção do Estado ocorra apenas quando necessário e não seja demasiadamente onerosa para a sociedade, conforme estabelece a Lei nº 13.874, de 2019 (“Lei da Liberdade Econômica”). Estima-se que a ineficiência regulatória gere um custo aproximado de R\$200 bilhões anuais para a sociedade brasileira. Trata-se de texto moderno e com compromissos vinculantes sobre o tema, além de prover garantia da adoção de práticas similares em um dos principais mercados para as exportações e investimentos brasileiros.

Anticorrupção

Já o Anexo III, que trata sobre esforços Anticorrupção, reafirma, bilateralmente, o núcleo duro das obrigações legislativas a que Brasil e Estados Unidos se vincularam multilateralmente, em especial no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (2003), da Convenção Interamericana contra a Corrupção (1996) e da Convenção da OCDE sobre Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (1997).

O escopo do referido Anexo, em linha com recentes iniciativas do Brasil, expande, para além da esfera estritamente criminal, a atuação doméstica e a cooperação internacional anticorrupção, ao abarcar também as esferas civil e administrativa. Trata-se de evolução relevante nas tarefas de combater, mediante a recuperação de ativos, o eixo central das cadeias delitivas organizadas: seus fluxos financeiros. O texto reforça, portanto, o compromisso conjunto para o combate à corrupção.

Brasil e Estados Unidos assinam novo Protocolo sobre Regras Comerciais e Transparência – Comunicado conjunto à imprensa – 19 de outubro de 2020

O Brasil e os Estados Unidos têm a satisfação de anunciar que foi concluído com sucesso um Protocolo sobre Regras Comerciais e Transparência.

Esse acordo é o mais recente resultado concreto da relação próxima entre o Brasil e os Estados Unidos e da liderança dos presidentes Bolsonaro e Trump. Em seguimento à reunião dos dois líderes em Mar-a-Lago, em março, o Escritório do Representante de Comércio dos EUA e funcionários brasileiros anunciaram a intensificação do diálogo comercial sob a Comissão de Relações Econômicas e Comerciais Brasil-EUA (ATEC, em inglês) e a intenção de negociar em 2020 um acordo sobre regras comerciais e transparência, incluindo facilitação de comércio e boas práticas regulatórias. O acordo firmado hoje atualiza o Acordo ATEC com novos anexos em três áreas: Facilitação de Comércio e

Administração Aduaneira, Boas Práticas Regulatórias e Anticorrupção. Juntos, esses instrumentos demonstram o comprometimento dos dois países com os elementos fundamentais necessários para práticas comerciais justas: a publicação de informações, dando às partes interessadas uma oportunidade de fornecer contribuições sobre as regras, o estabelecimento de processos eficientes e transparentes na fronteira e a vigilância contra a corrupção. O Protocolo promove requisitos-chave estabelecidos pelo Brasil e pelos Estados Unidos em suas negociações recentes. O Protocolo complementa as reformas internas do Brasil para melhorar a competitividade e as oportunidades para inovação, incluindo a Lei de Agências Reguladoras, a Lei da Liberdade Econômica e seus subsequentes Decretos Presidenciais. Sobre facilitação de comércio, o Protocolo inclui disposições chave sobre consultas prévias, penalidades, janela única, operador econômico autorizado e automação, que vão muito além do patamar do Acordo de Facilitação de Comércio da OMC. Sobre boas práticas regulatórias, trata-se do primeiro acordo que usa disposições estabelecidas no Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA, na sigla em inglês). Sobre anticorrupção, o Protocolo expande ainda mais a estrutura dos dois países ao incluir disposições sobre lavagem de dinheiro, recuperação de recursos procedentes de corrupção, negação de ingresso para funcionários públicos estrangeiros envolvidos em corrupção e proteção adicional para delatores. O novo Protocolo também estabelece as bases de futuras discussões para aprofundar e expandir os trabalhos sob o Acordo ATEC. Os dois países buscarão identificar setores

prioritários para reduções adicionais de barreiras ao comércio sob perspectiva mais ampla afeta ao relacionamento econômico e comercial bilateral. O acordo firmado hoje ajudará todos os comerciantes que buscam procedimentos aduaneiros mais simples, oportunidades adicionais de participar no desenvolvimento de regulações e maior confiança nas regras do mercado. Olhando à frente, o Protocolo é prova de que o Brasil e os Estados Unidos podem aprofundar sua relação comercial com sucesso de modo benéfico aos dois países.

Texto do Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência – 20 de outubro de 2020

O Governo da República Federativa do Brasil e

o Governo dos Estados Unidos da América

(Individualmente uma "Parte" e coletivamente as "Partes"),

Tendo firmado o Acordo de Comércio e Cooperação Econômica em 19 de março de 2011 (doravante referido como o Acordo):

Almejando:

REFORÇAR sua parceria econômica bilateral;

FACILITAR comércio, investimento e boas práticas regulatórias;

GARANTIR procedimentos aduaneiros eficientes e transparentes, que reduzam custos e assegurem previsibilidade para importadores e exportadores;

ESTIMULAR a cooperação na área de facilitação de comércio e de aplicação da legislação aduaneira;

MINIMIZAR formalidades desnecessárias na fronteira;

MELHORAR processos regulatórios;

PROMOVER medidas contra a corrupção; e

FORNECER transparência para o público e para agentes econômicos de todos as dimensões e em todos os setores; e

AFIRMANDO os direitos e as obrigações preexistentes de cada parte em relação à outra no *Acordo de Marraqueche que cria a Organização Mundial do Comércio*, celebrado em Marraqueche, em 15 de abril de 1994 (o “Acordo da OMC”), o Acordo e outros acordos de que os Estados Unidos e o Brasil são partes,

ACORDARAM o seguinte:

Artigo 1 **Anexos Regulatórios**

1. Este Protocolo e seus Anexos incorporam-se e são parte integral do Acordo.
2. As partes podem incluir anexos suplementares por meio de emenda a este Protocolo, de acordo com o disposto no Artigo 5.

Artigo 2 **Revisão**

1. As Partes devem revisar a implementação e a operacionalização dos Anexos por meio da convocação da Comissão de Relações Econômicas e Comerciais em prazo não superior a 90 dias após a data da entrada em vigor do documento e, posteriormente, quando necessário, mas em frequência que não seja inferior a uma por ano.
2. Antes de exercício de revisão, cada Parte poderá, quando apropriado, solicitar opiniões do público, por meio, por exemplo, de comitês consultivos referentes à implementação dos Anexos.

Artigo 3 **Consultas**

2. Se, a qualquer tempo, uma Parte tem dúvidas sobre a implementação de uma disposição dos Anexos pela outra Parte, a Parte pode solicitar consultas com a outra Parte por escrito. As Partes devem fazer o melhor esforço para chegar a uma resolução mutuamente satisfatória.
3. As partes reconhecem a importância da implementação de cada Anexo deste Protocolo tanto para o desenvolvimento do programa de trabalho do Acordo quanto para os objetivos mútuos de promoção de comércio e investimento.

Artigo 4 **Divulgação de Informações**

Este Protocolo não requer que uma Parte forneça ou autorize acesso a informações cuja divulgação seja contrária a sua legislação, ou que impeça o cumprimento de lei, ou que seja contrária ao interesse público, ou que prejudique interesses comerciais legítimos de empresas específicas, públicas ou privadas.

Artigo 5

Entrada em vigor, Emenda e Denúncia

1. Cada Parte deve notificar a outra Parte, por escrito, assim que tiver concluído os procedimentos internos necessários para a entrada em vigor deste Protocolo. Este Protocolo deverá entrar em vigor no dia seguinte ao da última notificação.
2. Este Protocolo poderá ser emendado por acordo escrito entre a Partes. As emendas entrarão em vigor conforme os procedimentos estabelecidos no parágrafo 1.
3. Cada Parte poderá denunciar este Protocolo ou um ou mais Anexos por meio de notificação por escrito à outra Parte. A denúncia será efetivada em data acordada pelas Partes ou, se as Partes não puderem concordar com uma data, 180 dias após a data de entrega da notificação.

EM TESTEMUNHO DO QUAL, os signatários assinaram o presente Protocolo em duas vias, nos idiomas português e inglês, ambos igualmente autênticos.

ASSINADO em Brasília e Washington DC, em 19 de outubro de 2020,

Pelo Governo da República Federativa do Brasil e pelo Governo dos Estados Unidos da América,

Ernesto Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores e

Robert E. Lighthizer, Representante de Comércio dos Estados Unidos,

Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia

50º Período Ordinário de Sessões da Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) – 21 de outubro de 2020

Nos dias 20 e 21 de outubro, realizou-se o 50º Período Ordinário de Sessões da Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), o primeiro celebrado em formato virtual desde 1971. A delegação brasileira ao evento foi chefiada pelo Ministro Ernesto Araújo.

Além do combate às consequências da pandemia de COVID-19 para os países do hemisfério, a 50ª AGOEA abordou outros temas interamericanos, como os direitos humanos, os ilícitos transnacionais e a defesa da democracia nas Américas.

O evento resultou na aprovação de duas Resoluções principais: i) sobre a necessidade do restabelecimento das instituições democráticas e do respeito dos direitos humanos na Nicarágua; e ii) condenando a falta de condições mínimas para realizar as chamadas “eleições” anunciadas para 6 de dezembro próximo na Venezuela.

Entre as atividades paralelas à 50ª AGOEA, realizou-se “mesa-redonda” sobre as causas estruturais e possíveis soluções para a crise na Venezuela, organizada pela Colômbia

e copatrocinada pelo Brasil. Participaram do evento ministros de diversos Estados-membros da OEA, além do secretário-geral Luis Almagro.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) é a mais antiga organização regional em atividade. A Assembleia-Geral é a instância suprema da OEA. Trata-se de órgão plenário que se reúne em sessões ordinárias anuais e, em circunstâncias especiais, em sessões extraordinárias, em nível de chanceleres.

O Brasil é membro-fundador da OEA, tendo sido um dos 21 países que assinaram a Carta de Bogotá, em 1948, e é signatário de inúmeros tratados, convenções e declarações interamericanas nas mais diversas áreas.

A 51ª Assembleia-Geral da OEA deverá celebrar-se na Guatemala, em 2021, cuja candidatura foi prontamente apoiada pelo Governo brasileiro.

Cerimônia virtual de assinatura da Declaração sobre Consenso de Genebra - 22 de outubro de 2020

Foi adotada hoje, 22 de outubro, em cerimônia virtual, a Declaração de Consenso de Genebra. O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, gravaram mensagem de vídeo que foi transmitida durante o evento.

A Declaração de Consenso de Genebra visa a defender o direito das mulheres aos mais altos padrões de saúde, promover a contribuição essencial das mulheres para a saúde,

reforçar o papel da família para uma sociedade próspera e bem sucedida e enfatizar a necessidade de se proteger o direito à vida. Copatrocinada por Brasil, EUA, Egito, Hungria, Indonésia e Uganda, a Declaração já conta com mais 25 países subscreventes.

O governo brasileiro orgulha-se de fazer parte da Declaração de Consenso de Genebra, que visa à promoção dos direitos humanos das mulheres e ao fortalecimento do papel da família, temas de grande importância para o Brasil.

Eleição presidencial na Bolívia – 23 de outubro de 2020

O Governo brasileiro felicita os senhores Luis Alberto Arce Catacora e David Choquehuanca por sua eleição à Presidência e Vice-Presidência do Estado Plurinacional da Bolívia e saúda o povo e o governo bolivianos pela realização do processo eleitoral em clima de tranquilidade e harmonia, para cujo êxito contribuiu a atuação independente do Tribunal Supremo Eleitoral na contagem oficial dos votos, bem como a atitude democrática e construtiva do governo da Presidente Jeanine Áñez.

O Governo brasileiro congratula-se com as forças políticas do país pelo respeito à vontade popular expressa nas urnas. Reconhece, em particular, a importância da participação dos observadores independentes das missões que acompanharam a votação – da OEA, do Parlasul, da União Europeia, das Nações Unidas, da Unió e do Instituto Carter Center – cujo escrutínio contribuiu para afiançar a legitimidade e transparência do pleito e garantir que

fosse respeitado o desejo soberano do povo boliviano na escolha de seus dirigentes.

O Governo brasileiro afirma sua disposição de trabalhar com as novas autoridades bolivianas com vistas à implementação de iniciativas de interesse comum e no âmbito dos laços de amizade, vizinhança e de cooperação que unem os dois países e seus povos.

Denúncia envolvendo a Embaixadora das Filipinas – 26 de outubro de 2020

O Ministério das Relações Exteriores tomou conhecimento, por nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, de 26 de outubro, de que, à luz da gravidade da denúncia envolvendo a Embaixadora das Filipinas em Brasília, o governo daquele país convocou de imediato a diplomata de volta a Manila.

Segundo a nota, a Embaixadora deverá prestar esclarecimentos sobre a acusação de agressão a funcionária doméstica da residência oficial da missão diplomática, também de nacionalidade filipina, no âmbito de investigação rigorosa a ser conduzida naquele país.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros das Filipinas informou que a funcionária doméstica retornou ao seu país em 21 de outubro e está recebendo os cuidados necessários ao seu bem-estar.

O Itamaraty não havia ainda sido notificado pelo Ministério Público do Trabalho sobre a queixa levada àquele órgão contra a Embaixadora das Filipinas, e, em coordenação com as demais autoridades brasileiras

competentes, prestará todo o apoio ao andamento da investigação, em conformidade com a Convenção de Viena.

Normalização das relações Sudão-Israel – 26 de outubro de 2020

O governo brasileiro saúda os esforços conjuntos dos governos do Sudão, de Israel e dos Estados Unidos em prol da normalização das relações israelo-sudanesas.

O acordo anunciado é um passo importante na direção da paz e da prosperidade no Oriente Médio e na África, objetivos que contam com o pleno apoio do governo brasileiro.

O Brasil valoriza seus laços de amizade com Israel e com o Sudão e manifesta sua plena disposição de apoiar os próximos passos da iniciativa de aproximação entre aqueles dois países.

Ataque terrorista na França - Vítima brasileira – 29 de outubro de 2020

O Governo brasileiro deplora e condena veementemente o atroz atentado ocorrido hoje dentro da Basílica Notre-Dame de Nice, na França, onde um terrorista assassinou três pessoas.

O Governo brasileiro informa, com grande pesar, que uma das vítimas fatais era uma brasileira de 44 anos, mãe de três filhos, residente na França. O Presidente Jair Bolsonaro, em nome de toda a nação brasileira, apresenta suas profundas condolências aos familiares e amigos da cidadã assassinada em Nice, bem como aos das demais vítimas, e

estende sua solidariedade ao povo e Governo franceses.

O Brasil expressa seu firme repúdio a toda e qualquer forma de terrorismo, independentemente de sua motivação, e reafirma seu compromisso de trabalhar no combate e erradicação desse flagelo, assim como em favor da liberdade de expressão e da liberdade religiosa em todo o mundo.

Neste momento, o Governo brasileiro manifesta em especial sua solidariedade aos cristãos e pessoas de outras confissões que sofrem perseguição e violência em razão de sua crença.

O Itamaraty, por meio do Consulado-Geral em Paris, presta assistência consular à família da cidadã brasileira vítima do ataque terrorista.

Terremoto no Mar Egeu – 30 de outubro de 2020

O governo brasileiro tomou conhecimento do terremoto que atingiu o Mar Egeu, em 30 de outubro, impactando a Turquia e a Grécia, causando mortes e centenas de feridos, além de perdas materiais.

O governo brasileiro expressa pesar e condolências aos familiares das vítimas e manifesta ao povo e ao governo da Grécia e da Turquia sua solidariedade.

Até o momento, não há registro de brasileiros vitimados pelo abalo sísmico.

O Itamaraty seguirá acompanhando a situação por meio do Consulado-Geral em Istambul e da Embaixada em Atenas.

Para informações e esclarecimentos, estão à disposição o Núcleo de Assistência a Brasileiros do MRE, de segunda a sexta-feira, de 9h às 19h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804 e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br, e o plantão consular da Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, nos demais dias e horários, pelo telefone +55 61 98197-2284. O atendimento à imprensa será feito pelo e-mail imprensa@itamaraty.gov.br

Atentado em Viena – 2 de novembro de 2020

O governo brasileiro acompanha, com grande atenção, as investigações das autoridades da Áustria acerca do suposto ataque terrorista perpetrado na noite desta segunda-feira no centro de Viena.

Não há registro, até o momento, de brasileiros feridos.

Ao condenar veementemente o ataque, o governo brasileiro estende sua solidariedade às pessoas atingidas, bem como ao governo e povo austríacos.

O Brasil torna a expressar seu firme repúdio a toda e qualquer forma de terrorismo, independentemente de sua motivação, e reafirma sua determinação de trabalhar com todos os parceiros para erradicar esse flagelo.

Divulgação do relatório final do Painel de Implementação no caso “Indonésia - Frango” (DS484) – 10 de novembro de 2020

A Organização Mundial do Comércio divulgou hoje, 10/11, o relatório final do Painel de Implementação iniciado pelo governo brasileiro contra barreiras comerciais da Indonésia à importação de carne de frango. Assim como no primeiro painel relativo ao contencioso, concluído em 2017, o resultado foi amplamente favorável ao Brasil.

De acordo com o relatório, diversas medidas aplicadas pela Indonésia continuam em desacordo com as regras da OMC. O Painel reconheceu a demora indevida do governo indonésio em conduzir o processo de certificação sanitária do Brasil para a exportação de carne de frango àquele país desde 2009.

O relatório final do Painel de Implementação poderá ser adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC em até 60 dias. O Brasil espera que a Indonésia ajuste, o quanto antes, sua legislação e suas práticas, a fim de encerrar definitivamente o contencioso.

O Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, com vendas para 143 países e processos produtivos reconhecidos internacionalmente por seus rigorosos padrões sanitários e de qualidade. O acesso ao mercado da Indonésia, quarto país mais populoso do mundo, é parte do objetivo estratégico de abertura e consolidação de novos mercados no Sudeste Asiático, região em que o consumo de proteína animal cresce a taxas aceleradas.

Visita do Subsecretário para Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente do Departamento de Estado dos EUA, Keith Krach, ao Brasil,

de 9 a 11 de novembro de 2020 – 10 de novembro de 2020

O Brasil recebe, nos dias 9, 10 e 11 de novembro, a visita do subsecretário para Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente do Departamento de Estado (DoS) dos EUA, Keith Krach. A visita constitui mais um marco no processo recente de adensamento da relação bilateral, em áreas como comércio, investimentos, meio ambiente, cooperação espacial e mineração. Proporciona, ademais, oportunidade para o aprofundamento do diálogo entre os dois países em temas da pauta internacional.

Na área de meio ambiente, o subsecretário Krach participou, no dia 10 de novembro, no Ministério das Relações Exteriores (MRE), do lançamento do Diálogo Ambiental Brasil-Estados Unidos, que permitirá o aprofundamento da cooperação nesse campo entre os dois países. Divulgou-se, na ocasião, comunicado conjunto sobre a iniciativa. Entre as áreas prioritárias identificadas para maior colaboração, estão o bem-estar de comunidades indígenas; a promoção da bioeconomia; o combate à extração ilegal de madeira e o saneamento básico.

As áreas prioritárias do Diálogo Ambiental alinham-se com iniciativas do governo federal para a melhora da qualidade ambiental urbana e para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Ilustram, também, o objetivo comum de Brasil e EUA em promover, nos marcos do desenvolvimento sustentável, o aproveitamento econômico dos recursos naturais, com consequente geração de oportunidades para seus cidadãos, e combater práticas ambientais criminosas em todas as

suas formas, além de engajar o setor privado em projetos com impacto positivo para o meio ambiente.

O subsecretário Krach participou, também, no dia 10 de novembro, no Itamaraty, da reunião inaugural do diálogo trilateral Japão-Estados Unidos-Brasil (JUSBE), mecanismo inovador de coordenação e geração de iniciativas concretas entre os três países, fundado nos valores compartilhados de democracia, liberdades fundamentais, estado de direito e economia de mercado. O plano de trabalho do JUSBE contempla três pilares de atuação: i) temas regionais; ii) prosperidade econômica; e iii) governança democrática.

A visita do Subsecretário de Estado Krach foi oportunidade também para troca de considerações sobre o tema da cooperação espacial bilateral. O Governo brasileiro estuda a possibilidade de cooperar com a NASA no Programa Artemis, conforme convite feito pelo Conselheiro de Segurança Nacional, Robert O'Brien, em sua recente visita ao Brasil (19-20/10).

O Programa pretende enviar, até 2024, missão tripulada à Lua, a qual deverá ser integrada pela primeira astronauta mulher a viajar ao satélite natural da Terra. O MCTI e a AEB examinam, em contato com a NASA, a maneira como poderá se dar a participação brasileira no Programa Artemis. Durante a visita do subsecretário Krach, também foi criado grupo de trabalho bilateral para levar adiante iniciativas na área de recursos minerais estratégicos, tema fundamental para a segurança e o desenvolvimento de Brasil e EUA.

Na área econômica, o Ministro Ernesto Araújo e o subsecretário Krach repassaram o progresso na agenda das relações de comércio e investimentos, como a retomada das reuniões do Fórum de Altos Executivos, cujo último encontro ocorreu no dia 28 de setembro, e a assinatura do Protocolo sobre Regras Comerciais e Transparência, celebrada no dia 19 de outubro.

Tanto no exercício JUSBE, quanto no âmbito bilateral, Brasil e EUA discutiram novos temas, como economia digital e 5G. O Brasil apoia os princípios contidos na proposta do Clean Network feita pelo EUA, inclusive na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), destinados a promover, no contexto do 5G e outras novas tecnologias, um ambiente seguro, transparente e compatível com os valores democráticos e liberdades fundamentais.

O Ministro Ernesto Araújo reiterou que o Brasil está determinado a participar de todas as discussões de parâmetros e regras na OCDE. O secretário Krach, de sua parte, reiterou que o rápido ingresso do Brasil na OCDE representaria importante reforço daquela organização e seus objetivos.

Integraram a delegação da missão oficial do subsecretário Krach, o secretário assistente para Recursos Energéticos, Frank Fannon, e a vice-secretária assistente para o Hemisfério Ocidental, Julie J. Chung, ambos representantes do Departamento de Estado.

Lançamento do Diálogo Trilateral Brasil-Estados

Unidos-Japão (JUSBE) – 10 de novembro de 2020

O Ministro Ernesto Araújo participou hoje (10/11/2020), em Brasília, do lançamento do Diálogo Trilateral Brasil-Estados Unidos-Japão. A seguinte declaração conjunta foi emitida na ocasião:

Altos representantes do Brasil, Japão e Estados Unidos reuniram-se para lançar o Diálogo Trilateral Brasil-EUA-Japão (JUSBE). Na esteira dos tradicionais vínculos que mantêm, baseados em valores compartilhados tais como liberdade, direitos humanos, democracia e o Estado de Direito, os três países almejam uma ordem internacional livre e aberta, onde países prosperam lado a lado como Estados soberanos e independentes.

Tendo em conta a necessidade sem precedentes de mais ações coletivas e coordenadas, em razão da pandemia da COVID-19, os três países reafirmaram, de modo determinado e unânime, seu compromisso em trabalharem juntos pela superação da crise e pela conformação de uma nova trajetória pós-pandemia.

Por meio do Diálogo, representantes dos três países identificaram três pilares como fundamentos do JUSBE: intensificação da coordenação de políticas sobre questões regionais; busca de uma prosperidade econômica compartilhada; e fortalecimento da governança democrática. Considerando que o JUSBE é uma parceria orientada pela obtenção de resultados, diversas realizações concretas foram discutidas nesses três pilares.

Compartilhamento de perspectivas sobre questões regionais

Os três países convergiram na visão de que a paz e estabilidade regionais constituem o fundamento da prosperidade econômica e da governança democrática. Com esse propósito, como países que compartilham valores comuns como democracia e liberdades fundamentais, continuarão a intercambiar perspectivas sobre as situações regionais por meio do JUSBE e dos mecanismos bilaterais existentes, assim como a agir para assegurar que nossas regiões permaneçam livres e abertas sob uma ordem baseado no Estado de Direito.

Prosperidade econômica compartilhada

Os três países são democracias e economias com posição de liderança em suas respectivas regiões. Como parceiros que compartilham valores comuns, intensificarão a cooperação existente para fortalecer os ambientes de negócios, ampliar investimentos estrangeiros, promover conectividade regional, apoiar o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico, e aumentar a segurança cibernética para promover economias digitais vibrantes que se baseiem em uma internet aberta, interoperável, confiável e segura.

Os três países afirmaram seu compromisso em assegurar um ecossistema de redes de comunicações que seja seguro, confiável e vibrante, bem como em desenvolver uma abordagem comum quanto à utilização de redes 5G transparentes, seguras e baseadas na livre e justa concorrência e no primado do direito, em linha com suas legislações nacionais, prioridades na formulação de políticas e obrigações internacionais.

Governança democrática

Democracia e boa governança são fundamentos essenciais da prosperidade, do crescimento econômico e do respeito à dignidade humana, assim como auxiliam a garantir a proteção das populações mais vulneráveis em tempos de crise. Com esse objetivo, os três países fortalecerão o diálogo e a cooperação de modo a robustecer a governança democrática nos planos doméstico e internacional, incluindo assegurar a realização de eleições livres e justas, e garantir a liberdade de expressão e outras liberdades fundamentais.

A Secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia do Ministério das Relações Exteriores, Márcia Donner Abreu, presidiu a reunião, o Subsecretário para o Crescimento Econômico, Energia e Meio Ambiente do Departamento de Estado, Keith Krach, representou os Estados Unidos, e o Ministro Assistente para América Latina e Caribe do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Hayashi Teiji, representou o Japão.

Situação no Peru – 11 de novembro de 2020

O governo brasileiro acompanha, com atenção, os recentes eventos ocorridos no Peru, que levaram à vacância do presidente Martín Vizcarra e à assunção da presidência pelo presidente do Congresso, Manuel Merino, em 10 de novembro.

O governo brasileiro saúda o anúncio do novo governo pelo qual se reafirmou o cronograma eleitoral em curso, com eleições previstas para 11 de abril de 2021, e expressa a confiança de que as instituições

peruanas saberão atender os anseios e a cultura democrática de seu povo.

Falecimento do Xeique Khalifa bin Salman Al Khalifa – 11 de novembro de 2020

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do falecimento de Sua Alteza o Xeique Khalifa bin Salman Al Khalifa, Primeiro-Ministro do Reino do Bahrein, ocorrido hoje.

O Xeique Khalifa contribuiu de maneira decisiva para a consolidação da soberania e da prosperidade bahreinitas, tendo ocupado o cargo de Primeiro-Ministro desde a independência do Bahrein, em 1971.

As relações entre Brasil e Bahrein passam por um de seus melhores momentos, com o aprofundamento do diálogo político e o estabelecimento de novas frentes de cooperação, com base no compromisso comum com a paz e a prosperidade.

O governo brasileiro transmite ao governo e ao povo do Bahrein as suas mais sinceras condolências.

Reuniões Ministeriais sobre Liberdade de Religião – 16 e 17/11/2020 – 16 de novembro de 2020

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, participa, nos dias 16 e 17 de novembro corrente, da III Reunião Ministerial para a Promoção da Liberdade de Religião ou Crença e do Fórum de Ministros da Aliança Internacional para a Liberdade de Religião ou Crença.

O primeiro evento, presidido pelo governo polonês, reúne países de todo o mundo com o objetivo de debater estratégias para a proteção contra a discriminação e a perseguição por motivos relacionados a religião e crença. A reunião dá seguimento às ministeriais realizadas em 2018 e 2019 nos Estados Unidos.

Após a reunião ministerial, em 16 de novembro, será realizado, no dia 17, encontro dedicado à participação de organizações da sociedade civil ligadas à causa, entidades associadas a diversas confissões religiosas e acadêmicos.

Em paralelo, no mesmo dia 17 de novembro, ocorrerá o Fórum de Ministros da Aliança Internacional para a Liberdade de Religião ou Crença, presidido pelos Estados Unidos. A Aliança é uma rede composta por 31 países, comprometidos com a defesa em todo o mundo do artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dedicado ao direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.

A promoção da liberdade de religião ou crença é prioridade para o governo brasileiro. Em sua política externa, o Brasil tem conferido destaque às iniciativas nessa área, como membro fundador da Aliança.

Terrorismo no norte de Moçambique – 16 de novembro de 2020

O Governo brasileiro deplora e condena veementemente os ataques terroristas ocorridos, nas últimas semanas, no extremo norte de Moçambique, na Província de Cabo

Delgado, que vitimaram dezenas de cidadãos daquela região.

Ao expressar condolências às famílias das vítimas, o Governo brasileiro manifesta solidariedade ao povo e ao governo de Moçambique, país com o qual compartilhamos fortes e históricos laços culturais e linguísticos.

O Brasil reafirma seu firme repúdio a toda e qualquer forma de terrorismo, independentemente de sua motivação, e reitera sua determinação em trabalhar com todos os parceiros internacionais para erradicar esse flagelo.

Declaração de Moscou da XII Cúpula do BRICS – 17 de novembro de 2020

Preâmbulo

1. Nós, os Líderes da República Federativa do Brasil, da Federação da Rússia, da República da Índia, da República Popular da China e da República da África do Sul realizamos a Décima Segunda Cúpula do BRICS, sob o tema "Parceria do BRICS para a Estabilidade Global, Segurança Compartilhada e Crescimento Inovador", em 17 de novembro de 2020.

2. Saudamos com satisfação que em 2020, sob a presidência da Rússia, apesar do cenário de atuais desafios globais adversos, os BRICS mantiveram a dinâmica e a continuidade de suas atividades, que visam a produzir resultados concretos para o benefício dos cidadãos. Reconhecemos os esforços determinados da Federação da Rússia para garantir o avanço da parceria estratégica do BRICS nos três pilares

de política e segurança, economia e finanças, cultura e intercâmbios interpessoais e tomamos nota dos resultados de mais de cem eventos realizados presencialmente e por videoconferência que promoveram maior progresso em nossa cooperação mutuamente benéfica e pragmática (Anexo I).

Unidos por um mundo melhor

3. Recordamos que 2020 marca o 75º aniversário da fundação das Nações Unidas e o 75º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, sempre nos lembraremos das muitas contribuições de todos os países do BRICS, incluindo a perda de vidas de soldados e civis. Reforçamos nosso compromisso com um mundo de paz, estabilidade e prosperidade, respeito mútuo e igualdade, e com a defesa do direito internacional, inclusive os propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas como sua pedra angular indispensável, e com o papel central das Nações Unidas em um sistema internacional no qual Estados soberanos cooperam para manter a paz e a segurança, promover o desenvolvimento sustentável, garantir a promoção e proteção da democracia, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos com o objetivo de construir um futuro compartilhado mais brilhante para a comunidade internacional com base na cooperação mutuamente benéfica.

4. Reconhecemos a vitória na Segunda Guerra Mundial como nosso legado comum e prestamos homenagem a todos aqueles que lutaram contra o fascismo, a tirania e o militarismo, o colonialismo e pela libertação dos colonizados e pela liberdade das nações e ressaltamos a importância da preservação e a

inadmissibilidade da profanação ou destruição de monumentos erguidos em sua memória. Recordamos que, nascida dos horrores da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas, como um empreendimento comum para a humanidade, foi estabelecida para salvar as gerações seguintes do flagelo da guerra e, desde então, tem ajudado a moldar a própria estrutura das relações entre nações na era moderna. Instamos, ainda, a uma posição resoluta contra a reabilitação da ideologia nazista, do racismo, da xenofobia, do colonialismo e da distorção da história.

5. Exortamos a comunidade internacional a comemorar o 75º aniversário das Nações Unidas com esforços acrescidos para estabelecer um sistema internacional multipolar mais justo, imparcial, inclusivo, equitativo e representativo, baseado na igualdade soberana de todos os Estados, no respeito por sua integridade territorial e no respeito mútuo pelos interesses e preocupações de todos. Reafirmamos os princípios da não-intervenção nos assuntos internos dos Estados e da solução de disputas internacionais por meios pacíficos e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, bem como a inadmissibilidade da ameaça ou do uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado, ou de qualquer outra forma inconsistente com os Propósitos e Princípios das Nações Unidas. Ressaltamos ainda o imperativo de se abster de quaisquer medidas coercitivas não baseadas no direito internacional e na Carta das Nações Unidas.

6. Reafirmamos nosso compromisso com o multilateralismo e os princípios de respeito mútuo,

igualdade soberana, democracia, inclusão e colaboração fortalecida. Continuaremos trabalhando para fortalecer e reformar a governança internacional com vistas a torná-la mais inclusiva, representativa, democrática, com significativa e maior participação de países em desenvolvimento nas tomadas de decisão internacionais, melhor sintonizadas às realidades contemporâneas. Reconhecemos que os atuais desafios internacionais interconectados deveriam ser tratados por meio de cooperação internacional fortalecida no interesse tanto das nações quanto dos povos, por meio de um sistema multilateral revigorado e reformado, incluindo a ONU, a OMC, a OMS, o FMI e outras organizações internacionais. Sublinhamos, nesse sentido, o imperativo que as organizações internacionais sejam plenamente conduzidas pelos Estados Membros e que promovam os interesses de todos.

7. Congratulamos a Índia por sua eleição como membro do Conselho de Segurança da ONU para o mandato 2021-2022, e louvamos a África do Sul por sua contribuição como membro do Conselho de Segurança da ONU em 2019-2020. Também reconhecemos a candidatura do Brasil como membro do Conselho de Segurança para o biênio 2022-2023. Será uma oportunidade para aprimorar mais o diálogo com os países do BRICS sobre questões na agenda do Conselho de Segurança da ONU e para a cooperação continuada dos países do BRICS em áreas de interesse mútuo, inclusive por meio de intercâmbios regulares entre suas Missões Permanentes nas Nações Unidas e em outros fóruns internacionais.

8. Reconhecemos a resolução 75/1 da AGNU adotada em 21 de setembro de 2020 e reiteramos o chamamento por reformas dos principais órgãos das Nações Unidas. Comprometemo-nos a incutir novo ânimo nas discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU e a continuar o trabalho para revitalizar a Assembleia Geral e fortalecer o Conselho Econômico e Social.

9. Recordamos o Documento Final da Cúpula Mundial de 2005 e reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, incluindo seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo, eficaz e eficiente e aumentar a representação dos países em desenvolvimento, de modo que possa responder adequadamente aos desafios globais.

10. Reiteramos o imperativo de fortalecer a cooperação internacional com vistas a aumentar as capacidades individuais e compartilhadas para enfrentar conjuntamente as ameaças mundiais emergentes, incluindo a pandemia de COVID-19 e seus impactos adversos, de maneira eficiente, pragmática, coordenada e rápida. Ressaltamos o valor da cooperação entre os Estados, necessária para restaurar com urgência a confiança internacional, o crescimento econômico e o comércio, fortalecer a estabilidade e a resiliência dos mercados, preservar empregos e renda, em particular para os grupos mais vulneráveis da sociedade.

11. Expressamos nossa solidariedade a todas as pessoas e países afetados pela pandemia de COVID-19 e suas consequências, juntamente com nossas mais profundas condolências e sentimentos às famílias das vítimas da pandemia e a todos aqueles cujas

vidas e meios de subsistência foram afetados. Também estendemos nossa sincera gratidão a todos os profissionais de saúde, médicos, enfermeiras, aos funcionários de hospitais de doenças infecciosas e outros, policlínicas, dispensários, ambulâncias, pesquisadores, que cumprem seu dever profissional em condições perigosas e difíceis e, arriscando sua saúde, ajudam outras pessoas.

12. Reconhecemos o papel da ampla imunização contra o COVID-19 na prevenção, contenção e interrupção da transmissão de maneira a pôr fim à pandemia, assim que vacinas seguras, de qualidade, eficazes, eficientes, acessíveis e econômicas estiverem disponíveis. Reconhecemos as iniciativas da OMS, dos governos, de organizações sem fins lucrativos, de institutos de pesquisa e da indústria farmacêutica para agilizar a pesquisa, o desenvolvimento e a produção da vacina e de tratamentos para o COVID-19, e apoiamos abordagens cooperativas neste sentido. Trabalharemos para garantir que, quando disponível, seja disseminada de forma justa, equitativa e acessível. Nesse sentido, apoiamos a iniciativa Acelerador de Acesso às Ferramentas contra o COVID-19 (ACT-A).

Política e segurança

13. Observamos que, apesar das limitações da pandemia da COVID-19, um diálogo intenso do BRICS teve continuidade sobre questões tópicas de política e paz e segurança nos mecanismos pertinentes intra-BRICS. Saudamos a Reunião avulsa de Ministros das Relações Exteriores do BRICS, em 4 de setembro de 2020, durante a qual foram intercambiados pontos de vista sobre as principais questões internacionais e regionais, bem como sobre formas de

fortalecer a cooperação do BRICS e possibilidades de apoio mútuo a iniciativas e cooperação mais estreita na 75ª sessão da Assembleia Geral da ONU. Saudamos também a Videoconferência Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores do BRICS, em 28 de abril de 2020.

14. Saudamos a X Reunião de Altos Representantes de Segurança do BRICS, realizada em 17 de setembro de 2020, e os congratulamos por enriquecer o diálogo do BRICS sobre contraterrorismo, segurança no uso das TICs, principais situações de crise internacionais e regionais, manutenção da paz e crime organizado transnacional.

15. Reafirmamos nosso compromisso com esforços coletivos para a solução pacífica de controvérsias por meios políticos e diplomáticos. Notamos a iniciativa do Secretário-Geral da ONU para um cessar-fogo global e, neste contexto, lembramos a Resolução 2532 (2020) do CSNU que exige a cessação geral e imediata de hostilidades em todas as situações em sua agenda, com exceção de operações militares contra grupos terroristas designados como tal pelo Conselho de Segurança da ONU, e que solicita a uma pausa humanitária duradoura no contexto da pandemia da COVID-19.

16. Expressamos nosso apoio a esforços políticos e diplomáticos urgentes para manter e fortalecer a paz e a segurança internacionais. Lamentamos rupturas nos mecanismos de estabilidade estratégica e nos regimes de controle de armas e nos comprometemos a preservá-los. Enfatizamos a importância fundamental do Tratado Rússia-Estados Unidos sobre Medidas para Redução Adicional e

Limitação de Armas Estratégicas Ofensivas, de 2010, para o regime de desarmamento nuclear e não-proliferação, e instamos as partes a acordarem sua extensão sem demora.

17. Enfatizamos a importância fundamental da Convenção sobre a Proibição de Desenvolvimento, Produção e Estoque de Armas Bacteriológicas e Tóxicas e sua Destruição (CPAB) como um pilar do regime internacional de desarmamento e controle de armas de destruição em massa (ADM). Sublinhamos a necessidade de respeitar e fortalecer a CPAB, inclusive por meio da adoção de um Protocolo juridicamente vinculante à Convenção que preveja, *inter alia*, um mecanismo de verificação eficiente. Apoiamos a pronta retomada das negociações sobre tal Protocolo. As funções do CPAB, inclusive no que concerne ao Conselho de Segurança da ONU, não devem ser duplicadas por outros mecanismos. Os esforços voltados para a resolução de questões de implementação devem ser consistentes com a CPAB.

18. Reafirmamos o apoio à preservação da Convenção para a proibição de Armas Químicas (CPAQ) como um instrumento eficaz de desarmamento e não-proliferação e conclamamos os Estados Partes a defenderem a integridade da CPAQ e a se engajarem em diálogo construtivo com vistas a restaurar o espírito de consenso na Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ).

19. Sublinhamos a importância de garantir a segurança e a proteção das atividades no espaço exterior e do uso do espaço exterior para fins pacíficos, bem como para prevenir uma corrida

armamentista no espaço exterior. Enfatizamos a necessidade urgente de negociar um instrumento multilateral juridicamente vinculante que possa preencher a lacuna no regime jurídico internacional aplicável ao espaço exterior, inclusive na prevenção de colocação de armas no espaço exterior e da ameaça ou uso da força contra objetos no espaço exterior. Ressaltamos que Medidas de Transparência e Construção de Confiança (TCBMs) práticas, inclusive a iniciativa “No First Placement”, também podem contribuir para esse objetivo. Reafirmamos que as TCBMs devem complementar, mas não substituir, um efetivo regime legalmente obrigatório para o espaço exterior.

20. Reiteramos a importância da estrita observância dos princípios estabelecidos no Tratado do Espaço Exterior, a fim de contribuir para o uso pacífico e sustentável do espaço exterior em benefício e no interesse de todos os países. Reafirmamos a necessidade de desenvolver atividades de exploração e uso pacífico do espaço exterior de acordo com o direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas, para preservar o espaço exterior para as gerações futuras. A aplicação de tecnologias espaciais pertinentes para fins pacíficos será uma contribuição tangível para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ressaltamos a importância de maior cooperação do BRICS nas áreas de satélites de sensoriamento remoto.

21. Enfatizamos a necessidade de garantir a sustentabilidade de longo prazo das atividades no espaço exterior, inclusive no contexto da segurança das operações espaciais. Saudamos, a este respeito, a adoção

pelo Comitê das Nações Unidas para Usos Pacíficos do Espaço Exterior (UNCOPUOS) em sua 62ª sessão do relatório com 21 diretrizes para a sustentabilidade de longo prazo das atividades no espaço exterior, e nos comprometemos a contribuir para o Grupo de Trabalho estabelecido para tratar desta questão e da operacionalização de sua estrutura e programa de trabalho acordados.

22. Expressamos séria preocupação com o aumento da violência e os contínuos conflitos armados em diferentes partes do mundo, que têm impacto significativo tanto em nível regional quanto internacional. Concordamos que todos os conflitos devem ser resolvidos por meios pacíficos e engajamento diplomático por meio do diálogo político e de negociações em conformidade com o direito internacional, particularmente a Carta das Nações Unidas.

23. Reafirmamos nosso forte compromisso com a soberania, independência, unidade e integridade territorial da República Árabe Síria. Estamos convencidos de que não pode haver solução militar para o conflito sírio. Também reafirmamos nosso compromisso de levar adiante um processo político liderado e apropriado pelos sírios, facilitado pela ONU, em conformidade com a Resolução 2254 do Conselho de Segurança da ONU, culminando em reforma constitucional e eleições livres e justas. Ressaltamos, neste contexto, a importância do Comitê Constitucional em Genebra lançado com a participação decisiva dos países garantes do Processo de Astana e de todos os Estados engajados nos esforços para enfrentar o conflito por meios políticos, e saudamos os esforços do Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para a Síria

para garantir a sustentabilidade e eficácia do Comitê. Expressamos nossa convicção de que, para chegar a um acordo geral, os membros da Comissão Constitucional devem se orientar pelo compromisso de transigir e cooperar de forma construtiva, sem interferência estrangeira. Saudamos a assinatura do Protocolo Adicional ao Memorando de Entendimento sobre a Estabilização da Situação na Zona de Distensão em Idlib. Reafirmamos as obrigações internacionais de combater o terrorismo em todas as suas formas e destacamos a importância da unidade na luta contra as organizações terroristas na Síria, como designadas pelo Conselho de Segurança da ONU. Enfatizamos a importância fundamental de permitir sem impedimentos a ajuda humanitária de acordo com os princípios humanitários da ONU e da reconstrução pós-conflito da Síria, que criaria condições para o retorno seguro, voluntário e digno de refugiados sírios e pessoas deslocadas internamente aos seus locais de residência permanente, contribuindo assim para alcançar estabilidade e segurança de longo prazo na Síria e na região em geral. Também estamos preocupados com todos aqueles em situações de vulnerabilidade e condenamos a perseguição por motivos étnicos ou religiosos.

24. Estamos convencidos de que o fracasso em resolver o conflito palestino-israelense continua a prejudicar a paz e a estabilidade no Oriente Médio. Continuamos comprometidos com uma paz justa e duradoura na região, afirmando que uma solução de dois estados deve ser buscada, guiada pelo marco legal internacional previamente em vigor, tais como as resoluções relevantes da ONU e a Iniciativa de Paz Árabe,

resultando na criação de um Estado da Palestina independente e viável, existindo pacificamente lado a lado com seus vizinhos. Expressamos a necessidade de esforços diplomáticos novos e criativos para alcançar uma solução justa, duradoura e abrangente e enfatizamos a importância de um rápido início de negociações diretas entre os lados palestino e israelense.

25. Expressamos nossa solidariedade ao povo do Líbano em relação à explosão massiva no porto de Beirute em 4 de agosto de 2020, que resultou em considerável número de vítimas e em destruição em larga escala. Exortamos todos os membros da comunidade internacional a prestar assistência ao Líbano com o propósito de superar as consequências da catástrofe e para a rápida normalização da situação política e socioeconômica do país. Enfatizamos que, levando em consideração as aspirações legítimas do povo libanês por soluções políticas para os desafios atuais enfrentados pela nação, as forças políticas libanesas devem ser capazes de trabalhar juntas nas atuais condições complicadas e tomar medidas decisivas em prol da redução de tensões, da renúncia à violência e da prevenção para que a situação não saia de controle.

26. Reafirmamos nosso apoio contínuo aos esforços do Governo iraquiano para a reconstrução nacional, o desenvolvimento e um diálogo nacional inclusivo e mutuamente respeitoso. Ao salientarmos a necessidade de respeitar incondicionalmente a soberania e integridade territorial do Iraque e a inadmissibilidade de qualquer interferência em seus assuntos internos, enfatizamos a importância de apoiar o povo iraquiano em sua luta contra

manifestações de extremismo e terrorismo e para promover a recuperação econômica do país. Reconhecemos ainda a importância da estabilidade no Iraque para a segurança regional e internacional, e condenamos nos termos mais fortes possíveis a violência hedionda e desumana perpetrada por grupos terroristas e extremistas, como o autodenominado ISIS, no território do Iraque.

27. Reafirmamos nossa grave preocupação com a crise humanitária e o conflito em curso na República do Iêmen, que tem um impacto significativo na segurança e estabilidade de toda a região. Recordamos a necessidade de uma cessação total das hostilidades no país e do estabelecimento de um processo de negociação inclusivo mediado pela ONU, e reafirmamos que o progresso não pode ser alcançado sem um diálogo construtivo com a devida consideração dos legítimos interesses das diferentes forças políticas do país. Sem uma paz sustentável no Iêmen, a crise humanitária só continuará a piorar e a enfatizar ainda mais a importância de fornecer assistência humanitária urgente aos iemenitas e de facilitar o acesso rápido, seguro e desimpedido de suprimentos humanitários a todas as pessoas e em todas as regiões do país.

28. Expressamos nossa séria preocupação com as tensões em curso, inclusive ações unilaterais, na região do Golfo. Reafirmamos o apoio dos países do BRICS aos esforços para resolver as divergências existentes por meio de negociações e engajamento diplomático, destacando a necessidade de se promover uma agenda positiva e construtiva na região, na qual todos os países

respondam às ameaças e aos desafios comuns conjuntamente.

29. Conclamamos pelo estabelecimento de uma paz de longo prazo na República Islâmica do Afeganistão e reafirmamos nosso apoio inabalável ao povo do Afeganistão em seus esforços para construir um Estado soberano estável, inclusivo, pacífico, independente e próspero. Saudamos o lançamento de negociações intra-afegãs e continuaremos a apoiar o processo de paz liderado e apropriado pelos afegãos. Condenamos, nos termos mais veementes, os ataques terroristas no Afeganistão e expressamos preocupação com o ambiente de segurança instável.

30. Saudamos o acordo alcançado pelos líderes do Azerbaijão e da Armênia sobre um cessar-fogo completo desde 10 de novembro de 2020 na zona de conflito de Nagorno-Karabakh e apoiamos esforços políticos e diplomáticos adicionais para criar as condições necessárias para uma paz duradoura e abrangente na região.

31. Expressamos nosso apoio à continuação das negociações diplomáticas em formatos bilateral e multilateral para resolver todas as questões relativas à Península Coreana, inclusive sua desnuclearização completa, e manter a paz e estabilidade no nordeste asiático. Reafirmamos o compromisso com uma solução pacífica, diplomática e política abrangente para a situação.

32. Conclamamos por apoio internacional para iniciativas regionais e sub-regionais voltadas a fortalecer a paz e a segurança no continente com base no princípio

«Soluções africanas para problemas africanos», conforme articulado pelos próprios africanos. Louvamos o compromisso da União Africana de promover a iniciativa «Silenciar as armas até 2020» e sublinhamos a importância de uma parceria reforçada entre as Nações Unidas e a União Africana na área da paz e segurança internacionais.

33. Expressamos o nosso apoio à Agenda 2063 da União Africana e aos esforços no sentido de uma integração e desenvolvimento intensificados no continente, inclusive mediante a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). Notamos os progressos alcançados pela UA na abordagem das lacunas de infraestrutura, em particular, no quadro da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), e a importância de promover investimentos com vistas a apoiar o desenvolvimento industrial, criar empregos, garantir a segurança alimentar, lutar contra a pobreza e proporcionar o desenvolvimento sustentável da África. Reafirmamos nossa disposição de desenvolver cooperação adicional com o continente africano, inclusive com o objetivo de fortalecer seu potencial para lidar com os efeitos sociais, econômicos e de saúde interligados do COVID-19.

34. Reafirmando nosso forte compromisso com a soberania, independência, integridade territorial e unidade nacional da Líbia, chamamos as partes líbias no conflito a mostrarem contenção mútua e enfatizamos a importância de estabelecer um cessar-fogo duradouro de longo prazo na Líbia, a fim de garantir uma solução abrangente e sustentável por meio de um processo político apropriado e liderado pelos

líbios sob os auspícios das Nações Unidas. Saudamos o anúncio da retomada de negociações inclusivas intra-líbias no âmbito do Fórum para o Diálogo Político Líbio. Reiteramos a necessidade de implementar integralmente as decisões da Conferência Internacional sobre a Líbia, realizada em Berlim em 19 de janeiro de 2020, e a Resolução 2510 do CSNU, notando a importância do progresso paralelo em todos os três trilhos do processo de negociação intra-líbio (militar, político e econômico) com assistência substancial das Nações Unidas. Ao encorajarmos o Secretário-Geral da ONU a designar prontamente um Representante Especial para a Líbia, registramos o importante papel desempenhado pela União Africana e a Liga dos Estados Árabes na promoção de um processo político e um diálogo intra-líbio pacíficos.

35. Apoiamos as medidas tomadas pela liderança sudanesa para fortalecer o acordo nacional e superar a crise social e econômica no país. Louvamos o compromisso do governo sudanês com o esforço nacional para pôr fim aos conflitos armados internos, principalmente em Darfur, Kordofan do Sul e Nilo Azul. Saudamos a assinatura do acordo de paz de Juba entre o governo sudanês e os movimentos de oposição armada em 3 de outubro de 2020 e encorajamos os signatários a implementarem rapidamente as principais disposições do acordo.

36. Expressamos preocupação com a situação na República Democrática do Congo e condenamos os ataques contra civis e as forças de manutenção da paz da ONU. Pedimos um progresso tangível na promoção da paz no país dentro do quadro jurídico existente e na criação de

condições para os refugiados e deslocados internos regressarem às suas casas.

37. Reiteramos nossa forte condenação ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações, a qualquer tempo, em qualquer lugar e por quem quer que o tenha cometido, e que não deve ser associado a qualquer religião, nacionalidade, civilização ou grupo étnico. Reafirmamos nosso compromisso inabalável de contribuir ainda mais para os esforços globais de prevenção e combate à ameaça do terrorismo com base no respeito ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas, enfatizando que os Estados têm a responsabilidade primária no combate ao terrorismo, com as Nações Unidas continuando a desempenhar um papel central e coordenador nesta área. Ressaltamos também a necessidade de uma abordagem abrangente e equilibrada de toda a comunidade internacional para efetivamente conter as atividades terroristas, que representam uma séria ameaça, inclusive no atual ambiente pandêmico. Para enfrentar a ameaça do terrorismo químico e biológico, enfatizamos a necessidade de lançar negociações multilaterais sobre uma convenção internacional para a supressão de atos de terrorismo químico e biológico, na Conferência do Desarmamento. Também exortamos a uma rápida conclusão e adoção da Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional no âmbito da ONU.

38. Saudamos os resultados da 5ª Reunião do Grupo de Trabalho de Contraterrorismo do BRICS (CTWG) e as reuniões inaugurais de seus subgrupos, que avançaram ainda mais a cooperação do BRICS nas áreas de combate ao terrorismo e a seu

financiamento, de combatentes terroristas estrangeiros, de radicalização, do uso de Internet para fins de terrorismo, e de capacitação. Endossamos a Estratégia de Contraterrorismo do BRICS, que visa complementar e fortalecer a cooperação entre os países do BRICS, bem como dar contribuição significativa para os esforços globais de prevenção e combate à ameaça do terrorismo. Designamos os Altos Representantes do BRICS para assuntos de Segurança para liderar a revisão da implementação da Estratégia e, a esse respeito, do trabalho do Grupo de Trabalho de Contraterrorismo do BRICS (CTWG), inclusive o desenvolvimento do Plano de Ação sobre Contraterrorismo.

39. Enfatizamos a necessidade de uma abordagem abrangente e equilibrada para o desenvolvimento e a segurança das TICs, inclusive o avanço técnico, o desenvolvimento de negócios, a salvaguarda da segurança dos Estados e dos interesses públicos, e do respeito ao direito à privacidade dos indivíduos. Ressaltamos o papel de liderança das Nações Unidas na promoção do diálogo para construir entendimentos comuns sobre a segurança e o uso das TICs e o desenvolvimento de normas, regras e princípios universalmente acordados para o comportamento responsável dos Estados no domínio das TICs, sem prejuízo de outros fóruns internacionais relevantes. Enfatizamos a importância do direito internacional e dos princípios aplicáveis nesta esfera. A esse respeito, saudamos o trabalho do Grupo de Trabalho Aberto da ONU, bem como do Grupo de Peritos Governamentais, e notamos progressos nas discussões.

40. Ressaltamos também a importância de estabelecer marcos legais de cooperação entre os Estados do BRICS para garantir a segurança no uso de TICs. Notamos as atividades do Grupo de Trabalho do BRICS sobre Segurança no Uso de TICs e reconhecemos o trabalho para a consideração e elaboração de propostas sobre o assunto, incluindo sobre um acordo intergovernamental do BRICS sobre cooperação para garantir a segurança no uso de TICs e sobre acordos bilaterais entre os países do BRICS. Reafirmamos a importância de avançar na cooperação intra-BRICS, inclusive por meio da consideração de iniciativas relevantes e da implementação do Mapa do Caminho de Cooperação Prática do BRICS para Garantir a Segurança no Uso de TICs.

41. Ao enfatizamos o potencial formidável da revolução digital para o crescimento e o desenvolvimento, reconhecemos novas possibilidades relacionadas que o assunto traz para atividades criminosas e ameaças. Expressamos preocupação com o nível e complexidade crescentes do uso criminoso das TICs, bem como com a ausência de um arcabouço multilateral para combater o uso das TICs para fins criminosos. Reconhecemos também que novos desafios e ameaças a esse respeito exigem cooperação internacional e discussões sobre possíveis marcos jurídicos, inclusive a necessidade de elaborar uma convenção internacional abrangente sobre o combate ao uso das TICs para fins criminosos sob os auspícios da ONU e notamos o estabelecimento de um comitê intergovernamental *ad hoc* aberto de especialistas sob os auspícios da ONU de acordo com a Resolução da AGNU 74/247 de 27 de dezembro de 2019.

42. Estamos preocupados com o crescente desafio de proteger as crianças da exploração sexual online e de outros conteúdos prejudiciais à sua saúde e seu desenvolvimento e esperamos fortalecer a cooperação do BRICS para desenvolver iniciativas que visem a garantir a segurança das crianças na Internet.

43. Expressamos nossa preocupação com a escala do tráfico de drogas ilícitas em nível mundial, que representa uma ameaça para a segurança pública e a estabilidade internacional e regional. Enfatizamos nosso compromisso com as três Convenções da ONU sobre controle de drogas e a necessidade de se preservar o mecanismo internacional de controle de drogas. Reconhecemos a importância da cooperação no controle de drogas entre os países do BRICS e tomamos nota da Quarta Reunião do Grupo de Trabalho Antidrogas do BRICS, realizada em 12 de agosto de 2020.

44. Reafirmamos nosso compromisso de promover a cooperação internacional anticorrupção, particularmente, à luz da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas contra a corrupção em 2021, de fortalecer a colaboração do BRICS, inclusive no âmbito multilateral, sujeita aos ordenamentos jurídicos domésticos, em todas as questões relacionadas à aplicação da lei anticorrupção, inclusive em questões relacionadas à recuperação de ativos e à negação de refúgio a pessoas corruptas e a produtos da corrupção. Saudamos a UNGASS 2021 e trabalharemos para promover a UNCAC como um canal importante para a cooperação internacional anticorrupção. Incentivamos o Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS

a continuar seu trabalho nesse sentido.

45. Reiteramos nosso compromisso de combater os fluxos financeiros ilícitos, a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo e de cooperar estreitamente dentro do Grupo de Ação Financeira (GAFI) e dos órgãos regionais similares ao GAFI (FSRBs), bem como em outros foros multilaterais, regionais e bilaterais. Valorizamos e encorajamos o diálogo entre os países do BRICS em questões-chave do Combate à Lavagem de Dinheiro/ Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT).

Cooperação intergovernamental, econômica e financeira

46. Reconhecemos a complexidade e interconexão dos desafios apresentados pela pandemia de COVID-19 e seu impacto adverso na economia internacional, sistemas de saúde, setor financeiro e desenvolvimento, bem-estar dos grupos mais vulneráveis em nossas sociedades. Nesse sentido, reafirmamos nosso compromisso de contribuir, em coordenação com a comunidade internacional mais ampla, para a recuperação da saúde e da economia. Dada a participação do BRICS no comércio e na economia global, nos comprometemos a liderar o revigoramento da cooperação multilateral e a consolidação dos esforços internacionais, visando à elaboração de soluções comuns, eficientes e sustentáveis para enfrentar a crise atual e garantir o crescimento econômico.

47. Fortaleceremos nossos esforços conforme necessário para conduzir rapidamente os países do BRICS em direção a um crescimento e desenvolvimento econômico forte,

sustentável, equilibrado e inclusivo na era pós-COVID-19, e reconheceremos medidas substanciais de estabilidade fiscal, monetária e financeira implementadas em nossos países a fim de apoiar o crescimento econômico, e reafirmamos nossa determinação em continuar usando os instrumentos de política disponíveis para salvaguardar a vida e o sustento das pessoas.

48. Atribuímos grande importância ao intercâmbio de informações sobre as medidas adotadas nacionalmente, bem como pacotes de estímulo de curto e médio prazos com o objetivo de mitigar efetivamente as consequências da crise atual e a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. As prioridades políticas em nossos países vão além dos objetivos imediatos de minimizar as implicações da COVID-19 e incluem, inter alia, o aprofundamento da cooperação e do comércio internacionais, o desenvolvimento de cadeias de suprimento adequadas para bens industriais e agrícolas e a redução de suas rupturas, fortalecimento das redes de segurança social e sistemas de saúde, aumento dos investimentos públicos e privados, promoção de políticas macroeconômicas fortes e sustentáveis, incentivo à resiliência das economias, manutenção da estabilidade financeira e condução de reformas estruturais importantes para garantir que todos os três pilares da Agenda de Desenvolvimento Sustentável - econômico, social e ambiental - sejam alcançados para que ninguém fique para trás e aqueles mais atrás sejam ajudados primeiro. Reconhecemos a necessidade de fortalecer a cooperação em questões complexas da agenda econômica pós-pandemia do BRICS.

49. Reiteramos a importância de mercados globais abertos, estáveis e seguros e reconhecemos a construção de cadeias globais de suprimento mais resilientes para a produção aumentada de produtos de saúde e alimentares críticos e outros industriais e agrícolas em nível nacional e nos nossos respectivos contextos regionais, de acordo com as regras da OMC. Exortamos a todos os membros da OMC que garantam que todas as medidas relacionadas à COVID-19 sejam direcionadas, proporcionais, transparentes e temporárias e não criem barreiras desnecessárias ao comércio ou interrupção das cadeias de suprimento globais, e sejam consistentes com as regras da OMC. Saudamos o fortalecimento da cooperação internacional em todos esses setores. Continuaremos a explorar formas concretas de facilitar o movimento de pessoas de maneira que não impeça nossos esforços para proteger a saúde pública.

50. Valorizando o papel contínuo do G20 como o principal fórum para cooperação econômica internacional e ação coordenada para superar os atuais desafios globais, nos comprometemos a continuar os esforços de coordenação e colaboração no G20 em questões de interesse mútuo para os países do BRICS e com o objetivo de avançar no G20 os interesses e as prioridades das economias de mercado emergentes e dos países em desenvolvimento, inclusive a atualização do Plano de Ação do G20.

51. Reafirmamos nosso compromisso com um FMI forte, baseado em cotas e com recursos adequados, no centro da rede de segurança financeira global. Saudamos as medidas tomadas pelo FMI em resposta à crise

resultante do surto da COVID-19. O financiamento de emergência do FMI, juntamente com o Fundo de Redução da Pobreza e Crescimento (PRGT) e o Fundo de Contenção e Alívio de Catástrofes (CCRT), para o alívio do fluxo da dívida dos países mais pobres, ajudaram os membros do FMI afetados a atender às necessidades urgentes do balanço de pagamentos e a mitigar o impacto adverso na saúde e na economia. Instamos o FMI a explorar ferramentas adicionais que possam atender às necessidades de seus membros à medida que a crise evolui, aproveitando experiências relevantes de crises anteriores. Dada a demanda substancial por financiamento do FMI, mantemos a demanda por recursos do FMI sob análise atenta. Portanto, esperamos ações rápidas para a conclusão da 16ª Revisão Geral de Cotas dentro do prazo acordado e a implementação das reformas da governança do FMI há muito atrasadas.

52. Saudamos os esforços internacionais para fornecer apoio aos países de baixa renda, inclusive por meio da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) e sua extensão por 6 meses. Encorajamos os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), inclusive o Banco Mundial, a avançar em seus esforços coletivos de apoio à DSSI. Encorajamos fortemente os credores privados a participarem da DSSI em termos comparáveis quando solicitados por países elegíveis. Além disso, conclamamos por mais atenção aos riscos de rebaixamentos por parte das Agências de Classificação de Risco de Crédito, que afetam acesso a mercado e impactam decisões soberanas de solicitar a suspensão da dívida.

53. Reconhecemos o papel crucial do comércio internacional na recuperação econômica e permanecemos inteiramente comprometidos com um sistema comercial multilateral transparente, aberto, inclusivo, não-discriminatório e baseado em regras, conforme consagrado na Organização Mundial do Comércio. É crítico que todos os membros da OMC evitem medidas unilaterais e protecionistas, que são contrárias ao espírito e às regras da OMC.

54. Apoiamos a necessária reforma da OMC com vistas a torná-la mais resiliente e eficaz no enfrentamento dos desafios econômicos globais e a melhorar suas funções-chave no interesse de todos os membros da OMC. A reforma deve, *inter alia*, preservar a centralidade, os valores essenciais e os princípios fundamentais da OMC, e considerar os interesses de todos os membros, incluindo os países em desenvolvimento e os PMDRs, reconhecendo que a maioria dos membros da OMC são países em desenvolvimento. Instamos todos os membros da OMC a se engajarem de forma construtiva para tratar da necessidade de pronta restauração do Órgão de Apelação com sua plena força. Reconhecemos, a esse respeito, a Declaração Conjunta dos Ministros do Comércio do BRICS sobre o Sistema Multilateral de Comércio e a Reforma da OMC.

55. Notamos o progresso na implementação da Estratégia para a Parceria Econômica do BRICS 2020, e destacamos seu papel na expansão de nossa cooperação. Saudamos a adoção da Estratégia de Parceria Econômica do BRICS para o período de 2021-2025 como uma diretriz chave para aprimorar a cooperação do

BRICS em comércio, investimento e financiamento, economia digital e desenvolvimento sustentável, para facilitar a rápida recuperação econômica e elevar os padrões de vida nos países do BRICS. Também continuaremos a implementar, conforme apropriado, a Agenda de Ação do BRICS sobre Cooperação Econômica e Comercial para orientar nossa cooperação econômica e comercial.

56. Saudamos a adoção do Entendimento sobre Facilitação de Investimentos do BRICS, que enfatizou ações voluntárias para aprimoramento da transparência, melhoria da eficiência e promoção da cooperação entre os países do BRICS como uma forma de promover investimentos para o desenvolvimento sustentável. Também tomamos nota da melhoria do ambiente de negócios para as MPMEs. Nesse sentido, saudamos a adoção das Diretrizes para a Promoção da Participação Efetiva das MPMEs no Comércio Internacional, que promove a integração das MPMEs nas cadeias globais de valor e seu desempenho operacional. Reconhecemos que instrumentos adequados voltados para a criação de um ambiente favorável para investimentos nos níveis doméstico, intra-BRICS e internacional podem promover o comércio internacional, o desenvolvimento sustentável e o crescimento inclusivo.

57. Reconhecemos a importância de fortalecer o compartilhamento de dados de infraestrutura para melhor identificar oportunidades de investimento, alavancar investimentos do setor privado e atender às necessidades de investimento em infraestrutura dos países do BRICS. Nesse sentido, reconhecemos a iniciativa de explorar o

compartilhamento de dados nacionais pertinentes e já existentes sobre projetos de investimento em infraestrutura em uma Sala de Dados comum em bases voluntárias. Tomamos nota do progresso feito pela Força-Tarefa do BRICS sobre PPP e Infraestrutura e esperamos mais cooperação entre os países do BRICS e possíveis modalidades de envolvimento do NDB nesta iniciativa.

58. Louvamos o NBD por fornecer recursos financeiros para reduzir as perdas humanas, sociais e econômicas causadas pelo surto do coronavírus e para restaurar o crescimento econômico nos países do BRICS. Destacamos as medidas tempestivas tomadas pelo NBD para combater a pandemia da COVID-19 e suas consequências, materializadas no Programa de Assistência Emergencial que visa a fornecer até US\$10 bilhões em Empréstimos de Emergência a seus países membros.

59. Louvamos as notáveis realizações do NBD nos últimos 5 anos e expressamos nosso apreço ao primeiro presidente do NBD, Sr. Kundapur Vaman Kamath, por sua forte liderança nesta instituição durante seu mandato. Saudamos o Sr. Marcos Troyjo como o novo Presidente do NBD, e esperamos que o Banco continue seu desenvolvimento institucional sob sua liderança. Saudamos a abertura do Centro Regional Euroasiático do NBD em Moscou - o terceiro escritório regional do NBD - e esperamos a abertura do escritório regional do NBD na Índia no próximo ano.

60. Apoiamos o processo de expansão de membros do NBD com base em decisões relevantes do Conselho de Governadores do NBD. Isso

fortalecerá o papel do NBD como uma instituição financeira de desenvolvimento global e contribuirá ainda mais para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos Estados membros do Banco. O processo de expansão deve ser gradual e equilibrado em termos de representação geográfica de seus membros, bem como apoiar os objetivos do NBD de atingir a mais alta classificação de crédito e desenvolvimento institucional possíveis. Saudamos o lançamento das negociações formais com candidatos em potencial com base nesses princípios, e o trabalho para a oportuna expansão dos membros do NBD.

61. Reconhecemos o progresso feito na efetivação das emendas para atualizar os documentos do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) e os esforços dos bancos centrais dos países do BRICS para aumentar o apoio analítico ao ACR. Saudamos o Boletim Econômico do BRICS como um documento analítico anual para apoiar o ACR. Saudamos a conclusão bem-sucedida do terceiro teste com pagamento antecipado como o elemento adicional de complexidade.

62. Louvamos a continuidade do trabalho em cooperação sobre sistemas nacionais de pagamentos, em particular, a criação da Força-Tarefa de Pagamentos do BRICS (BPTF) e esperamos novos progressos neste trilha.

63. Saudamos o estabelecimento do Canal de Segurança da Informação Rápida do BRICS (BRISC) para permitir que os bancos centrais dos países do BRICS troquem informações sobre ameaças cibernéticas e compartilhem

experiências no combate a ataques cibernéticos na esfera financeira.

64. Notamos o progresso alcançado no estabelecimento de um Fundo de Títulos em Moeda Local do BRICS e esperamos sua operação.

65. Reiteramos a necessidade de promover o crescimento industrial e saudamos avanços adicionais em nossa cooperação comercial e de investimentos, inclusive no quadro da Parceria do BRICS sobre a Nova Revolução Industrial (PartNIR). Encorajamos a cooperação mutuamente benéfica entre os países BRICS e a UNIDO na avaliação do estabelecimento de um Centro de Competências Industriais por meio do seguimento das discussões, conforme apropriado, e notamos a iniciativa da China de estabelecer um Centro de Inovação da Parceria do BRICS sobre a Nova Revolução Industrial.

66. Reconhecemos o papel da economia digital como uma ferramenta importante para a modernização e transformação da indústria, promoção do crescimento econômico inclusivo, apoio ao comércio global e à conduta empresarial fluidos e, assim, ajudar as economias nacionais do BRICS a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao mesmo tempo, reconhecemos os desafios decorrentes do crescimento sem precedentes das tecnologias digitais e do comércio eletrônico, e enfatizamos a necessidade de um enfoque dedicado para a superação da exclusão digital e de apoiar os países em desenvolvimento para que lidem com suas implicações socioeconômicas. No contexto de desenvolvimento acelerado do setor de comércio eletrônico e do aumento do volume de transações on-line em

todo o mundo, aprimoraremos nossa cooperação por meio do Grupo de Trabalho de Comércio Eletrônico do BRICS. Reconhecemos o potencial do estabelecimento de uma linha de trabalho para examinar a experiência do BRICS e de outros países, bem como de associações internacionais, no campo da proteção ao consumidor no comércio eletrônico, e criar uma base para explorar o desenvolvimento de um marco prático para garantir a proteção do consumidor nos países do BRICS, inclusive por meio de projetos e iniciativas piloto.

67. Reiteramos nossa disposição de aprofundar mais a cooperação internacional no campo da energia com base na igualdade, na não-discriminação e no pleno respeito à soberania e aos interesses nacionais, notando o papel central da energia na promoção do desenvolvimento sustentável. Garantir o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos continua sendo a prioridade da política energética internacional e pretendemos aprimorar a cooperação para combater a pobreza energética. Enfatizamos que o uso sustentável e eficiente de todas as fontes de energia, a eficiência energética e a implantação de tecnologias são essenciais para as transições energéticas de cada país e para construir sistemas de energia confiáveis e fortalecer a segurança energética. Ressaltamos a importância de uma maior contribuição dos países do BRICS para a agenda energética global em linha com sua participação na produção e no consumo mundiais de energia.

68. Reforçaremos a parceria estratégica em energia estimulando o comércio de bens relacionados à energia, promovendo a cooperação tecnológica, facilitando investimentos

mútuos, intercambiando visões sobre regulamentos e políticas energéticas. Saudamos as consultas informais entre os países do BRICS sobre questões energéticas tópicas e discussões em organizações e foros internacionais. Reforçaremos esse diálogo a fim de promover os interesses dos países do BRICS em escala global. Saudamos, a esse respeito, a adoção do Mapa do Caminho de Cooperação Energética do BRICS e o lançamento da cooperação prática no âmbito da Plataforma de Cooperação para a Pesquisa Energética do BRICS (PCPE), inclusive a preparação de relatórios conjuntos. Notamos a importância de ampliar o escopo de pesquisas conjunta, lançando projetos conjuntos e fortalecendo a PCPE BRICS.

69. Destacamos a necessidade de fortalecer mais a cooperação do BRICS nas áreas de propriedade intelectual, regulamentos técnicos, padrões, metrologia e avaliação de conformidade. Louvamos a colaboração entre nossos Escritórios de Propriedade Intelectual nacionais e os resultados da cooperação entre os países do BRICS no âmbito do Mecanismo de Trabalho sobre Regulamentação Técnica, Padrões, Metrologia, Avaliação de Conformidade e Acreditação e reafirmamos a importância de maior cooperação.

70. Louvamos o progresso dos países do BRICS no enfrentamento de novos desafios nas áreas urbanas e notamos a contribuição do Fórum de Urbanização do BRICS para esses esforços.

71. Reconhecendo o turismo como um importante propulsor das economias dos países do BRICS,

notamos os impactos negativos da pandemia do COVID-19 na indústria de turismo e saudamos um maior diálogo do BRICS sobre cooperação no campo do turismo.

72. Recordamos que nossos países produzem mais de um terço da produção agrícola global e enfatizamos o papel e a responsabilidade dos BRICS em garantir a sustentabilidade do setor agrícola e alimentar, a segurança alimentar e nutricional global. Enfatizamos a importância de uma abordagem direcionada, proporcional, transparente, oportuna e consistente com as regras da OMC ao tomar medidas de resposta urgente em conexão com a disseminação do COVID-19 e de minimizar o impacto dessas medidas no funcionamento das cadeias de suprimento alimentar globais e na estabilidade dos mercados agrícolas em conformidade com os requerimentos nacionais. Comprometemo-nos a retirar tais medidas assim que não forem mais necessárias para combater a COVID-19.

73. Reforçaremos a resiliência da agricultura, das áreas rurais e dos agricultores à luz dos efeitos da pandemia da COVID-19 por meio do aprofundamento da cooperação agrícola, incluindo a Sul-Sul, e da promoção do desenvolvimento abrangente das áreas rurais, por meio de formas de apoio compatíveis com as regras da OMC sobre agricultura. O desenvolvimento rural é de grande importância para a melhoria equilibrada da produção agrícola mundial, a segurança alimentar e a implementação de objetivos sustentáveis na agricultura. Reconhecemos a importância de evitar a perda e o desperdício de alimentos, e encorajamos esforços

conjuntos para a redução da perda e do desperdício de alimentos.

74. Ao recordamos todas as declarações dos líderes do BRICS desde Ufa (2015), reiteramos nosso compromisso de aumentar ainda mais a cooperação do BRICS na abordagem dos desafios à saúde e ao bem-estar humano, inclusive pelo desenvolvimento de respostas conjuntas eficazes contra a contínua propagação de grandes doenças (HIV/AIDS, Tuberculose, malária e outras) e a emergência de infecções com potencial pandêmico. Saudamos os esforços dos Estados em desenvolver e implementar políticas e iniciativas relacionadas à luta contra a pandemia de COVID-19 adequadas às suas situações nacionais específicas. Nesse sentido, recordamos a decisão da Declaração de Joanesburgo (2018) de estabelecer o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS, e incentivamos sua operacionalização oportuna e efetiva. Saudamos também a publicação da Revisão das medidas dos países do BRICS no campo da saúde para combater a propagação da doença do coronavírus, e notamos a proposta da Rússia de estabelecer um Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para prevenir riscos de doenças infecciosas em massa, para consideração e discussão futuras. Reconhecemos o papel fundamental do sistema das Nações Unidas, incluindo a OMS, na coordenação da resposta global abrangente à pandemia da COVID-19 e os esforços centrais dos Estados nesse sentido. Ressaltamos, a esse respeito, a importância de fortalecer a contribuição positiva dos países do BRICS para a segurança da saúde pública internacional, a necessidade de buscar ações coordenadas e

decisivas, tanto individual quanto coletivamente.

75. Tomamos nota do progresso no âmbito do Programa-Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) do BRICS, que atraiu várias agências de financiamento do BRICS e mais de cem projetos do BRICS apoiados em diferentes áreas temáticas. Isso facilitou a rede de organizações de pesquisa e cientistas do BRICS a trabalharem juntos e desenvolverem soluções acessíveis para desafios sociais comuns. Reconhecemos a importância da Cooperação do BRICS em CT&I no combate à disseminação e aos impactos da COVID-19, inclusive o lançamento de uma chamada conjunta especial de P&D no âmbito do Programa-Quadro do BRICS de CT&I e intercâmbios de especialistas online. Reconhecemos os avanços alcançados pelo Comitê Diretor em CT&I do BRICS no âmbito da Arquitetura do BRICS em CT&I, especialmente nos grupos de trabalho temáticos.

76. Enfatizamos o papel crucial da educação para aprimorar o capital humano, para a requalificação e aperfeiçoamento das pessoas na retomada pós-pandemia da COVID-19, alcançando o desenvolvimento sustentável e permitindo um crescimento econômico inclusivo. Estamos comprometidos a intensificar a cooperação, principalmente no campo do ensino e treinamento técnico e profissional (TVET) e do ensino superior, por meio de intercâmbios de melhores práticas, de conhecimento e experiência, inclusive em tecnologias digitais para a aprendizagem à distância e híbrida, que se tornaram ferramentas necessárias para a oferta de educação

de alta qualidade, de forma acessível e continuada.

77. Continuamos comprometidos a fortalecer a cooperação internacional para eliminar estratégias de evasão tributária que exploram lacunas e discrepâncias nas normas tributárias. Estamos comprometidos a promover esforços para melhorar a conformidade com padrões acordados internacionalmente em matéria de transparência tributária e intercâmbio de informações e esperamos progredir mais no compartilhamento de informações para o aprimoramento das habilidades e capacidades técnicas das nossas autoridades fiscais para evitar, detectar e interromper fluxos financeiros ilícitos, evasão e elisão fiscal.

78. Notamos o progresso na cooperação entre as autoridades de concorrência dos países do BRICS, com o objetivo de garantir condições para uma concorrência leal em mercados prioritários e naqueles críticos para o desenvolvimento socioeconômico, melhorando a política de concorrência e de aplicação. Notamos a extensão do Memorando de Entendimento entre as Autoridades de Defesa da Concorrência do BRICS sobre cooperação no campo de leis e da política de concorrência. Reconhecemos as atividades do Centro Internacional do BRICS para Leis e Políticas de Concorrência. Notamos a realização da VII Conferência Internacional do BRICS sobre Concorrência na China em 2021.

79. Sublinhamos a importância de as agências nacionais de estatística do BRICS continuarem sua colaboração em abordagens metodológicas para garantir sua comparabilidade e, a esse

respeito, esperamos estreito engajamento intra-BRICS em bases regulares.

80. Reafirmamos nosso compromisso com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e reconhecemos que erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, inclusive a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos que muitos países em desenvolvimento na África, Ásia e América Latina levarão mais tempo para se recuperar da COVID-19 e de suas consequências associadas. Exortamos os países doadores a honrarem seus compromissos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e facilitarem a capacitação e a transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento, juntamente com recursos adicionais de desenvolvimento.

81. Reiteramos a importância do diálogo contínuo entre os países do BRICS no campo da gestão de desastres e reconhecemos os resultados da Reunião da Força-Tarefa Conjunta do BRICS sobre Gestão de Risco de Desastres e incentivamos maior cooperação nessa área.

82. Reiteramos nosso compromisso com a implementação do Acordo de Paris adotado sob os princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), inclusive o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais. Instamos os países desenvolvidos incluídos no Anexo II a ampliarem a prestação de

assistência financeira, técnica, tecnológica e de capacitação aos países em desenvolvimento para apoiar ações de mitigação e adaptação. Também reconhecemos, a este respeito, a Declaração da 6ª Reunião de Ministros do Meio Ambiente do BRICS em 30 de julho de 2020. Saudamos o progresso no âmbito da Plataforma de Cooperação do BRICS para Tecnologias Ambientalmente Robustas (BEST), inclusive a iniciativa de estabelecer a “matriz” da Plataforma BEST. Esperamos fortalecer mais a cooperação em questões ambientais, em particular no combate ao lixo plástico no mar, foco principal do Programa Rios Limpos do BRICS.

83. Reconhecemos a importância de trabalharmos juntos para o desenvolvimento e a adoção do Marco de Biodiversidade Global Pós-2020 na 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB COP15), inclusive a implementação de mecanismos de apoio, de modo que abordem, de maneira equilibrada, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

84. Advogamos uma maior cooperação intra-BRICS, inclusive em fóruns multilaterais pertinentes, para combater conjuntamente infrações aduaneiras, desenvolver tecnologias aduaneiras e cooperar na construção de capacidades. Saudamos o progresso substancial alcançado na implementação do Marco Estratégico de Cooperação Aduaneira do BRICS. Também estamos encorajados pelos avanços significativos feitos na busca de consenso técnico sobre o Acordo de Assistência Mútua Administrativa

em Matéria Aduaneira do BRICS e saudamos sua rápida conclusão.

85. Expressamos nosso apoio ao aprimoramento das interações no âmbito do Conselho Empresarial do BRICS como uma forma eficaz de estabelecer vínculos de negócios mais estreitos entre os países do BRICS, inclusive em promoção comercial, investimentos, desenvolvimento de infraestrutura, economia digital e intercâmbio de melhores práticas nas áreas de energia, regulamentação efetiva, conduta empresarial responsável, financiamento do desenvolvimento. Saudamos também as atividades do Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS, inclusive o progresso no desenvolvimento dos princípios para o financiamento responsável pelas instituições de desenvolvimento do BRICS e mecanismos eficientes de financiamento verde.

86. Saudamos, ainda, a adoção da Declaração sobre o estabelecimento da Aliança Empresarial de Mulheres do BRICS, que fornece uma plataforma sólida para a promoção do empoderamento econômico das mulheres nos países do BRICS, com o objetivo de expandir o papel das mulheres como impulsionadoras do crescimento econômico.

Intercâmbio cultural e interpessoal

87. Reafirmamos a importância dos intercâmbios interpessoais do BRICS no reforço da compreensão mútua, da amizade e da cooperação entre nossas nações e povos. Notamos com satisfação, a este respeito, que sob a presidência russa do BRICS, apesar das limitações relacionadas à pandemia, atividades nas áreas de governança local, cultura, esportes, artes, filmes, intercâmbio juvenil e

acadêmico continuaram em grande parte ininterruptas, o que contribuiu para a realização de progressos substanciais neste pilar. Encorajamos mais iniciativas e atividades diversificadas.

88. Enfatizamos a importância dos intercâmbios parlamentares do BRICS e tomamos nota com satisfação dos Fóruns Parlamentar e de Jovens Parlamentares do BRICS em 2020. Esperamos fortalecer ainda mais a cooperação parlamentar do BRICS e sua contribuição para aprofundar a parceria do BRICS. Reconhecemos também a realização do Fórum de Cooperação e Amizade entre Cidades e Governos Locais do BRICS, do II Fórum dos Municípios BRICS, bem como de iniciativas de base relacionadas.

89. Louvamos os resultados do Fórum de Cortes Supremas do BRICS, que discutiu a proteção dos direitos e interesses dos atores econômicos, empresários e consumidores por meio de procedimentos judiciais administrativos e a adaptação às novas realidades da “era digital”.

90. Tomamos nota dos resultados da Segunda Reunião de Chefes de Entidades Fiscalizadoras Superiores do BRICS, e reconhecemos a importância do avanço da cooperação do BRICS neste domínio, inclusive dentro da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), no espírito de inclusão, abertura e compartilhamento de conhecimento mutuamente benéfico.

91. Elogiamos o progresso na cooperação cultural, e reconhecemos seu papel na melhoria do entendimento entre os povos. Saudamos os resultados do 5º

Encontro de Ministros da Cultura do BRICS, e esperamos intercâmbios adicionais nas várias iniciativas em andamento no campo da cultura e preservação do patrimônio cultural, inclusive entre nossos museus nacionais, bibliotecas, galerias de arte e teatros, entre outras. Registramos com satisfação a organização do 5º Festival de Cinema do BRICS. Tomamos nota da iniciativa da Rússia de estabelecer um Grupo de Trabalho sobre Cultura do BRICS.

92. Saudamos a Primeira Reunião de Ministros de Esportes do BRICS e a adoção do Memorando de Entendimento e Cooperação no Campo da Cultura Física e Esportes. Esperamos maior colaboração dinâmica em esportes entre os países do BRICS, reconhecendo, inter alia, a importância dos Jogos Esportivos anuais do BRICS. Nesse contexto, esperamos a realização pela China dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim.

93. Comprometidos a manter a continuidade da parceria do BRICS para o benefício da prosperidade e da amizade das gerações futuras de nossos países e de nossa juventude, reconhecemos o vasto potencial e destacamos a importância de desenvolver mais os intercâmbios de jovens do BRICS, inclusive em áreas como ciência, inovação, energia, TICs, voluntariado e empreendedorismo. Notamos com satisfação a realização dos Encontros de Jovens Oficiais do BRICS, Fóruns de Jovens Diplomatas e Jovens Cientistas do BRICS e outras iniciativas informais relacionadas à juventude, incluindo a Cúpula sobre Energia e Juventude do BRICS e a cooperação no âmbito da Agência de Energia e Juventude do BRICS e do IV BRICSMATH.COM concurso

internacional de matemática online para alunos de escolas, com a participação estimulante de crianças de todos os cinco países. Saudamos a próxima Cúpula da Juventude do BRICS.

94. Notamos com satisfação a realização da Reunião de Ministros da Educação do BRICS, e elogiamos o progresso em nossa cooperação educacional. Incentivamos a consolidação da Rede de Universidades do BRICS e da Liga de Universidades do BRICS, de forma a proporcionar o engajamento sinérgico de suas atividades. Saudamos o aprofundamento da cooperação dos membros da Rede de Universidades com o objetivo de capacitar as universidades e fortalecer seu papel na condução da transformação digital e alavancagem de inovações para fornecer educação de qualidade, aumentar o crescimento econômico e expandir a prosperidade.

95. Louvamos os resultados das reuniões do Conselho de Think Thanks do BRICS (BTTC) e do Fórum Acadêmico do BRICS, reconhecendo o progresso feito no sentido de fortalecer o diálogo de especialistas do BRICS e os intercâmbios entre a comunidade acadêmica para promover a análise de políticas de pesquisa voltadas para o futuro e o compartilhamento de conhecimento. Nesse sentido, o BTTC deve continuar a aprimorar seu mecanismo interno e fortalecer sua conexão com setores governamentais do BRICS e outras instituições, incluindo o NBD e o Conselho Empresarial do BRICS. Notamos a realização do Fórum Civil do BRICS e reconhecemos o lançamento do *BRICS Solutions Awards*.

96. Índia, China, África do Sul e Brasil parabenizam a presidência russa do BRICS em 2020 e expressam sua gratidão ao Governo e ao povo da Rússia pela realização da 12ª Cúpula do BRICS.

97. Brasil, Rússia, China e África do Sul estendem total apoio à Índia para sua presidência do BRICS em 2021 e para a realização da 13ª Cúpula do BRICS.

Hungria adquire aeronaves Embraer C-390 – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa – 17 de novembro de 2020

O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa informam que Brasil e Hungria assinaram, nesta terça-feira, 17 de novembro, em Budapeste, contrato de venda de duas aeronaves de transporte médio C-390 Millennium, a serem operadas pela Força Aérea húngara.

Com a aquisição, a Hungria será o terceiro país do mundo a contar com a aeronave Embraer C-390 Millennium em sua frota, após Brasil e Portugal.

A decisão húngara representa uma vitória para a empresa e a indústria aeronáutica brasileira, em concorrência da qual participaram grandes produtores mundiais de aeronaves militares.

Contribuiu para esse resultado a intensificação recente do relacionamento bilateral entre Brasil e Hungria, bem como o esforço conjunto empreendido, desde o início, pelos Ministérios das Relações

Exteriores e da Defesa, em apoio às negociações.

XII Cúpula do BRICS – 17 de novembro de 2020

Foi realizada, hoje, por videoconferência, a XII Cúpula do BRICS, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O evento culmina a presidência de turno da Rússia, a ser sucedida pela Índia em 2021.

Além do Presidente Jair Bolsonaro, participaram da Cúpula o Presidente Vladimir Putin, da Rússia, que presidiu o encontro, o Primeiro-Ministro Narendra Modi, da Índia, o Presidente Xi Jinping, da China, e o Presidente Cyril Ramaphosa, da África do Sul.

Os líderes dialogaram sobre a resposta da comunidade internacional à crise pandêmica e as ações dos cinco países em matéria de recuperação econômica, inclusão social e saúde pública. Na ocasião, foram realizadas apresentações sobre os trabalhos do Novo Banco de Desenvolvimento; do Conselho Empresarial do BRICS; da Aliança Empresarial de Mulheres do BRICS; da reunião de Conselheiros de Segurança Nacional; e do Mecanismo de Cooperação Interbancária.

Na ocasião, foi emitida declaração que expõe os resultados do BRICS em 2020, entre os quais se destaca o lançamento da Estratégia de Contraterrorismo do BRICS, e trata de questões da atualidade no âmbito internacional e da cooperação entre os países do agrupamento.

Entre outros temas, a declaração incluiu menções à importância da

democracia, liberdades fundamentais, direitos humanos, direito à privacidade, soberania, empreendedorismo e transparência.

A declaração também reiterou princípios gerais que devem estar presentes no ambiente de negócios na área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Enfatizou o papel central que cada país deve ter no combate à COVID-19 e indicou a necessidade de reforma da OMS.

Situação no Saara Ocidental – 18 de novembro de 2020

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a evolução dos acontecimentos na zona-tampão no Saara Ocidental nos últimos dias. No interesse da paz e da prosperidade da região, o Brasil espera que sejam assegurados, de maneira desimpedida, o tráfego e os fluxos comerciais no passo de Guerguerate.

Ao reiterar o seu apoio ao processo em curso no âmbito das Nações Unidas com vistas a uma solução justa e mutuamente aceitável para a determinação do status final do território do Saara Ocidental, o Governo brasileiro rejeita o recurso à violência e apela a que seja respeitado o cessar-fogo em vigor desde 1991.

Posse no Peru – 18 de novembro de 2020

O governo brasileiro saúda a posse de Francisco Sagasti como novo presidente do Peru e lhe deseja êxito no desempenho de suas elevadas funções, em particular com vistas à condução do país à realização das eleições gerais de 11 de abril de 2021.

Declaração dos vice-ministros de Austrália, Brasil, Canadá, Coreia, Estados Unidos, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça, Turquia e União Europeia sobre a suspensão temporária das negociações técnicas no Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação – 19 de novembro de 2020

Nós, vice-ministros do IWG a seguir listados, acreditamos que o avanço das negociações técnicas no Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação (IWG) requer o consenso entre os membros sobre certos temas centrais. Estes temas incluem transparência sobre as condições oferecidas em operações de financiamento à exportação, bem como uma cobertura que se aplique às exportações tanto de bens quanto de serviços e um compromisso com os padrões internacionais sobre sustentabilidade de dívida.

O IWG tem o objetivo de alcançar acordo sobre um novo conjunto de disciplinas internacionais entre os principais provedores globais de apoio governamental em créditos à exportação, e é composto por 18 membros: África do Sul, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia, Estados Unidos, Índia, Indonésia, Israel, Japão, Malásia, Noruega, Nova Zelândia, Rússia, Suíça, Turquia e União Europeia.

Após oito anos de consultas, as posições dos membros do IWG permanecem significativamente divergentes em relação a compromissos naqueles temas centrais, em particular em transparência. Não podemos,

portanto, justificar a continuação da participação em negociações técnicas no IWG, enquanto os membros não assumirem os necessários compromissos de alto nível, que permitirão a retomada das negociações técnicas. Durante a suspensão das negociações técnicas, nós permaneceremos abertos a considerar propostas viáveis, especialmente sobre transparência, apresentadas por governos dos membros do IWG para discussão em nível vice-ministerial. Estamos abertos à realização de uma reunião em alto nível dentro de um ano, para avaliar se há condições para a retomada das negociações, ou em uma data anterior, caso os compromissos necessários tenham sido assumidos.

Helen Stylianou, Primeira Secretária Assistente, Departamento de Assuntos Estrangeiros e Comércio, Austrália

Sarquis José Buainain Sarquis, Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos, Ministério das Relações Exteriores, Brasil

Ava Yaskiel, Vice-Ministra Associada, Departamento de Finanças, Canadá

Sabine Weyand, Diretora Geral de Comércio, Comissão Europeia

Maarten Verwey, Diretor Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros, Comissão Europeia

Tae Sik Yoon, Vice-Ministro de Assuntos Internacionais, Coreia

Brent McIntosh, Subsecretário de Assuntos Internacionais, Departamento do Tesouro, Estados Unidos

Shigehiro Tanaka, Vice-Ministro, Ministério de Economia, Comércio e Indústria, Japão

Lucie Katrine Sunde-Eidem, Secretária de Estado do Ministério de Comércio e Indústria, Noruega

Andrew Hagan, Subsecretário do Tesouro, Nova Zelândia

Marie-Gabrielle Ineichen-Fleisch, Secretária de Estado, Secretaria de Estado para Assuntos Econômicos, Suíça

Bülent Aksu, Vice-Ministro, Ministério de Tesouro e Finanças, Turquia

Medidas adotadas no comércio com a Costa Rica – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 19 de novembro de 2020

O governo brasileiro suspendeu concessões a importações de determinados produtos originários da Costa Rica, em 17/11/20. A medida foi tomada por meio de deliberação da Câmara de Comércio Exterior - Camex em decorrência da decisão da Costa Rica de aplicar salvaguardas injustificadas às importações de açúcar do Brasil, e é amparada pelo Acordo de Salvaguardas da OMC.

Antes da aplicação da medida, o governo brasileiro buscou negociar com a Costa Rica acordo que evitasse restrições ao comércio bilateral, o que não foi possível até o momento.

As salvaguardas da Costa Rica afetam exportações brasileiras no valor de 3,7 milhões de dólares por ano, conforme os dados mais recentes (agosto de 2019 a julho de 2020). A medida brasileira, implementada sob a forma de elevação de tarifas de importação, em percentual idêntico

àquele aplicado pela Costa Rica para o açúcar brasileiro, recairá sobre exportações daquele país no valor de aproximadamente 950 mil dólares e poderá ser retirada ou complementada à luz da evolução de tratativas entre os dois países.

O governo brasileiro continuará empenhado na busca de solução negociada que vá na direção do fortalecimento e da ampliação dos laços comerciais com a Costa Rica.

Declaração de Líderes do G20 da Cúpula de Riade – 22 de novembro de 2020

Nós, os líderes do G20, reunindo-nos pela segunda vez sob a Presidência Saudita, permanecemos unidos em nossa convicção de que a ação global coordenada, a solidariedade e a cooperação multilateral são, hoje, mais necessárias do que nunca para superar os desafios atuais e concretizar as oportunidades do século 21 para todos, por meio da capacitação das pessoas, proteção do planeta e criação de novas fronteiras. Temos o compromisso de liderar o mundo na formação de uma era pós-COVID-19 forte, sustentável, equilibrada e inclusiva.

Enfrentando o Desafio Juntos

A pandemia da COVID-19 e seu impacto sem precedentes em termos de vidas perdidas e em economias e meios de subsistência afetados é um choque sem paralelos que revelou as vulnerabilidades em nossa preparação e resposta e destacou nossos desafios comuns. Reiteramos os compromissos de nossa Cúpula Extraordinária de 26 de março, saudamos o progresso alcançado desde então, e continuaremos a não poupar esforços para proteger vidas, fornecer apoio

com especial atenção aos mais vulneráveis, e colocar nossas economias de volta no caminho da restauração do crescimento e na proteção e criação de empregos para todos. Expressamos nossa gratidão e apoio aos profissionais da saúde e a outros trabalhadores da linha de frente, na medida que continuamos a lutar contra esta pandemia. Continuamos determinados a apoiar todos os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, tendo em vista que enfrentam os efeitos interligados sociais, econômicos e de saúde da COVID-19, reconhecendo os desafios específicos na África e nos pequenos estados em desenvolvimento insulares.

Mobilizamos recursos para atender às necessidades de financiamento imediatas na saúde global a fim de apoiar a pesquisa, o desenvolvimento, a fabricação e a distribuição de diagnósticos, vacinas e tratamentos seguros e eficazes contra a COVID-19. Não pouparemos esforços para garantir seu acesso justo e a baixo custo para todas as pessoas, consistente com o compromisso dos membros de incentivar a inovação. Nesse sentido, apoiamos totalmente todos os esforços de colaboração, especialmente a iniciativa Acelerador de Acesso às Ferramentas Covid-19 (ACT-A) e sua instalação COVAX, e o licenciamento voluntário de propriedade intelectual. Comprometemo-nos a atender às necessidades de financiamento globais restantes, saudamos os esforços feitos pelos bancos multilaterais de desenvolvimento para fortalecer o apoio financeiro ao acesso dos países às ferramentas COVID-19, de acordo com os esforços multilaterais existentes, e os incitamos a fazer mais. Reconhecemos o papel da imunização

extensiva como um bem público global.

Embora a economia global tenha experimentado uma forte contração em 2020 devido ao impacto da pandemia da COVID-19, a atividade econômica global tem se recuperado parcialmente, à medida em que nossas economias se reabriram de forma gradual e o impacto positivo de nossas ações políticas significativas começou a se materializar. No entanto, a recuperação é desigual, altamente incerta e sujeita a elevados riscos de queda, incluindo aqueles decorrentes de novos surtos de vírus em algumas economias, com alguns países reintroduzindo medidas restritivas de saúde. Ressaltamos a necessidade urgente de controlar a propagação do vírus, o que é fundamental para apoiar a recuperação econômica global. Estamos determinados a continuar a usar todas as ferramentas de políticas disponíveis enquanto forem necessárias para salvaguardar a vida, o emprego e a renda das pessoas, apoiar a recuperação econômica global e aumentar a resiliência do sistema financeiro, ao mesmo tempo nos protegendo contra os riscos de queda. Também reafirmamos os compromissos cambiais assumidos por nossos Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais em março de 2018.

Estamos tomando medidas imediatas e excepcionais para enfrentar a pandemia da COVID-19 e seus impactos interligados de saúde, sociais e econômicos, incluindo a implementação sem precedentes de ações de estabilidade fiscal, monetária e financeira, de acordo com os respectivos mandatos dos governos e bancos centrais, assegurando, ao mesmo tempo, que as instituições

financeiras internacionais e organizações internacionais relevantes continuem a fornecer apoio decisivo aos países emergentes, em desenvolvimento e de baixa renda. Com base nas estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nossos esforços para estender temporariamente as medidas de proteção social apoiaram o sustento de quase 645 milhões de pessoas.

O Plano de Ação do G20 estabelece os princípios e compromissos fundamentais para incentivar a cooperação econômica internacional enquanto navegamos esta crise e tomamos medidas para apoiar a recuperação e alcançar um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo. Reconhecendo que os membros estão em diferentes estágios de resposta à crise, e que a perspectiva econômica global continua a evoluir, endossamos as atualizações de outubro de 2020 ao Plano de Ação do G20, que garantirão que continuemos a responder prontamente à evolução da situação econômica e de saúde e a aproveitar ao máximo as mudanças econômicas, sociais, ambientais, tecnológicas e demográficas em curso. Também endossamos o segundo Relatório de Progresso do Plano de Ação do G20, que fornece informações atualizadas sobre o avanço feito em relação aos compromissos do Plano de Ação. O Plano de Ação do G20 é um documento vivo, e pedimos aos nossos Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais que continuem a revisar, atualizar, acompanhar a implementação e relatar sobre ele regularmente.

Estamos comprometidos com a implementação da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida

(DSSI), incluindo sua extensão até junho de 2021, permitindo que os países elegíveis à Iniciativa suspendam os pagamentos oficiais do serviço da dívida bilateral. Saudamos o progresso alcançado até agora. O relatório preliminar do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial destacou que, junto com o financiamento excepcional, a DSSI está facilitando significativamente maiores gastos relacionados à pandemia. O FMI e o Banco Mundial continuarão a trabalhar em sua proposta de um processo para o fortalecimento da qualidade e da consistência dos dados da dívida e a melhoria da divulgação da dívida. Reiteramos a importância de esforços conjuntos de mutuários e credores, oficiais e privados, para melhorar a transparência da dívida. Nossos Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais examinarão até o momento das Reuniões de Primavera de 2021 do FMI/Banco Mundial se a situação econômica e financeira requer uma extensão adicional da DSSI por mais 6 meses, o que também é acordado pelo Clube de Paris. Todos os credores bilaterais oficiais devem implementar esta iniciativa de forma plena e transparente. Continuaremos a coordenar de perto sua implementação em andamento para fornecer o máximo de apoio aos países qualificados para a DSSI. Há falta de participação de credores privados, e nós os encorajamos fortemente a participar em termos comparáveis, quando solicitados pelos países elegíveis. Ao mesmo tempo em que protegem sua classificação atual e o baixo custo de financiamento, os bancos multilaterais de desenvolvimento são incentivados a ir mais além em seus esforços coletivos de apoio à DSSI, incluindo o fornecimento de fluxos

líquidos positivos para os países elegíveis à DSSI durante o período de suspensão, abarcando o período de extensão. Em 13 de novembro de 2020, 46 países solicitaram beneficiarem-se da DSSI, totalizando cerca de US\$ 5,7 bilhões de diferimento do serviço da dívida em 2020.

Dada a escala da crise da COVID-19, as vulnerabilidades significativas da dívida e a deterioração das perspectivas em muitos países de baixa renda, reconhecemos que tratamentos da dívida além da DSSI podem ser necessários caso a caso. Neste contexto, endossamos o “Quadro Comum para o Tratamento da Dívida Além da DSSI”, que também é endossado pelo Clube de Paris.

Nossa resposta contínua à crise causada pela COVID-19 marca um momento decisivo em nossa história. Com base nos benefícios de nossa interconexão, abordaremos as vulnerabilidades reveladas por esta crise, tomaremos as medidas necessárias para uma recuperação mais forte e trabalharemos para garantir que as gerações futuras estejam mais seguras do que antes.

Construindo uma Recuperação Resiliente e Duradoura

Saúde: Comprometemo-nos a promover a preparação, prevenção, detecção e resposta a pandemias globais. Reafirmamos nosso compromisso com o cumprimento total do Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005), com a melhoria de sua prática, inclusive por meio do apoio às capacidades dos países necessitados, e com o compartilhamento contínuo de informações e dados oportunos, transparentes e padronizados.

Enfatizamos os mandatos importantes do sistema e das agências das Nações Unidas, sobretudo a OMS, ao mesmo tempo em que levamos em conta as avaliações em andamento, seu compromisso declarado com a transparência e a necessidade de fortalecer sua eficácia geral, na coordenação e apoio à resposta global à pandemia e aos esforços centrais dos Estados-Membros. Tomamos nota das avaliações de lacunas na preparação para pandemias realizadas por organizações internacionais relevantes, e esperamos o trabalho do Painel Independente para Preparação e Resposta a Pandemias e do Comitê de Revisão do RSI na avaliação da resposta global de saúde à pandemia, conforme descrito na Resolução da Assembleia Mundial da Saúde (AMS) sobre COVID-19. Elogiamos a Presidência saudita por iniciar discussões sobre a necessidade de soluções de longo prazo para abordar as lacunas na preparação e resposta a pandemias globais, incluindo sua proposta para estabelecer o acesso a ferramentas de pandemia, e esperamos aprofundar essa discussão durante a Presidência italiana.

Sistemas de saúde de bom funcionamento, baseados em valor (*value-based*), inclusivos e resilientes são essenciais para avançar em direção ao acesso universal à saúde. Reconfirmamos a importância do financiamento da cobertura universal de saúde nos países em desenvolvimento. Saudamos o estabelecimento do Centro Global de Inovação para Melhorar Valores na Saúde, com o qual os países podem se engajar voluntariamente. Continuaremos lutando contra a resistência antimicrobiana e doenças zoonóticas com base na abordagem de Saúde Única (*One Health*); apoiar e acelerar a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) de novos

antimicrobianos; garantir o acesso aos antimicrobianos existentes, ao mesmo tempo que reforçamos sua administração prudente; e manter nossos esforços no combate às doenças infecciosas e não-transmissíveis.

Comércio e investimento: O apoio ao sistema multilateral de comércio é agora mais importante do que nunca. Esforçamo-nos para atingir o objetivo de um ambiente de comércio e investimento livre, justo, inclusivo, não-discriminatório, transparente, previsível e estável e para manter nossos mercados abertos. Continuaremos a trabalhar para garantir condições de concorrência equitativas, a fim de promover um ambiente de negócios favorável. Endossamos as Ações do G20 de Apoio ao Comércio Mundial e ao Investimento em Resposta à COVID-19. Reconhecemos a contribuição que a Iniciativa de Riade sobre o Futuro da Organização Mundial do Comércio (OMC) deu ao oferecer uma oportunidade adicional para discutir e reafirmar os objetivos e princípios fundamentais do sistema de comércio multilateral, bem como para demonstrar nosso apoio político contínuo para a necessária reforma da OMC, incluindo os preparativos para a 12ª Conferência Ministerial da OMC. Reconhecemos a necessidade de aumentar a sustentabilidade e a resiliência das cadeias de abastecimento nacionais, regionais e globais que fomentam a integração sustentável no sistema comercial dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, e compartilhamos o objetivo de promover o crescimento econômico inclusivo, até mesmo por meio do aumento da participação de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) no comércio e investimento internacionais. Notamos que problemas estruturais em alguns

setores, como capacidade excedente, podem causar um impacto negativo.

Transporte e viagens: Comprometemo-nos a garantir que as rotas globais de transporte e cadeias de abastecimento permaneçam abertas, seguras e protegidas, e que quaisquer medidas restritivas relacionadas à COVID-19, incluindo para tripulações aéreas e marítimas, sejam direcionadas, proporcionais, transparentes, temporárias, e de acordo com as obrigações decorrentes de acordos internacionais. Continuaremos a explorar maneiras concretas de facilitar o movimento de pessoas, de forma a não impedir nossos esforços para proteger a saúde pública.

Arquitetura Financeira Internacional: Reiteramos nosso compromisso de garantir uma rede de segurança financeira global mais forte, centralizada em um FMI robusto, baseado em cotas e com recursos adequados. Continuamos comprometidos em revisar a adequação das cotas e continuaremos o processo de reforma da governança do FMI sob a 16ª revisão geral de cotas, incluindo uma nova fórmula de cotas como guia, até 15 de dezembro de 2023. Instamos o FMI a continuar explorando ferramentas adicionais que poderiam atender às necessidades de seus membros à medida que a crise evolui, valendo-se de experiências relevantes de crises anteriores. Também apoiamos a assistência reforçada do FMI para ajudar a encarar desafios específicos enfrentados por pequenos estados em desenvolvimento. Além da resposta à crise, pedimos ao FMI que prepare uma análise das necessidades de financiamento externo dos países em desenvolvimento de baixa renda nos próximos anos e das opções de financiamento sustentáveis, e ao

Banco Mundial, para ampliar seu trabalho e implantar, de novas formas, instrumentos para mobilizar o financiamento privado para esses países. Saudamos a Estrutura de Referência do G20 para Plataformas de Países Eficazes e as plataformas-piloto de propriedade dos países que foram implantadas e esperamos novas atualizações dos bancos multilaterais de desenvolvimento sobre o progresso nesta área. Fortaleceremos a resiliência financeira de longo prazo e apoiaremos o crescimento, inclusive por meio da promoção de fluxos de capital sustentáveis e do desenvolvimento de mercados de capitais domésticos.

Investimentos em infraestrutura: a infraestrutura é um motor de crescimento e prosperidade e é crucial para promover a recuperação econômica e a resiliência. Endossamos a Agenda InfraTech de Riade do G20, que promove o uso de tecnologia em infraestrutura, com o objetivo de melhorar as decisões de investimento, valorizar o dinheiro e promover investimentos em infraestrutura de qualidade para a entrega de melhores resultados sociais, econômicos e ambientais. Alinhados com o Roteiro do G20 para Infraestrutura como uma Classe de Ativos, damos as boas-vindas ao Relatório do G20/OCDE sobre a Colaboração com Investidores Institucionais e Gestores de Ativos em Investimentos em Infraestrutura, que reflete a visão de investidores sobre questões e desafios que afetam o investimento privado em infraestrutura, e apresenta opções de políticas para abordá-los. Esperamos explorar opções para continuar esse trabalho de maneira flexível e sem duplicações com outras iniciativas, com a participação de organizações internacionais e bancos multilaterais

de desenvolvimento interessados. Avançaremos no trabalho relacionado aos Princípios do G20 para Investimento em Infraestrutura de Qualidade.

Questões do Setor Financeiro: Nós nos comprometemos com os princípios do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) que sustentam as respostas nacionais e internacionais à COVID-19, incluindo a necessidade de agir de forma consistente com os padrões internacionais, e pedimos ao FSB que continue monitorando as vulnerabilidades do setor financeiro, trabalhando de forma pró-cíclica e com solvência, e coordenando medidas regulatórias e de supervisão. Saudamos a revisão holística do FSB da turbulência de março de 2020 e seu plano de trabalho futuro para melhorar a resiliência do setor financeiro não-bancário. A pandemia reafirmou a necessidade de aprimorar os arranjos globais de pagamento transfronteiriço para facilitar transações de pagamento mais baratas, rápidas, inclusivas e transparentes, inclusive para remessas. Endossamos o Roteiro do G20 para Melhorar os Pagamentos Transfronteiriços. Solicitamos ao FSB, em coordenação com organizações internacionais e órgãos normativos, que monitorem o progresso, reveja o roteiro e informe anualmente o G20. Esperamos que o FSB conclua a avaliação dos efeitos das reformas “muito grandes para falir” em 2021. Além disso, reafirmamos a importância de uma transição ordenada da Taxa LIBOR para taxas de referência alternativas antes do final de 2021. A mobilização de finanças sustentáveis e o fortalecimento da inclusão financeira são importantes para o crescimento e a estabilidade globais. O FSB

continua a examinar as implicações das mudanças climáticas para a estabilidade financeira. Saudamos a crescente participação do setor privado e a transparência nessas áreas.

Embora inovações tecnológicas responsáveis possam proporcionar benefícios significativos ao sistema financeiro e à economia em geral, estamos monitorando de perto os desenvolvimentos e permanecemos vigilantes aos riscos existentes e emergentes. Nenhuma das chamadas “moedas estáveis globais” deve começar a operar até que todos os requisitos legais, regulamentares e de supervisão relevantes sejam adequadamente tratados por meio de um projeto apropriado, e estejam aderindo aos padrões aplicáveis. Congratulamo-nos com os relatórios sobre as chamadas “moedas estáveis globais” e outros acordos semelhantes apresentados pelo FSB, a Força-Tarefa de Ação Financeira (FATF) e o FMI. Esperamos que os órgãos padronizadores se envolvam na revisão dos modelos existentes à luz desses relatórios e façam os ajustes necessários. Aguardamos com expectativa o trabalho futuro do FMI sobre as implicações macrofinanceiras das moedas digitais e as chamadas “moedas estáveis globais”.

Apoiamos as respostas da política de combate à lavagem de dinheiro/financiamento antiterrorista detalhadas no documento da FATF sobre COVID-19, e reafirmamos nosso apoio à FATF, como órgão global de definição de padrões para prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa. Reiteramos nosso forte compromisso de enfrentar todas as

fontes, técnicas e canais dessas ameaças. Reafirmamos nosso compromisso com o fortalecimento da Rede Global de órgãos regionais da FATF, inclusive apoiando sua experiência em avaliações mútuas, e pedimos a implementação plena, efetiva e rápida dos padrões da FATF em todo o mundo. Saudamos o fortalecimento dos padrões do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI) para aumentar os esforços globais de combate ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

Economia Digital: conectividade, tecnologias digitais e políticas têm desempenhado um papel fundamental no fortalecimento de nossa resposta à pandemia e na facilitação da continuação da atividade econômica. Tomamos nota das Opções de Política para Apoiar a Digitalização de Modelos de Negócios durante a COVID-19. Reconhecemos que a conectividade universal, segura e acessível é um capacitador fundamental para a economia digital, bem como um catalisador para o crescimento inclusivo, inovação e desenvolvimento sustentável. Reconhecemos a importância do fluxo livre de dados com confiança e fluxos de dados transfronteiriços. Reafirmamos o papel dos dados para o desenvolvimento. Apoiamos a promoção de um ambiente aberto, justo e não-discriminatório e a proteção e o empoderamento dos consumidores, ao mesmo tempo em que abordamos os desafios relacionados à privacidade, à proteção de dados, aos direitos de propriedade intelectual e à segurança. Ao continuar a enfrentar esses desafios, de acordo com as estruturas legais aplicáveis, podemos facilitar ainda mais o livre fluxo de dados e

fortalecer a confiança do consumidor e das empresas. Reconhecemos a importância de trabalhar com as partes interessadas para conectar a humanidade, acelerando a penetração global da Internet e eliminando as barreiras digitais. Reconhecemos a importância de promover a segurança na economia digital e acolhemos os Exemplos de Práticas Relacionadas à Segurança na Economia Digital do G20. Continuaremos a promover discussões com várias partes interessadas para fomentar a inovação e uma abordagem centrada no ser humano para a Inteligência Artificial (IA), tomando nota dos Exemplos de Políticas Nacionais para o Avanço dos Princípios de IA do G20. Congratulamo-nos com as Práticas de Mobilidade Inteligente do G20, como uma contribuição para o bem-estar e resiliência de cidades e comunidades inteligentes, e o Roteiro do G20 para uma Estrutura Comum para Medir a Economia Digital.

Tributação Internacional:

Continuaremos nossa cooperação para um sistema tributário internacional moderno, sustentável e justo. Congratulamo-nos com os Relatórios sobre os Planos para os Pilares 1 e 2 aprovados para divulgação pública pelo Quadro Inclusivo G20 / OCDE sobre Erosão de Base e Transferência de Lucros (*Base Erosion and Profit Shifting — BEPS*). Com base nesse alicerce sólido, continuamos comprometidos com o progresso em ambos os pilares e instamos o Quadro Inclusivo do G20/OCDE sobre BEPS a abordar as questões restantes com vistas a alcançar uma solução global e baseada em consenso até meados de 2021. Acolhemos com satisfação o relatório aprovado pelo Quadro Inclusivo do G20/OCDE sobre BEPS acerca das implicações das moedas

virtuais na política tributária. Congratulamo-nos com o progresso alcançado na implementação dos padrões de transparência tributária internacionalmente acordados e no estabelecimento de intercâmbio automático de informações. Continuaremos a apoiar os países em desenvolvimento no fortalecimento de sua capacidade tributária para construir bases de receita tributária sustentáveis.

Anticorrupção: Continuaremos a liderar pelo exemplo na luta global contra a corrupção. Nesse sentido, saudamos a primeira Reunião Ministerial Anticorrupção do G20. Continuaremos a promover a integridade global em resposta à pandemia e endossamos a Chamada para Ação do G20 contra a Corrupção e a COVID-19. Comprometemo-nos a adotar e promover uma abordagem de múltiplas partes interessadas, incluindo organizações internacionais, a sociedade civil, a mídia e o setor privado, para prevenir e combater a corrupção. Saudamos a Iniciativa de Riade para o Aprimoramento da Cooperação Internacional para a Aplicação da Lei no Combate à Corrupção. Endossamos a Ação do G20 sobre Cooperação Internacional contra a Corrupção e os Crimes Econômicos, Infratores e pela Recuperação de Ativos Roubados. Saudamos a abordagem reformada do Relatório de Prestação de Contas Anticorrupção do G20 e endossamos os Princípios de Alto Nível do G20 para: Desenvolvimento e Implementação de Estratégias Nacionais Anticorrupção; Promoção da Integridade do Setor Público por Meio do Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação; e Promoção da Integridade nas Privatizações e Parcerias Público-

Privadas. Demonstraremos esforços concretos até 2021 para criminalizar o suborno estrangeiro e fazer cumprir a legislação contra o suborno estrangeiro de acordo com o artigo 16 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), e com vistas à possível adesão de todos os países do G20 à Convenção Anti-Suborno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Damos as boas-vindas à Arábia Saudita ao ingressar no Grupo de Trabalho da OCDE sobre Suborno.

Garantindo uma Recuperação Inclusiva que Trate das Desigualdades

Desenvolvimento Sustentável: O impacto social e econômico da pandemia torna ainda mais urgente acelerar os esforços para acabar com a pobreza e combater as desigualdades e trabalhar para garantir que ninguém seja deixado para trás. Endossamos o Apoio do G20 à Resposta à COVID-19 e à Recuperação nos Países em Desenvolvimento, as Diretrizes do G20 sobre Infraestrutura de Qualidade para Conectividade Regional e a Estrutura de Financiamento para Desenvolvimento Sustentável. Continuamos decididos a desempenhar um papel de liderança na contribuição para a implementação oportuna da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda de Ação de Adis Abeba. Com base no Plano de Ação do G20 sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Atualização de Riade, com sua nova Estrutura de Responsabilidade, destaca as ações coletivas e concretas do G20, contribuindo para a implementação da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estamos determinados a

apoiar os países africanos na superação da crise, inclusive explorando opções de financiamento mais sustentáveis para o crescimento na África. Reiteramos nosso apoio contínuo à Iniciativa do G20 de Apoio à Industrialização na África e nos países menos desenvolvidos, a Parceria do G20 na África e o Pacto com a África, e outras iniciativas relevantes. Continuamos comprometidos em lidar com os fluxos financeiros ilícitos.

Acesso a Oportunidades: Esta crise continua a ter um impacto econômico e social desproporcional sobre os segmentos mais vulneráveis da sociedade, reforçando a necessidade de aumentar o acesso a oportunidades para todos. Continuaremos nossos esforços para reduzir as desigualdades, reafirmando nossos compromissos anteriores para promoção do crescimento inclusivo. Endossamos o Menu G20 de Opções de Políticas para Melhorar o Acesso a Oportunidades para Todos, que podem ser aproveitadas para apoiar a resposta imediata à pandemia da COVID-19 e avançar em direção a uma recuperação forte, sustentável, equilibrada e inclusiva. Também endossamos as Diretrizes Políticas de Alto Nível do G20 sobre Inclusão Financeira Digital para Jovens, Mulheres e PMEs preparadas pela Parceria Global para Inclusão Financeira (GPFI). Saudamos o Plano de Ação de Inclusão Financeira do G20 para 2020, que orientará o trabalho do GPFI para os próximos três anos.

Emprego: enfrentar o impacto devastador da pandemia nos mercados de trabalho continua sendo nossa prioridade, à medida que milhões de trabalhadores continuam enfrentando perda de empregos e

renda. Reconhecemos a importância de proteger e promover empregos decentes para todos, especialmente para mulheres e jovens. Apoiamos o acesso à proteção social abrangente, robusta e adaptável para todos, incluindo aqueles na economia informal, e endossamos o uso das Opções de Políticas para Adaptação da Proteção Social para Refletir a Mudança dos Padrões de Trabalho. Reconhecemos a importância das políticas e programas de emprego no apoio à criação de empregos e promovemos o uso do diálogo social. Continuaremos a apoiar os trabalhadores por meio de políticas de treinamento e requalificação. Agradecemos o relatório da OIT e da OCDE sobre o impacto da COVID-19 nos mercados de trabalho globais. Endossamos o Roteiro da Juventude do G20 para 2025 em apoio ao cumprimento da Meta da Juventude de Antália do G20 de reduzir, até 2025, em 15 por cento a parcela de jovens que correm maior risco de ficar para trás no mercado de trabalho. Apelamos à OIT e à OCDE para continuarem monitorando essas questões. Continuaremos nossos esforços para erradicar o trabalho infantil, o trabalho forçado, o tráfico de pessoas e a escravidão moderna no mundo do trabalho.

Empoderamento Feminino: Como muitas mulheres foram desproporcionalmente afetadas pela crise, trabalharemos para garantir que a pandemia não amplie as desigualdades de gênero e não prejudique o progresso feito nas últimas décadas. Relembrando as declarações, processos e apelos à ação relevantes da ONU para empoderar mulheres e meninas, reafirmamos a importância do empoderamento feminino e de meninas como uma questão transversal em todos os

aspectos de nossas políticas e reconhecemos que as mulheres são um importante motor de crescimento econômico. Continuaremos a promover a igualdade de gênero, bem como a combater os estereótipos, reduzir as disparidades salariais e enfrentar a distribuição desigual do trabalho não-remunerado e das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres. Vamos intensificar nossos esforços para atingir a Meta de Brisbane de reduzir em 25% até 2025 a disparidade na participação no mercado de trabalho entre homens e mulheres, juntamente com a melhoria da qualidade do emprego feminino; pedimos à OIT e à OCDE que continuem a fornecer contribuições para apoiar nosso progresso; e aguardamos com expectativa um roteiro durante a próxima Presidência. Tomaremos medidas para remover as barreiras à participação econômica e ao empreendedorismo das mulheres. Saudamos o início, sob a Presidência saudita, da Aliança do Setor Privado para o Empoderamento e Progressão da Representação Econômica da Mulher (EMPOWER) para o avanço das mulheres em posições de liderança.

Educação: Tomamos medidas para mitigar o impacto da pandemia COVID-19 na educação. Ressaltamos a importância da continuidade da educação em tempos de crise, por meio da implementação de medidas que garantam a aprendizagem presencial segura, ensino à distância efetivo e de qualidade e o ensino e aprendizagem combinados, conforme o caso. Educação inclusiva, justa e de qualidade para todos, especialmente para meninas, continua a ser a chave para desbloquear um futuro mais brilhante e combater as desigualdades. É a base do

desenvolvimento pessoal, pois fornece a crianças, jovens e adultos os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para atingir seu pleno potencial. Afirmamos a importância de melhorar a acessibilidade e o custo da educação infantil pré-primária de qualidade e construir e reter uma força de trabalho qualificada. Reconhecemos o valor de promover a internacionalização na educação, respeitando as leis, regras e políticas nacionais e subnacionais.

Turismo: Continuaremos nossos esforços em colaboração com as partes interessadas, incluindo o setor privado, para facilitar a recuperação do setor de viagens e turismo da pandemia. Saudamos a Iniciativa da Comunidade de Turismo como um catalisador da recuperação do setor, incluindo a economia criativa. Endossamos as Diretrizes do G20 para o Desenvolvimento Comunitário Inclusivo por meio do Turismo e encorajamos o uso do Quadro AIUla para o Desenvolvimento Comunitário Inclusivo pelo Turismo, que visa criar empregos, capacitar as comunidades locais, especialmente rurais, salvaguardar o planeta e preservar o patrimônio cultural. Também endossamos as Diretrizes do G20 para Ação em Viagens Seguras e Descomplicadas e saudamos o estabelecimento do Grupo de Trabalho de Turismo do G20.

Migração e Deslocamento

Forçado: Enfatizamos a importância de ações compartilhadas para: mitigar o impacto da pandemia nas pessoas em situação de vulnerabilidade, o que pode incluir refugiados, migrantes e pessoas deslocadas forçosamente; responder às crescentes necessidades humanitárias; e abordar as causas básicas do deslocamento. Observamos o Relatório Anual de Políticas e Tendências de Migração

Internacional e Deslocamento Forçado de 2020 para o G20 preparado pela OCDE em cooperação com a OIT, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Continuaremos o diálogo sobre as várias dimensões dessas questões no G20.

Garantir um Futuro Sustentável

Meio Ambiente, Energia, Clima: Prevenir a degradação ambiental, conservar, usar de forma sustentável e restaurar a biodiversidade, preservar nossos oceanos, promover ar puro e água limpa, responder a desastres naturais e eventos climáticos extremos e combater as mudanças climáticas estão entre os desafios mais urgentes do nosso tempo. Enquanto nos recuperamos da pandemia, estamos comprometidos em proteger nosso planeta e construir um futuro mais sustentável ambientalmente e mais inclusivo para todas as pessoas.

Reforçamos nossa determinação de conservar nosso meio ambiente marinho e terrestre antes da próxima Conferência das Partes (COP15) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Lançamos a Plataforma Global do Acelerador de P&D de Recifes de Coral para conservar os recifes de coral e a Iniciativa Global para Reduzir a Degradação do Solo e Melhorar a Conservação de Habitats Terrestres para prevenir, interromper e reverter a degradação de solos. Com base nas iniciativas existentes, compartilhamos a ambição de alcançar uma redução, de forma voluntária, de 50 por cento de degradação do solo até 2040. Reafirmamos nosso compromisso de reduzir a poluição adicional por lixo plástico marinho, conforme articulado pela Osaka Blue Ocean Vision, e para

acabar com a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

Enfatizamos nossa determinação contínua de garantir um fornecimento estável e ininterrupto de energia para alcançar o crescimento econômico enquanto respondemos aos desafios trazidos pela pandemia. Reconhecemos a importância de acelerar o acesso universal, contando com a inovação em opções de combustíveis e tecnologias, à energia acessível e confiável para todos, de acordo com as circunstâncias nacionais, incluindo a garantia de acesso a combustíveis de cozinha limpos e eletricidade. Nesse sentido, reconhecemos a importância de utilizar a mais ampla variedade de opções de combustíveis e tecnologias, de acordo com o contexto nacional, e liderar as transições energéticas para concretizar o “3E+S” (Segurança Energética, Eficiência Econômica e Meio Ambiente + Segurança). Reconhecemos a importância de manter fluxos ininterruptos de energia e explorar caminhos para aumentar a segurança energética e a estabilidade dos mercados de energia, ao mesmo tempo que promovemos mercados de energia internacionais abertos, competitivos e livres. Endossamos a Iniciativa G20 sobre Combustíveis de Cozinha Limpos e Acesso à Energia e Segurança Energética do G20 e Cooperação para Estabilidade de Mercados. Saudamos as medidas e recomendações do Energy Focus Group (EFG), conforme endossadas pelos Ministros da Energia partes do EFG, para reequilibrar os mercados de energia e continuar os investimentos de curto e longo prazo. Reafirmamos nosso compromisso conjunto com a racionalização de médio prazo e a eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis ineficientes que estimulam o

consumo desperdiçador, ao mesmo tempo que proporcionamos apoio direcionado aos mais pobres.

Endossamos a Plataforma de Economia Circular de Carbono (CCE), com sua estrutura de 4Rs (Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Remover), reconhecendo a importância e a ambição de reduzir as emissões, levando em consideração a eficiência do sistema e as circunstâncias nacionais. A Plataforma CCE é uma abordagem voluntária, holística, integrada, inclusiva, pragmática e complementar para promover o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, aprimorar a gestão ambiental por meio do gerenciamento de emissões em todos os setores, incluindo, mas não se limitando a, energia, indústria, mobilidade e alimentos. Reconhecemos, neste contexto, as diversas oportunidades voluntárias e sua aceleração, destacadas pelo Guia CCE. Reconhecemos os Relatórios da Presidência do Grupo de Trabalho de Gestão do Clima, que podem ser utilizados como uma caixa de ferramentas para abordar a sustentabilidade, incluindo as mudanças climáticas, no contexto das circunstâncias nacionais. Também reconhecemos a importância de promover sinergias entre adaptação e mitigação, inclusive por meio de soluções baseadas na natureza e abordagens baseadas em ecossistemas.

Antes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) COP26 em Glasgow e da UNCBD COP15 em Kunming, reiteramos nosso apoio para enfrentar os desafios ambientais urgentes, como mudança climática e perda de biodiversidade, enquanto promovemos o crescimento

econômico, a segurança energética e o acesso à energia para todos, e a proteção ambiental. Os signatários do Acordo de Paris que confirmaram em Osaka sua determinação em implementá-lo reafirmam, mais uma vez, seu compromisso com sua plena implementação, refletindo responsabilidades comuns mas diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais. Estes signatários recordam o pedido da COP21 de comunicar ou atualizar as suas contribuições nacionalmente determinadas refletindo a sua mais alta ambição possível, em conformidade com as suas obrigações sob o Acordo de Paris, tendo em conta os meios de implementação; e enfatizam a importância de fornecer e mobilizar uma ampla variedade de recursos financeiros para auxiliar os países em desenvolvimento em seus esforços de adaptação e mitigação, em conformidade com a UNFCCC e o Acordo de Paris, reafirmando a importância da cooperação internacional. Além disso, esses signatários reiteram o convite para comunicar até 2020 estratégias de desenvolvimento de longo prazo para a baixa emissão de gases de efeito estufa. Esses signatários lembram o compromisso assumido pelos países desenvolvidos com a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para atender às necessidades dos países em desenvolvimento. Todos os membros do G20 também continuam a apoiar os esforços e a utilizar todas as abordagens disponíveis voltadas para o avanço da gestão ambiental para as gerações futuras, e enfatizam que mais esforços globais são necessários para enfrentar esses desafios, enquanto mantêm economias saudáveis que conduzam ao

crescimento, empregos decentes e inovação.

Agricultura: Reafirmamos nosso compromisso em enfrentar os desafios da segurança alimentar e nutricional, bem como reforçar a eficiência, resiliência e sustentabilidade das cadeias de abastecimento alimentar e agrícola, especialmente à luz dos efeitos da pandemia. É necessário um aumento significativo no investimento responsável em sistemas agrícolas e alimentares para enfrentar o desafio de alimentar a população global, e endossamos a Declaração do G20 de Riade para Melhorar a Implementação de Investimentos Responsáveis em Sistemas Agrícolas e Alimentares. Reconhecemos a meta de estabelecer voluntariamente metas intermediárias específicas para cada país para fortalecer os esforços para reduzir pela metade a perda e o desperdício globais de alimentos per capita até 2030.

Água: Reconhecemos que água potável, confiável e segura, serviços de saneamento e higiene são essenciais para a vida humana e que o acesso à água potável é fundamental para superar a pandemia. Saudamos o Diálogo do G20 sobre Água como uma base para compartilhar as melhores práticas e promover a inovação e novas tecnologias, de forma voluntária, que promoverão a gestão sustentável, resiliente e integrada da água.

Valorizamos os esforços para proteger a saúde das pessoas por meio do adiamento de grandes eventos públicos. Como um símbolo da resiliência da humanidade e unidade global na superação da COVID-19, elogiamos a determinação do Japão em sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Tóquio 2020 no

próximo ano. Também elogiamos a decisão dos Emirados Árabes Unidos de sediar a World Expo 2020 no próximo ano. Estamos ansiosos para os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim em 2022.

Agradecemos às organizações internacionais por suas valiosas contribuições por meio de seus relatórios e assessoria técnica. Comemoramos o 75º aniversário das Nações Unidas. Expressamos nosso agradecimento pelo valioso trabalho realizado pelos grupos de engajamento do G20.

Agradecemos à Arábia Saudita por hospedar uma Cúpula de Riade bem-sucedida e sua contribuição para o processo do G20. Estamos ansiosos para nossas próximas reuniões na Itália em 2021, Indonésia em 2022, Índia em 2023 e Brasil em 2024.

Visita do Ministro das Relações Exteriores ao Suriname e à Guiana – 23 de novembro de 2020

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, realizará visita a Paramaribo, em 24 e 25 de novembro de 2020, por ocasião das celebrações do 45º Aniversário da Independência da República do Suriname, seguida de visita de trabalho a Georgetown, Guiana, em 26 de novembro de 2020.

Cooperação Financeira Brasil-Alemanha: Projeto “Inovação nas Cadeias Produtivas da Agropecuária para a Conservação Florestal na Amazônia Legal” – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 24 de novembro de 2020

Os Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento saúdam a conclusão hoje, 24/11/2020, de acordo que prevê a doação, pelo banco estatal alemão “Kreditanstalt für Wiederaufbau” (KfW), de até 25,5 milhões de Euros ao projeto “Inovação nas Cadeias Produtivas da Agropecuária para a Conservação Florestal na Amazônia Legal”. O objetivo do projeto é o de expandir e fortalecer práticas produtivas sustentáveis nas cadeias da carne, soja e madeira em estados da Amazônia Legal.

No âmbito de sua competência, o Ministério das Relações Exteriores tem coordenado profícua cooperação técnica e financeira entre Brasil e Alemanha, voltada ao desenvolvimento sustentável, com foco no fomento a projetos nas áreas de proteção ambiental e eficiência energética.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por sua vez, será o encarregado de executar o projeto em questão, em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). A iniciativa complementa outros projetos, inclusive de cooperação técnica, executados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Itamaraty, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e por outros órgãos do governo federal.

Exportações brasileiras ao México de ovos de aves, subprodutos e partes, e de

arroz com casca - Nota conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 25 de novembro de 2020

O Governo brasileiro foi informado pelas autoridades mexicanas da aprovação do Certificado Zoossanitário Internacional proposto para a exportação de ovos de aves, subprodutos e partes, o que abre as portas do mercado mexicano às exportações brasileiras desses produtos.

O México, ademais, abriu quota tarifária plurianual para a importação de arroz com casca. O volume do produto autorizado a ingressar com tarifa zero é de 30 mil toneladas, até 31/12/2020, e de 75 mil toneladas, no período de 1/1/2021 a 31/12/2021.

Em 2019, o Brasil exportou para o mundo quase USD 4,8 milhões em ovos frescos de aves e USD 5,1 milhões em seus subprodutos e partes. Exportou, ainda, USD 59 milhões em ovos férteis para incubadora, sendo USD 7,9 milhões para o México.

O maior alcance das exportações brasileiras de ovos e derivados e de arroz com casca no mercado mexicano representa mais oportunidades para o agronegócio nacional, cujos produtos ocupam crescente espaço na pauta comercial entre Brasil e México.

Visita oficial à República Cooperativa da Guiana de Sua Excelência Embaixador Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores da

República Federativa do Brasil – Comunicado conjunto à imprensa – 26 de novembro de 2020

Sua Excelência Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, realizou visita de trabalho à Guiana. O Ministro estava acompanhado por altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores e da Polícia Federal do Brasil.

Durante a visita, o Ministro e a delegação encontraram-se com Sua Excelência o Presidente Irfaan Ali, o Ilustre Dr. Bharrat Jagdeo, Vice-Presidente, o Ilustre Hugh Todd, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, bem como o Procurador-Geral e os Ministros da Agricultura, Obras Públicas e Assuntos Internos.

As duas partes revisaram o atual programa de cooperação entre a Guiana e o Brasil e concordaram com a implementação de uma série de medidas destinadas a expandir e fortalecer a colaboração nos níveis bilateral e regional no contexto dos mecanismos de cooperação existentes.

Após intercâmbios francos, acordaram as modalidades para o avanço da agenda de cooperação nas áreas de infraestrutura, comércio e investimentos, saúde, agricultura, energia, turismo e segurança.

A esse respeito, foram tomadas as seguintes decisões:

i. Retomar as discussões sobre a conclusão do Projeto Rodoviário Guiana-Brasil, bem como sobre a

implementação do “Acordo Transporte Rodoviário Internacional”;

ii. Avançar em discussões sobre cooperação energética, incluindo aspectos ambientais, por meio do intercâmbio de missões técnicas e informações;

iii. Buscar maior colaboração entre as autoridades de saúde, uma vez que ambos os Estados continuam lutando contra os efeitos nocivos do COVID-19;

iv. Implementar o Memorando de Entendimento (MOU) para os “Estudos Técnicos de Viabilidade para Instalação de Rota Ótica de Boa Vista, Brasil a Georgetown, Guiana”, assinado durante a visita, reconhecendo a importância de estabelecer infraestrutura de conectividade digital entre os dois países.

v. Intensificar a colaboração na área de segurança e combate às atividades ilícitas e ao crime organizado, por meio do intercâmbio de informações e conhecimentos. Para tanto, as duas partes firmaram o “Acordo de Cooperação Técnica Internacional entre a Unidade Aduaneira Antinarcótico da República Cooperativa da Guiana e a Polícia Federal da República Federativa do Brasil”

vi. Aumentar a colaboração em questões agrícolas, incluindo cooperação técnica no manejo de pragas e doenças, como exemplificado pelas atividades conjuntas de monitoramento da Mosca da Carambola (CFF);

vii. Convocar em Georgetown, em janeiro de 2021, uma reunião do

Grupo Guiana / Brasil de Cooperação Consular;

viii. Convocar Reunião do Comitê Técnico, no âmbito do Acordo de Alcance Parcial, com vistas à ampliação do comércio e dos investimentos; e

ix. Continuar a coordenação política e o diálogo sobre questões regionais, com ênfase na promoção da democracia e da prosperidade compartilhada.

As duas partes também discutiram a visita iminente de Sua Excelência Jair Bolsonaro, Presidente da República Federativa do Brasil à Guiana, que está prevista para ocorrer no ano novo.

Videoconferência entre os Presidentes Jair Bolsonaro e Alberto Fernández – 30 de novembro de 2020

Na manhã de hoje, 30 de novembro, para comemorar o Dia da Amizade Brasil-Argentina e os 35 anos da Declaração de Iguazu assinada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín em 1985, o presidente Jair Bolsonaro manteve reunião por videoconferência com o presidente da Argentina, Alberto Fernández. A convite do presidente Bolsonaro, o evento também contou com a participação do presidente Sarney.

A reunião proporcionou oportunidade para que os dois presidentes confirmassem seu desejo de trabalhar juntos em prol do desenvolvimento de seus países, notadamente no aperfeiçoamento do Mercosul e nas negociações comerciais do bloco com outros parceiros.

Trataram igualmente da cooperação em segurança e defesa, em ciência e tecnologia, em energia nuclear e no combate aos desafios criados pela pandemia.

Ao final do encontro, os dois presidentes acordaram renovar os contatos e impulsionar os temas de interesse comum.

IX Diálogo de Alto Nível sobre Direitos Humanos entre Brasil e União Europeia – 1/12/2020 – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – 2 de dezembro de 2020

Foi realizado em 1º de dezembro, por videoconferência, o IX Diálogo de Alto Nível sobre Direitos Humanos entre Brasil e União Europeia.

O Diálogo constituiu oportunidade renovada para ampla troca de pontos de vista sobre questões bilaterais e multilaterais de direitos humanos.

Foram tratadas, entre outras, questões relacionadas a liberdade de expressão, liberdade de religião ou crença, empresas e direitos humanos e a proteção do direito à saúde, acesso à informação e outras liberdades fundamentais.

Brasil e União Europeia examinaram, ademais, o desenvolvimento recente da agenda de direitos humanos no plano multilateral, tendo em vista os próximos debates no âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (Genebra), do qual o Brasil é membro, e da 3ª Comissão da

Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York).

O Diálogo foi precedido pelo “Seminário da Sociedade Civil UE-Brasil”, no dia 26 de novembro último, durante o qual foram discutidas a situação atual e melhores práticas relacionadas a direitos humanos, na União Europeia e no Brasil.

O próximo diálogo bilateral será realizado em 2021, em Bruxelas.

Falecimento de Tabaré Vázquez – 6 de dezembro de 2020

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do falecimento do ex-Presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vázquez.

O governo brasileiro transmite ao povo-irmão do Uruguai e aos familiares do ex-Presidente as suas profundas condolências.

Declaração conjunta sobre Venezuela – 7 de dezembro de 2020

Os signatários (*), um grupo de países interessados na crise multidimensional que afeta a Venezuela, incluindo membros do Grupo de Lima e outros países comprometidos em apoiar o retorno da democracia, declaram o seguinte:

1. Reiteramos que as eleições de 6 de dezembro para renovação da Assembleia Nacional da Venezuela, organizadas pelo regime ilegítimo de Nicolás Maduro, carecem de legalidade e legitimidade pois foram

realizadas sem as garantias mínimas de um processo democrático, de liberdade, segurança e transparência, e sem integridade dos votos, participação de todas as forças políticas ou observação internacional.

2. Exortamos a comunidade internacional a se unir na rejeição a essas eleições fraudulentas e a apoiar os esforços para a recuperação da democracia, do respeito pelos direitos humanos e do Estado de Direito na Venezuela.

3. Exortamos os atores de toda a Venezuela, de todas as tendências ideológicas e filiações partidárias, a colocarem os interesses do país acima de tudo e a se comprometerem urgentemente com um processo de transição, definido e impulsionado pelos venezuelanos, de modo a encontrar uma solução pacífica e constitucional que leve o país a eleições presidenciais e parlamentares livres, justas e críveis o mais rapidamente possível.

(*) **Países signatários:** Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia.

Apresentação da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil perante o Acordo de Paris – 9 de dezembro de 2020

O Brasil transmitiu ontem 8/12 à ONU (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – UNFCCC) a nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) ao Acordo de Paris, aprovada no mesmo dia pelo

Comitê Interministerial de Mudança do Clima (CIM). A NDC é o principal compromisso internacional do Brasil na área de mudança do clima.

Tendo como base o ano de 2005, a NDC brasileira reafirma o compromisso de redução das emissões líquidas totais de gases de efeito estufa em 37% em 2025, e assume oficialmente o compromisso de reduzir em 43% as emissões brasileiras até 2030. A NDC também enuncia o objetivo indicativo de atingirmos a neutralidade climática – ou seja, emissões líquidas nulas – em 2060. Esse objetivo de longo prazo poderá ser revisto no futuro, a depender do funcionamento dos mecanismos de mercado do Acordo de Paris, não estando descartada a possibilidade de adoção de estratégia de longo prazo ainda mais ambiciosa.

A NDC brasileira é uma das mais ambiciosas do mundo em razão de quatro características principais. Primeiro, por se referir a emissões absolutas, e não fatores relativos como intensidade de carbono ou tendências históricas de crescimento, como a maioria das NDCs de países em desenvolvimento. Segundo, por se referir a toda a economia, e não a setores específicos. Terceiro, pela magnitude das metas (37% e 43%), que supera inclusive a de muitos países desenvolvidos. Quarto, por incluir uma meta intermediária para 2025, obrigando a trajetória de reduções em toda a década e não apenas em 2030.

Também é digno de nota o anúncio do objetivo indicativo de neutralidade climática em 2060. Não sendo um componente necessário de uma NDC, a inclusão deste objetivo é mais um sinal do engajamento brasileiro na área ambiental.

A NDC brasileira está disponível no seguinte endereço:

www4.unfccc.int/sites/NDCStaging/Pages/Party.aspx?party=BRA

Normalização das relações entre Israel e Marrocos – 10 de dezembro de 2020

O governo brasileiro recebeu com satisfação a decisão do Reino do Marrocos e do Estado de Israel de estabelecer plenas relações diplomáticas, anunciada em conjunto com os Estados Unidos da América, e celebra este importante passo para ambos os países e suas regiões.

Os laços de amizade e cooperação do Brasil com Israel e com Marrocos têm se fortalecido com intensidade sem precedentes desde 2019. Ao saudar essa nova fase de diálogo entre Israel e Marrocos, o governo brasileiro reforça ainda mais sua disposição de seguir trabalhando pela paz e pela prosperidade no Oriente Médio e no norte da África.

Carta da Secretária-Executiva da Convenção do Clima (UNFCCC) – 12 de dezembro de 2020

Excelência,

Escrevo para expressar-lhe minha gratidão pela recente submissão da Contribuição Nacionalmente Determinada (Nationally Determined Contribution - NDC) atualizada do Brasil, em consonância com a decisão 1/CP.21.

Os esforços empreendidos por seu país na preparação dessa importante submissão durante este momento

desafiador, ocasionado pela pandemia de COVID-19, são dignos de nota. O compromisso do Brasil em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e em 43% em 2030, em comparação com o ano-base de 2005, é louvável, assim como o é a inclusão de uma meta indicativa de longo-prazo de atingir a neutralidade climática em 2060.

O planejamento estratégico e o compromisso sustentado do Brasil para com uma ação climática ambiciosa e com os objetivos do Acordo de Paris são muitíssimo apreciáveis.

Espero contar com sua liderança e com a continuidade de nossa cooperação nos próximos meses, conforme trabalhamos para assegurar o êxito da COP 26 e um futuro sustentável e seguro em termos climáticos para todos.

Aceite, Excelência, meus reiterados protestos de minha mais alta estima.

Patricia Espinosa”

Declaração da Cúpula Presidencial do Prosul – 13 de dezembro de 2020

Os Chefes de Estado e Altos Representantes da República Federativa do Brasil, da República do Chile, da República da Colômbia, da República do Equador, da República Cooperativa da Guiana, da República do Paraguai e da República do Peru, reunidos através de videoconferência, em 12 de dezembro de 2020:

Reafirmando nosso compromisso com a consolidação do PROSUL como um espaço de cooperação e coordenação regional, sustentado na

democracia e no respeito aos direitos humanos, que propicie a implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que promova um sistema multilateral mais justo, eficiente e focado nas necessidades dos países;

Considerando os enormes desafios apresentados pela crise sanitária provocada pela COVID-19 e seus severos efeitos multidimensionais em nossos países, que demandaram adequação das prioridades do trabalho do PROSUL e colocaram em destaque a necessidade de reconhecimento da imunização contra a COVID-19 como bem público global, bem como a importância da solidariedade e da cooperação nas atuais circunstâncias;

Valorizando as respostas oportunas do PROSUL para combater a pandemia com base no diálogo político e na cooperação entre nossos países, como refletem as quatro reuniões de Chefes de Estado realizadas durante este ano e as Declarações Presidenciais que emanaram desses encontros;

DECLARAMOS:

1 - Nossa vontade para continuar fortalecendo o PROSUL e o processo de integração na América do Sul.

2 - Fortalecer a coordenação para avançar na implementação dos diferentes Planos de Trabalho nas instâncias setoriais dos respectivos eixos temáticos do PROSUL, como a ferramenta mais apta, prática e efetiva para fortalecer o processo de integração no âmbito do mecanismo.

3 - Aprovar a criação de um novo Grupo de Trabalho Setorial sobre

Meio Ambiente, que terá como objetivo analisar as potenciais áreas de cooperação entre os países membros e desenhar um Plano de Trabalho sobre o tema, de modo a complementar outras iniciativas regionais.

4 - Promover a cooperação regional com a finalidade de alcançar um acesso universal, equitativo e oportuno à imunização contra a COVID-19.

5 - Impulsionar e coordenar a implementação de políticas que facilitem o trânsito progressivo e responsável de pessoas, para que a abertura das fronteiras seja realizada de forma segura, ordenada e regular, bem como o trânsito de mercadorias, especialmente aquelas necessárias para mitigar a efeitos da COVID-19 e contribuir, dessa forma, para a reativação da economia da região. Da mesma forma, destacamos o trabalho das Mesas de Trabalho Ad Hoc para lidar com a pandemia.

6 - Acordar ações que permitam o acesso à assistência econômica dos organismos financeiros regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), para enfrentar a crise.

7 - Reforçar a cooperação regional já em curso em matéria de combate ao crime organizado transnacional, bem como a segurança regional e internacional, em coordenação com os foros especializados.

8 - Nosso interesse em dar impulso à cooperação internacional, incluindo a Cooperação Sul-Sul (CSS) e a Cooperação Triangular (CTr), cujo papel complementar permitirá fazer

frente aos efeitos da crise da COVID-19 em nível regional, e fortalecer a coordenação entre as autoridades responsáveis pela cooperação dos países membros do PROSUL.

9 - Agradecer o valioso apoio técnico que o Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL) presta ao PROSUL, contribuindo substancialmente para o cumprimento dos objetivos do mecanismo.

10 - Apoiar o trabalho da próxima Presidência Pro Tempore, que buscará reforçar o trabalho dos grupos temáticos e neles promover resultados concretos, com especial ênfase na reativação econômica da região.

11 - Manifestar, por ocasião da transferência da Presidência Pro Tempore para a Colômbia, o respaldo permanente aos esforços que o Governo do Presidente Iván Duque vem realizando na implementação da Política de Paz com Legalidade, como estratégia eficaz e efetiva para alcançar uma convivência pacífica estável e duradoura.

12 - Expressar nosso agradecimento à República do Chile pela liderança exercida como primeira Presidência Pro Tempore do PROSUL, bem como pelo trabalho de coordenação nas diversas instâncias de trabalho desenvolvidas durante o período 2019-2020.

13 - Felicitar a República da Colômbia pela nova Presidência Pro Tempore do PROSUL, que exercerá até dezembro de 2021, quando a assumirá a República do Paraguai.

LVII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e LVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum - 15 e 16/12/2020 – 14 de dezembro de 2020

Será realizada, no dia 16 de dezembro, a 57ª edição da Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados, precedida, no dia anterior, de reunião ordinária do Conselho do Mercado Comum, órgão decisório de nível ministerial. Ambas as reuniões serão realizadas por videoconferência.

Os dois encontros marcam o encerramento da presidência *pro tempore* do Uruguai (PPTU) do MERCOSUL e o início da presidência da Argentina. Será oportunidade para examinar a situação e as perspectivas do processo de integração regional, além das atividades de relacionamento externo do MERCOSUL.

Ao longo da PPTU, a despeito dos efeitos da pandemia, prosseguiram os trabalhos do MERCOSUL para fortalecer sua vertente econômico-comercial e de negociações comerciais com outros parceiros, bem como sua capacidade de produzir ganhos concretos. Avançaram as discussões em torno de temas como Tarifa Externa Comum (TEC), Regime de Origem do MERCOSUL, setores açucareiro e automotivo, regulamentos técnicos, comércio de serviços e eletrônico, reforma institucional e combate à corrupção.

Na frente do relacionamento externo, foi possível avançar na revisão formal e jurídica dos acordos com a União Europeia (UE) e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA).

Também houve seguimento das negociações para a ampliação do Acordo de Livre Comércio com Israel, das tratativas em curso com Canadá, Líbano e Singapura e do diálogo exploratório com a Indonésia com vistas à negociação de um futuro acordo comercial.

Em 2019, o Brasil exportou cerca de US\$ 15 bilhões para os países do MERCOSUL e importou US\$ 13 bilhões, com superávit de US\$ 2 bilhões. Entre janeiro e novembro de 2020, as exportações brasileiras para os demais países do bloco ultrapassaram US\$ 11 bilhões e as importações superaram US\$ 9 bilhões, gerando um superávit de cerca de US\$ 1,8 bilhão para o Brasil.

Esclarecimentos sobre a nova NDC brasileira submetida sob o Acordo de Paris – 15 de dezembro de 2020

Diante de informações distorcidas que vêm sendo veiculadas por grupos de interesse e reproduzidas em diferentes veículos de comunicação, prestam-se, a seguir, esclarecimentos sobre a Contribuição Nacionalmente Determinada apresentada pelo Governo brasileiro em 9 de dezembro corrente.

Com relação aos valores de referência, é incorreta a interpretação de que as metas constantes da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil (NDC) ao Acordo de Paris têm como referência

fixa as emissões de gases de efeito estufa de 2005 tal como constam da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de 2016. A 3ª CN foi

mencionada na NDC apenas por conter o inventário brasileiro de emissões vigente neste momento. O item 1 (f) do anexo da NDC esclarece, contudo, que “[a]s informações sobre as emissões em 2005 e valores de referência poderão ser atualizadas e recalculadas em função de aperfeiçoamentos das metodologias aplicáveis aos inventários”. Na mesma linha, o item 5 (a) afirma que o Brasil “atualizará seus inventários nacionais para a série histórica com base nas Diretrizes de 2006 do IPCC, ou o que vier a eventualmente substituí-las”. Ao permitir a atualização dos valores de referência com base nos aperfeiçoamentos metodológicos na elaboração de inventários, a nova NDC busca apenas respeitar a melhor ciência disponível e diretrizes atualizadas do IPCC.

No que tange ao objetivo indicativo de longo prazo, tampouco é correta a interpretação de que o objetivo indicativo de neutralidade climática em 2060 seja condicionado ao recebimento de recursos internacionais ou ao funcionamento do mercado de carbono. Na verdade, esse objetivo é apresentado na NDC de maneira incondicional. A NDC também assinala, contudo, que esse objetivo de longo prazo poderá ser antecipado, até mesmo para 2050, a depender do adequado funcionamento dos mecanismos de mercado do acordo de Paris, inclusive o Mecanismo do Desenvolvimento Sustentável.

Esta visão está expressa no segundo parágrafo da NDC, que afirma claramente que a NDC brasileira “é compatível com objetivo indicativo de longo prazo de alcançar a neutralidade climática em 2060 ... não estando descartada a possibilidade de

adoção, em momento adequado, de objetivo de longo prazo mais ambicioso”. A mesma ideia está expressa no parágrafo final do anexo da NDC, que afirma que o “o adequado funcionamento dos mecanismos de mercado do Acordo de Paris poderia justificar a consideração de objetivo mais ambicioso no futuro, que tenha como objetivo, por exemplo, o ano de 2050”.

Comissão de Consolidação da Paz. Eleição do Brasil (14/12/2020) – 15 de dezembro de 2020

Em 14/12, o Brasil foi reeleito para o mandato 2021-2022 do Comitê Organizacional da Comissão de Consolidação da Paz da Organização das Nações Unidas. Com 151 votos recebidos de 191 votantes, a reeleição do Brasil atesta o reconhecimento das credenciais do Brasil para contribuir à paz no cenário internacional.

No exercício de seu mandato, o Brasil defenderá que a paz duradoura não significa simplesmente a ausência de conflitos armados, mas exige igualmente, de forma estrutural, o respeito às liberdades fundamentais e à dignidade humana, incluindo a liberdade de expressão e a liberdade religiosa. Requer, igualmente, o combate ao crime organizado transnacional, que hoje representa uma das maiores ameaças à paz.

Cumprimentos do Presidente Jair Bolsonaro ao Presidente-Eleito dos EUA Joe Biden – 15 de dezembro de 2020

O Presidente Jair Bolsonaro transmite a seguinte mensagem ao Presidente-

Eleito Joe Biden após o anúncio dos resultados da votação no Colégio Eleitoral dos EUA:

- Saudações ao Presidente Joe Biden, com meus melhores votos e a esperança de que os EUA sigam sendo “a terra dos livres e o lar dos corajosos”.

- Estarei pronto a trabalhar com V. Exa. e dar continuidade à construção de uma aliança Brasil-EUA, na defesa da soberania, da democracia e da liberdade em todo o mundo, assim como na integração econômico-comercial em benefício dos nossos povos.

Comunicado Conjunto de Presidentes dos Estados Partes e Estados Associados do MERCOSUL – 16 de dezembro de 2020

Os Presidentes da República Argentina, *Alberto Fernández*; da República Federativa do Brasil, *Jair Messias Bolsonaro*; da República do Paraguai, *Mario Abdo Benítez*; e da República Oriental do Uruguai, *Luis Lacalle Pou*, Estados Partes e o Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, *Luis Alberto Arce Catacora* e as altas autoridades dos Estados Associados do MERCOSUL, reunidos mediante videoconferência, por ocasião da LVII Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, em 16 de dezembro de 2020,

RATIFICARAM a importância da defesa e do fortalecimento das instituições democráticas e a plena vigência do Estado de Direito, dos princípios fundamentais do Direito Internacional, da proteção e promoção dos direitos humanos e do

respeito irrestrito às liberdades fundamentais como condições essenciais para a consolidação e aprofundamento do processo de integração regional.

REAFIRMARAM seu compromisso com a promoção do desenvolvimento econômico com inclusão social, para melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos por meio do aprofundamento da integração competitiva dos países no cenário internacional.

AFIRMARAM que o diálogo e as ações concertadas no âmbito das instituições multilaterais, da cooperação, da solidariedade, do respeito ao Direito Internacional e dos princípios e propósitos enunciados na Carta das Nações Unidas são ferramentas fundamentais para abordar os desafios econômicos, sociais, culturais e meio ambientais, regionais e mundiais, as quais permitem uma melhor construção de uma ordem internacional justa, inclusiva, intercultural e resiliente.

SALIENTARAM que os impactos da pandemia na sociedade, na economia e na natureza demonstram a importância de se trabalhar em políticas públicas para o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental, em concordância com os compromissos assumidos na Agenda 2030, promovendo a geração de alianças com atores da sociedade civil, da academia e do setor privado.

COINCIDIRAM na necessidade de redobrar e coordenar esforços, cooperando conjuntamente, em prol

de acelerar o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em todos os campos, atentos ao compromisso assumido por cada um dos Estados Partes e Associados com essa iniciativa mundial.

REAFIRMARAM seu compromisso com uma coordenação eficiente e permanente para conter o avanço do coronavírus, principalmente em zonas de fronteira, a fim de mitigar suas consequências sanitárias, econômicas e sociais e fortalecer a integração regional, em linha com o acordado na “Declaração de Presidentes do MERCOSUL sobre coordenação regional para a contenção e a mitigação do coronavírus e seu impacto”, adotada em 18 de março de 2020.

REAFIRMARAM seu compromisso com os direitos humanos de todas as pessoas em sua resposta à pandemia de Covid-19, sem nenhum tipo de discriminação, salvaguardando sua dignidade e prestando especial atenção às pessoas e/ou populações em situação de vulnerabilidade.

RATIFICARAM a importância de fortalecer os esforços conjuntos para garantir o acesso à educação em todos os Estados Partes e Associados, como um direito fundamental das pessoas, enfatizando a necessidade de não deixar ninguém para trás.

MANIFESTARAM a importância da cooperação regional no combate à Covid-19, inclusive para assegurar o acesso universal, equitativo e oportuno a medicamentos, vacinas, equipamentos médicos e tecnologias para enfrentar a pandemia, e tomaram nota dos esforços de coordenação em

estabelecer medidas para fortalecer a cooperação, por meio de iniciativas em nível técnico, de autoridades de saúde e coordenações nacionais, para intercambiar experiências e boas práticas que contribuam para mitigar o impacto da pandemia na região.

EXPRESSARAM sua satisfação pelas medidas adotadas em cada país para facilitar o comércio internacional de bens e serviços e, desta maneira, enfrentar a emergência sanitária decorrente da Covid-19, contribuindo para garantir aos nossos Estados o funcionamento e a sustentabilidade das cadeias de fornecimento regional, principalmente de alimentos e insumos básicos e médicos.

SUBLINHARAM a necessidade de construir um sistema de comércio justo e inclusivo, que garanta a participação plena e efetiva das mulheres em toda a sua diversidade e a igualdade de oportunidades para o exercício de atividades comerciais, bem como o acesso ao trabalho decente e a igualdade de remuneração entre as mulheres e os homens por trabalhos de igual valor.

COINCIDIRAM no interesse de analisar a conveniência e a oportunidade de criar um espaço regional destinado a incentivar o empoderamento da mulher, o empreendedorismo, a inovação e a promoção de empregos em condições de formalidade, uma maior estabilidade laboral, bem como sua inclusão econômica e social.

RECONHECERAM a importância de fortalecer a cooperação entre as diferentes iniciativas regionais de diálogo sobre políticas em matéria de desenvolvimento digital incluindo, entre outros, o melhoramento da

conectividade rural, o fomento de tecnologias emergentes e o fim da exclusão digital, como mecanismos fundamentais para aproveitar as oportunidades e desafios derivados do avanço das novas tecnologias e da sociedade digital, considerando que a infraestrutura digital e os serviços de telecomunicações são elementos chave para garantir direitos fundamentais e promover a reativação econômica.

REAFIRMARAM sua vontade em avançar no Plano de Ação de Puerto Vallarta entre a Aliança do Pacífico e o MERCOSUL, assinado na XIII Cúpula da Aliança do Pacífico, em julho de 2018.

REITERARAM seu compromisso para continuar trabalhando na implementação das matérias acordadas nos Acordos de Complementação Econômica e Acordos de Livre Comércio assinados, o que permitirá aprofundar o comércio bilateral e intrarregional e ajudar na reativação econômica de nossos países, no contexto da atual pandemia de Covid-19.

EXPRESSARAM seu interesse em fomentar a integração física, por meio de iniciativas como corredores bioceânicos, a Hidrovia Paraguai - Paraná Porto Cáceres - Porto Nueva Palmira e o desenvolvimento de empreendimentos de infraestrutura, para potencializar o comércio, os investimentos, a atividade empresarial, o intercâmbio acadêmico e o turismo, por constituir um importante fator para promover a complementariedade, a conectividade e a reativação econômica intrarregional pós Covid-19.

COINCIDIRAM com a preocupação mundial em enfrentar os efeitos

adversos da mudança do clima e destacaram os esforços dos países da região para dar respostas a esses fenômenos, proteger seus ecossistemas, gerando ações de mitigação e adaptação, de acordo com suas circunstâncias, capacidades e realidades nacionais. Manifestaram seu compromisso para continuar trabalhando em conjunto, sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima e nos âmbitos multilaterais respectivos, e recordaram a necessidade de aumentar a ambição da ação climática para cumprir com os objetivos do Acordo de Paris, em virtude dos quais as Partes deverão atualizar suas Contribuições Nacionalmente Determinadas. Ademais, convergiram a respeito da importância de fortalecer o trabalho em nível regional para o acesso a financiamento de todos os países em desenvolvimento, particularmente vulneráveis aos efeitos colaterais da mudança do clima, incluindo aqueles de renda média-alta da América Latina.

RECONHECERAM e agradeceram a liderança do Chile como Presidência da COP25, realizada em Madri, e acordaram continuar trabalhando no fortalecimento do processo sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e trabalhar de maneira conjunta rumo a resultados significativos na COP26, a ser realizada em Glasgow, Reino Unido, em novembro de 2021.

REAFIRMARAM também seu compromisso para abordar as causas fundamentais da perda da biodiversidade, aportando à construção de um novo Marco Mundial para a Diversidade Biológica pós-2020 que seja efetivo, ambicioso

e realizável e que ofereça os meios necessários para sua implementação nos países em desenvolvimento, em linha com o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas, e com as capacidades respectivas, contemplando os três objetivos do Convênio sobre a Diversidade Biológica, a ser adotado na COP15.

DESTACARAM a iniciativa estimulada pela Argentina para a criação de uma “Rede Regional de Mulheres Mediadoras do Cone Sul”, que será integrada por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de dar visibilidade ao trabalho realizado pelas mulheres na mediação e na construção de uma paz sustentável, fomentar sua participação efetiva e substancial nas negociações levadas adiante nesses processos, bem como estabelecer diretrizes para a cooperação regional na matéria.

REAFIRMARAM que o avanço na implementação do MERCOSUL social e cidadão continua sendo um componente essencial do processo de integração regional, aproximando o MERCOSUL da cidadania e gerando um impacto positivo em suas vidas.

DESTACARAM o intercâmbio de experiência que realizaram os Ministros e Ministras de Justiça do MERCOSUL e Estados Associados sobre as medidas adotadas no âmbito da pandemia de Covid-19 na esfera previdenciário e coincidiram na necessidade de continuar trabalhando para conseguir implementar e/ou fortalecer o uso de meios tecnológicos para os pedidos de solicitações de cooperação, e para a negociação de um instrumento que atualize o “Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em matéria

Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes e Associados do MERCOSUL.”

COINCIDIRAM com o exposto na XXVIII Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL (REMPPM) com respeito à importância de assegurar o fortalecimento institucional dos Ministérios Públicos na região, bem como de propiciar a adoção de legislações internas que contemplem as ferramentas de cooperação internacional e institucional, que ofereçam os mecanismos requeridos pelos Ministérios Públicos para uma eficaz e eficiente investigação, persecução penal transnacional e recuperação de ativos; especialmente a constituição e o funcionamento das equipes conjuntas de investigação.

RESSALTARAM o trabalho desenvolvido pela Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais (REDPO) em matéria de acesso à justiça, em particular neste desafiante contexto de pandemia mundial, que dificulta a comunicação entre pessoas privadas de liberdade e seus familiares. Ademais, reconheceram a necessidade de avançar no fortalecimento dos Sistemas de Defensoria Pública Oficial no âmbito nacional, provincial, estadual e/ou departamental, conforme corresponda.

REAFIRMARAM o compromisso expressado na Reunião de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas para ampliar e fortalecer a prevenção, o atendimento, o tratamento e o cuidado das pessoas em situação de consumo problemático de drogas a partir de uma abordagem

integral, equilibrada e multidimensional da temática, baseada em evidência e com respeito aos direitos humanos, comprometendo-se a realizar os maiores esforços para combater o Problema Mundial das Drogas, tanto em nível nacional como em nível regional e internacional por meio da cooperação, em todas as suas manifestações, com atenção ao princípio de responsabilidade comum e compartilhada.

REAFIRMARAM seu total compromisso e cooperação regional com a luta contra o crime organizado transnacional e seu apoio à efetiva implementação do Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança do MERCOSUL (SISME).

REITERARAM seu compromisso com a prevenção e o fortalecimento do combate para a erradicação da fabricação e do tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais relacionados. Nesse sentido, destacaram os esforços do Grupo de Trabalho sobre Armas de Fogo e Munições (GTAM) e do Subgrupo Técnico nas iniciativas realizadas para coordenar políticas na matéria, harmonizar as legislações nacionais e o intercâmbio de boas práticas. Ademais, expressaram seu apoio a iniciativas que estimulem a cooperação, o trabalho conjunto e a definição de posições coordenadas dos Estados Partes e Associados nos foros internacionais.

ACOLHERAM COM BENEPLÁCITO o trabalho realizado pela Reunião Ordinária de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos e Desastres do MERCOSUL (RMAGIR) que reafirmou o compromisso com os postulados do documento “Estratégia

de Gestão de Risco de Desastres dos países do MERCOSUL 2019-2030”; expressando a vontade de continuar com o investimento público e privado em todas as medidas estruturais ou não estruturais que forem essenciais para o aumento da resiliência tanto econômica como social, sanitária e cultural da população e do meio ambiente, como expressaram na Declaração emitida, em 13 de outubro de 2020; e destacaram a necessidade de continuar desenvolvendo ações inscritas no Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030.

TOMARAM NOTA que no âmbito da XLVIII Reunião de Ministros da Cultura se salientou a importância de projetar ações concretas, com a finalidade de incentivar o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, atribuindo a esse setor um grande potencial para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de nossos países, e ressaltaram a necessidade de continuar estimulando ações, iniciativas e projetos regionais como a consulta “Governança, gestão e uso do patrimônio religioso” e a “Avaliação do impacto da Covid-19 nas indústrias culturais e criativas: uma iniciativa conjunta do MERCOSUL, UNESCO, BID, SEGIB e OEI” que, no atual cenário, ajudem a fortalecer o setor cultural da região. Ademais, destacaram a importância da criação da Biblioteca Virtual “Clássicos do MERCOSUL”.

COINCIDIRAM na importância de avançar na elaboração das diretrizes de ação comum, tendentes a fortalecer os mecanismos de promoção da igualdade racial dos Estados Partes do MERCOSUL e os sistemas de informação que sirvam para o monitoramento das políticas públicas,

ações afirmativas e o combate ao racismo estrutural que afeta a população afrodescendente e de origem africana, especialmente no âmbito da Década Internacional dos afrodescendentes declarada pelas Nações Unidas (2015-2024), tal como foi sugerido na X Reunião Plenária de Ministros e Altas Autoridades sobre os Direitos dos Afrodescendentes do MERCOSUL e Estados Associados.

REITERARAM a importância da Reunião de Ministros e Altas Autoridades sobre Povos Indígenas (RAPIM) como espaço de diálogo, participação e intercâmbio de políticas públicas em matéria de direitos dos povos indígenas da região, reconhecendo os acordos alcançados para a elaboração de um Plano de Trabalho bienal 2021-2022 que permita promover a interconexão cultural, social, econômica, política e institucional dos povos indígenas, no âmbito do processo de integração regional.

TOMARAM NOTA da realização da XXVIII Reunião do Grupo de Trabalho de Assuntos Consulares e Jurídicos do MERCOSUL (GTACJ), na qual se analisaram os desafios que implica para a gestão consular o contexto da pandemia de Covid-19, os efeitos das medidas restritivas que os países tiveram que adotar em virtude da emergência sanitária, os âmbitos de excepcionalidade que foram sendo habilitados para a entrada de nacionais de outros países a seus respectivos territórios, o Estatuto da Cidadania do MERCOSUL e diversas iniciativas de cooperação consular nesse espaço de integração regional, especialmente o Acordo sobre o Mecanismo de Cooperação Consular entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados. Ademais,

fizeram um chamado para a pronta ratificação do instrumento, por parte dos países, para sua entrada em vigor.

ACOLHERAM COM BENEPLÁCITO a solicitação da República da Colômbia de aderir ao “Acordo sobre Mecanismo de Cooperação Consular entre os Estados Partes e Estados Associados do MERCOSUL”, assinado na cidade de Santa Fé, República Argentina, em 16 de julho de 2019.

SAUDARAM a celebração do vigésimo aniversário da Conferência Sul-americana de Migrações (CSM), destacando sua importância como um foro regional de consulta para coordenar políticas migratórias para o desenvolvimento e a integração. Enfatizaram também sua relevância como um espaço para compartilhar informação sobre o impacto da pandemia de Covid-19 nos migrantes com respeito às políticas adotadas pelos países da região no atual contexto. Nesse sentido, valorizam a iniciativa da Presidência Pro Tempore da Argentina, com o apoio da Secretaria Técnica a cargo da OIM, de estimular o desenvolvimento do Portal “América do Sul Aberta”, que obteve apoios tanto no Foro Especializado Migratório como no Grupo de Assuntos Consulares e Jurídicos.

REITERARAM a relevância e o aporte do “Processo de Quito” como iniciativa intergovernamental destinada a criar um espaço para intercambiar informação e boas práticas, com vistas a articular e a coordenar uma resposta regional com respeito à crise migratória e de refugiados de cidadãos venezuelanos na região. Nesse sentido, parabenizaram-se a realização da VI

Rodada do Processo de Quito sob a Presidência Pro Tempore do Chile, de onde emanou a Declaração Conjunta do Processo, salientando a consolidação da Secretaria Técnica integrada pela ACNUR e a OIM e a conformação de seu Grupo de Amigos, como instância de cooperação inter-regional, expressando os desejos de êxito à República do Peru como recém iniciada Presidência Pro Tempore no Capítulo de Lima.

DESTACARAM o trabalho realizado na XVI Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL, na qual se reconheceu que a crise sanitária mundial tem impactos diferenciados e específicos na vida das mulheres em toda a sua diversidade, pois exacerba situações de desigualdade e exclusão preexistentes, reforça a injusta distribuição das tarefas de cuidados, ao mesmo tempo em que afeta o gozo efetivo de direitos. Nesse sentido, expressam que é indispensável adotar políticas para dar respostas oportunas, que permitam a recuperação dos países da região com igualdade e sustentabilidade.

TOMARAM NOTA com interesse da apresentação que a Colômbia fez no âmbito do Foro Especializado Migratório, em seu caráter de Coordenador do Grupo de Movimento de Pessoas e Facilitação do Trânsito Migratório da Aliança do Pacífico, sobre a Plataforma de Consulta Imediata de Informação com Fins Migratórios para Facilitar o Trânsito de Pessoas, que permitiu conhecer essa experiência modelo na região para o manejo de fluxos migratórios de forma segura, ordenada e regular.

REAFIRMARAM os termos da Declaração dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, da República da Bolívia e da República do Chile, assinada em 25 de junho de 1996 em Potrero de los Funes, República Argentina, denominada Declaração sobre as Malvinas, e reiteraram seu respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa à Questão das Ilhas Malvinas.

DESTACARAM que a adoção de medidas unilaterais, incluindo a exploração de recursos naturais renováveis e não renováveis da área em controvérsia, não é compatível com o acordado nas Nações Unidas, e reconheceram o direito que assiste à República Argentina de promover ações legais, com pleno respeito ao Direito Internacional, contra as atividades não autorizadas na referida área. Ademais, reafirmaram o interesse regional em que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes alcance, quanto antes, uma solução em conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas e das declarações da Organização dos Estados Americanos e outros foros regionais e multilaterais.

VALORIZARAM o esforço que o governo colombiano realiza para implementar o Acordo Final para o Fim do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura e seu compromisso para a superação da violência e da construção de maiores níveis de convivência e progresso social e tomaram nota da política “Paz com Legalidade”.

PARABENIZARAM o povo boliviano pelo processo eleitoral realizado com total transparência, em um ambiente de tranquilidade e harmonia, havendo sido eleitos Luis Alberto Arce Catacora y David Choquehuanca Céspedes como Presidente e Vice-presidente respectivamente; nesse âmbito, expressaram seus maiores desejos de êxito na gestão das altas funções que lhes foram encomendadas.

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Bolívia – 16 de dezembro de 2020

Os Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, Alberto Fernández, da República Argentina; Jair Messias Bolsonaro, da República Federativa do Brasil; Mario Abdo Benítez, da República do Paraguai; e Luis Lacalle Pou, da República Oriental do Uruguai; e o Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Luis Arce, avaliaram o estado atual do processo de integração regional, por ocasião da LVII Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, celebrada por videoconferência, em 16 de dezembro de 2020.

COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL

Os Estados Partes tomaram nota do relatório sobre as medidas comerciais adotadas no contexto da pandemia, reflexo da cooperação e coordenação entre os órgãos envolvidos no comércio internacional que possibilitaram o abastecimento de insumos destinados à prevenção de doenças e ao cuidado da saúde, no âmbito da emergência sanitária provocada pela COVID-19.

Destacaram a adoção, no âmbito desta nova realidade, de procedimentos contingentes, simplificados e flexíveis, com o objetivo de preservar as correntes comerciais essenciais para as economias dos Estados Partes.

Também celebraram os avanços substantivos nas tarefas de automatização de processos para o tratamento de medidas adotadas no âmbito tarifário por razões de abastecimento e na facilitação do comércio.

TARIFA EXTERNA COMUM

Durante o semestre, os Estados Partes continuaram com o processo de revisão da Tarifa Externa Comum (TEC), com vistas a impulsionar a competitividade do bloco e uma maior integração às cadeias regionais e globais de valor.

Manifestaram seu compromisso de continuar com os trabalhos de revisão da TEC. Nesse contexto, decidiu-se renovar o mandato para apresentação da proposta de revisão da proposta na matéria.

ADEQUAÇÃO DO SETOR AUTOMOTIVO À UNIÃO ADUANEIRA

Os Estados Partes avançaram nas tratativas com vistas à adequação do setor automotivo à união aduaneira. Durante o semestre, a PPTU propôs uma metodologia de trabalho que permitisse continuar com a tarefa, que se encontra em análise pelos demais Estados Partes.

SETOR AÇUCAREIRO

Os Estados Partes continuaram durante este semestre com frutíferos intercâmbios de informações e pontos de vista no âmbito do Grupo *Ad Hoc* do Setor Açucareiro.

ROTULAGEM FRONTAL DE ALIMENTOS

Os Estados Partes ressaltaram a importância de avançar as discussões com vistas à harmonização no MERCOSUL da rotulagem frontal de alimentos, com o objetivo de garantir informação clara e acessível ao consumidor, promover a alimentação saudável e favorecer o comércio intrazona de alimentos embalados.

COMÉRCIO ELETRÔNICO

Os Estados Partes congratularam-se pela conclusão das negociações do Acordo sobre Comércio Eletrônico do MERCOSUL, que estabelece um marco jurídico comum para facilitar o desenvolvimento do comércio eletrônico dentro do bloco. Dessa forma, o MERCOSUL acrescenta um instrumento modernizador, conforme as novas tendências do comércio global, que oferecerá múltiplas oportunidades para a economia e a sociedade dos Estados Partes.

SERVIÇOS

Os Estados Partes congratularam-se pelo lançamento da VIII Rodada de Negociações de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços para a atualização do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços, que possibilitará a incorporação ao MERCOSUL dos compromissos e disciplinas negociados com terceiros países ou blocos e incrementar o comércio de serviços entre os Estados Partes.

ADMINISTRAÇÃO DE QUOTAS

Durante este semestre, os Estados Partes lograram definir e chegar a um consenso sobre um mecanismo para a administração e controle de quotas de importação no MERCOSUL, denominado Sistema de Administração e Controle de Quotas de Importação do MERCOSUL (SACIM), o qual deverá ser complementado com a aprovação dos procedimentos correspondentes durante o primeiro semestre de 2021.

REGIME DE ORIGEM

Os Estados Partes ressaltaram os avanços significativos nos trabalhos de atualização do Regime de Origem do MERCOSUL, com a finalidade de contar com um regime moderno, com disposições claras e simples tanto para os operadores de comércio exterior como para os administradores desse regime.

NEGOCIAÇÕES EXTERNAS

Os Estados Partes coincidiram em ressaltar a potencialidade do MERCOSUL como plataforma comum de inserção econômica e comercial internacional, atentos ao mesmo tempo à necessidade de um diálogo constante orientado à exploração de caminhos para atender aos diferentes interesses e sensibilidades de seus membros.

Reafirmaram sua máxima vontade para proceder à assinatura do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia, instando a superar os obstáculos que têm impedido a finalização de um processo de mais de 20 anos de esforço conjunto por um acordo amplo, equilibrado e ambicioso.

Ressaltaram os avanços na revisão legal do Acordo MERCOSUL – EFTA, desejando a pronta conclusão dos trabalhos técnicos pendentes para a assinatura do Acordo.

Destacaram os trabalhos realizados durante o semestre para a dinamização de todas as frentes de relacionamento externo, apesar do contexto adverso de pandemia, o que permitiu realizar reuniões técnicas mantidas com Canadá, Líbano, Singapura e Israel.

Confirmaram sua vontade de concluir as negociações entre o MERCOSUL e o Canadá e valorizaram os trabalhos técnicos realizados, em particular nos últimos meses deste ano.

Saudaram a flexibilidade para a adoção do critério utilizado pelo MERCOSUL para a continuidade da negociação com a República da Coreia e para a modalidade de aprofundamento bilateral das listas de desgravação do Tratado de Livre Comércio MERCOSUL-Israel, ressaltando a visão pragmática em benefício do avanço dessas negociações comerciais.

Ressaltaram o trabalho realizado entre o MERCOSUL e o Líbano e valorizaram a possibilidade de alcançar um acordo no curto prazo.

Sublinharam a importância de continuar explorando oportunidades de eventuais futuras negociações comerciais com novos sócios. Em tal sentido, congratularam-se pelos contatos mantidos com a Indonésia e o Vietnã e instaram a que se mantenham ativas as conversações em busca de alternativas que permitam novos processos negociadores.

Valorizaram a apresentação a países da América Central e à República Dominicana de uma proposta de Termos de Referência para acordos de livre comércio entre o MERCOSUL e os referidos países, com vistas a fortalecer a integração regional, mediante vínculos comerciais mais profundos.

Os Estados Partes confirmaram a importância de continuar os trabalhos com a Aliança do Pacífico para a implementação do Plano de Ação de Puerto Vallarta.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Os Estados Partes coincidiram na prioridade de seguir aprofundando a readequação da estrutura dos órgãos do MERCOSUL, com o objetivo de alcançar melhores resultados mediante o uso mais eficiente dos recursos, levando em conta a capacidade contributiva dos países do bloco.

SAÚDE

No contexto atual de emergência sanitária, os Estados Partes intercambiaram informações com respeito à adoção de normas nacionais sob as premissas de cooperação e transparência.

O exercício manteve o objetivo de intensificar a cooperação entre os Estados Partes para o desenvolvimento de capacidades e competências que permitissem conter e controlar a pandemia e mitigar seus efeitos, como o controle sanitário em fronteiras, a transferência de tecnologia e a concretização de acordos que permitam a disponibilidade de vacinas, entre outros.

Continuando o trabalho iniciado durante o primeiro semestre do ano, os países aprovaram novas extensões orçamentárias para o projeto FOCEM “Investigação, Educação e Biotecnologia aplicadas à Saúde”, de maneira que ele contribuísse para o fortalecimento das capacidades de diagnóstico e rastreabilidade da COVID-19. No âmbito desse projeto, os institutos e centros de saúde regionais participantes puderam aumentar suas capacidades na detecção de casos desta doença, mediante a elaboração de kits PCR e de sorodiagnóstico, bem como a incorporação de técnicas mais inovadoras, que permitem assegurar um diagnóstico veloz e eficiente, uma ferramenta inestimável no âmbito do combate à pandemia.

MEIO AMBIENTE

Os Estados Partes reconheceram que as políticas públicas devem promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, ambiental e social. Nesse sentido, ressaltaram a contribuição dos Ministros do Meio Ambiente do MERCOSUL em temas como biodiversidade, mudança climática e agenda ambiental urbana, destacando o papel e a perspectiva das mulheres na proteção e conservação do meio ambiente.

CIDADANIA

Os Estados Partes tomaram nota dos avanços registrados com relação à consolidação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL e reafirmaram seu compromisso de culminar os trabalhos no âmbito da comemoração do 30º aniversário do MERCOSUL.

INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

Os Estados Partes coincidiram na importância de uma pronta ratificação do Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas do MERCOSUL, aprovado pela Decisão CMC Nº 13/19, bem como na convocação à primeira reunião do Comitê de Fronteira Trinacional Barra do Quaraí – Monte Caseros – Bella Unión, durante o ano de 2021.

SEGURANÇA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL

Os Estados Partes reafirmaram seu total compromisso com a cooperação para a integração e a segurança nas fronteiras e na luta contra o crime organizado transnacional, que atenta contra a prosperidade e o bem-estar das populações dos Estados Partes do MERCOSUL, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

COMBATE À CORRUPÇÃO

Os Estados Partes reafirmaram o compromisso do bloco de avançar em um marco comum para o combate à corrupção, em seguimento ao compromisso refletido na Declaração dos Estados Partes do MERCOSUL sobre o Combate à Corrupção no Comércio Exterior.

TRABALHO

Considerando o profundo impacto e os rápidos efeitos que a pandemia provocada pela COVID-19 teve no mundo do trabalho, os Estados Partes reafirmaram seu compromisso de impulsionar políticas ativas para a reativação econômica, a preservação dos postos de trabalho e o desenvolvimento de ferramentas que permitam novas modalidades de trabalho.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Os Estados Partes sublinharam a importância de continuar fortalecendo a dimensão social do MERCOSUL e refirmaram seu compromisso de incrementar esforços nesse âmbito.

DIREITOS HUMANOS

Considerando que os Estados Partes do MERCOSUL foram peça fundamental no processo de negociação da Declaração Final e Plano de Ação da Terceira Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Formas Conexas de Intolerância, de Durban, reconheceram a importância de desenhar diretrizes de ação comum para fortalecer os mecanismos de promoção da equidade racial e os sistemas de informação que sirvam para o monitoramento das políticas públicas.

Igualmente, reafirmam seu compromisso com a defesa dos Direitos Humanos de todas as pessoas em sua resposta à pandemia de COVID -19, sem nenhum tipo de discriminação, salvaguardando a dignidade e prestando especial atenção às pessoas ou populações em situação de vulnerabilidade.

PROBLEMA MUNDIAL DE DROGAS

Os Estados Partes reiteraram seu compromisso de promover políticas com enfoque na saúde pública, centrada nas pessoas, baseadas em evidência científica, e com perspectiva de Direitos Humanos.

Reafirmaram a intenção de potencializar e fortalecer a prevenção e tratamento do uso problemático de drogas com uma abordagem integral,

equilibrada e multidimensional da temática.

De igual forma, os Estados comprometem-se a realizar os maiores esforços para combater o tráfico ilícito de drogas, tanto em nível nacional como em nível regional e internacional, por meio da cooperação.

CULTURA

Os Estados Partes destacaram a importância da criação da Biblioteca Virtual do MERCOSUL, considerada como um instrumento idôneo para propiciar pontos de encontro entre as distintas culturas da região, o que permitirá a cada país contribuir a partir do seu acervo próprio para favorecer o desenvolvimento de uma identidade regional comum.

ADESÃO DA BOLÍVIA

Os Estados Partes expressaram sua vontade de avançar com o processo de adesão da Bolívia ao MERCOSUL para a consolidação do processo de integração da América do Sul.

Nota de Esclarecimento – 16 de dezembro de 2020

É falsa a notícia publicada por “O Estado de São Paulo”, hoje, 16 de dezembro, de que a embaixada em Washington teria recomendado ao governo brasileiro o adiamento do envio de mensagem ao presidente eleito dos Estados Unidos.

Os relatórios produzidos pela embaixada, como se constata nos próprios trechos citados na reportagem, se limitam a transmitir

aspectos relevantes do processo eleitoral americano, sem emitir juízo de valor que pudesse sugerir apoio a qualquer dos lados.

VII Diálogo Político de Alto Nível Brasil-UE – 18/12/2020 – Declaração Conjunta – 18 de dezembro de 2020

A VII Reunião do Diálogo Político de Alto Nível entre Brasil e União Europeia (UE) ocorreu em 18 de dezembro de 2020, por videoconferência, no âmbito da Parceria Estratégica Brasil-UE.

As duas delegações mantiveram intercâmbio muito aberto e frutífero sobre uma ampla gama de assuntos, incluindo o estado das relações bilaterais, defesa, política comercial, meio ambiente e segurança, bem como sobre temas regionais e multilaterais.

As delegações trocaram impressões sobre a situação atual da pandemia de COVID-19 e concordaram em continuar o diálogo e a cooperação bilaterais sobre a crise sanitária em curso, bem como sobre o processo de recuperação econômica e social em ambas as regiões.

Reafirmaram seu compromisso com o Acordo de Associação Mercosul-UE e sublinharam a importância que atribuem à sustentabilidade e às questões ambientais, juntamente com os benefícios socioeconômicos esperados para ambos os lados e o reforço da cooperação política entre os dois blocos.

A reunião se deu na sequência de diversos diálogos e consultas bem-sucedidos entre Brasil e UE que tiveram lugar em 2020, apesar da

pandemia, sobre temas-chave como direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade, segurança cibernética e drogas ilícitas, o que demonstra a solidez da Parceria Estratégica Brasil-UE.

O Diálogo Político de Alto Nível foi co-presidido pelo Embaixador Kenneth Haczynski da Nóbrega, Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo Sr. Enrique Mora, Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Políticos do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) da União Europeia.

Defesa da restauração da democracia na Nicarágua – 22 de dezembro de 2020

O Governo brasileiro tomou nota, com preocupação, da aprovação pela Assembleia Nacional da Nicarágua, em 21/12, de legislação que restringe direitos políticos básicos com base em disposições ambíguas, inclusive criminalizando a liberdade de opinião. A lei tem o claro propósito de excluir as forças democráticas nicaraguenses da competição eleitoral, afrontando preceitos democráticos com os quais o Estado da Nicarágua se comprometeu voluntária e soberanamente em distintas instâncias internacionais.

Diante deste fato, o Governo brasileiro defende a implementação, pela Nicarágua, das medidas previstas na resolução AG/RES. 2962 (L-O/20) (“Restauração das instituições democráticas e do respeito pelos direitos humanos na Nicarágua por meio de eleições livres e justas”), adotada na Assembleia Geral da OEA, em outubro passado, com vistas

a promover reformas eleitorais que conduzam a eleições livres, justas, competitivas e legítimas, com observação eleitoral internacional independente.

Ataque na cidade de Pemi, Nigéria – 26 de dezembro de 2020

O governo brasileiro deplora e condena com veemência o ataque terrorista realizado na cidade de Pemi, no nordeste na Nigéria, na véspera do Natal. A população da cidade, de maioria cristã, foi alvo de violência indiscriminada que resultou na morte de pelo menos 11 pessoas, no sequestro de outras 7 e na destruição do hospital e da igreja da localidade.

Ao lamentar o aumento de ações terroristas na Nigéria nas últimas semanas, entre as quais se inclui o sequestro de mais de 300 crianças na região de Kankara, o Brasil reitera seu firme repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação. O governo brasileiro reitera, igualmente, sua determinação de trabalhar com todos os parceiros contra o terrorismo, inclusive mediante uma crescente investigação e enfrentamento das conexões do terrorismo com o narcotráfico e outras formas do crime organizado transnacional, notadamente, neste caso, as conexões entre o narcotráfico na América do Sul e o terrorismo na África.

O governo brasileiro expressa as suas condolências às famílias das vítimas, faz votos de plena recuperação aos feridos, exorta à pronta libertação dos sequestrados e manifesta sua solidariedade ao governo e ao povo da Nigéria.

Suspensão temporária de voos do Reino Unido para o Brasil - Providências e recomendações do Ministério das Relações Exteriores – 28 de dezembro de 2020

O Ministério das Relações Exteriores, por intermédio do Consulado-Geral em Londres, está tratando com toda a devida atenção da situação dos brasileiros que se encontram no Reino Unido cujos voos de retorno ao país foram cancelados por conta da suspensão temporária de voos internacionais procedentes ou com passagem por aquele país, determinada pela Portaria 648, de 23 de dezembro último (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-648-de-23-de-dezembro-de-2020-296122366>).

O Consulado-Geral em Londres vem prestando as informações pertinentes e respondendo a todas as comunicações que lhe são dirigidas sobre o tema.

O Consulado-Geral tem ressaltado que a portaria interministerial que suspendeu os voos em nada restringe o direito dos nacionais retornarem ao país; lembrado a necessidade de apresentação de teste negativo de COVID e de declaração de saúde para chegadas ao Brasil a partir de 30 de dezembro; e indicado as conexões disponíveis em capitais europeias para o deslocamento do Reino Unido ao Brasil.

O Consulado-Geral está particularmente atento aos nacionais em situação de vulnerabilidade, aos quais oferece toda a assistência possível.

Para mais informações ou em caso de dúvidas, contate o Consulado-Geral do Brasil em Londres, cujo endereço eletrônico é assist.cglondres@itamaraty.gov.br.

No Brasil, o plantão consular do Ministério das Relações Exteriores está à disposição no seguinte sítio eletrônico:

<http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/sem-categoria/nucleo-de-assistencia-a-brasileiros>.

Não imposição, pelo governo dos EUA, de direito antidumping às exportações brasileiras de molduras de madeira - Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Economia – 31 de dezembro de 2020

O governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, de que os EUA encerraram investigação antidumping sobre molduras de madeira exportadas pelo Brasil, sem adotar qualquer medida contra nossos produtores. Os EUA concluíram que os exportadores brasileiros não praticam “dumping”, isto é, nossos produtos são vendidos a preços leais de mercado.

O governo brasileiro, por meio de atuação coordenada entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Economia, acompanhou a investigação conduzida pelos EUA, prestando o apoio necessário aos exportadores nacionais.

Trata-se de resultado importante para a promoção do comércio justo e sustentável entre o Brasil e os EUA no setor de madeira processada. Nos

últimos 12 meses o Brasil exportou cerca de 377 milhões de dólares em molduras de madeira para os EUA e o mercado americano absorveu cerca de 67% das exportações totais brasileiras do produto em questão.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África – 8, 22, 31, 44, 50 – 59, 71, 123, 129, 138, 140, 143, 146, 147, 155, 161, 162, 178, 184, 186, 191, 202. 204 – 206, 208, 216, 225, 242 e 243

África do Sul – 8, 22, 51, 138, 143, 146, 147, 184, 186, 204 - 206

ALADI – 8, 87, 89 e 149

Alemanha – 8, 10, 44, 124, 161, 164, 220 e 221

América do Sul – 21, 23, 44, 53, 54, 56, 71, 82, 84, 85, 123, 126, 128, 128, 134, 135, 149, 226, 235, 241 e 243

Angola – 51 e 52

Argentina – 66, 67, 81, 83, 86, 112, 117, 122, 123, 125, 130, 223, 228, 230, 233, 235 - 237

Armas – 20, 82, 100, 101, 104 – 107, 110, 111, 121, 140, 141, 187, 188, 191, 213, 214 e 234

Ásia – 51, 71, 147, 183, 202 e 206

Assunção – 6, 83, 112, 166, 15, 117, 118 e 183

B

Bolívia – 9, 11, 27, 74, 122, 128, 133, 134, 168, 177, 230, 236, 237 e 241

BRICS – 4, 7, 10, 18, 20 - 24, 51, 137 – 143, 184 – 188, 190 - 205

C

Canadá – 4, 10, 25, 28, 59, 79, 80, 85, 115, 125, 130, 154, 168, 174, 206, 207, 224, 228 e 229

Chile – 5, 6, 40, 74, 84, 85, 89 - 92, 122, 126, 128, 134, 136, 168, 224, 226, 227, 232, 233, 235 e 236

China – 22, 44, 130, 138, 143, 184, 198, 201, 204 - 206

Coreia do Sul – 59 e 80

D

Desarmamento – 20, 139, 141, 188 e 192

Desenvolvimento Sustentável – 9, 59, 78 – 80, 85, 86, 115, 122, 137, 139, 146, 153, 156, 170, 171, 180, 182, 185, 188, 191, 195, 197 - 199, 201, 214, 215, 221, 226, 229, 230, 231 e 240

Direitos Humanos – 8, 11, 34, 35, 36, 42, 44, 45, 62 – 64, 68, 74, 81, 86, 101, 104, 107, 108, 112, 117, 119 – 122, 131, 132, 134, 127, 146, 148, 150, 167 – 169, 176, 177, 182, 184, 185, 206, 223, 224, 226, 230, 231, 234, 241 e 242

E

Energia – 10, 59, 75, 130, 155, 164, 166, 180, 183, 199, 203, 204, 218, 219, 222 e 223

Equador – 126, 128, 133, 134, 168, 224 e 226

Espanha – 66, 67 e 124

Estados Unidos – 5, 7, 9, 10, 44, 59 61, 64, 87, 89, 124, 125, 130 – 133, 136, 144, 145, 149 – 151, 170 - 176, 178, 180 – 184, 187, 206, 207, 225 e 241

F

França – 6, 9, 123, 124, 130 e 178

Fronteiras – 4, 16, 17, 27, 39, 86, 113, 135, 146, 169, 170, 208, 227, 239 e 240

G

Guerra – 19, 55, 101, 137 e 185

H

Haiti – 133, 168 e 224

Honduras – 133, 168 e 224

I

Investimentos – 4, 6, 8, 24, 28, 44, 50, 52, 55 - 57, 59, 70, 81, 82, 84, 119, 123, 130, 139, 146, 155 - 158, 160, 161, 164 -

166, 173, 180 - 182, 191, 195, 197 - 199, 203, 212, 218, 220, 222, 223 e 232

Israel – 7, 9, 11, 20, 44, 85, 115, 130, 145, 178, 189, 190, 206, 225, 228 e 239

Itália – 130, 161 e 220

J

Japão – 5, 10, 44, 60, 61, 124, 161, 181 - 183, 206, 207 e 220

L

Líbano – 5 - 7, 20, 72, 73, 79, 80, 85, 115, 127, 128, 190, 228 e 239

M

Meio Ambiente – 10, 45, 57, 62, 79, 115, 117, 139, 151, 153, 165, 171, 180, 181, 183, 202, 218, 227, 234, 240 e 242

MERCOSUL – 5, 6, 8, 11, 28, 56, 59, 67, 73, 77, 78 - 87, 89, 112 - 119, 121 - 123, 125, 127, 151 - 155, 164, 223, 228, 230 - 234 - 242

México – 5, 11, 84, 87 - 89, 154, 174 e 221

Moçambique – 10, 31, 32, 55, 70, 130 e 184

Montevidéu – 89 e 238

N

Nações Unidas – 4, 6, 8, 9, 19, 29, 43, 44, 48, 53, 65, 73, 77, 100 - 104, 107, 108, 117, 123, 129, 135, 137 - 143, 146 - 148, 161 - 163, 166 - 168, 173, 177, 185, 186, 188, 189, 191 - 194, 200, 202, 206, 211, 215, 218 - 220, 223, 224, 228 - 230, 232, 235 e 236

Nuclear – 141, 188, 191 e 223

O

OMC – 6, 29, 44, 59, 123, 138, 144, 151, 154, 156 - 160, 172, 174, 175, 180, 186, 195, 196, 200, 207 e 211

Oriente Médio – 20, 44, 123, 129, 130, 140, 145, 163, 178, 189, 225 e 242

P

Pandemia - 13 - 19, 21 - 24, 26 - 34, 50, 52, 55, 56, 59, 60, 62, 66, 68, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 81, 83 - 85, 103, 12 - 115, 117, 118, 120 - 124, 130 - 133, 135, 136, 138 - 140, 143, 145, 155 - 157, 159 - 161, 164, 165, 169, 176, 182, 186, 187, 194, 195, 197, 200, 201, 203, 208 - 211, 213 - 220, 223, 226 - 228, 230 - 233, 235, 237, 239 - 242,

Paraguai – 8, 9, 81, 84, 112, 117, 125, 126, 128, 130, 133, 134, 136, 146, 168, 169, 224, 226, 227, 230, 232, 233 e 237

Peru – 5, 10, 27, 84, 93, 94, 126, 128, 134, 168, 183, 206, 224, 226 e 236

Portugal – 29, 51, 67, 72 e 205

Propriedade Intelectual – 165, 199, 208 e 214

R

Rússia – 22, 24, 40, 137, 138, 142, 143, 183, 184, 187, 200 e 204 - 206

S

Segurança Alimentar – 17, 26, 28, 29, 73, 153, 191, 200 e 220

T

Terrorismo – 7, 10, 21, 23, 34 - 36, 53, 54, 82, 100, 101, 103, 104, 134, 141, 149, 169, 179, 184, 187, 189, 190, 192 - 195, 205, 213, 214 e 243

Turquia – 10, 179, 206 e 207

U

União Europeia – 5, 9, 10, 11, 28, 43, 56, 59, 67, 73, 78 - 80, 107, 114, 125, 126, 131, 132, 153, 164, 170, 177, 206, 223, 224, 228, 238 e 242

Uruguai – 6, 8, 27, 79, 81, 83, 112, 117, 124, 125, 130, 134, 149, 224, 228, 230, 233 e 237

V

Venezuela – 7, 8, 11, 21, 23, 34 - 36, 44, 65 - 68, 74, 82, 86, 122, 131, 132, 133, 144, 148, 150, 167 - 169, 176, 224 e 235

Pesquisa, Organização, Editoração e Diagramação

Conselheiro Pedro Frederico de
Figueiredo Garcia

Seleção, Revisão Temática e Gramatical

Conselheiro Pedro Frederico de
Figueiredo Garcia

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,

Plastificação fosca (capa)

e 75g/m² (miolo)

Número de páginas 247

Fax: (61) 2030-6591

**Impresso pela Gráfica do Ministério
das Relações Exteriores**



**Departamento de
Comunicações e Documentação**

Endereços para correspondência

pesquisa.cdo@itamaraty.gov.br

Arquivo Central - DCA

Ministério das Relações Exteriores,

Anexo II, 1º subsolo, Sala 10

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-9279 / 9037